



Ministério da Educação

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas
Direção da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - FACSAB
Coordenação do curso de Ciências Econômicas

OFÍCIO Nº 27/2022/COORDCE/DIRFACSAB/FACSAB

Teófilo Otoni, 15 de agosto de 2022.

Dr. Rafael Alvarenga Almeida

DIRETORIA DE GRADUAÇÃO DO MUCURI
Diretor de Graduação do campus do Mucuri
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Rua do Cruzeiro, nº 01, Jardim São Paulo
CEP: 39803-371 - Teófilo Otoni/MG

C/c

À Sra. **Juliana Clara Pinton**

Divisão de Apoio Pedagógico de Teófilo Otoni
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Rua do Cruzeiro, nº 01, Jardim São Paulo CEP: 39803-371 - Teófilo Otoni/MG

Assunto: Alteração de Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas (PPC2020) - RETIFICAÇÃO

Prezados,

Em decorrência de adequação do PPC do Curso de Ciências Econômicas à legislação concernente à Curricularização da Extensão conforme Matriz curricular Obrigatória do Curso, previsto na [Resolução n.07 de 18 de dezembro de 2018](#) e regulamentado pela [Resolução Consepe nº 2 de 18 de janeiro de 2021](#), encaminho o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas (0812453), com as alterações aprovadas na Reunião Conjunta Departamento e Colegiado do Curso de Ciências Econômicas do dia **12 de agosto de 2022**. Após submissão do quadro (anexo) e parecer favorável, conforme Ofício 03(0793540) da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXC) que consta do processo SEI (23086.007039/2022-74) informamos as seguintes inserções:

i) **No índice - Foi inserida a referência:** "Anexo 6: Natureza da Extensão. **(alteração na página 9 do PPC2020)**

ii) **No tópico 8.10 - Os desafios da Extensão e de sua curricularização foi inserida menção ao anexo 6: Texto Inserido** "A descrição da natureza de extensão das atividades relacionadas à creditação da extensão no

contexto do curso está apresentada no Anexo 6 – Quadro Descrição da Natureza de Extensão, deste PPC". **(alteração na página 49 do PPC2020).**

iii) No anexo - Foi inserido o **Anexo 6:** Quadro Descrição da Natureza de Extensão. **(alteração das páginas 210 a 217 do PPC2020).**

Atenciosamente,

Márcio Paschoino Lupatini
Coordenador em Exercício do curso de Ciências Econômicas



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Paschoino Lupatini, Vice-Coordenador(a)**, em 17/08/2022, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0804442** e o código CRC **F371F864**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.011418/2022-69

SEI nº 0804442

Rua do Cruzeiro, nº 01 - Bairro Jardim São Paulo, Teófilo Otoni/MG - CEP 39803-371



Ministério da Educação

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Pró-Reitoria de Graduação

Diretoria de Graduação do Mucuri

OFÍCIO Nº 170/2022/DGRAD-TO/PROGRAD

O DIRETOR DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, encaminha o processo à Divisão de Apoio Pedagógico (DAP-TO) para as providências cabíveis, de acordo com os preceitos definidos pela legislação vigente.

Teófilo Otoni, 18/08/2022.

Rafael Alvarenga Almeida

Diretor de Graduação



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Alvarenga Almeida, Diretor (a)**, em 18/08/2022, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0816920** e o código CRC **25E1DBEB**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.011418/2022-69

SEI nº 0816920

Rua do Cruzeiro, nº 01 - Bairro Jardim São Paulo, Teófilo Otoni/MG - CEP 39803-371

Data de Envio:

18/08/2022 14:40:39

De:

UFVJM/Email do setor <dap.to@ufvjm.edu.br>

Para:

coordenacao.economia@ufvjm.edu.br

Assunto:

Inserção de Nota de Alteração no processo de retificação

Mensagem:

Prezado prof.º Márcio, boa tarde!

Solicito, por gentileza, inserir no processo o documento "Nota de Alteração" com os acréscimos textuais realizados no Projeto Pedagógico de Curso.

Seguem orientações:

Incluir documento (SEI):

Graduação-Pedagógico: Alteração Textual no PPC

- Descrição: Alteração Textual PPC

- Classificação por assuntos: 122.2 GRADUAÇÃO: Planejamento e organização curricular - Reformulação Curricular

- Nível de acesso: público

- Preencher o com as informações necessárias (acréscimos textuais contidos no Ofício nº 27 (0804442).

Estou à disposição caso haja qualquer dúvida.

Atenciosamente,

Juliana Clara Pinton

Pedagoga - Divisão de Apoio Pedagógico (DAP-TO)

Para mais informações consultar POP11.31.1 - Alteração de Projeto Pedagógico de Curso - Retificação

Link: <http://ufvjm.edu.br/prograd/elaboracao-de-projetos-pedagogicos.html>



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas
Direção da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - FACSAE
Coordenação do curso de Ciências Econômicas

NOTA DE RETIFICAÇÃO PPC - ALTERAÇÃO TEXTUAL

Em decorrência de adequação do PPC do Curso de Ciências Econômicas à legislação concernente à Curricularização da Extensão conforme Matriz curricular Obrigatória do Curso, previsto na [Resolução n.07 de 18 de dezembro de 2018](#), regulamentado pela [Resolução Consepe nº 2 de 18 de janeiro de 2021](#), encaminhamos o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas (0885079) com as alterações aprovadas na Reunião Conjunta Departamento e Colegiado do Curso de Ciências Econômicas do dia **12 de agosto de 2022** e também com as alterações em relação a Resolução de Atividades Complementares em adequação a [Resolução nº 33, de 14 de dezembro de 2021](#), aprovadas na reunião Ordinária do Colegiado ocorrida em **14 de outubro de 2022**. Após submissão do quadro (anexo) e parecer favorável, conforme Ofício 03(0793540) da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXC) que consta do processo SEI (23086.007039/2022-74) informamos que as alterações serão acrescentadas ao Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, aprovado pela [Resolução CONSEPE Nº 23, de 11 de dezembro de 2020](#). As alterações aprovadas nas duas reuniões estão indicadas no Anexo I.

Anexo I

Projeto Pedagógico de Curso	Proposta de alteração
Item índice , pág 09	Acrescenta-se no índice: Anexo 6: Natureza da Extensão.
Item 1.11.1. Fundamentação legal , pág 13	Onde se lê: Resolução CONSEPE nº 05, de 23 de abril de 2010. Leia-se: Resolução CONSEPE nº 33, de 14 de dezembro de 2021. <i>Regulamenta as Atividades Complementares no âmbito da UFVJM.</i>
Item tópico 8.10 - Os desafios da Extensão e de sua curricularização ,	Acrescenta-se: A descrição da natureza de extensão das atividades relacionadas à creditação da extensão no contexto do curso está

pág 49 (último Parágrafo)	EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO esta apresentada no Anexo 6 – Quadro Descrição da Natureza de Extensão, deste PPC.		
Item Anexo 6: pág 216 a 223	Acrescenta-se: Anexo 6: Quadro Descrição da Natureza de Extensão. Anexo (0881764)		
Item Quadro 1: pág 23 a 24	Correção material. Onde se lê:		
	João Cesar de Souza Ferreira	Mestrado	Graduação em Administração de Empresas e Mestre em Gestão de Instituições Educacionais. Doutorando em Administração na Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Área de concentração: gestão e regionalidade. 40 h
	Leia-se: Atualiza-se a Titulação Corpo Técnico do Departamento de Ciências Econômicas (Página 24)		
João Cesar		Graduação em Administração de Empresas e Mestre em Gestão de Instituições Educacionais. Doutorado em	

João Cesar de Souza Ferreira	Doutorado	Administração na Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Área de concentração: gestão e regionalidade.	40 h
------------------------------	-----------	--	------

Item: **8.5- Linha metodológica** Pág: 36- (Último parágrafo)

Onde se lê:

Resolução CONSEPE nº 05, de 23 de abril de 2010.

Leia-se:

Seguindo a Resolução CONSEPE nº 33, de 14 de dezembro de 2021, do Consepe

Acrescenta-se: Pág 174- Terceiro Parágrafo:

Onde se lê:

As atividades complementares para fins de registro acadêmico da carga horária dividem-se em: Grupo 1 - Ensino; Grupo 2 - Pesquisa; Grupo 3 - Extensão. O discente necessita ter no mínimo 180 horas de atividades complementares. Estas horas devem ser em pelo menos 02 (dois) desses 03 (três) grupos sendo que a cada grupo está designada a carga horária máxima de 160 horas.

Leia-se:

As atividades complementares para fins de registro acadêmico da carga horária dividem-se em: Grupo 1: Atividades de ensino e publicação; Grupo 2: Atividades de pesquisa e publicação; Grupo 3: Atividades de extensão, cultura, esporte e publicação; Grupo 4: Atividades de representação estudantil e Grupo 5: Capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística. O discente deve obter aproveitamento em pelo menos 03 (três)

grupos de Atividades Complementares, sendo que a cada grupo está designada a carga horária máxima de 160 horas.

**Acrescenta-se: Pág 174-
Quarto Parágrafo- linha 3**

Onde se lê:

Resolução CONSEPE nº 05, de 23 de abril de 2010.

Leia-se:

Seguindo a Resolução CONSEPE nº 33, de 14 de dezembro de 2021.

**Acrescenta-se: Pág 174- último
Parágrafo e 175- Parágrafos 1ª
4º.**

Onde se lê:

As atividades complementares associadas ao Ensino envolvem a participação em monitorias, a frequência e aproveitamento em disciplinas de outros cursos da IES, em áreas afins; ou em outra Instituição de Ensino Superior, na mesma área de formação, desde que não contempladas na matriz curricular do Curso, ou em outras, a critério do Colegiado do Curso.

As atividades complementares associadas à Pesquisa dizem respeito à participação de alunos em projetos de pesquisa ou investigação científica; a publicação de documentos de autoria própria do aluno e a presença colaborativa em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Constituem atividades complementares associadas à Extensão a participação em projetos de extensão reconhecidos pela IES; o comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, semanas acadêmicas, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros e a participação em monitorias,

estágios supervisionados não obrigatórios e empresa júnior, bem como a participação em colegiado do curso e conselhos, representação estudantil e grupos artístico-culturais credenciados ou regularmente constituídos.

Leia-se:

As atividades complementares associadas ao Ensino correspondem: a frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da instituição ou em outra Instituição de Ensino Superior, na mesma área de formação ou em áreas afins, a critério da Comissão Supervisora, bem como participação em monitorias; em minicursos acadêmicos e cursos acadêmicos de curta-duração; em projetos de ensino; e realização de cursos de formação em idiomas.

As atividades complementares associadas à Pesquisa dizem respeito à participação de estudantes em projetos de pesquisa ou investigação científica; a publicação científica e de documentos de autoria e coautoria do discente; premiação em concursos de caráter regional, nacional e/ou internacional em economia e áreas afins; participação, organização e apresentação em eventos, palestras, debates, seminários, simpósios, colóquios e congressos; presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Constituem atividades complementares associadas à Extensão, a participação a participação em ações de extensão que possuem relações com a formação do discente em economia e áreas afins; o comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, semanas acadêmicas, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros; participação em grupos artístico-culturais e em Programas Tutoriais (PET e Outros); presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação,

dissertações de mestrado ou teses de doutorado. As atividades complementares de Extensão que serão computadas dentro das 300 horas de Extensão exigidas para integralização do curso deverão ser certificadas.

Consideram-se como Atividades Complementares associadas à representação estudantil a participação de discentes em órgãos colegiados, conselhos e entidades de representação estudantil.

Constituem Atividades Complementares associadas à Capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística: estágios não obrigatórios; participação em empresa júnior; bolsa atividade; atividade comunitária; trabalhos voluntários, atividades em movimentos sociais; atividade profissional específica comprovada na área de Economia; e doação de sangue.

Exclui-se:

Anexo 1- Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Ciências Econômicas (0885045)

Acrescenta-se:

Anexo 1- Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Ciências Econômicas- Anexo (0882192)

Item: Anexo 1: Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Ciências Econômicas Pág: 185 a 196

Alterações realizadas após discussão no Núcleo Docente Estruturante (NDE) e aprovado pelo Colegiado de Curso, em reunião ocorrida em 12 agosto de 2022 e subsequente reunião Ordinária do Colegiado ocorrida em 14 de outubro de 2022.

Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Econômicas



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Swain Canôas, Coordenador(a)**, em 31/10/2022, às 20:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0880566** e o código CRC **C029C646**.

Referência: Processo nº 23086.011418/2022-69

SEI nº 0880566

DESCRIÇÃO DA NATUREZA DE EXTENSÃO	
ASPECTO 1	MODALIDADE DA AÇÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Indicar qual(ais) opção(ões) - Projeto, Programa, Curso, Evento e Prestação de Serviço. (Cf. Art. 3o. da Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(x) Programa (x) Projeto (x) Curso/ Oficina (x) Evento () Prestação de Serviço
ASPECTO 2	VÍNCULO DA AÇÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Indicar qual é o vínculo da ação - 1- Institucional/UFVJM; 2- Governamental; 3- Não-Governamental. (Cf. Art. 3o. da Res. CONSEPE n.2/2021)
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(x) Institucional/UFVJM; (x) Governamental; (x) Não-Governamental
ASPECTO 3	TIPO DE OPERACIONALIZAÇÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Indicar o(s) Tipo(s) da operacionalização da ação: 1. Unidade Curricular; 2-Atividade Complementar; 3- Prática como componente curricular; 4- Estágio. (Cf. Art. 6o. da Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(x) Unidade Curricular; (x) Atividade Complementar; () Prática como componente curricular; () Estágio
ASPECTO 4	CÓDIGO(S) E NOME(S) DA(S) UCS DO PPC VINCULADAS À AÇÃO DE EXTENSÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar o(s) Código(s) e nome(s) da(s) UCs do PPC vinculadas à ação de extensão (Cf. §1o. Art.6o - Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	ECO084 Pesquisa e Extensão em Economia ECO085 Trabalho de Conclusão de Curso I ECO086 Trabalho de Conclusão de Curso II ECO069 Epistemologias do Sul
ASPECTO 5	COMPONENTES CURRICULARES DAS UCS COM BASE NA DCN DO CURSO VINCULADAS À AÇÃO DE EXTENSÃO.
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação. (Cf. Art.14 - Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).

DESCRIÇÃO /
OPÇÃO SELECIONADA

O Curso de graduação em Ciências Econômicas da UFVJM – ofertado em modalidade presencial no campus Mucuri no período noturno – contém em sua grade três unidades curriculares obrigatórias e uma unidade curricular eletiva que contemplam uma parcela ou a totalidade de suas cargas horárias vinculadas à Extensão. São elas:

- **Obrigatória – Pesquisa e Extensão em Economia (PEE)**, em que da sua carga-horária total de 120h, **100h** são dedicadas à Extensão;
- **Obrigatória – Trabalho de Conclusão de Curso I (TCCI)**, em que da sua carga-horária total de 120h, **40h** são dedicadas à Extensão;
- **Obrigatória – Trabalho de Conclusão de Curso II (TCCII)**, em que da sua carga-horária total de 120h, **20h** são dedicadas à Extensão;
- **Eletiva – Epistemologias do Sul**, cuja totalidade da sua carga horária de **60h** é dedicada à Extensão.

As unidades curriculares obrigatórias **PEE**, **TCCI** e **TCCII** pertencem ao eixo teórico-prático do Curso, que também compreende Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa em Economia (TPE). Inserem-se em um conjunto de disciplinas que visam o aprendizado gradual dos estudantes sobre a prática da pesquisa científica e a apreensão das ferramentas necessárias para a elaboração de suas monografias. A incorporação de atividades extensionistas em PEE, TCCI e TCCII busca, por sua vez, fortalecer a troca de saberes nesse ciclo formativo entre os estudantes e a comunidade externa à UFVJM, contribuindo para construção coletiva e dialógica do conhecimento através de ações de extensão, como eventos, oficinas, rodas de conversa, cursos, projetos e/ou programas. Há um amplo leque de temas tradicionalmente estudado e discutido pelo campo das Ciências Econômicas e Ciências Sociais Aplicadas que é em geral tido como estritamente técnico ou descolado do cotidiano da maior parte da população, mas que está intimamente lastreado nos principais dilemas da complexa realidade social, seja em nível global, continental, nacional, regional ou local. A título de ilustração, mencionam-se temas como: desemprego; inflação; endividamento; políticas e investimentos públicos em educação, saúde, habitação, previdência, meio ambiente e cultura; impactos políticos, econômicos e ambientais de transformações tecnológicas de produção, transporte, informação e comunicação; crises econômicas; tributação; desigualdade socioeconômica, racial e de gênero; globalização; relações internacionais e geopolítica; etc. Ao passo que a comunidade externa à universidade se beneficia ao se apropriar e se inserir ativamente em discussões qualificadas sobre temáticas de extrema relevância social, os estudantes se beneficiam pelo diálogo com a comunidade externa sobre os problemas sociais e desafios vividos pela população, o que os estimula à reflexão a partir de variados prismas e diferentes saberes durante o processo de desenvolvimento de suas pesquisas de monografia, cujos resultados parciais e finais também são discutidos com a comunidade externa. Busca-se, assim, aprimorar o alicerce do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão.

Adicionalmente, os estudantes podem cursar a unidade curricular eletiva **Epistemologias do Sul**, cuja oferta na grade está prevista para o sexto período em diante. Esta disciplina apresenta e discute com os estudantes as diferentes teorias e epistemologias da Extensão em âmbito mundial e, em seguida, proporciona o diálogo em sala de aula entre os estudantes e membros de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e populares a partir de relatos de experiência na luta contra a opressão, conforme perspectiva freiriana, entre outras. Contribui-se, assim, para a valorização das diferentes maneiras de produção do conhecimento e para a promoção da ecologia dos saberes.

O engajamento dos discentes no desenvolvimento das diversas atividades que compõem as ações de extensão nas unidades curriculares será objeto de avaliação pelos docentes responsáveis por cada disciplina. Um detalhamento maior sobre a forma de desenvolvimento e avaliação das atividades de extensão em cada unidade curricular é apresentado a seguir no 'Aspecto 7: Metodologia'. Ressalta-se que, além das unidades curriculares, os estudantes também

	<p>devem cumprir uma carga horária mínima de 80h em Atividades Complementares (ACs) de Extensão no decorrer do processo de integralização curricular, com apresentação da comprovação de participação em ações de extensão devidamente formalizadas (projetos, eventos, cursos, oficinas, etc.) para registro no histórico escolar. Esclarece-se que, caso o estudante opte por não cursar a unidade curricular eletiva Epistemologias do Sul, cuja totalidade de sua carga horária (60h) é dedicada à Extensão, ele deverá comprovar o cumprimento de 140h (ou seja, 80h + 60h) em ACs de Extensão. Perfazem-se, assim, as 300 horas dedicadas às ações de extensão universitária que constituem objeto de creditação no Curso de Ciências Econômicas-UFVJM, em cumprimento às normas legais (Lei nº 13.005/2014) e em conformidade com as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira (CNE, 17/12/2018), bem como com a Regulamentação da curricularização de atividades de extensão nos cursos de graduação da UFVJM (Resolução CONSEPE, 18/01/2021).</p>
ASPECTO 6	OBJETIVOS
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar os objetivos da ação de extensão vinculado a creditação. Regulamento da PROEXC
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	<p>O objetivo geral é viabilizar a troca de saberes entre os membros da comunidade interna e externa à UFVJM ao promover atividades de reflexão e discussão, ao lado da sociedade em geral, sobre os problemas sociais e econômicos atuais do capitalismo, do país e da comunidade local e contribuir com alternativas para sua solução, construindo coletivamente o conhecimento e democratizando-o. Como objetivos específicos, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e aprofundar as relações do Curso de Ciências Econômicas com os demais setores da sociedade civil e de movimentos sociais e populares, especialmente da região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; • Promover o desenvolvimento de habilidades dialógicas voltadas à troca de conhecimentos e experiências entre os envolvidos nas ações extensionistas (discentes/ servidores/ comunidade externa); • Contribuir para a formação cidadã dos estudantes a partir da promoção de vivências, na estrutura curricular do Curso, que os aproximem das questões sociais contemporâneas e os estimulem à ação transformadora da realidade, no sentido da melhoria das condições de vida da população; • Fortalecer a dimensão da função social da universidade pública, estimulando a abordagem interdisciplinar através de debates plurais nas interações com setores e atores sociais diversos, contribuindo para o desenvolvimento cultural, educativo, político e científico da sociedade.
ASPECTO 7	METODOLOGIA
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar a estratégia e a metodologia a ser adotada na realização da ação de extensão vinculado a creditação. Regulamento da PROEXC.
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	<p>O Curso de Ciências Econômicas-UFVJM contempla a oferta da maior parte de sua carga horária curricular em Extensão com a incorporação de ações extensionistas em unidades curriculares obrigatórias: são 160 horas distribuídas entre as disciplinas obrigatórias PEE (100h), TCCI (40h) e TCCII (20h). Essa estratégia, por um lado, articula organicamente as atividades de ensino-pesquisa-extensão, fortalecendo o tripé universitário, e, por outro, viabiliza o cumprimento da carga horária de extensão por todos os seus discentes, tendo em vista o caráter noturno e presencial do Curso. Ainda assim, confere aos estudantes uma autonomia considerável quanto ao cumprimento das</p>

demais 140 horas de extensão, que podem ser integralizadas através da unidade curricular eletiva Epistemologias do Sul (60h) e da participação em ações de extensão de seu interesse, desenvolvidas pela UFVJM ou outra instituição (participação em cursos de extensão online, por exemplo), desde que essas ações tenham reconhecimento formal comprovado de sua natureza extensionista. A metodologia pedagógica adotada nas unidades curriculares é descrita a seguir.

A extensão na unidade curricular obrigatória **Pesquisa e Extensão em Economia**, prevista para o oitavo período da grade, tem como pré-requisito a disciplina obrigatória TPE, ofertada no sétimo período, momento em que os estudantes escolhem um tema de pesquisa, elaboram um projeto e formalizam a relação de orientação da monografia, em acordo mútuo com um docente-orientador. Isso permite que, em PEE, sob coordenação do(s) docente(s) responsável(eis) pela disciplina, os estudantes participem ativamente da concepção, organização, divulgação, desenvolvimento e balanços parciais e final de ações de extensão que discutam seus temas e questões de pesquisa e/ou temas afins de grande relevância social, articulando conhecimentos acadêmicos com saberes e experiências de atores sociais de referência em seus diversos campos de atuação. Essas ações podem incluir eventos, oficinas, projetos, cursos ou minicursos, desde que tais ações sejam exequíveis durante o semestre letivo. É fundamental, no entanto, que haja a participação de convidados acadêmicos e não-acadêmicos, preferencialmente tanto como palestrantes,icineiros e facilitadores das atividades, quanto como público. Os estudantes serão estimulados a sugerir nomes de referência de entidades, movimentos populares e de organizações da sociedade civil e/ou propor parcerias institucionais para o desenvolvimento das ações. As atividades serão realizadas preferencialmente no(s) dia(s) e horário(s) da aula de PEE, com o intuito de viabilizar a participação efetiva dos discentes em todas as etapas de planejamento, desenvolvimento e finalização das ações. A princípio, conta-se primordialmente com a infraestrutura do campus Mucuri (salas de aula e de reuniões, miniauditórios, auditórios, projetores, computadores, internet, impressora, etc.) para a realização das ações, mas é possível que atividades sejam desenvolvidas em instalações fora do campus, a depender da natureza de cada ação, de diálogos com potenciais parceiros e suas capacidades infraestruturais. Todos os participantes, internos e externos à UFVJM, poderão ser estimulados a realizar um balanço ao final das atividades, oralmente ou através de formulários de satisfação e sugestões. Os estudantes serão também estimulados a sistematizar os conhecimentos e experiências, oralmente ou através de relatórios parciais e finais, que poderão compor a avaliação da disciplina, a critério do(s) docente(s) responsável(eis) por PEE e em acordo com a ementa, PPC e Plano de Ensino. Planeja-se uma rotatividade do(s) docente(s) responsável(eis) por PEE, de modo que todo o corpo docente possa contribuir com as atividades de Extensão do Curso e desenvolver coletivamente suas habilidades extensionistas.

A disciplina de PEE é pré-requisito da unidade curricular obrigatória **TCCI**, prevista para o nono período do curso, quando os estudantes devem avançar em suas pesquisas e desenvolver um capítulo ou o equivalente a 1/3 de suas monografias. Espera-se que a imersão dos estudantes em discussões acadêmicas em articulação e diálogo com a comunidade externa no decorrer de PEE provoque uma reflexão sobre suas pesquisas, potencialmente influenciando em seus rumos, em acordo com seus orientadores. A maior parte da carga horária de TCCI é dedicada ao avanço na redação da monografia e a reuniões com o docente-orientador. As quarenta horas (40h) dedicadas à extensão se referem à apresentação e discussão com a comunidade externa de: (i) seus projetos de pesquisa no início da disciplina, possivelmente aprimorados desde a primeira versão apresentada ao docente de TPE no sétimo período; (ii) dos resultados do avanço da pesquisa com a finalização da redação do capítulo ou o equivalente a 1/3 de suas monografias. Esse compartilhamento com a comunidade externa dos projetos e resultados parciais da pesquisa de graduação dos estudantes

	<p>poderá se dar na forma de eventos, rodas de conversa, oficinas ou cursos, permitindo, assim, a continuidade da interação dialógica iniciada em PEE. A avaliação dos estudantes no que se refere exclusivamente às atividades de extensão será feita pelo(s) docente(s) responsável(eis) por TCCI e poderá incluir como critério o engajamento no planejamento e organização das atividades de extensão, desenvolvimento de habilidades dialógicas na divulgação científica, sistematização dos conhecimentos e experiências decorrentes das atividades extensionistas, entre outros. Ressalta-se que cinquenta por cento da nota de TCCI deve ser atribuída pelo docente-orientador da monografia, mas que essa avaliação não se refere ao desenvolvimento das atividades de extensão, mas ao desempenho do estudante sob sua orientação no processo de elaboração do capítulo.</p> <p>O componente curricular obrigatório TCCII, previsto para o décimo e último período do curso, requer que os estudantes se dediquem à finalização da redação e defesa de suas monografias. As vinte horas (20h) desta disciplina dedicadas à extensão se referem à participação da comunidade externa na defesa de suas monografias: os estudantes deverão organizar e divulgar, com a colaboração do docente orientador, o evento público da defesa, momento em que farão as apresentações de suas monografias e a comunidade externa constituirá parte da audiência, assistindo à defesa de monografia e sendo convidada a realizar comentários e/ou perguntas ao fim da arguição da banca de professores, que avaliarão a monografia e o desempenho dos estudantes. Espera-se que todo o processo de articulação entre ensino-pesquisa-extensão na cadeia de disciplinas PEE-TCCI-TCCII gere vínculos entre o estudante-pesquisador e membros da sociedade interessados e/ou atuantes em áreas afins ao tema da pesquisa, potencialmente acompanhando o desenvolvimento da pesquisa e dialogando sobre seu conteúdo.</p> <p>A disciplina eletiva Epistemologias do Sul, cuja oferta está prevista para o sexto período em diante da grade curricular do curso, desenvolverá suas atividades de extensão, sob coordenação do docente responsável pela disciplina, a partir da seguinte metodologia: (i) os estudantes inicialmente terão contato com a literatura acerca das principais teorias, metodologias e epistemologias da Extensão em âmbito mundial, conforme bibliografia contida na ementa, e discutirão coletivamente as diferentes perspectivas; (ii) em seguida, membros de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e populares serão convidados a compartilhar, em sala de aula com os estudantes, suas experiências na luta contra a opressão, e os estudantes terão a oportunidade de interagir com esses atores sociais de maneira dialógica; (iii) os estudantes serão estimulados, então, a elaborar ideias para o enfrentamento dos desafios problematizados nas apresentações, a partir da perspectiva dos oprimidos, buscando abordagens que promovam a interculturalidade, a incompletude e a complementaridade dos saberes; (iv) por fim, os estudantes elaborarão uma síntese das experiências, saberes e ideias desenvolvidos, a ser compartilhada em interação dialógica com convidados. O desempenho dos estudantes nas atividades extensionistas da disciplina será avaliado pelo docente responsável.</p> <p>A discriminação mais detalhada das metodologias específicas a serem utilizadas em cada ação extensionista nas unidades curriculares obrigatórias e eletiva, bem como de seus processos avaliativos específicos, será feita, em acordo com as ementas das disciplinas e com o PPC, na ocasião da elaboração dos Planos de Ensino e do registro das ações junto à PROEXC pelo(s) docente(s) responsável(eis), operacionalizado atualmente através do SIEXC. Enfatiza-se que tal registro das atividades de extensão deve ser feito em cumprimento aos Artigo 8º e Artigo 3º da Resolução Consepe nº02 de 18/01/21.</p>
<p>ASPECTO 8</p>	<p>INTERAÇÃO DIALÓGICA DA COMUNIDADE ACADÊMICA COM A SOCIEDADE</p>

SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação na interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social (Cf. I, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	<p>As ações extensionistas do Curso de Ciências Econômicas fomentam o aprendizado de mão-dupla proveniente da interação entre o conhecimento, experiências e saberes populares da comunidade externa e o conhecimento acadêmico, impulsionando a construção coletiva do conhecimento.</p> <p>A comunidade externa à universidade se beneficia das ações de Extensão do curso ao se apropriar e se inserir ativamente em discussões qualificadas sobre temáticas de extrema relevância social, contribuindo, dessa forma, para a produção do conhecimento ao compartilhar saberes construídos em sua prática cotidiana, profissional ou vivência comunitária.</p> <p>A comunidade acadêmica (docentes/ técnicos/ discentes) contribui para a divulgação de conhecimentos científicos e se beneficia pelo diálogo com a comunidade externa sobre a complexidade das questões, desafios e anseios sociais contemporâneos, estimulando o conjunto da comunidade acadêmica à reflexão sobre as potenciais formas de colaboração em sua atuação profissional e cidadã.</p> <p>Espera-se, nesse sentido, que as ações extensionistas constituam uma contribuição relevante no desenvolvimento cultural, educativo, político e científico da sociedade, fortalecendo a cidadania.</p>
ASPECTO 9	INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação de extensão da formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular. (Cf. II, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	<p>A interdisciplinaridade é uma característica fundamental das Ciências Econômicas, em particular, e das Ciências Sociais Aplicadas, em geral. Tal característica reflete a própria complexidade da realidade social, que requer a mobilização de diferentes áreas do conhecimento para a sua apreensão, como a história, matemática, sociologia, política, estatística, geografia, etc. A interdisciplinaridade é um traço, portanto, da grade curricular das Ciências Econômicas, que abarca diversas e divergentes vertentes teóricas. As ações de Extensão do Curso, por serem calcadas em discussões de temáticas de grande relevância social, em sua interface com seus aspectos econômicos, requer a articulação com profissionais, acadêmicos e organizações sociais e populares atuantes em diferentes setores. Ilustra-se a natureza interdisciplinar e interprofissional de potenciais temáticas a serem abordadas nas ações extensionistas do curso: políticas e investimentos públicos em educação, saúde, habitação, previdência, meio ambiente e cultura; impactos políticos, econômicos e ambientais de transformações tecnológicas de produção, transporte, informação e comunicação; crises econômicas; tributação e orçamento público; desigualdade socioeconômica, racial e de gênero; globalização, relações internacionais e geopolítica; etc. As trocas de saberes através das interações dialógicas entre a universidade e a comunidade externa propostas pelas ações extensionistas do curso são, nesse sentido, atravessadas pela interdisciplinaridade e interprofissionalidade, contribuindo assim para a formação multidimensional dos discentes.</p>

ASPECTO 10	INDISSOCIABILIDADE ENSINO – PESQUISA – EXTENSÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação de extensão e a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. (Cf. IV, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	As ações de Extensão no Curso de Ciências Econômicas envolvem uma integração orgânica entre os três elementos do tripé universitário – Ensino-Pesquisa-Extensão. Ressalta-se que as unidades curriculares obrigatórias PEE, TCCI e TCCII, que contêm cargas horárias de Extensão, estão inseridas em uma cadeia de disciplinas que visa o aprendizado gradual dos estudantes sobre a prática da pesquisa científica e a apreensão das ferramentas necessárias para a elaboração de suas monografias. A incorporação de atividades extensionistas nestas disciplinas busca, por sua vez, fortalecer a troca de saberes nesse ciclo formativo entre os estudantes e a comunidade externa à UFVJM, contribuindo para construção coletiva e dialógica do conhecimento através de ações de extensão, como eventos, oficinas, rodas de conversa, cursos, projetos e/ou programas. Observa-se ainda que tanto o desenvolvimento das pesquisas de monografia dos estudantes, como as temáticas a serem tratadas nas ações de Extensão dialogam com os conteúdos teóricos ministrados dentro da sala de aula (ensino). Os estudantes assumem, assim, um papel protagonista na identificação da complementaridade e articulação dos diversos conhecimentos apreendidos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão em seu processo de formação.
ASPECTO 11	IMPACTO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE: CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS GRADUANDOS NA AÇÃO PARA SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Descrever a contribuição da ação de extensão para o impacto na formação do discente, conforme estabelece a legislação vigente: “Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; II- o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade; III- a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; IV- a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação; VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira”. (Cf. I-VII, Art. 6o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	A interação com a sociedade permitirá ao estudante aprimorar sua pesquisa, conhecer melhor a complexidade de seu objeto de estudo, entender os anseios e preocupações da sociedade em relação ao seu papel como cientista social e economista, tendo em vista a interação da comunidade externa no processo de desenvolvimento de sua pesquisa. Além disso, o estudante terá a oportunidade de apreender melhor a pluralidade das Ciências Econômicas, de ter acesso a opiniões distintas

	e melhorar suas habilidades de relação interpessoal e de comunicação oral e escrita, uma vez que apresentará sua pesquisa para um público diverso. Vale mencionar que entre as diversas áreas de atuação dos economistas estão várias atividades que envolvem elaboração de relatórios e análises econômicas das mais diversas, que demandam uma boa expressão escrita e oral.
ASPECTO 12	IMPACTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação de extensão e produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; (Cf. III, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	A troca de saberes entre a comunidade externa à UFVJM e os membros internos da UFVJM aprofunda o conhecimento coletivo sobre temas importantes das Ciências Sociais Aplicadas, como pobreza, fome, desigualdade social, racial e de gênero, entre outros, além de difundir junto a diferentes segmentos sociais conhecimentos sobre questões econômicas mais específicas, como inflação, taxa de juros, política fiscal, política monetária, entre outros, que impactam de sobremaneira nas condições gerais de vida de toda a população. Numa era de desinformação e <i>fake news</i> , essa interação contribuirá para o processo de conscientização de classe e fomentará o acesso da comunidade externa a pesquisas de qualidade para potencialmente fundamentar as demandas políticas de movimentos sociais e populares ou as proposições da sociedade em termos de políticas institucionais, auxiliando na transformação social, sobretudo na esfera local.

ASPECTO 13	DESCRIÇÃO DO PÚBLICO-ALVO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre o perfil e participação do público-alvo na ação de extensão e, principalmente, a interação com a comunidade externa. Pois são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias. (Cf. Art. 7o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	As ações de extensão têm como público-alvo a comunidade externa e interna à UFVJM, como movimentos sociais e populares, organizações não-governamentais, instituições governamentais, grupos comunitários, órgãos sindicais, professores do ensino fundamental e médio, profissionais liberais, egressos do curso, estudantes da UFVJM e de outras universidades da região. Ou seja, serão convidados à interação todos aqueles cujas demandas estejam contempladas nas ações de extensão. Ressalta-se a participação ativa dos discentes do curso de Ciências Econômicas, de modo que as ações contribuam para sua formação e para o desenvolvimento das atividades de extensão.



Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Ciências Econômicas

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas e o Núcleo Docente Estruturante, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em reunião ordinária, realizada no dia 14 de outubro de 2022, no uso de suas atribuições estatutárias, aprova as alterações no Regulamento, válidas para os discentes da matriz curricular 2020-2, e aprova as demais partes, incluindo os anexos, das Atividades Complementares do Curso de Ciências Econômicas, em conformidade com a resolução nº 33, de 14 de dezembro de 2021, a qual altera a resolução nº 05, do Consepe, de 23 de abril de 2010.

Capítulo 1 – Das disposições preliminares

Art. 1º As Atividades Complementares (ACs) do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri estão previstas como atividades obrigatórias pelo Art. 8º das Diretrizes Nacionais do Curso (Resolução CNE/CES N° 4, de 13 de julho de 2007) e, portanto, também assim previstas pelo Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas, em sua última reformulação, aprovado pela resolução nº. 23, de 11 de dezembro de 2020, e na sua versão anterior, aprovado pela resolução nº 19, do Consepe, em 14 de dezembro de 2007.

Art. 2º – O presente instrumento tem por finalidade regulamentar as Atividades Complementares do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bem como normatizar o oferecimento, aproveitamento e a validação das atividades complementares que compõem a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 3º – As Atividades Complementares constituem-se, como previstas nas *Diretrizes Nacionais...*, como componentes curriculares enriquecedores, que abrangem a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente e contextualizada atualização, que devem possibilitar ao estudante vivências acadêmicas compatíveis com as relações do mercado de trabalho, estabelecidas ao longo



do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

Capítulo 2 – Das atividades complementares

Art. 4º – Considera-se como Atividade Complementar: a iniciação científica; a iniciação à docência/monitoria; a participação em projetos de ensino; a participação em projetos de pesquisa e em grupos de pesquisa; a participação em ações de extensão; o estágio não obrigatório; a bolsa atividade; o Programa de Educação Tutorial (PET); o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid); e demais projetos institucionais; a participação em atividades acadêmicas e de eventos científicos; as atividades desportivas e culturais; a participação em comissões, conselhos e órgãos colegiados na UFVJM; a atividade de capacitação profissional e formação humanística; participação em atividade comunitária; a participação em entidades de representação estudantil, desde que não compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas e atividades do Curso de Ciências Econômicas.

Parágrafo único: Não serão integralizadas como Atividades Complementares as atividades com fins estritamente confessionais, uma vez que não há previsão nas *Diretrizes Nacionais do Curso*, na Resolução da UFVJM e no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 5º – As Atividades Complementares são obrigatórias para a integralização curricular do Curso de Ciências Econômicas, perfazendo um total de 180 horas, sendo, portanto, um pré-requisito para a colação de grau.

Art. 6º – Somente as atividades realizadas após o ingresso no Curso de Ciências Econômicas poderão ser objeto de reconhecimento e validação.

Parágrafo primeiro – os estudantes que estiverem regularmente matriculados nos cursos constantes do “caput” deste artigo por meio de transferência ou aproveitamento estudos ficam sujeitos ao cumprimento da carga horária de atividades complementares, podendo solicitar à coordenação o cômputo da carga horária atribuída pela instituição de origem, observadas as seguintes condições:



a) as atividades complementares realizadas na instituição/curso de origem devem ser compatíveis com as estabelecidas neste Regulamento; b) se a carga horária atribuída pela instituição de origem estiver de forma distinta das horas previstas neste Regulamento, a computação destas horas será feita de acordo com art. 14.

Parágrafo segundo – O discente que ingressar no Curso de Ciências Econômicas na condição de portador de diploma para fins de nova habilitação/modalidade poderá validar as atividades realizadas no último ano imediatamente anterior ao ingresso na nova habilitação.

Art. 7º – Para fins de registro acadêmico da carga horária, as Atividades Complementares estão divididas em:

- I – Grupo 1: Atividades de ensino e publicação;
- II – Grupo 2: Atividades de pesquisa e publicação;
- III – Grupo 3: Atividades de extensão, cultura, esporte e publicação;
- IV – Grupo 4: Atividades de representação estudantil e;
- V – Grupo 5: Capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística.

Art. 8º – Admitem-se como Atividades Complementares associadas ao Ensino a frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da instituição ou em outra Instituição de Ensino Superior, na mesma área de formação ou em áreas afins, a critério da Comissão Supervisora, bem como participação em monitorias; em minicursos acadêmicos e cursos acadêmicos de curta-duração; em projetos de ensino; e realização de cursos de formação em idiomas.

Art. 9º – Consideram-se como Atividades Complementares associadas à Pesquisa a participação de estudantes em projetos de pesquisa ou investigação científica; a publicação científica e de documentos de autoria e coautoria do discente; premiação em concursos de caráter regional, nacional e/ou internacional em economia e áreas afins; participação,



organização e apresentação em eventos, palestras, debates, seminários, simpósios, colóquios e congressos; presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Art.10 – Constituem Atividades Complementares associadas à Extensão a participação em ações de extensão que possuem relações com a formação do discente em economia e áreas afins; o comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, semanas acadêmicas, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros; participação em grupos artístico-culturais e em Programas Tutoriais (PET e Outros); presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Parágrafo primeiro – As atividades complementares de Extensão que serão computadas dentro das 300 horas de Extensão exigidas para integralização do curso deverão ser certificadas

Parágrafo segundo – Os estudantes que cursarem PEE, TCC I, TCC II e uma disciplina eletiva com 60 horas de Extensão, como é o caso de Epistemologias do Sul, deverão realizar 80 horas mínimas de atividades complementares de Extensão, certificadas, para a integralização das 300 horas totais de Extensão. Os alunos que cursarem apenas PEE, TCCI e TCC II, por sua vez, deverão realizar 140 horas mínimas de atividades complementares de Extensão, certificadas, para a integralização das 300 horas totais de Extensão.

Art. 11 – Consideram-se como Atividades Complementares associadas à representação estudantil a participação de discentes em órgãos colegiados, conselhos e entidades de representação estudantil.

Art.12 – Constituem Atividades Complementares associadas à Capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística: estágios não obrigatórios; participação em empresa júnior; bolsa atividade; atividade comunitária; trabalhos



voluntários, atividades em movimentos sociais; atividade profissional específica comprovada na área de Economia; e doação de sangue.

Capítulo 3 – Da carga horária a ser integralizada

Art. 13 – Os discentes devem integralizar ao longo do Curso de Ciências Econômicas 180 horas de Atividades Complementares.

Art. 14 - A integralização da carga horária das Atividades Complementares se dá de acordo com os seguintes critérios:

GRUPO	ATIVIDADE COMPLEMENTAR	CARGA HORÁRIA CONSIDERADA	HORAS OBTIDAS
– Grupo 1 - Ensino	-Disciplinas optativas, eletivas cursadas: -do próprio curso, quando estas excederem a carga horária mínima obrigatória; – de outros cursos da UFVJM ou de outra Instituição de Ensino Superior.	– Aproveitamento máximo de 90 horas. – Carga horária da disciplina.	
	-Participação em monitorias.	Carga horária constante no certificado.	
	- Participação em minicursos acadêmicos e cursos acadêmicos de curta-duração.	-Carga horária constante no certificado. – Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 04 horas por dia de evento.	
	- Participação em cursos de formação em idiomas.	-Carga horária constante no certificado.	
	-Participação em projetos de ensino.	-Carga horária constante no certificado.	
		SUBTOTAL GRUPO 1	
– Grupo 2 -	– Participação em projetos e grupos de pesquisa e investigação científica.	Carga horária constante no certificado.	



Pesquisa	- Publicação científica de autoria e coautoria do discente.	- Artigo Completo- 30 horas - Resumo Expandido- 15 horas - Resenha – 10 horas	
	- Premiação em concursos de caráter regional, nacional e/ou internacional em Economia e áreas afins.	Cada prêmio equivale a 10 horas de AC.	
	- Presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.	Carga horária constante no certificado.	
	- Participação, organização e apresentação em eventos, palestras, debates, seminários, simpósios, colóquios e congressos.	-Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 04 horas por dia de evento.	
		SUBTOTAL GRUPO 2	
- Grupo 3 - Extensão	- Participação em projetos e grupos de extensão.	Carga horária constante no certificado ou comprovante de registro.	
	- Exibição e discussão de filmes e vídeos.	- Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 03 horas por dia do evento.	
	- Participação e comparecimento em eventos, exposições e lançamentos de livros	-Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 03 horas por dia de evento.	
	-Participação em grupos artísticos culturais credenciados e/ ou regularmente constituídos.	- Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária da participação, será considerada máximo de 30 horas por ano.	
	- Disciplinas com carga horária de Extensão	Carga horária de extensão da disciplina	
	- Atividades Desportivas	Aproveitamento máximo de 30 horas.	
	- Presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.	Carga horária constante no certificado.	



	– Programas Tutoriais (PET e Outros)	– Aproveitamento máximo de 30 horas. – Carga horária constante no certificado.	
		SUBTOTAL GRUPO 3	
Grupo 4 representação estudantil	– Representação estudantil.	– Aproveitamento máximo de 60 horas. – Cada mandato equivale a 30 horas.	
	– Participação em órgãos colegiados e conselhos	– Aproveitamento máximo de 60 horas. – Cada mandato equivale a 30 horas.	
	Participação em comissões	– Cada mandato equivale a 5 horas.	
		SUBTOTAL GRUPO 4	
Grupo 5 Capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística.	-Estágios não obrigatórios.	– Aproveitamento máximo de 30 horas por ano. Carga horária constante no comprovante.	
	- Participação em empresa júnior.	– Aproveitamento máximo de 30 horas.	
	– Bolsa Atividade	- Carga horária constante no comprovante.	
	- Atividade profissional específica comprovada na área de Economia.	– Aproveitamento máximo de 40 horas por ano.	
	- Atividade comunitária; trabalhos voluntários; atividades em movimentos sociais.	– Aproveitamento máximo de 60 horas. Carga horária constante no comprovante.	
	- Doação de sangue.	4 horas por dia de doação.	
		SUBTOTAL GRUPO 5	
TOTAL GERAL			

Parágrafo único: para as atividades nas quais o discente não tenha bolsa, a equivalência de horas e os critérios de avaliação serão os mesmos daqueles estudantes atendidos com bolsa.

Art. 15 – O discente deve obter aproveitamento em pelo menos 03 (três) grupos de Atividades Complementares, sendo que a cada grupo está designada a carga horária máxima de 160 horas, a serem computadas de acordo com os critérios constantes no Art.



14, capítulo 3.

Capítulo 4 – Do aproveitamento das atividades complementares

Art. 16 – Com vistas à integralização curricular, o discente deve requerer o aproveitamento da carga horária das atividades complementares junto à Comissão Supervisora de Atividades Complementares.

Parágrafo primeiro – Os documentos comprobatórios da carga horária, separados por grupo na mesma ordem da tabela (Anexo I), devem estar acompanhados do requerimento de aproveitamento das atividades complementares e da declaração de autenticidade dos comprovantes (Anexo II), devidamente preenchidos e assinados.

Parágrafo segundo - O discente deve enviar o requerimento, a declaração de autenticidade e a documentação comprobatória, em formato digital (pdf), nos primeiros 60 (sessenta) dias do semestre letivo vigente, para o e-mail da Coordenação de Curso ou outro indicado pela Comissão Supervisora de Atividades Complementares.

Art. 18 – O requerimento e a documentação comprobatória, relativos ao aproveitamento das atividades complementares, devem ser protocolados e enviados em formato digital (pdf) ao e-mail da Coordenação de Curso até os primeiros 60 (sessenta) dias do 10º (décimo) período do curso. A Coordenação apresentará à Comissão Supervisora de Atividades Complementares.

Art. 19 – A Comissão Supervisora de Atividades Complementares terá o prazo limite de 30 (trinta) dias para produzir o resultado da avaliação das atividades dos discentes.

Parágrafo Único – O discente que não atingir a carga horária total de 180 horas na avaliação da Comissão Supervisora de Atividades Complementares deverá apresentar documentações concernentes às horas restantes até o final do semestre letivo, de acordo com o calendário oficial da instituição. Caso contrário, o discente não receberá aprovação de cumprimento das Atividades Complementares.

Capítulo 5 – Da Comissão supervisora de atividades complementares

Art. 20 – Os estudos e práticas independentes que compõem as Atividades



Complementares serão analisados e reconhecidos pela Comissão Supervisora de Atividades Complementares, composta pelos professores da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, para o exercício do conjunto de atividades de orientação básica ao discente e de administração dos atos relativos à política, ao planejamento e à supervisão das Atividades Complementares.

Art. 21 – É de competência da Comissão Supervisora de Atividades Complementares:

I – apreciar os requerimentos e decidir a respeito da validade dos documentos apresentados pelo discente; e

II – emitir parecer, realizar o lançamento do aproveitamento no sistema e encaminhar os processos finalizados, com o resultado da avaliação das Atividades Complementares de cada discente.

Parágrafo Único. Das decisões da Comissão Supervisora de Atividades Complementares caberá recurso, dentro de 3 (três) dias, à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas.

Capítulo 6 – Das disposições finais

Art. 22 – Os casos não previstos neste regulamento, nem em resolução institucional específica, serão apreciados pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 23 – Salvo disposições em contrário, o presente regulamento poderá ser alterado pelo voto de dois terços dos membros do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 24 – Esta resolução se aplica aos alunos matriculados na matriz curricular de 2020-2.

Teófilo Otoni, 14 de outubro de 2022.

Profa. Dr^a.Silvia Swain Canôas



Presidente do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas

ANEXO I

Requerimento de Aproveitamento das Atividades Complementares Curso de Ciências Econômicas

Nome _____ do
discendente: _____

Número de matrícula: _____

E-mail: _____

Data da entrega do requerimento: ____/____/____

Quadro de Equivalência e Apuração (*)

GRUPO	ATIVIDADE COMPLEMENTAR	CARGA HORÁRIA CONSIDERADA	HORAS OBTIDAS
– Grupo 1 - Ensino	-Disciplinas optativas, eletivas cursadas: -do próprio curso, quando estas excederem a carga horária mínima obrigatória; – de outros cursos da UFVJM ou de outra Instituição de Ensino Superior.	– Aproveitamento máximo de 90 horas. – Carga horária da disciplina.	
	-Participação em monitorias.	Carga horária constante no certificado.	
	- Participação em minicursos acadêmicos e cursos acadêmicos de curta-duração.	-Carga horária constante no certificado. – Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 04 horas por dia de evento.	
	- Participação em cursos de formação em idiomas.	-Carga horária constante no certificado.	
	-Participação em projetos de ensino.	-Carga horária constante no certificado.	
		SUBTOTAL GRUPO 1	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS- FACSAAE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CAMPUS DO MUCURI – TEÓFILO OTONI
www.ufvjm.edu.br



– Grupo 2 - Pesquisa	– Participação em projetos e grupos de pesquisa e investigação científica.	Carga horária constante no certificado.	
	- Publicação científica de autoria e coautoria do discente.	- Artigo Completo- 30 horas - Resumo Expandido- 15 horas - Resenha – 10 horas	
	- Premiação em concursos de caráter regional, nacional e/ou internacional em Economia e áreas afins.	Cada prêmio equivale a 10 horas de AC.	
	- Presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.	Carga horária constante no certificado.	
	– Participação, organização e apresentação em eventos, palestras, debates, seminários, simpósios, colóquios e congressos.	-Carga horária constante no certificado. – Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 04 horas por dia de evento.	
		SUBTOTAL GRUPO 2	
– Grupo 3 - Extensão	– Participação em projetos e grupos de extensão.	Carga horária constante no certificado ou comprovante de registro.	
	– Exibição e discussão de filmes e vídeos.	– Carga horária constante no certificado. – Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 03 horas por dia do evento.	
	– Participação e comparecimento em eventos, exposições e lançamentos de livros	-Carga horária constante no certificado. – Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 03 horas por dia de evento.	
	-Participação em grupos artísticos culturais credenciados e/ ou regularmente constituídos.	- Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária da participação, será considerada máximo de 30 horas por ano.	
	- Disciplinas com carga horária de Extensão	Carga horária de extensão da disciplina	
	– Atividades Desportivas	Aproveitamento máximo de 30 horas.	



	- Presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.	Carga horária constante no certificado.	
	- Programas Tutoriais (PET e Outros)	- Aproveitamento máximo de 30 horas. - Carga horária constante no certificado.	
		SUBTOTAL GRUPO 3	
Grupo 4 representação estudantil	- Representação estudantil.	- Aproveitamento máximo de 60 horas. - Cada mandato equivale a 30 horas.	
	- Participação em órgãos colegiados e conselhos	- Aproveitamento máximo de 60 horas. - Cada mandato equivale a 30 horas.	
	Participação em comissões	- Cada mandato equivale a 5 horas.	
		SUBTOTAL GRUPO 4	
Grupo 5 Capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística.	- Estágios não obrigatórios.	- Aproveitamento máximo de 30 horas por ano. Carga horária constante no comprovante.	
	- Participação em empresa júnior.	- Aproveitamento máximo de 30 horas.	
	- Bolsa Atividade	- Carga horária constante no comprovante.	
	- Atividade profissional específica comprovada na área de Economia.	- Aproveitamento máximo de 40 horas por ano.	
	- Atividade comunitária; trabalhos voluntários; atividades em movimentos sociais.	- Aproveitamento máximo de 60 horas. Carga horária constante no comprovante.	
	- Doação de sangue.	4 horas por dia de doação.	
		SUBTOTAL GRUPO 5	
		TOTAL GERAL	

(*) o aluno deve cumprir **180 horas** para obter conceito satisfatório.

(*) o aluno deve obter aproveitamento em pelo menos 03 (tres) grupos, sendo que a cada grupo está designada a carga horária máxima de **160 horas**.



Parecer da Comissão Supervisora de Avaliação:

Satisfatório

Não-satisfatório

Observações:

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____.

Membro da Comissão Supervisora de Atividades Complementares

Membro da Comissão Supervisora de Atividades Complementares



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, _____,
Portador do CPF nº _____, estudante matriculado sob o nº
_____, no Curso de Ciências Econômicas da UFVJM, declaro, para fins
de comprovação das Atividades Complementares, que os documentos comprobatórios
entregues à Comissão Supervisora de Atividades Complementares são cópias autênticas
dos originais.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Discente



Regulamento das Atividades Curriculares Complementares do Curso de Ciências Econômicas

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em reunião ordinária, realizada no dia 12 de Maio de 2013, no uso de suas atribuições estatutárias, aprova as alterações no regulamento, com anexos, da regulamentação das atividades curriculares complementares do Curso de Ciências Econômicas, aprovada em reunião realizada em 12 de Outubro de 2012.

Capítulo 1 - Das disposições preliminares

Art. 1º As Atividades Complementares (AC) do Curso de Ciências Econômicas estão previstas como atividades obrigatórias, no Projeto Político Pedagógico aprovado pela Resolução nº 19, do CONSEPE, em 14 de dezembro de 2007, e na Resolução nº 05, do CONSEPE, de 23 de abril de 2010.

Art. 2º - O presente instrumento tem por finalidade regulamentar as atividades curriculares complementares do curso de graduação em Ciências Econômicas, bem como normatizar o oferecimento, aproveitamento e a validação das atividades curriculares complementares que compõem a estrutura curricular do curso de graduação em Ciências Econômicas

Art. 3º - As Atividades Complementares constituem-se como componentes curriculares enriquecedores, que abrangem a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente e contextualizada atualização, que devem possibilitar ao aluno vivências acadêmicas compatíveis com as relações do mercado de trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.



Capítulo 2 – Das atividades curriculares complementares

Art. 4º - Considera-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade, não compreendida nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas e atividades do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 5º - As Atividades Complementares são obrigatórias para a integralização curricular do Curso de Ciências Econômicas, perfazendo um total de 180 horas, sendo, portanto, um pré-requisito para a colação de grau.

Art. 6º - Somente as atividades realizadas após o ingresso no curso de Ciências Econômicas, poderão ser objeto de reconhecimento e validação.

Parágrafo primeiro - os alunos que estiverem regularmente matriculados nos cursos constantes do “caput” deste artigo por meio de transferência ou aproveitamento estudos ficam sujeitos ao cumprimento da carga horária de atividades complementares, podendo solicitar à coordenação o cômputo da carga horária atribuída pela instituição de origem, observadas as seguintes condições:

a) as atividades complementares realizadas na instituição/curso de origem devem ser compatíveis com as estabelecidas neste regulamento; b) a carga horária atribuída pela instituição de origem não poderá ser superior a conferida por este regulamento.

Parágrafo segundo - O discente que ingressar no curso de Ciências Econômicas na condição de portador de diploma para fins de nova habilitação/modalidade, poderá validar as atividades realizadas no último ano imediatamente anterior ao ingresso na nova habilitação.

Art. 7º - Para fins de registro acadêmico da carga horária, as Atividades Complementares



estão divididas em:

- I – Grupo 1: Ensino;
- II – Grupo 2: Pesquisa;
- III – Grupo 3: Extensão.

Art. 8º - Admitem-se como Atividades Complementares associadas ao Ensino, a frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da instituição ou em outra Instituição de Ensino Superior, na mesma área de formação ou em áreas afins, a critério do Coordenador do Curso.

Art. 9º - Consideram-se como Atividades Complementares associadas à Pesquisa a participação de alunos em projetos de pesquisa ou investigação científica; a publicação de documentos de autoria própria do aluno; a presença colaborativa em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Art.10 - Constituem Atividades Complementares associadas à Extensão a participação em projetos de extensão reconhecidos pela IES; o comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, semanas acadêmicas, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros e a participação em monitorias, estágios não obrigatórios e empresa júnior, bem como a participação em colegiado do curso e conselho de centro, representação estudantil e grupos artístico-culturais credenciados ou regularmente constituídos.

Capítulo 3 – Da carga horária a ser integralizada

Art. 11 - Os alunos devem integralizar ao longo do Curso de Ciências Econômicas 180 horas de Atividades Complementares.

Art. 12 - A integralização da carga horária das Atividades Complementares se dá de acordo com os seguintes critérios:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS- FACSAC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CAMPUS DO MUCURI – TEÓFILO OTONI
www.ufvjm.edu.br



GRUPO	ATIVIDADE COMPLEMENTAR	CARGA HORÁRIA CONSIDERADA	HORAS OBTIDAS
- Grupo 1 - Ensino	- Disciplinas optativas eletivas cursadas: - do próprio curso, quando estas excederem a carga horária mínima obrigatória; - de outros cursos da UFVJM ou de outra Instituição de Ensino Superior.	- Aproveitamento máximo de 160 horas. - Carga horária da disciplina.	
	Participação em monitorias.	Cada 4 horas de participação equivalem a 2 hora de AC.	
	Participação em mini curso.	-Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será consideradas 1 horas por dia de evento.	
- Grupo 2 - Pesquisa	- Participação em projetos e grupos de pesquisa e investigação científica.	Cada 4 horas de participação equivalem a 2 hora de AC.	
	Publicação científica de autoria e co-autoria, do aluno.	Cada publicação equivale a 4 horas de AC.	
	- Participação e comparecimento em eventos:palestras, debate, seminário, simpósio, colóquio e congresso.	-Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será consideradas 1 horas por dia de evento.	
- Grupo 3 - Extensão	- Participação em projetos e grupos de extensão.	Cada 4 horas de participação equivalem a 2 hora de AC.	
	- Exibição e discussão de filmes e vídeos.	- Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será consideradas 1 horas por dia de evento.	
	- Participação e comparecimento em eventos,exposições e lançamentos de livros	-Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será consideradas 1 horas por dia de evento.	
	- Participação em colegiado de curso.	- Aproveitamento máximo de 30 horas. - Cada mandato equivale a 15 horas.	
	-Participação em comissões e conselhos, designado por portaria, e grupos artístico culturais. Credenciados e/ ou regularmente constituídos.	-Cada mandato equivale a 5 horas.	
	- Representação estudantil.	- Aproveitamento máximo de 30 horas. - Cada mandato equivale a 15 horas.	
	-Estágios não obrigatórios e participação em empresa júnior.	Cada 4 horas de participação equivalem a 2 hora de AC.	
	- Bolsa Atividade	Cada 4 horas de participação equivalem a 2 horas de AC.	
	- Atividades Desportivas e Culturais	- Aproveitamento máximo de 30 horas. -Cada 12 horas de Participação Correspondem a 1 hora AC.	
	- Programas Tutoriais (PET e Outros)	- Aproveitamento máximo de 30 horas . -Cada 4 horas de participação equivalem a 2 horas de AC.	



Parágrafo único: para as atividades nas quais o aluno não tenha bolsa, a equivalência de horas e os critérios de avaliação serão os mesmos daqueles alunos atendidos com bolsa.

Art. 13 - O aluno deve obter aproveitamento em pelo menos 02 (dois) grupos de Atividades Complementares, sendo que a cada grupo está designada a carga horária máxima de 160 horas, a serem computadas de acordo com os critérios constantes no artigo 14º.

Capítulo 4 – Do aproveitamento das atividades complementares

Art. 14 - Para aproveitamento das atividades complementares exige-se a apresentação de documentação comprobatória.

Parágrafo segundo – a entrega dos documentos comprobatórios deve estar acompanhada do requerimento de aproveitamento e apuração das atividades complementares (Anexo I) e da declaração autenticidade dos comprovantes (Anexo II), devidamente preenchidos e assinados.

Art. 15 - Para fins de acompanhamento e controle pela Comissão Supervisora de Atividades Complementares, com vistas à integralização, o aluno deve requerer o aproveitamento da atividade realizada, mediante formulário próprio.

Art. 16 - O requerimento e a documentação comprobatória, relativos ao aproveitamento das atividades curriculares complementares, deverão ser apresentados à Comissão Supervisora de Atividades Complementares no decorrer dos primeiros 60 (sessenta) dias do 10º (décimo) período do curso.

Art. 17 - A Comissão Supervisora de Atividades Complementares terá o prazo limite de 20 (vinte) dias para produzir o resultado da avaliação das atividades dos discentes.

Parágrafo Único – O discente que não atingir a carga horária total de 180 horas na avaliação da Comissão Supervisora de Atividades Complementares, deverá apresentar documentação concernentes às horas restantes até o final do semestre letivo, de acordo com o calendário oficial da instituição. Caso contrário, o discente não receberá certificação de cumprimento das Atividades Curriculares Complementares.



Capítulo 5 – Da Comissão supervisora de atividades curriculares complementares

Art. 18 - Os estudos e práticas independentes que compõem as Atividades Curriculares Complementares serão analisados e reconhecidos pela Comissão Supervisora de Atividades Complementares, composta pelo professor da cadeira de Trabalho de Conclusão de Curso II e pelo técnico administrativo do Departamento, para o exercício do conjunto de atividades de orientação básica ao aluno e de administração dos atos relativos à política, ao planejamento e à supervisão das Atividades Complementares.

Art. 19 - É de competência da Comissão Supervisora de Atividades Complementares:

I – organizar calendário de Atividades Complementares, incluindo o elenco de atividades institucionais, informando, para divulgação, ao Coordenador do Curso de Ciências Econômicas;

II – apreciar os requerimentos e decidir a respeito da validade dos documentos apresentados pelo aluno; e

III – emitir parecer e encaminhar os processos finalizados, com o resultado da avaliação das Atividades Complementares de cada aluno, ao Coordenador do Curso para arquivamento e lançamento do aproveitamento no sistema;

Parágrafo Único. Das decisões da Comissão Supervisora de Atividades Complementares caberá recurso, dentro de 3 (três) dias, à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas.

Capítulo 6 - Das disposições finais

Art. 20 - Os casos não previstos neste regulamento, nem em resolução institucional específica, serão apreciados pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 21 - Salvo disposições em contrário, o presente regulamento poderá ser alterado pelo voto de dois terços dos membros do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS- FACSAE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CAMPUS DO MUCURI – TEÓFILO OTONI
www.ufvjm.edu.br



Teófilo Otoni, 12 de Maio de 2013.

Prof^a. MSc. Ellen Lucy Tristão
Presidente do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas



ANEXO I

Requerimento de Aproveitamento das Atividades Complementares Curso de Ciências Econômicas

Nome do aluno: _____

Número de matrícula: _____

E-mail: _____

Data da entrega do requerimento: ____/____/____

Quadro de Equivalência e Apuração (*)

GRUPO	ATIVIDADE COMPLEMENTAR	CARGA HORÁRIA CONSIDERADA	HORAS OBTIDAS
- Grupo 1 - Ensino	Disciplinas optativas eletivas cursadas: - do próprio curso, quando estas excederem a carga horária mínima obrigatória; - de outros cursos da UFVJM ou de outra Instituição de Ensino Superior.	- Aproveitamento máximo de 160 horas. - Carga horária da disciplina.	
	Participação em monitorias.	Cada 4 horas de participação equivalem a 2 hora de AC.	
	- Participação em mini curso.	-Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será consideradas 1 horas por dia de evento.	
SUBTOTAL GRUPO 1			
- Grupo 2 - Pesquisa	Participação em projetos e grupos de pesquisa e investigação científica.	Cada 4 horas de participação, equivalem a 2 horas de AC.	
	-Publicação científica de autoria e co-autoria, do aluno	Cada publicação equivale a 4 horas de AC.	
	- Participação e comparecimento em eventos: palestras, debate, seminário, simpósio, colóquio e congresso.	-Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 1 hora por dia de evento.	
SUBTOTAL GRUPO 2			



- Grupo 3 - Extensão	Participação em projetos e grupos de extensão.	Cada 4 horas de participação equivalem a 2 hora de AC.	
	- Exibição e discussão de filmes e vídeos.	- Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 1 hora por dia do evento.	
	- Participação e comparecimento em eventos, exposições e lançamentos de livros	-Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 1 hora por dia de evento.	
	- Participação em colegiado de curso.	- Aproveitamento máximo de 30 horas. - Cada mandato equivale a 15 horas.	
	-Participação em comissões e conselhos, designados por portaria, e grupos artístico culturais. Credenciados e/ ou regularmente constituídos.	-Cada mandato equivale a 5 horas.	
	- Representação estudantil.	- Aproveitamento máximo de 30 horas. - Cada mandato equivale a 15 horas.	
	-Estágios não obrigatórios e participação em empresa júnior.	Cada 4 horas de participação equivalem a 2 hora de AC.	
	- Bolsa Atividade	Cada 4 horas de participação equivalem a 2 horas de AC.	
	- Atividades Desportivas e Culturais	- Aproveitamento máximo de 30 horas. -Cada 12 horas de Participação Correspondem a 1 hora AC.	
	- Programas Tutoriais (PET e Outros)	- Aproveitamento máximo de 30 horas . -Cada 4 horas de participação equivalem a 2 horas de AC.	
SUBTOTAL GRUPO 3			

(*) o aluno deve cumprir **180 horas** para obter conceito satisfatório.

(*) o aluno deve obter aproveitamento em pelo menos 02 (dois) grupos, sendo que a cada grupo está designada a carga horária máxima de **160 horas**.



Parecer da Comissão Supervisora de Avaliação:

() Satisfatório

() Não-satisfatório

Observações:

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____.

Membro da Comissão Supervisora de Atividades Complementares

Membro da Comissão Supervisora de Atividades Complementares

Membro da Comissão Supervisora de Atividades Complementares



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, _____,
portador do CPF nº _____, estudante matriculado sob o nº
_____, no Curso de Curso de Ciências Econômicas da UFVJM,
declaro, para fins de comprovação das Atividades Complementares, que os documentos
comprobatórios entregues à Comissão Supervisora de Atividades Complementares são
cópias autênticas dos originais.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Aluno

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI

CAMPUS DO MUCURI - MINAS GERAIS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
E EXATAS



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BACHARELADO
MODALIDADE PRESENCIAL
VIGÊNCIA A PARTIR DO CALENDÁRIO
ACADÊMICO 2020-2



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Reitor
Janir Alves Soares

Vice-Reitor
Marcus Henrique Canuto

Chefe de Gabinete
Fernando Borges Ramos

Pró-Reitora de Graduação
Orlanda Miranda Santos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Ronaldo Luis Thomasini

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Marcus Vinícius Carvalho Guelpeli

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis
Jussara de Fátima Barbosa Fonseca

Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento
Antônio Carlos Guedes Zappalá

Pró-Reitora de Administração
Flaviana Dornela Verli

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Erinaldo Barbosa da Silva

Docentes efetivos que compõem o Núcleo Docente Estruturante (NDE)¹

André Moulin Dardengo

Carlos Henrique Lopes Rodrigues

Fernando Leitão Rocha Junior

Janaína Elisa Patti de Faria

Márcio Paschoino Lupatini

Michel Cândido de Souza

Nathalia Sbarai

Rangel Silvando da Silva Nascimento

Ronaldo Ribeiro Ferreira

Silvia Swain Canôas

Vanessa Follmann Jurgenfeld

Equipe participante da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

Docentes efetivos

Adriano José Luz e Silva

André Moulin Dardengo

Carlos Henrique Lopes Rodrigues

Ellen Lucy Tristão

Fernando Leitão Rocha Junior

Janaína Elisa Patti de Faria

Jorge Fulgêncio Silva Chaves

José Carlos Freire

Márcio Paschoino Lupatini

Michel Cândido de Souza

Nathalia Sbarai

Rangel Silvando da Silva Nascimento

Rogério Fernandes Macedo

Ronaldo Ribeiro Ferreira

Sílvia Swain Canôas

Thiago Marques Mandarino

Vanessa Follmann Jurgenfeld

¹ Portaria n. 25/ FACSAB/UFVJM, de 25 de setembro de 2020.

Docentes Substitutos

Acson Gusmão Franca
Alana Carvalho Ferreira
Danne Vieira da Silva
Flávia Félix Barbosa

Discentes Colaboradores

Bruna Medeiros Gouvêa
Matheus Pires Matos

Técnico em Administração

João Cesar de Souza Ferreira

Sumário

1. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	10
1.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	11
2. APRESENTAÇÃO.....	14
2.1. HISTÓRICO DA UFVJM	15
2.2. HISTÓRICO E JUSTIFICATIVA DO CURSO	16
3. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	19
3.1. CONGREGAÇÃO	19
3.2. DIREÇÃO DA UNIDADE ACADÊMICA	20
3.3. COORDENAÇÃO DE CURSO.....	21
3.4. COLEGIADO DE CURSO	21
3.5. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	22
3.6. CORPO DOCENTE E TÉCNICO.....	22
4. OBJETIVOS DO CURSO.....	25
5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	26
6. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	27
7. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	28
8. PROPOSTA PEDAGÓGICA	30
8.1. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	31
8.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	32
8.3. ABRANGÊNCIA DO CURSO.....	33
8.4. CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	34
8.5. LINHA METODOLÓGICA.....	36
8.6. INTERDISCIPLINARIDADE.....	37
8.6.1. EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA	38
8.6.2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	39
8.6.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	40
8.6.4. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA,AFRICANA E INDÍGENA.....	40
8.7. INTERAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA	41
8.8. USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)	42
8.9. A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA	43
8.10. OS DESAFIOS DA EXTENSÃO E DE SUA CURRICULARIZAÇÃO	44
8.11. PROGRAMAS DE APOIO AO DISCENTE.....	49
9. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	52
10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO	53
10.1 AÇÕES DO NDE, DA COORDENAÇÃO DO CURSO E DO COLEGIADO DO CURSO.....	53
10.2 DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	54
10.3. MEDIDAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO CURSO	55
10.4. AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO	56
11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	58
11.1. ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO	171
11.2. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	172
11.3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	174
11.4. INTEGRALIZAÇÃO	175
15. TRANSIÇÃO ENTRE ESTRUTURAS CURRICULARES	177

REFERÊNCIAS	183
ANEXOS	184
ANEXO 1: REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	185
ANEXO 2: REGULAMENTO PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	191
ANEXO 3: TRANSIÇÃO PARA A NOVA ESTRUTURA CURRICULAR (EQUIVALÊNCIAS ENTRE AS ESTRUTURAS CURRICULARES) .	200
ANEXO 4: REFERENDO DO EMENTÁRIO	206
ANEXO 5: ACORDO DE OFERTA DE UNIDADES CURRICULARES ENTRE OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS ECONÔMICAS E SERVIÇO SOCIAL	208
Anexo 6: Quadro DESCRIÇÃO DA NATUREZA DE EXTENSÃO	210

1. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

DADOS DA INSTITUIÇÃO	
Instituição	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri -UFVJM
Endereço	<i>Campus do Mucuri</i> – Rua do Cruzeiro, nº 01 - Jardim São Paulo
CEP/Cidade	39803-371 / Teófilo Otoni – MG
Código da IES no INEP	596
DADOS DO CURSO	
Nome do Curso	Ciências Econômicas
Área de conhecimento	Ciências Sociais Aplicadas
Grau	Bacharelado
Título acadêmico conferido	Bacharel em Ciências Econômicas
Modalidade de ensino	Presencial
Regime de matrícula	Semestral
Tempo de duração	05 anos
Carga horária mínima:	3.000 horas
Período de Integralização	Mínimo: 05 anos; Máximo: 07 anos ²
Número de vagas oferecidas:	30 por semestre
Turno de funcionamento	Noturno
Local de funcionamento	Campus do Mucuri – UFVJM
Forma de ingresso	I - Processo Seletivo de Avaliação Unificada (SISU/ENEM); II - Processo Seletivo de Avaliação Seriada – SASI; III – Processos Seletivos internos nas formas do Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM
Ano de início do Curso	2006/2 semestre
Atos legais de Criação/Reconhecimento e Renovação de reconhecimento do curso	- Criação: Código 100822, 25 de setembro de 2006. Portaria N. 120, de 22 de fevereiro de 2007, Reitoria-UFVJM. - Reconhecimento do Curso: Portaria N.21, de 12 de março de 2012, do Ministério da Educação, com número de registro 200903272 do Curso de Ciências Econômicas (Bacharelado). - Última renovação: Portaria N. 273, de 3 de

² Em situações excepcionais, decorrentes da oferta do Curso e de rendimentos especiais, o discente poderá integralizar o Curso de Graduação de Ciências Econômicas em tempo inferior ao mínimo estabelecido na legislação vigente e neste PPC. Mais informações no tópico Integralização.

1.1. Fundamentação legal

O aparato legal e as diretrizes do Curso de Ciências Econômicas, que nortearam a elaboração deste Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas, estão listados a seguir:

- **CF/88:** arts. 205, 206 e 208, na NBR9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, na Lei 13.146/2015, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003 – *Prevê as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto - arts. 207, Princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Plano Nacional de Educação 2014/2024 – Meta 12 – Estratégia: 12.7: Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente , para áreas de grande pertinência social. – Curricularização da extensão.*
- **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.** *Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.*
- **Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005.** *Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.*
- **Instrução Normativa 01/2020, Prograd, de 19 de agosto de 2020.** *Estabelece as normas e diretrizes para a realização do estágio obrigatório e não obrigatório exercido de forma presencial ou não presencial durante o período de oferta do ensino emergencial extemporâneo nos cursos de graduação da UFVJM, em função da situação de excepcionalidade gerada pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19).*
- **Lei nº 1.411, de 13 de agosto 1951.** *Dispõe sobre a profissão de Economista.*
- **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** *Diretrizes e Bases da Educação.*
- **Lei nº 11.173, de 6 de setembro de 2005.** *Transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM e dá outras providências.*
- **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** *Dispõe sobre o Estágio de Estudantes.*

- **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** *Dispõe sobre a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.*
- **Parecer CNE/CES nº 146, de 3 de abril de 2002.** *Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Dança, Design, Direito, Hotelaria, Música, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo.*
- **Parecer CNE/CES nº 95, de 29 de março de 2007.** *Alteração do Parecer CNE/CES nº 380/2005 e da Resolução CNE/CES nº 7/2006, relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas.*
- **Parecer CNE/CES nº 608, aprovado em 17 de dezembro de 2018.** *Discute as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira.*
- **Projeto Pedagógico Institucional/UFVJM –** *Discute o Projeto Pedagógico Institucional da UFVJM para o período 2017-2021.*
- **Projeto de Desenvolvimento Institucional/UFVJM -** *Discute o Projeto de Desenvolvimento Institucional da UFVJM para o período 2017-2021.*
- **Regimento Geral da UFVJM, de 04 de setembro de 2014.** *Contém as disposições básicas sobre as atividades comuns às unidades e aos demais órgãos da UFVJM nos planos didático-científico, administrativo, disciplinas, e de gestão financeira e patrimonial.*
- **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.** *Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.*
- **Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007.** *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.*
- **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** *Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências.*
- **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004.** *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena.*
- **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.** *Parecer CNE/CP nº 14/2012.*

- Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.*
- **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012.** *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.*
 - **Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010.** *Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE.*
 - **Resolução CONSEPE nº 9, de 19 de junho de 2009.** *Estabelece competências dos coordenadores de cursos de graduação da UFVJM.*
 - **Resolução CONSEPE, nº 6, de 7 de abril de 2009.** *Institui a Política de Extensão da UFVJM.*
 - **Resolução CONSEPE nº 33, de 14 de dezembro de 2021.** *Regulamenta as Atividades Complementares no âmbito da UFVJM.*
 - **Resolução CONSEPE nº 20, de 20 de setembro de 2013.** *Estabelece normas e orientações para elaboração, alteração e tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFVJM.*
 - **Resolução CONSEPE nº 21, de 25 de julho de 2014.** *Altera a Resolução nº. 02 – CONSEPE, de 26 de fevereiro de 2010 que estabelece as normas de Estágio dos Discentes dos cursos de Graduação da UFVJM.*
 - **Resolução CONSEPE nº 4, de 10 de março de 2016.** *Institui o NDE nos Cursos de Graduação da UFVJM.*
 - **Resolução CONSEPE nº 17, de 24 de agosto de 2016.** *Revoga, ad referendum do CONSEPE, o art. 5º e parágrafos da Resolução nº 21 CONSEPE, de 25 de julho de 2014 e dá outras providências.*
 - **Resolução CONSEPE nº 22, de 16 de março de 2017.** *Estabelece normas para o Trabalho de Conclusão de Curso da UFVJM.*
 - **Resolução CONSEPE nº 11, de 11 de abril de 2019.** *Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM.*
 - **Resolução CONSU nº 19, de 11 de dezembro de 2018** - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aprovado em maio de 2018, *pelo Conselho Universitário da UFVJM, para o quadriênio de 2017/2021 - nele inserido o PDI.*

2. APRESENTAÇÃO

Este Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) procura contemplar um curso com formação ampla e crítica, sem deixar de se atentar para os aspectos mais específicos das Ciências Econômicas. Ao mesmo tempo que oferece uma formação que discute teoricamente as determinações mais gerais da dinâmica da economia capitalista, também se concentra em abordar as particularidades da economia brasileira e as especificidades regionais.

Desde sua criação, o Curso de Ciências Econômicas da UFVJM tem como objetivo oferecer uma formação plural, contemplando as diversas correntes teóricas que formam o pensamento econômico. Mesmo com todos os desafios, em se tratando de um curso de graduação, permanece a orientação de trabalhar ao máximo possível com base nos textos originais, fundacionais de cada conteúdo e corrente teórica, para formar estudantes com ampla capacidade reflexiva, preparados para enfrentar as constantes transformações da sociedade, seus principais problemas e encontrar diferentes soluções.

Além de desenvolver uma capacidade teórica ampla, o curso também possui como objetivo fazer com que os conhecimentos adquiridos tenham sua aplicação na prática, com unidades curriculares teórico-práticas, que incentivam as atividades pertinentes à carreira do economista.

Desde 2007, quando criou o seu primeiro Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o curso acumulou uma densa e proveitosa discussão acerca da reformulação do mesmo, de forma mais detida em dois momentos, 2012 e 2014, contabilizando dezenas de reuniões coletivas de discussão. A partir do segundo semestre de 2017, iniciou discussões mais detidas para este novo PPC e, agora, em 2020, foi finalizada essa elaboração. O resultado é um PPC mais adequado à realidade do corpo docente e da UFVJM e mais sintonizado com as necessidades contemporâneas dos estudantes, do país e da região.

O longo período para tal reformulação se deveu aos desafios de consolidação do curso perante as suas condições objetivas, como: número reduzido de professores, necessidade de qualificação dos docentes, dificuldade de completar o quadro docente (seja por liberação de vagas aquém das necessidades de implantação do curso, seja por concursos em algumas áreas não terem candidatos aprovados), além de uma universidade em constante expansão e consolidação, o que exigiu alterar frequentemente procedimentos administrativo-institucionais, dentre outros. Mesmo com essas dificuldades, houve a construção de um curso que permite uma formação ampla e aprofundada, considerando o nível de graduação, compatível com as Diretrizes

Curriculares Nacionais da Graduação em Ciências Econômicas, e, ao mesmo tempo, atento às condições específicas regionais, dos estudantes da UFVJM e do seu corpo docente. Tal fato cria condições, inclusive, de pleitear curso de pós-graduação nos próximos anos.

2.1. Histórico da UFVJM

Desde sua origem, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) esteve fortemente identificada com a necessidade de interiorização da educação superior pública, gratuita e de qualidade. Este anseio teve como marcos importantes a criação do curso de odontologia, na Faculdade de Odontologia de Diamantina (em 1953); a incorporação desta no Sistema Federal de Ensino Superior (em 1960); a criação do curso de Enfermagem (em 1997); a criação de mais três cursos na área da Saúde e outros três na Ciências Agrárias e a consequente formação da Faculdade Federal Integrada de Diamantina (em 2002); e a publicação da Lei 11.173, de 06 de setembro de 2005, marco de implementação da universidade.

Atualmente, a universidade conta com 5 campi (Campus I e Campus JK em Diamantina, Campus do Mucuri - em Teófilo Otoni, Campus Unaí e Campus Janaúba), 46 cursos presenciais de graduação, 5 cursos de graduação a distância e 26 cursos de pós-graduação. Anualmente, os cursos de graduação presenciais em Diamantina ofertam 1580 vagas, enquanto que os de Teófilo Otoni ofertam 600 vagas, seguidos pelos cursos dos campi de Janaúba (com 240 vagas) e de Unaí (com 200 vagas).

O curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UFVJM foi instalado em 2006, juntamente com os demais cursos³ da Faculdade de Ciências Sociais e Exatas – FACSAB, no momento da criação do Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni. Desde o início, o curso tem ciência de seu papel na formação de profissionais capazes de compreender e enfrentar as mazelas e transformações políticas, econômicas e sociais do contexto histórico e social mais amplo, do Brasil e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Os campi da UFVJM estão atualmente dispersos por 4 diferentes mesorregiões do Estado de Minas Gerais: o Vale do Mucuri, o Vale do Jequitinhonha, o Norte de Minas e o Noroeste de Minas. A área em que está instalada a UFVJM abrange 182 municípios e população de aproximadamente 3,1 milhões de habitantes (IBGE, 2010). Além de vasta em extensão geográfica, essa área exibe grande heterogeneidade nos indicadores sociais, com vários municípios apresentando índices de desenvolvimento piores do que a média

³ Os demais cursos presenciais de graduação da FACSAB são a licenciatura em Matemática e os bacharelados em Administração, Ciências Contábeis e Serviço Social.

nacional e estadual.

Como exemplo, se observado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, 2010⁴), nota-se que enquanto o Estado de Minas Gerais possui um IDH de 0,731 (sendo o 9º melhor índice do Brasil) e um rendimento per capita de R\$ 24.884,94, no mesmo período⁵, Diamantina possuía renda per capita de R\$ 13.902,67 (352ª posição no Estado) e IDH de 0,716 (posição 143ª no Estado). Por sua vez, os valores para Teófilo Otoni são de R\$ 16.066,82 (268ª no Estado) e 0,701 (218ª no Estado); em Janaúba o rendimento per capita é de R\$ 13.715,77 (359ª no Estado e o menor dos municípios sede) e IDH de 0,696 (posição 247ª no Estado); finalmente em Unaí, o rendimento per capita é de R\$ 29.431,54 (79ª no Estado) e IDH de 0,736 (67ª do Estado).

A evolução da estrutura organizacional permitiu a construção de uma importante universidade multicampi com grande abrangência regional. Igualmente possibilitou a expansão na oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, de modo que os desafios de interiorização da educação superior avolumam-se e necessitam de constante preocupação institucional em disseminar o conhecimento e a inovação integrando ensino, pesquisa e extensão como propulsores para o desenvolvimento nacional e, em especial, para os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

2.2. Histórico e Justificativa do Curso

A constituição do Curso de Ciências Econômicas no Brasil tem nos anos 1930 seu primeiro capítulo mais estruturado, pois é neste momento que se efetiva o currículo de formação nas Ciências Econômicas, ainda sob o tratamento de Administração e Finanças na Faculdade de Ciências Econômicas em São Paulo. Vale dizer que o ensino de conteúdos desta área já ocorria, de forma não estruturada e não regulamentada, desde o Século XIX. Nos anos 1940, há dois eventos marcantes: criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, a qual integrava a Universidade do Brasil ⁶, e o início das atividades da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, atual Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo. Portanto, a constituição do Curso de Ciências Econômicas no Brasil e sua regulamentação, dada em 1951, bem como suas alterações curriculares posteriores acompanham o

⁴ Este é o IDH mais atual disponível que contempla dados municipais. Ver: Ranking IDHM Municípios 2000. In: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2000.html>.

⁵ A renda per capita no Brasil, em 2015, foi de R\$ 28.876. O IDH Brasileiro, em 2010, foi de 0,699.

⁶ A primeira Faculdade de Economia foi criada no ano 1919, sem nenhum respaldo oficial, e em meados dos anos 1920 reconheceu-se formalmente o título de graduado em Ciências Econômicas, mas ainda não de bacharel.

desenvolvimento econômico, social e cultural brasileiro (CASTRO, 2001). Não é, portanto, uma questão fortuita a estruturação do Curso de Ciências Econômicas e a sua regulamentação coincidirem com as décadas de 30 a 50 do século passado, período de grandes transformações e de desafios nacionais.

O Curso de Ciências Econômicas da UFVJM (código 100822, Ministério da Educação) foi criado em 25 de setembro de 2006, com uma oferta desde então de 60 (sessenta vagas) anuais, com duas entradas de 30 (trinta vagas), tendo sido adotado o formato semestral e presencial. Desde 2006, o curso tem duração mínima de 10 semestres, e máxima de 14, em conformidade com o observado em outros cursos noturnos de Ciências Econômicas do país. Esse prazo de integralização mínimo de 10 semestres é necessário em virtude da alta carga teórica do curso e das restrições de carga horária em um curso noturno. Essas condições levam o curso a manter neste novo PPC o mesmo volume de carga horária que já existia na sua implementação e obrigatoriamente previsto em, no mínimo, 3 mil horas pela Resolução CNE/CES nº. 2, de 18 de junho de 2007.

O Curso de Ciências Econômicas da UFVJM foi reconhecido pela Portaria nº. 21, de 12 de março de 2012, do Ministério da Educação, cujo número do registro e-MEC é 200903272, e este reconhecimento tem sido renovado regularmente. Em um primeiro momento, o curso ocupou, juntamente com os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Matemática e Serviço Social, os quais congregam a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE), instalações improvisadas no CAIC, até que em 2009 a UFVJM passou a contar com uma estrutura própria em Teófilo Otoni, onde até hoje se encontra.

Vale dizer que quando o curso surgiu não havia nenhum outro curso de Ciências Econômicas em um raio de aproximadamente 400 quilômetros de distância e tampouco havia uma universidade pública no Vale do Mucuri. Como citado na seção anterior, esta região dos Vales possui rendimento *per capita* e IDH menores do que a média do Estado de Minas Gerais e do Brasil, de maneira que o curso não apenas se justificava por oferecer oportunidade educacional no ensino superior à população em geral, e aos jovens em particular, mas também pela especificidade regional, cuja complexidade e desafios socioeconômicos continuam sendo enormes.

Desde 2006, o curso promove uma formação com sólida consciência social e ampla base cultural, contribuindo para que os discentes tenham consistente formação geral, importantes conteúdos históricos, teórico-quantitativos e teórico-práticos peculiares das Ciências Econômicas e em sintonia com as diversas demandas da atualidade. Para dar

conta de formar pessoas com capacidade crítica e aptidão para compreender questões científicas, sociais e políticas relacionadas com a Economia, e atuar em diversos espaços da sociedade como economista, complementarmente à formação acadêmica é incentivada a participação em projetos de pesquisa e extensão bem como a realização e a participação em congressos científicos e de extensão. Além disso, o curso incentiva a realização de estágios supervisionados não obrigatórios, direcionados a um primeiro contato do aluno com áreas de atuação profissional do economista, muitas vezes inserindo-o no mercado de trabalho.

Os docentes do curso têm se comprometido com atividades de pesquisa, ensino e extensão, as quais envolvem os discentes e possibilitam a realização de trabalhos que contribuem para o desenvolvimento do conhecimento das Ciências Econômicas. Essas ações estimulam a abertura de novas oportunidades à universidade, ao curso, aos docentes e aos discentes, uma vez que criam a possibilidade de introdução dos estudantes nas discussões de âmbito nacional, permitindo uma maior compreensão dos complexos nexos causais que conformam o desenvolvimento do capitalismo, o subdesenvolvimento brasileiro e os problemas regionais dos Vales. Conscientes dessa realidade, certamente os formados em Ciências Econômicas poderão atuar profissionalmente para transformá-la da melhor maneira possível.

3. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

O Curso de Ciências Econômicas se enquadra na estrutura administrativa e acadêmica da UFVJM, atendendo regulamentação interna, estando vinculado à Unidade Acadêmica denominada Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE) do Campus do Mucuri. As Unidades Acadêmicas são órgãos responsáveis pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em uma ou mais áreas de conhecimento, observando o princípio que veda a duplicidade de meios para fins idênticos ou equivalentes, sendo administradas por seus respectivos diretores. As instâncias envolvidas com a gestão acadêmica do curso são: (1) Congregação; (2) Direção da Unidade Acadêmica; (3) Coordenação do Curso; (4) Colegiado do Curso; (5) Núcleo Docente Estruturante.

3.1. Congregação

A Congregação é o órgão de deliberação superior da Unidade Acadêmica, competindo-lhe supervisionar a política de ensino, pesquisa e extensão no âmbito desta, conforme o Estatuto e o Regimento Geral da UFVJM. De acordo com o Art. 39 do Regimento Geral da UFVJM, cabe à Congregação da Unidade Acadêmica:

- I – organizar o processo eleitoral em escrutínios secretos, para nomeação do Diretor e do Vice-Diretor da Unidade Acadêmica, observado o Estatuto e respeitada a legislação vigente;
- II – propor ou manifestar-se sobre a criação, o desmembramento, a fusão, a extinção e a alteração de nome de Departamento e de Órgão Complementar vinculado à respectiva Unidade Acadêmica;
- III– propor ao Conselho Universitário forma de organização da respectiva Unidade Acadêmica diversa da estrutura departamental;
- IV – elaborar e aprovar resoluções que regulem o funcionamento acadêmico e administrativo da Unidade Acadêmica, em consonância com as normas deste Regimento e do Estatuto;
- V – autorizar o aceite de doação de bens móveis à Unidade Acadêmica;
- VI – organizar o processo eleitoral dos representantes das Unidades Acadêmicas nos diversos órgãos Superiores;
- VII – estabelecer a composição e os critérios da representação docente nas Câmaras Departamentais da Unidade Acadêmica;
- VIII – supervisionar as atividades dos Departamentos ou estruturas equivalentes, compatibilizando os respectivos planos de trabalho, quando for o caso;

- IX – elaborar a proposta orçamentária da Unidade Acadêmica, estabelecendo os critérios de alocação de recursos, o seu orçamento-programa e acompanhar a execução orçamentária deste;
- X – manifestar-se sobre pedidos de remoção, transferência ou movimentação de docentes da ou para a Unidade Acadêmica;
- XI – propor critérios para a avaliação de desempenho e da progressão de docentes respeitadas as normas e as políticas estabelecidas pela universidade;
- XII – deliberar sobre afastamento de docentes e de servidores técnico-administrativos para fins de aperfeiçoamento ou prestação de cooperação técnica;
- XIII – praticar os atos de sua alçada relativos ao regime disciplinar;
- XIV – julgar os recursos que lhe forem interpostos;
- XV – instituir comissões, especificando-lhes expressamente a competência;
- XVI – avocar a si o exame e a deliberação sobre matéria de interesse da Unidade Acadêmica.

3.2. Direção da Unidade Acadêmica

Conforme o Art. 32 do Estatuto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri compete à Diretoria da Unidade Acadêmica:

- I- supervisionar as atividades da Unidade, provendo acerca de sua regularidade, disciplina, decoro, eficiência e eficácia;
- II- cumprir e fazer cumprir as determinações contidas no Estatuto, no Regimento Geral e no regimento da Unidade, bem como aquelas estabelecidas pelos órgãos de deliberação superior e pela Congregação;
- III- elaborar e submeter à Congregação o plano anual de atividades da Unidade;
- IV- submeter à apreciação da Congregação o orçamento anual e as prioridades para aplicação dos recursos;
- V- apresentar anualmente à Congregação e à Reitoria a prestação de contas e o relatório de atividades realizadas no exercício anterior;
- VI- convocar e presidir as reuniões da Congregação, com voto comum e de qualidade;
- VII- implementar ações e formular políticas a partir das suas áreas de atuação, visando a consolidação e a busca da excelência acadêmica;
- VIII- planejar e gerir os recursos de pessoal, orçamentários, financeiros, materiais e patrimoniais sob sua responsabilidade;

IX- propor à Congregação alteração na organização interna da Unidade Acadêmica, respeitados este Estatuto e o Regimento Geral.

3.3. Coordenação de Curso

O coordenador do curso deve realizar a gestão didático-pedagógica⁷, juntamente com o Colegiado do Curso, dentro de cada semestre letivo. A coordenação do curso de Ciências Econômicas desempenha um papel relevante da gestão do curso, atuando como articuladora e organizadora na implantação do PPC de Ciências Econômicas, de forma planejada com a equipe docente, buscando a integração do conhecimento das diversas áreas. Nesse sentido, a coordenação buscará envolver efetivamente os docentes, os representantes do corpo discente e os técnicos administrativos na implementação, execução e avaliação da matriz curricular, propiciando espaços de discussão e reflexão.

3.4. Colegiado de Curso

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas é o órgão de competência máxima dentro do curso, responsável pela coordenação didático-pedagógica. De acordo com o Art. 51 do Regimento Geral da UFVJM, de 4 de setembro de 2014, são atribuições do Colegiado de Curso:

- I – coordenar o processo eleitoral para eleger o coordenador e o vice-coordenador;
- II – propor ao Conselho de Graduação a elaboração, o acompanhamento e a revisão dos projetos pedagógicos;
- III – orientar, coordenar e avaliar as atividades pedagógicas, buscando compatibilizar os interesses e as especificidades dos cursos atendidos pelo colegiado;
- IV – decidir sobre as questões referentes à matrícula, reopção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecida a legislação pertinente;
- V – propor ao Departamento ou órgão equivalente que ofereça unidades curriculares ao curso, modificações de ementas e pré-requisitos das unidades curriculares do curso;

⁷ Um detalhamento das competências do coordenador de curso encontra-se na Resolução Consepe n.º9, de 19 de junho de 2009.

- VI – providenciar a oferta semestral das unidades curriculares e decidir em conjunto com o Departamento ou órgão equivalente questões relativas aos respectivos horários;
- VII – reportar ao órgão competente os casos de infração disciplinar;
- VIII – subsidiar os órgãos superiores da universidade sobre a política de capacitação docente;
- IX – coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso.

3.5. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da UFVJM, no uso de suas atribuições legais e, considerando os critérios definidos no Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, definidos pelo Ministério da Educação (MEC), instituiu na Resolução 04/2016 (que revoga a 16/2010) o Núcleo Docente Estruturante (NDE), no âmbito dos cursos de graduação da UFVJM.

O NDE, constituído pelo(a) coordenador(a) do curso como seu presidente, e por, no mínimo, mais 4 (quatro) docentes que ministram unidades curriculares no curso, integra a estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação, sendo corresponsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do PPC. Conforme a Resolução Consepe 04/2016, o NDE possui as seguintes atribuições⁸:

- I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

3.6. Corpo Docente e Técnico

O corpo docente e técnico do Departamento de Ciências Econômicas é composto pelos seguintes membros:

⁸ Essas mesmas atribuições também estão definidas na Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010, que dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

Quadro 1 – Corpo Docente e Técnico do Departamento de Ciências Econômicas

	Nome	Titulação	Formação	Regime
1	André Moulin Dardengo	Doutorado	Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Especialização em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas e Mestrado em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Doutor em Política Social na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.	DE
2	Benjamin Xavier de Paula	Doutorado	Graduado em História (Licenciatura Plena e Bacharelado) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo e Doutor em Educação na Universidade Federal de Uberlândia – UFU.	DE
3	Carlos Henrique Lopes Rodrigues	Doutorado	Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Mestre em História Econômica e Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas.	DE
4	Ellen Lucy Tristão	Mestrado	Graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus de Araraquara e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutoranda em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).	DE
4	Fernando Leitão Rocha Júnior	Doutorado	Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo; em Matemática pelas Faculdades Integradas Teresa Martin; e em Pedagogia pela Universidade Bandeirante de São Paulo. É mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.	DE
6	Janaina Elisa Patti de Faria	Doutorado	Graduação em Ciências Econômicas pela UNESP-Araraquara. Mestrado em Política Científica e Tecnológica pelo Instituto de Geociências da UNICAMP. Doutora em Economia Política Internacional pela Kings College London.	DE
7	Márcio Paschoino Lupatini	Doutorado	Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista, Mestre em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.	DE
8	Michel Cândido de Souza	Doutorado	Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Mestrado em Economia pela mesma instituição. Doutorado em Economia (CEDEPLAR/UFMG) pela Universidade Federal de Minas Gerais.	DE
9	Nathalia Sbarai	Doutorado	Graduação em Ciências Econômicas, Mestrado e Doutorado em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”/Universidade de São Paulo (ESALQ-USP).	DE
10	Rangel Silvando da Silva do Nascimento	Doutorado	Graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus de Araraquara e Mestrado em Economia pela mesma Universidade. Doutor pelo Programa de Doutorado em Sociologia do CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal.	DE
11	Rogério Fernandes Macedo	Doutorado	Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.	DE
12	Ronaldo Ribeiro Ferreira	Mestrado	Graduado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).	DE

13	Silvia Swain Canôas	Doutorado	Graduada em Bacharelado em Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Mestre em Ensino da Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutora em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.	DE
14	Thiago Marques Mandarino	Mestrado	Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Mestre em Economia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutorando em Política Social na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.	DE
15	Vanessa Follmann Jurgenfeld	Doutorado	Graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).	DE
16	João Cesar de Souza Ferreira	Doutorado	Graduação em Administração de Empresas e Mestre em Gestão de Instituições Educacionais. Doutorado em Administração na Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Área de concentração: gestão e regionalidade.	40 h

Fonte: Curso de Ciências Econômicas da UFVJM. Elaboração própria.

4. OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFVJM tem por objetivo geral proporcionar uma sólida formação geral e uma consistente formação na área específica das Ciências Econômicas, que conjuntamente possibilitam aos estudantes a compreensão das questões econômicas a partir de seu contexto histórico, político e social, articulando as necessidades e especificidades locais e regionais com aquelas de âmbito nacional e mundial.

Para tanto, possui os seguintes objetivos específicos:

- i. Formar estudantes para agir de forma crítica frente aos problemas gerados pela produção, distribuição e consumo da riqueza, habilitando-os a utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas;
- ii. Proporcionar uma sólida formação teórica-quantitativa e teórico-prática, histórica-social e instrumental;
- iii. Comprometer-se com o estudo da realidade concreta brasileira e regional da qual é participante, a partir de uma formação adequada;
- iv. Formar um profissional capaz de enfrentar as constantes transformações político-econômicas, culturais e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira, percebidas no conjunto das mudanças econômicas mundiais;
- v. Possibilitar o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social, em consonância com o caráter plural das Ciências Econômicas, constituída por diferentes vertentes teóricas;
- vi. Evidenciar atitudes éticas, responsabilidade social e coerência no exercício da profissão.

5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

De acordo com parecer CNE-CES 95, de 2007, o bacharel em Ciências Econômicas deve apresentar um perfil centrado em sólida formação geral e com domínio dos estudos relacionados com história, teórico-quantitativos e teórico-práticos peculiares às Ciências Econômicas. Complementarmente a essa formação, o egresso do curso deve apresentar uma ação profissional ética, georreferenciada e consciente de seu papel na transformação da realidade local em qualquer âmbito de atuação que escolher.

Dessa maneira, a graduação em Ciências Econômicas deverá proporcionar:

a) base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-político-social, ensejando as especificidades locais e regionais, por meio de atividades de cunho teórico e prático, sem descuidar das relações da totalidade do sistema de produção;

b) capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas diante de uma realidade em constante transformação;

c) capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos;

d) domínio da efetiva comunicação e expressão oral e escrita, com capacidade de diálogo e interação com profissionais de outras áreas, preparando esse indivíduo para participação em equipes interdisciplinares, com pleno domínio de sua área de formação nas Ciências Econômicas.

6. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFVJM possibilita ao discente desenvolver ao longo de sua formação acadêmica as seguintes competências e habilidades, as quais perpassam obrigatoriamente a questão ética e de responsabilidade social:

- i. Desenvolver raciocínios lógicos e teoricamente consistentes;
- ii. Ler e compreender textos econômicos;
- iii. Lidar com conceitos teóricos básicos e fundamentais das Ciências Econômicas, na sua diversidade metodológica e de escolas de pensamento;
- iv. Elaborar monografias, pareceres, relatórios e textos na área econômica;
- v. Utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos;
- vi. Utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas, em particular, a formação econômica regional e nacional;
- vii. Elaborar e avaliar programas sociais, políticas públicas e projetos privados;
- viii. Fazer análise crítica dos problemas da realidade mundial, brasileira e regional a serem enfrentados e propor soluções;
- ix. Diferenciar correntes teóricas, entender o pluralismo metodológico das Ciências Econômicas, a partir de distintas políticas econômicas;
- x. Comunicar-se, reconhecendo em seus interlocutores sujeitos essenciais no seu desempenho profissional;
- xi. Desenvolver habilidades para uma efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

7. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

As práticas profissionais do economista, profissão regulamentada pela Lei nº. 1.411, de 13 de agosto 1951, têm um amplo campo de ação, dada a amplitude do objeto das Ciências Econômicas: a produção, a distribuição e o consumo de riqueza em uma forma social específica, a capitalista. O economista pode desempenhar um vasto número de atividades, em vários segmentos da sociedade. Além das funções tradicionais nos setores privados, como empresas, bancos, instituições patronais e sindicais, e na administração pública, nos governos federal, estadual e municipal, existe ainda um significativo campo de atividades em assessorias e em instituições de pesquisa, públicas e privadas, como também nos movimentos sociais. O profissional ainda pode seguir a carreira acadêmica, como professor e pesquisador.

Especificamente quanto à ação profissional, o Conselho Federal de Economia (COFECON) prevê as seguintes atividades inerentes à profissão do economista:

- a) assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira;
- b) estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira;
- c) análise e elaboração de cenários econômicos, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira;
- d) estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos;
- e) estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo;
- f) produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços;
- g) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas;
- h) assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia;
- i) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos de natureza econômico-financeira;
- j) Avaliação patrimonial econômico-financeira de empresas e avaliação econômica de bens intangíveis;
- k) perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação; (incluído pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015)
- l) análise financeira de investimentos;

- m) estudo e análise para elaboração de orçamentos públicos e privados e avaliação de seus resultados;
- n) estudos de mercado, de viabilidade e de impacto econômico-social relacionados ao meio ambiente, à ecologia, ao desenvolvimento sustentável e aos recursos naturais;
- o) auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira;
- p) formulação, análise e implementação de estratégias empresariais e concorrenciais;
- q) economia e finanças internacionais, relações econômicas internacionais, aduanas e comércio exterior;
- r) certificação de renda de pessoas físicas e jurídicas e consultoria em finanças pessoais;
- s) regulação de serviços públicos e defesa da concorrência;
- t) estudos e cálculos atuariais nos âmbitos previdenciário e de seguros;
- u) consultoria econômico-financeira independente (incluído pela Resolução nº 1.913, de 30.05.2014);
- v) atuação no campo da economia solidária, objeto da ação do Conselho Nacional de Economia Solidária, criado pela Lei nº 10.683/2003, em seu artigo 30/XIII, e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que tem as suas competências expressas no artigo 24 do Decreto nº 4.764/2003 (incluído pela Resolução nº 1.933, de 1.06.2015);
- w) atuação no campo da economia da cultura e da economia criativa, objeto da ação do Ministério da Cultura, conforme competências expressas no artigo 17 do Anexo I do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012 (incluído pela Resolução nº 1.944, de 30.11.2015);
- x) arbitragem e mediação (incluído pela Resolução nº 1.944 de 30.11.2015)⁹.

⁹ COFECON, Atribuições do Economista. Disponível em: <https://www.cofecon.org.br>. Acesso em 30-01-2020.

8. PROPOSTA PEDAGÓGICA

O Curso de Ciências Econômicas fundamenta sua proposta pedagógica numa concepção de que o cientista social, área em que se insere o economista, deve ter uma formação geral sólida, domínio de conteúdos de formação teórico-quantitativa, conteúdos de formação histórica e teórico-prática. Em linhas gerais, o curso deve permitir o acesso do aluno a uma ampla base cultural, analítica e crítica da sociedade. Com uma sólida formação teórica, histórica e instrumental, certamente ele desenvolverá capacidade para o entendimento dos fenômenos econômicos nas suas inter-relações com o todo social, podendo atuar profissionalmente da melhor forma nos mais diversos espaços da sociedade.

Historicamente, como já mencionado, o profissional economista tem tido um amplo campo de trabalho: desde órgãos públicos a setores privados, como empresas e consultorias, a setores como Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, bem como pesquisadores e professores, entre outros. Independentemente da área de atuação, é preciso que esteja preparado para desenvolver sua carreira de maneira consciente, ética e de modo competente.

Além de preocupações como essas, busca-se com este novo PPC uma reestruturação do curso de Ciências Econômicas da UFVJM de modo a melhor atender demandas institucionais referentes à educação ambiental, educação para questões étnico-raciais, direitos humanos, acessibilidade, além de ampliar o conteúdo voltado à inter-relação entre teoria e prática¹⁰ e a inclusão de Extensão. Considera-se um grande desafio estruturar uma matriz curricular adequada para acompanhar as demandas e transformações do mundo contemporâneo, sem que esta seja levada pelos modismos.

Adicionalmente, esta proposta repensa a matriz curricular de maneira a torná-la mais flexível, aumentando a oferta de unidades curriculares eletivas e reduzindo as unidades curriculares obrigatórias, de modo a possibilitar aos discentes uma maior autonomia, com a organização de seus estudos de acordo com as áreas de seu interesse, objetivos pessoais e profissionais.

Vale mencionar que reduzir a oferta de unidades curriculares obrigatórias não significa prejuízo dos conteúdos pertinentes à formação do economista, porque houve

¹⁰ Deve-se entender que o conteúdo teórico-prático da graduação em Ciências Econômicas, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, é voltado à preparação do graduando para o perfil desejado de formando, o que inclui as práticas voltadas à pesquisa, como, por exemplo, os conteúdos de técnicas de pesquisa, elaboração de TCC, atividades complementares, conteúdos voltados à análise de dados, além do estágio supervisionado não obrigatório. Tais conteúdos estão nesta nova estrutura curricular do curso. Por meio desses conteúdos teórico-práticos, o economista terá competência para elaborar relatórios, análises econômicas, projetos de planejamento, entre outras atividades desta profissão. Mais informações sobre o campo de atuação do economista, ver item 7 deste PPC.

uma reorganização dos mesmos, de modo que conhecimentos considerados essenciais para a formação, concernentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais, não deixaram de estar abrigados em conteúdos de outras unidades curriculares obrigatórias do curso, sempre respeitando o percentual mínimo de cada área exigida pela regulamentação.

Como forma de melhor compreensão desta proposta pedagógica, ela foi dividida da seguinte maneira: i) Concepção do curso; ii) Fundamentação teórica-metodológica; iii) Abrangência do curso; iv) Concepção pedagógica de ensino e aprendizagem; v) Linha metodológica; vi) Interdisciplinaridade; vii) Interação entre teoria e prática; viii) Uso das TICs; ix) A importância da Pesquisa; x) Desafios da Extensão e de sua curricularização; xi) Programas de apoio ao discente.

8.1. Concepção do Curso

As Ciências Econômicas, numa primeira aproximação, estudam a produção, o consumo e a distribuição de riqueza. A organização da produção e da distribuição da riqueza se dá entre as classes sociais, por meio de relações sociais específicas. Portanto, as Ciências Econômicas devem considerar a totalidade da sociedade para discutir como ocorrem a criação e a distribuição de riqueza.

Localizado em Teófilo Otoni (MG), no Vale do Mucuri, o Curso de Ciências Econômicas da UFVJM certamente tem como desafio proporcionar a compreensão das especificidades dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri sem, no entanto, deixar de lado o movimento e as transformações da totalidade, ou seja, as metamorfoses do país e do capitalismo, revelando sua essência. Deve necessariamente trazer para o centro das atividades de ensino, pesquisa e extensão todas essas preocupações.

Para dar conta dessa concepção, o curso contempla diversas áreas do conhecimento que permitem a compreensão da totalidade social, mas também unidades curriculares que discutem e dão subsídios para se pensar e criar condições de atuação específicas do economista para a transformação social, no âmbito mundial, nacional e regional. Deste modo, o curso é entendido como um todo articulado resultante de 4 grandes núcleos: i) formação geral; ii) formação teórico-quantitativa; iii) conteúdos de formação histórica e; iv) conteúdos teórico-práticos.

Trata-se de uma organização curricular que se baseia nas Diretrizes Curriculares Nacionais (RESOLUÇÃO CNE/CES, n.º 4, de 13 de julho de 2007) para cursos de Graduação em Ciências Econômicas e que possibilita aos discentes realizar inter-relações entre a realidade regional, nacional e internacional, entre teoria e prática, a partir de uma perspectiva histórica e teórica, com uma boa formação geral e uma importante atenção à

pluralidade representativa das diferentes matizes da teoria econômica.

8.2. Fundamentação teórico-metodológica

O Curso de Ciências Econômicas da UFVJM foi estruturado com um perfil político-científico, e não só meramente técnico, objetivando uma formação consistente dos seus discentes. Para isso, o curso está voltado para uma discussão plural e crítica dos conteúdos programáticos com vistas à compreensão e à análise das transformações do capitalismo mundial, dos problemas socioeconômicos nacionais e regionais, construindo bases importantes e avançadas de conhecimento relativo tanto a conteúdos de formação mais geral quanto aos mais específicos das Ciências Econômicas, contribuindo para a atuação do economista na prática.

Tal orientação não só está em sintonia com o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (RESOLUÇÃO CNE/CES, nº 4, de 13 de julho de 2007), mas também com o que está destacado nos Cadernos da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas de 2010 (CADERNOS ANGE, 2010). De acordo com a ANGE, a formação do economista deve prezar por:

[...] uma formação plural, conectada à realidade concreta brasileira e mundial, base fundamental para um profissional capaz de lidar de forma criativa com um mundo complexo, em constante transformação, para o qual pensamento único, que empobrece o economista, não pode ser capaz de dar conta (CADERNOS ANGE, 2010, p. 9-10).

O primeiro PPC do Curso de Ciências Econômicas da UFVJM, ainda de 2007, já tinha esta orientação antes mesmo dessa colocação da ANGE. Essa perspectiva plural e crítica segue vigente neste novo PPC. Além desta importante característica, devem ser destacados alguns aprimoramentos, como a ampliação das unidades curriculares teórico-práticas, voltadas à pesquisa acadêmica, inclusão da extensão e flexibilização da matriz curricular, permitindo maior autonomia ao estudante. Cabe ressaltar a importância maior da ação discente que se dará pelo reforço das unidades curriculares que são voltadas à pesquisa e à extensão, de modo a ampliar, inclusive, a relação entre a universidade e a comunidade local.

Este novo PPC vai também ao encontro do que é estabelecido pelo Sistema Nacional de Avaliação Superior (SINAES), uma vez que, além da maior autonomia discente na construção do conhecimento, zela pelo desenvolvimento de conteúdos, estratégias de aprendizagem e contínuo acompanhamento das atividades acadêmicas.

8.3. Abrangência do curso

Na estruturação da matriz curricular, os componentes do curso são organizados de acordo com o sistema acadêmico adotado pela UFVJM, buscando-se a integração entre a teoria e a prática, coerente com os objetivos definidos e o perfil do profissional desejado, possível apenas através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Entende-se que todo o conteúdo do curso deve dar sentido à formação acadêmica que se pretende, privilegiando a sua interação no processo ensino-aprendizagem com vistas à compreensão da realidade concreta e atuação prática.

Há também neste novo PPC atenção maior à interdisciplinaridade e a uma abordagem metodológica que possibilita aliar os métodos tradicionais de ensino e a utilização de novas técnicas (como as TICs). Trata-se de viabilizar a inovação com o uso de TICs, possibilitando novas maneiras de construção do conhecimento.

Adicionalmente, neste novo PPC o Curso de Ciências Econômicas da UFVJM estrutura-se para desenvolver cada vez mais a relação entre pesquisa e extensão, sem desvinculá-las do ensino.

Sobre a extensão, busca-se uma troca de saberes entre a universidade e a comunidade local. O curso (discentes/docentes/técnicos) garantirá acesso maior à sociedade aos conhecimentos desenvolvidos internamente por meio de eventos no formato de debates, que contribuem para o processo formativo pessoal e profissional, ao mesmo tempo que o curso, como um todo, também aprenderá com o conhecimento, a experiência e as demandas da própria sociedade por meio das interações com a comunidade local. Como será discutido mais adiante neste novo projeto, o curso trabalhará com 10% de atividades de extensão no total da carga horária do curso, ofertando unidades curriculares obrigatórias com parte da sua carga horária de extensão: Pesquisa e Extensão em Economia, TCC I e TCC II. Além disso, ofertará atividades complementares de extensão e pelo menos uma unidade curricular eletiva¹¹ com 60 horas de extensão denominada Epistemologias do Sul.

Sobre a pesquisa, destaca-se o aprimoramento do processo de elaboração de um trabalho de conclusão de curso de qualidade, sob a forma de monografia, tornando-o mais gradativo ao longo do curso, com a inclusão de uma unidade curricular obrigatória de 120 horas, que unirá pesquisa e extensão. No total, o discente passará a ter cinco unidades

¹¹ Neste projeto, temos uma unidade curricular eletiva voltada à extensão, mas outras unidades eletivas direcionadas a isso podem vir a ser criadas, dependendo da necessidade do curso e da avaliação feita por seu Colegiado e NDE.

curriculares obrigatórias relacionadas com a elaboração da sua pesquisa: Metodologia Científica, Técnicas de Pesquisa em Economia, Pesquisa e Extensão em Economia, TCC I e TCC II.

Além disso, cabe ressaltar que o curso estimula continuamente a participação dos docentes e discentes em projetos de pesquisa e de iniciação científica, de modo a fomentar a criação e o desenvolvimento de Grupos de Estudos, comprometidos com a investigação científica e a análise plural e crítica. Busca-se cada vez mais apoiar a participação de docentes e discentes em eventos nacionais e internacionais para publicação e debate dos resultados das pesquisas desenvolvidas, há participação dos docentes do curso em editais institucionais de pesquisa e extensão, além dos disponibilizados por agências de fomento, bem como serão feitos esforços para a realização de eventos que criarão maior vínculo entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, articulando de forma integrada Ensino-Pesquisa-Extensão.

8.4. Concepção pedagógica de ensino e aprendizagem

Como destacado até aqui neste projeto, o objetivo maior do Curso de Ciências Econômicas da UFVJM é garantir uma formação consistente nas Ciências Econômicas, sem descuidar da formação mais geral, para que os estudantes se graduem com grande capacidade e habilidade da área da Economia, carregando também um conhecimento mais geral sobre a sociedade, sendo cidadãos críticos e éticos, responsáveis e capazes de lidar com as dificuldades enfrentadas no exercício da profissão.

Nesse sentido, os princípios que norteiam esse projeto educacional com vistas à formação de bons profissionais compreendem:

- i. Uma formação crítica aliada a uma visão político-científica, que habilite os graduandos a compreender o fenômeno econômico em suas múltiplas inter-relações com o ambiente social, cultural, político e ambiental, de modo a habilitá-lo a apontar iniciativas e a propor projetos de melhoria da sociedade;
- ii. Uma visão pluralista em coerência com o caráter amplo das Ciências Econômicas, formada por correntes de pensamento diversas. Esta pluralidade se expressará no diálogo e debate entre os docentes que comungam de diferentes posições teórico-metodológicas, superando a estreiteza das visões “unidimensionais”;

- iii. Um comprometimento com as realidades mundial, nacional, regional e local, para que seu trabalho sempre seja voltado para atuar em prol da sociedade e não somente para segmentos funcionais e regionais da mesma; que ele possa ter visão crítica, competência e capacidade para tomar decisões e resolver problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;
- iv. Um sólido embasamento político-científico para atuar nos Setores Público e Privado, ou em qualquer outra atividade em que o conhecimento do economista seja importante, inclusive incentivando-o a progredir em sua formação;
- v. A garantia da interdisciplinaridade: essa interdisciplinaridade será viabilizada entre os diversos conteúdos das unidades curriculares ofertadas pelo curso, pela oferta de unidades curriculares de outros cursos para os estudantes de Ciências Econômicas, pelas pesquisas e atividades de extensão realizadas pelos discentes, sempre buscando coerência com a necessidade de ofertar institucionalmente uma formação plural e comprometida com a construção de um profissional capaz de estabelecer relações e perceber as interfaces entre diferentes conhecimentos, constituindo assim uma ampla base cultural que lhe permita o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico e social;
- vi. A vinculação entre a teoria e a prática: como já abordado, o curso não apenas visa oferecer uma formação ampla e plural, mas também se atenta aos aspectos da prática. Assim, faz-se esta mediação entre a teoria e a prática no curso, com apreensão e exposição da realidade concreta, por meio de conteúdos trabalhados nas unidades curriculares obrigatórias bem como a partir de atividades de pesquisa e extensão, além de permitir o estágio supervisionado não obrigatório;
- vii. A garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão¹²: esta diretriz não apenas é uma orientação e exigência normativa e institucional, como é perseguida ao longo do curso,

¹² De acordo com o art. 207 da Constituição Federal e com as leis 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e 13005/2014 (Plano Nacional de Educação).

nos grupos de estudos, nas atividades (e eventos) organizadas e realizadas pelo curso, nos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos etc.

Todos esses princípios amparam uma concepção de ensino e aprendizagem pautada em práticas pedagógicas que buscam respeitar a individualidade e a autonomia discente, tendo em vista que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético” (FREIRE, 1996, p. 25) da prática docente. Adicionalmente, as práticas pedagógicas do curso atendem ao dever de “reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão” (FREIRE, 1996, p. 13), tornando o discente agente ativo de sua aprendizagem.

8.5. Linha metodológica

A linha metodológica do curso é pautada em diversas metodologias de ensino, considerando a adequação de cada uma às diversas unidades curriculares e conteúdos que devem ser abordados ao longo do curso, mas sempre respeitando a concepção de que o discente deve ser agente ativo e participativo na construção do conhecimento e não mero espectador.

Nesse sentido, aos já tradicionais recursos da exposição didática, adotam-se metodologias ativas que possibilitam aos discentes desenvolver maior autonomia e protagonismo na aprendizagem e desenvolver habilidades adicionais aos conteúdos curriculares, como capacidade de trabalhar em grupo, falar em público, dentre outras. Em relação a essas metodologias, destaca-se a utilização de estudos de caso, de exercícios práticos em sala de aula e em laboratório de informática, de estudos dirigidos e independentes, e de seminários.

Além disso, o curso desenvolve atividades de ensino-pesquisa-extensão extraclasse, que possibilitam ao discente articular a vida acadêmica dentro da sala de aula com a prática e a realidade social na qual está inserido. Sobre as atividades extraclasse, devem ser mencionadas que estas ocorrerão parcialmente em unidades curriculares obrigatórias do eixo teórico-prático, ou seja, em componentes voltados à pesquisa e extensão, no estágio supervisionado não obrigatório e nas atividades complementares.

Seguindo a Resolução n.º 33, de 2021, do Consepe, e as Diretrizes Curriculares Nacionais, as Atividades Complementares (ACs) estão previstas como atividades obrigatórias do curso de Ciências Econômicas, tendo o discente que cumprir um total de

180 horas ao longo de todo o curso.

A fim de sempre aprimorar sua abordagem, é importante mencionar que o aluno, semestralmente, avalia o próprio curso, sua estrutura, a qualidade dos componentes curriculares e a atividade docente por meio de questionários online, via sistema e-campus, tornando-se parte ativa na melhoria da metodologia do curso. Além disso, o curso tem acesso aos resultados dos ciclos avaliativos do Enade, realizados a cada três anos, por meio dos quais há uma avaliação importante sobre a própria estrutura do curso e da universidade, além do desempenho discente e docente.

8.6. Interdisciplinaridade

No contexto da interdisciplinaridade, destaca-se que toda a nova matriz curricular foi pensada de modo a estimular as relações e discussões entre diferentes unidades curriculares, possibilitando ao discente a integração entre conteúdos e percepção das interfaces existentes entre conhecimentos distintos.

Segundo o que recomenda o parecer CNE/CES nº 95 (2007, p. 26), os cursos de Ciências Econômicas devem ofertar “conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva história e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia”. Isso deve ser feito a partir de quatro eixos interligados, como já mencionado: i) conteúdos de formação geral; ii) conteúdos de formação teórico-quantitativa; iii) conteúdos de formação histórica; e iv) conteúdos teórico-práticos.

Temas importantes para a formação geral são trabalhados no curso, neste novo PPC, em unidades curriculares obrigatórias de outras Ciências Sociais, como Sociologia, além de introduzir no campo do Direito, Administração, Contabilidade e Filosofia. Conteúdos de formação teórico-quantitativa são trabalhados em diversas unidades curriculares obrigatórias próprias das Ciências Econômicas que englobam estudos mais avançados da Matemática, Econometria, Contabilidade Social, Macroeconomia, Microeconomia, Economia Internacional, Economia Política, Setor Público, Economia Monetária e Desenvolvimento Socioeconômico. Em relação aos conteúdos de formação histórica, este envolve unidades curriculares vinculadas à História do Pensamento Econômico, História Econômica Geral, Formação Econômica do Brasil e Economia Brasileira Contemporânea. Já nos conteúdos teórico-práticos, estão as atividades complementares e os componentes curriculares que envolvem pesquisa e monografia,

além do estágio supervisionado não obrigatório¹³.

É importante frisar que as unidades curriculares eletivas ofertadas pelo próprio curso trazem também importantes contribuições para a interdisciplinaridade e aprofundamento de conteúdos de formação geral e das áreas mais específicas das Ciências Econômicas. Elas perpassam desde conteúdos sobre os problemas do desenvolvimento regional, aos da América Latina, do Brasil e do mundo, discutem as transformações da comunicação e da informação e seus impactos na economia, questões relativas ao meio ambiente, às mudanças do mundo do trabalho, o debate sobre a fome, sobre a história da revolução e contrarrevolução burguesas no Brasil, sobre política e planejamento econômico, transformações políticas e econômicas recentes do país, além de permitir que o aluno ainda avance em macroeconomia, microeconomia, matemática, estatística e econometria.

Além da preocupação com a interdisciplinaridade nas unidades curriculares obrigatórias e eletivas, ainda deve ser salientado que as atividades de ensino-pesquisa-extensão planejadas pelo curso também são realizadas buscando um desenvolvimento interdisciplinar do conhecimento, integrando diversas vertentes da teoria econômica, distintas áreas interconectadas das Ciências e a integração com a realidade social, econômica, política, cultural e ambiental do país e da região onde está instalada a UFVJM.

Deve-se acrescentar que o curso possui projetos de pesquisa, cadastrados na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG), e possui grupos de estudos em operação e registrados no CNPq - Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB) e Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política (GECEP) - que são norteados pela interdisciplinaridade. Além desses projetos de pesquisa, costumam ser realizados Programas de Apoio ao Ensino (PROAE), coordenados por professores do curso, que ajudam também neste sentido da interdisciplinaridade e na ampliação do processo formativo extraclasse, como “Fronteiras da Economia” e “Teoria e Conjuntura Econômica”.

8.6.1. Educação empreendedora

A interdisciplinaridade, juntamente com a adoção de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, tem o objetivo de possibilitar ao discente o desenvolvimento de

¹³ Para uma maior compreensão da distribuição das unidades curriculares nesses quatro eixos recomenda-se a leitura do fluxograma exposto mais adiante neste PPC.

uma postura crítica e autônoma essencial também para o desenvolvimento de uma educação empreendedora.

De acordo com diretriz institucional da UFVJM, parte do seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (2017-2021), uma educação empreendedora tem como foco o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos para que o discente entenda a realidade local e sobre ela atue. A intenção não é meramente a criação e a manutenção de empreendimentos direcionados ao lucro, mas voltar-se, sobretudo, a ações em prol do desenvolvimento econômico e social.

Seguindo essa diretriz institucional da universidade, a educação empreendedora faz parte deste PPC. Conforme plano de extensão do curso, discutido mais adiante, o tema se integrará às atividades extraclasse que serão organizadas pelos discentes e docentes, podendo ser parte dos debates, oficinas e/ou minicursos, envolvendo a comunidade acadêmica bem como a comunidade externa à UFVJM.

8.6.2. Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos é entendida pela Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de maio de 2012, como um dos eixos fundamentais do direito à educação. De acordo com essa Resolução, o direito à educação decorre do uso de “concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas” (CNE/CP, n. 1, 2012, p.1). Trata-se de fazer com que os sistemas de ensino do país realizem uma educação voltada a promover a transformação social.

Atento às demandas contemporâneas e sabendo da importância dos Direitos Humanos, deve-se ressaltar que o curso aborda essa temática de forma transversal, já que ela percorre vários conteúdos, como as unidades curriculares obrigatórias denominadas Economia Brasileira I e II, nas quais há conteúdo voltado a discutir o Estado Novo (1937-1945) e o Regime Militar (1964-1985), períodos nos quais o Brasil descumpriu os Direitos Humanos. Também podem ser mencionadas unidades curriculares eletivas como: Economia do Trabalho, História da Contrarrevolução Burguesa no Brasil; Intérpretes do Brasil: Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado; e Direito Internacional Público e Privado. A primeira tem entre seus temas o sindicalismo, o desemprego e a precarização do trabalho, que certamente fazem parte do debate sobre direito ao trabalho, que constitui parte dos Direitos Humanos. A segunda e a terceira trabalham a questão da contrarrevolução permanente no país, as desigualdades sociais, entre outros aspectos. Já Direito Internacional Público e Privado discute propriamente direitos humanos no âmbito

do direito internacional.

Atento à educação inclusiva, que faz parte da atenção aos Direitos Humanos e o direito à educação, os alunos do curso também podem cursar a unidade curricular optativa Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, cujo objetivo é possibilitar ao discente a discussão sobre a importância da inclusão e proporcionar um primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Ainda sobre a inclusão, em termos institucionais, é importante apontar que UFVJM criou, por meio da Resolução CONSU/UFVJM nº 11/2014, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI), que se refere a um espaço institucional de coordenação e articulação de ações voltadas para a eliminação de barreiras impeditivas do acesso, permanência e usufruto e dos serviços e oportunidades oferecidas pela tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, assim como dos espaços físicos. Sobre a estrutura dos seus espaços físicos também nesta direção da inclusão, há rampas de acesso aos diferentes prédios do campus do Mucuri, além de mais recentemente se iniciar a oferta de vagas preferenciais de estacionamentos para pessoas com necessidades especiais.

8.6.3. Educação Ambiental

Buscando ampliar a formação dos discentes e visando atender à Resolução CNE/CP n. 2 de 2012 e o parecer CNE/CP n. 14 de 2012, que dizem respeito à importância da educação ambiental, o Curso de Ciências Econômicas da UFVJM discute a questão ambiental em unidades curriculares obrigatórias e eletivas. Entre as unidades curriculares obrigatórias, deve-se destacar Desenvolvimento Socioeconômico. Entre as unidades curriculares eletivas que debatem a questão ambiental podem ser mencionadas as seguintes: Questão Agrária no Brasil; Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais; O Brasil no início do Século XXI: Questão Agrária, Agronegócio e Governo Lula; e História Recente da República Brasileira e o Partido dos Trabalhadores.

Cumprido ressaltar o entendimento da importância maior deste tema na atual conjuntura mundial de mudanças climáticas, de degradação da natureza, de redução da biodiversidade, de maiores riscos socioambientais locais e globais e de seus efeitos sobre pandemias.

8.6.4. Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena é estabelecida pela Resolução CNE/CP n. 1 de 2004.

Seguindo esta resolução, cuja finalidade é o reconhecimento e a valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, reconhecendo a igualdade de valorização das raízes africanas e indígenas no país, o Curso de Ciências Econômicas trabalha tal temática na unidade curricular obrigatórias Formação Econômica do Brasil e História Econômica I, além de Desenvolvimento Socioeconômico. Essas unidades curriculares obrigatórias possuem conteúdos relativos às relações étnico-raciais e à história dos povos originários que aqui viviam e dos povos africanos que para cá foram trazidos, realizando, entre outras, a discussão sobre escravidão e passado colonial.

Além da importância deste tema em unidades curriculares obrigatórias, acrescenta-se que essas questões perpassam unidades curriculares eletivas, como Classe e Raça no Brasil, Intérpretes do Brasil: Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e Celso Furtado; História do Pensamento Econômico e Social; e Formação Econômica da América Latina.

8.7. Interação entre teoria e prática

As discussões realizadas no âmbito do NDE nos últimos anos buscaram garantir a solidez da formação profissional do economista e uma formação geral igualmente robusta, de modo que essa integração norteasse este PPC.

A preocupação desde então tem sido a de garantir que o graduando do curso não seja meramente um técnico, conhecedor de todo o ferramental das Ciências Econômicas, mas um agente com visão crítica, além de um economista proativo e ético, que saiba atuar na prática a partir de um amplo conhecimento teórico.

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007, que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Ciências Econômicas, são considerados conteúdos teórico-práticos da carreira do economista as atividades complementares, os conteúdos voltados à execução de pesquisa e monografia, as unidades curriculares relacionadas com técnicas de pesquisa em economia, além do estágio curricular supervisionado.

O Curso de Ciências Econômicas da UFVJM neste novo projeto possui cinco unidades curriculares obrigatórias que são especificamente consideradas pertencentes ao eixo teórico-práticas: Metodologia Científica; Técnicas de Pesquisa em Economia; Pesquisa e Extensão em Economia; TCC I e TCC II.

Além dessas unidades curriculares obrigatórias, o curso tem realizado atividades extraclasse, como já mencionado, que também contribuem para essa relação teórico-prática, como projetos em torno de Programas de Apoio ao Ensino (PROAE). A intenção com esses projetos é uma maior apreensão teórico-prática da Economia, relacionando

textos clássicos de diferentes correntes das Ciências Econômicas com a conjuntura econômica regional, brasileira e mundial, incentivar a pesquisa de dados e apresentação de análises pelos discentes, além de leituras e discussões de textos científicos recentes como forma de fomentar a pesquisa de temas contemporâneos.

Acrescenta-se que é incentivado o estágio supervisionado não obrigatório, havendo no curso uma coordenação de estágio supervisionado não obrigatório, de modo que o aluno possa ter uma boa inserção no mercado de trabalho, atuando em atividades práticas da profissão de economista em empresas e/ou outras instituições locais.

8.8. Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

O Curso de Ciências Econômicas da UFVJM entende que as tecnologias de informação e comunicação, as chamadas TICs, se bem utilizadas, ou seja, com os cuidados que lhe são inerentes para que permitam o acesso de todos os alunos a essas ferramentas e usadas, sobretudo, de maneira complementar a conteúdos trabalhados em aulas presenciais, podem ajudar na melhoria do ensino e aprendizagem, auxiliando na construção de uma autonomia no processo formativo do discente.

No Curso de Ciências Econômicas, essas ferramentas são utilizadas a fim de aprimorar o conteúdo apreendido em sala de aula, de modo a estarem a serviço do curso sem que haja oferta do chamado ensino a distância. A intenção é que o uso das TICs possa sempre auxiliar o processo de aprendizagem e a fixação daquele conteúdo já trabalhado em sala de aula.

Mesmo não ofertando propriamente o chamado ensino a distância, o curso entende que as TICs podem ser usadas como um suporte metodológico, sobretudo nas unidades curriculares que possuem atividades extraclasse, isto é, aquelas que não se caracterizam como unidades curriculares a distância, mas que permitem que uma parte das suas atividades seja feita fora da sala de aula.

Neste novo PPC, as atividades extraclasse envolverão uma parte da carga horária do eixo teórico-prático: Técnicas de Pesquisa em Economia, Pesquisa e Extensão em Economia; TCC I e TCC II. A carga horária extraclasse de parte dessas unidades curriculares se justifica para que o discente realize seu projeto de pesquisa, realize análise de dados, pesquisas de campo, a escrita de sua monografia propriamente, e para elaborar parte das atividades de extensão.

São consideradas tecnologias digitais de informação o e-mail e outras ferramentas que podem ser usadas para envio de relatórios de monografias, resenhas de pesquisa, realização de eventuais reuniões remotas com orientador, e para participação em eventos

remotos extraclasse de pesquisa e extensão.

Caso o docente de alguma dessas unidades curriculares que possuem atividades extraclasse entenda que seja necessário o uso de um ambiente virtual de aprendizagem poderá usar o *Moodle* ou o *Gsuite*. Estes ambientes, que são oferecidos pela UFVJM, são entendidos como facultativos para essas atividades extraclasse.

Para o uso das ferramentas TICs, entretanto, será preciso que os docentes dessas unidades curriculares indiquem a sua utilização no plano de ensino especificando as atividades que serão realizadas bem como qual plataforma tecnológica será usada. Neste caso, caberá ao docente responsável pela unidade curricular orientar, acompanhar e avaliar as atividades extraclasse por meio das TICs.

8.9. A importância da Pesquisa

A pesquisa é parte integrante essencial e indissociável da universidade e recebe especial destaque no Curso de Ciências Econômicas, cuja organização curricular privilegiou a oferta de unidades curriculares voltadas ao desenvolvimento de habilidades necessárias à pesquisa acadêmica: Metodologia Científica, Técnicas de Pesquisa em Economia, Pesquisa e Extensão em Economia, TCC I e TCC II.

Como já anteriormente mencionado, adicionalmente, os docentes do curso, juntamente com os discentes, participam de Grupos de Estudo e Pesquisa, que possibilitam discussão crítica, aprofundamento de conhecimentos, desenvolvimento de atividades de iniciação científica e de pesquisa, e que favorecem o desenvolvimento, a interdisciplinaridade e a divulgação de conhecimentos.

Além disso, cabe observar que neste novo PPC o curso incentivará o debate de pesquisas com a comunidade interna e externa da UFVJM, que funcionarão como espaços formativos extraclasse, que certamente auxiliarão as pesquisas realizadas, além do crescimento em aspectos pessoais e profissionais, uma vez que tanto discentes quanto docentes e demais membros da comunidade interna e externa da UFVJM conhecerão a realidade mais de perto¹⁴.

O curso incentiva ainda os docentes a fornecerem suporte aos discentes interessados em iniciação científica para que submetam projetos de pesquisa aos editais PIBIC, assim como há apoio ao docente na submissão de projetos de pesquisa ligados a editais universais e de demanda induzida propostos pelas agências de fomento estadual e nacional.

¹⁴ Mais informações sobre isso poderão ser obtidas a seguir neste PPC no item específico a respeito da extensão.

Além do desenvolvimento de pesquisas, como reflexo do comprometimento do curso com as atividades de pesquisa, observa-se que alguns docentes já estão integrados em Programas de Pós-Graduação atualmente existentes na UFVJM, sendo a maioria dos programas interdisciplinares. Ainda nesse contexto da pós-graduação, à medida que aumenta o número de doutores do Departamento, o curso vê possibilidade de desenvolver uma pós-graduação, envolvendo outros Departamentos e Unidades, de modo a valorizar a interdisciplinaridade e o desenvolvimento da região.

8.10. Os desafios da Extensão e de sua curricularização

A discussão sobre a creditação curricular da Extensão no âmbito acadêmico tem-se estendido por anos no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB, p. 19) preconiza que uma das finalidades da educação superior é “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. A discussão retornou como tema imprescindível para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs) devido à necessidade de implementação da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Trata-se, entre outras estratégias, de “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (PNE/2014-2024, p. 11)¹⁵.

O Projeto Pedagógico Institucional da UFVJM (2017-2021), por sua vez, aponta que a qualidade da Extensão Universitária se manifesta por meio de cinco diretrizes – interação dialógica, interprofissionalidade, interdisciplinaridade, impacto na formação do estudante e impacto na transformação social, indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, especialmente no contexto da flexibilização curricular por meio da Extensão. Nesse sentido, as atividades extensionistas devem englobar todas aquelas que contemplem processo educativo, cultural e/ou científico que articulem o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabilizem uma relação transformadora da universidade e da sociedade.

Como forma de promover a Extensão, a UFVJM atualmente promove editais periódicos para concessão de bolsas para os graduandos por meio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEx) e do Programa de Bolsas de Apoio à Cultura e à Arte (Procarte), os quais têm vigência de doze meses e preveem, além das bolsas,

¹⁵ Neste sentido, também se destaca a Resolução nº 7, CNE/CES, de 18 dezembro de 2018.

recursos para a condução dos projetos aprovados. Curricularizar a Extensão, contudo, é um desafio maior, pois significa incorporar atividades de Extensão às matrizes curriculares dos cursos de graduação, indo ao encontro das políticas nacionais para a Educação, especialmente a Meta 12.7 do PNE.

Cumprе salientar que a abrangência do conceito de Extensão Universitária ainda encontra-se em processo de consolidação. Mesmo que a UFVJM possua uma Política de Extensão¹⁶, que acompanha as diretrizes da Política Nacional, um trabalho de debate com os cursos de graduação da UFVJM ainda está em andamento, no sentido de aprofundar a disseminação do conceito expresso na legislação vigente e de aproximar os cursos dos processos de gestão da Extensão. Esse debate é importante para garantir a qualidade dos créditos curriculares da Extensão na UFVJM, de modo a construir um processo de creditação pela atuação conjunta da Prograd, da Proexc e das coordenações de curso.

Embora a discussão não esteja encerrada nas instâncias deliberativas superiores da UFVJM, o Curso de Ciências Econômicas pode viabilizar a implementação da Extensão a partir deste PPC e, posteriormente, quando as regras institucionais internas estiverem definidas, realizar alguns ajustes através de “aditivos”, se assim se julgar necessário.

O Curso de Ciências Econômicas ofertará a extensão em unidades curriculares obrigatórias, em unidades curriculares eletivas e como parte das atividades complementares. O delineamento do PPC desta forma visa a abrir diversas opções aos discentes para que cumpram o percentual mínimo obrigatório de 10% de extensão em relação à carga horária total do curso (300 horas de Extensão)¹⁷. A proposta de distribuição da extensão no curso pode ser conferida no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Distribuição da Extensão no Curso de Ciências Econômicas

Tipo de unidade	Denominação	Carga horária total/Carga horária de Extensão
Unidade curricular obrigatória	Pesquisa e Extensão em Economia	120 horas/ 100 horas de Extensão
Unidade curricular obrigatória	TCC I	120 horas/ 40 horas de Extensão
Unidade curricular obrigatória	TCC II	120 horas/ 20 horas de Extensão
Unidade curricular eletiva	Epistemologias do Sul	60 horas/ 60 horas de Extensão
Atividades complementares	Diversas atividades incluindo ouvinte de	180 horas/ 80 horas de Extensão ¹⁸

¹⁶ Resolução nº 6, do Consepe, de 17 de abril de 2009.

¹⁷ A grade do curso contempla um total de 3000 horas.

¹⁸ Os estudantes que não cursarem a unidade curricular eletiva Epistemologias do Sul ou outra UC eletiva

	eventos de Extensão	
		Total de Extensão: 300h

Fonte: Elaboração própria.

Nas unidades curriculares obrigatórias, a extensão ocupará uma parte das mesmas, ou seja, serão unidades curriculares híbridas, pois contemplarão um percentual da sua carga horária de extensão. Assim, espera-se que o discente tenha tempo hábil tanto para se envolver com uma interação com a comunidade quanto para se preparar para a sua pesquisa e, gradativamente, realizar a escrita da sua monografia.

A ideia central é que nessas unidades curriculares obrigatórias a relação com a comunidade externa à universidade a partir da extensão ocorra pela organização de eventos que auxiliem no ciclo formativo no formato de debates, englobando ainda minicursos, palestras, oficinas, entre outros, e envolvendo membros da comunidade universitária e membros da sociedade civil ¹⁹, sendo os mesmos realizados, preferencialmente, nas instalações da universidade. Há uma razão importante para se falar em eventos dentro do ambiente da própria universidade: o orçamento enxuto das universidades públicas e do Departamento de Ciências Econômicas.

Esse formato de extensão contribuirá para a formação em geral, a partir de debates importantes e necessários na sociedade, auxiliando discentes, docentes, demais membros da comunidade interna da universidade e da comunidade externa, complementando, no caso dos alunos, o seu ciclo formativo também enquanto cidadãos. Ajudará também a pensar problemas e propostas aos problemas sociais e econômicos atuais do capitalismo, do país e da comunidade local especificamente. Isso certamente ampliará a difusão do conhecimento gerado internamente e o acesso da comunidade em geral à universidade, democratizando-o. Além disso, esse tipo de atividade ampliará a dimensão da função social da universidade pública, que certamente ganhará força pelas relações interdisciplinares provenientes dos debates plurais que se pretende realizar e pelas interações com diferentes setores da sociedade, permitindo assim uma contribuição relevante no processo cultural, educativo e científico.

Temas pertinentes às Ciências Sociais Aplicadas, que interessam à sociedade em geral e que constituem importantes problemas nacionais, como habitação, pobreza, fome, miséria, desigualdade social, tributação, previdência, entre outros, como

que tenha 60 horas de extensão que poderá ser no futuro criada pelo curso, terão que realizar 140 horas entre as atividades complementares que sejam de extensão para cumprir as 300 horas necessárias.

¹⁹ O público-alvo externo à UFVJM almejado é a comunidade local, composta por associações de classe, sindicatos, movimentos sociais, estudantes de outras universidades da região, egressos da UFVJM, professores de ensino médio, profissionais liberais, instituições governamentais, grupos comunitários, entre outros.

empreendedorismo, serão debatidos com essa proposta. De um lado, esses eventos formativos e interdisciplinares, que unem ensino, pesquisa e extensão²⁰, permitirão que a sociedade em geral usufrua do conhecimento gerado na universidade, participe de maneira mais próxima da produção desse conhecimento, faça parte do ambiente da universidade pública, a conheça melhor, e, com o tempo, também realize propostas para sua melhoria, e, enfim, ajudar a transformá-la cada vez mais no sentido de atender os anseios da maioria da população. De outro lado, a universidade pública se transformará com essa interação, conhecerá mais de perto os verdadeiros problemas do país e da comunidade local, ampliando sua capacidade científica e de atuação prática. Em outras palavras, o conhecimento será construído de maneira mais coletiva, com a universidade aprendendo com a comunidade e vice-versa²¹.

A extensão na unidade curricular Pesquisa e Extensão em Economia, prevista para o oitavo período, envolve discutir com os alunos brevemente o papel da extensão, elaborar um evento no sentido de atuar como um ciclo formativo extraclasse já mencionado, com registro na PROEXC/UFVJM, com seleção e convite de alguns nomes da sociedade para compor as mesas de debate, organização das mesas de discussões, convite à comunidade interna e externa em geral e pela divulgação do evento. Também será importante que o evento realize uma avaliação com os presentes, com uma pesquisa de demanda de temas futuros de interesse da comunidade local. A pesquisa com a comunidade local sobre temas de interesse auxiliará nos semestres seguintes na produção de outros eventos formativos e cada vez mais se consolidará a integração entre a universidade e a comunidade externa. Todas essas atividades estarão sempre sob coordenação do respectivo professor da unidade curricular²² e os discentes serão avaliados também pelos seus desempenhos na organização/participação do evento.

Cumprir lembrar que quando estiver cursando a unidade curricular Pesquisa e Extensão em Economia, o aluno já terá feito a escolha do tema de sua pesquisa, uma vez que passou previamente pela unidade curricular Técnicas de Pesquisa em Economia, prevista para o sétimo período. Porém, ele estará na fase inicial de sua pesquisa, de modo que o evento poderá muito lhe auxiliar a sanar possíveis dúvidas, revisar sua pesquisa e desenvolvê-la a contento.

Quando os discentes passarem para o componente curricular obrigatório TCC I,

²⁰ Importante mencionar que esta proposta de extensão vai ao encontro do parecer CNE/CES 608-2018.

²¹ O curso poderá, com o tempo, buscar parcerias com outros projetos de extensão dos diferentes campi da UFVJM e participar de editais de fomento externos à universidade.

²² O intuito do curso é que diferentes docentes possam participar desta unidade curricular, de modo a contribuir com as atividades de extensão do curso.

no nono período do curso, eles já estarão em construção do primeiro capítulo de suas monografias, de modo que o tema de pesquisa já estará definido de fato. A carga horária de extensão será menor do que nas unidades curriculares anteriores elencadas: 40 horas das 120 horas totais desta unidade curricular obrigatória. Isso é necessário para que haja maior tempo para construção do capítulo. Os debates, neste caso, serão organizados por eles e envolverão o seu primeiro capítulo. Novamente serão discussões com participação do público externo à UFVJM, com evento registrado na PROEXC/UFVJM. Este tipo de debate os auxiliará, sobretudo, nos rumos que tomarão nos demais capítulos.

Por fim, o componente curricular obrigatório TCC II, previsto para o décimo período, requer que o aluno se dedique à finalização de sua monografia, de modo que a extensão terá sua carga horária reduzida nesta unidade curricular para que ele produza o restante da monografia. A extensão será de 20 horas de um total de 120 horas de carga horária. Neste caso, o evento aberto à comunidade e também registrado na PROEXC/UFVJM será a discussão do seu TCC já finalizado. O aluno organizará o evento público da defesa, fará apresentação da sua monografia e a sociedade em geral será parte da plateia, que assistirá à defesa de monografia, podendo realizar comentários e/ou perguntas ao fim da arguição da banca de professores que avaliarão o trabalho.

Como exposto no Quadro 2, o curso também ofertará a unidade curricular eletiva Epistemologias do Sul, com carga horária de 60 horas de Extensão, prevista para a grade curricular a partir do sexto período. Esta é uma unidade curricular eletiva que o curso já ofertou em semestres anteriores e que discute teoricamente com os estudantes diferentes visões sobre a extensão. Ela funciona como um primeiro contato dos discentes com o tema. Como ela é eletiva, pode ou não o discente cursá-la. Aquele estudante que não realizar essa eletiva terá seu contato com extensão a partir das unidades obrigatórias e das atividades complementares.

De fato, a extensão poderá e deverá ser realizada por meio de atividades complementares. No cenário de um discente do Curso de Ciências Econômicas haver cursado todas as unidades curriculares obrigatórias acima elencadas e apenas uma unidade curricular eletiva de extensão, o discente terá que cumprir 80 horas das 180 horas de atividades complementares em extensão. Estas poderão ser realizadas com participação em eventos de extensão do próprio curso, como os mencionados acima, e/ou em eventos bem como projetos de Extensão já registrados na Proexc e disponíveis na universidade.

Destaca-se que, conforme a resolução de atividades complementares do curso, a participação em eventos de extensão é considerada atividade complementar de extensão e

todos os debates propostos acima, embora organizados pelos discentes a partir do sétimo período, estarão semestralmente abertos à participação de estudantes de todos os demais períodos como ouvintes. Estes receberão certificados como ouvintes de eventos de extensão, conseguindo certamente, com o cuidado na assiduidade, realizar diversas horas de extensão por participar de eventos deste tipo ao longo de todo o período de sua formação na UFVJM (5 anos)²³.

É importante frisar que o estudante terá autonomia para também participar de diversos projetos de extensão na universidade, bem como participar de cursos, palestras, oficinas de extensão, sendo estas não somente organizadas e coordenadas pelo curso de Ciências Econômicas, para cumprir outras horas de extensão.

A descrição da natureza de extensão das atividades relacionadas à creditação da extensão no contexto do curso está prevista no Anexo 6 –Quadro Descrição da Natureza de Extensão, deste PPC.

8.11. Programas de Apoio ao Discente

Para um melhor desempenho do discente do curso de Ciências Econômicas, a proposta pedagógica prevê aderência aos programas de apoio ao estudante e ao ensino, pesquisa e extensão fomentados pela UFVJM. Nesse sentido, os discentes do curso podem se candidatar para os programas a seguir:

- a) Programa de Assistência Estudantil (PAE), cujo objetivo é realizar ações de ampliação das condições de permanência dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- b) Programa de Bolsa Permanência (PBP), que consiste na concessão de auxílio financeiro do Governo Federal a matriculados em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para indígenas e quilombolas;
- c) Programa de Enfrentamento à Retenção e Evasão (PROGER), que inclui eventos culturais, palestras, mesas-redondas e apresentações sobre a universidade, ensino, pesquisa e extensão, além das características dos cursos e programas de apoio à vida acadêmica;
- d) Programa de Bolsas de Apoio à Cultura e à Arte (PROCARTE), que busca acesso à arte e à cultura, à memória e ao conhecimento, como um direito constitucional e condição fundamental para o exercício da cidadania;

²³ Haverá cuidados para que não haja dupla contagem, ou seja, organizadores e participantes do evento serão considerados somente os alunos dos períodos que cursarem a unidade curricular obrigatória voltada a isso (Pesquisa e Extensão em Economia, TCC I e TCC II) e que estiveram envolvidos na organização e realização daquele evento especificamente. Do mesmo modo, somente serão considerados ouvintes os alunos dos demais períodos que estiverem no respectivo evento de Extensão (assistindo a palestras) e não estiverem matriculados naquele momento na unidade curricular obrigatória que organiza aquele evento.

- e) Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI), criado pela Resolução nº 19 – CONSU, de 04 de julho de 2008 e reestruturado pela Resolução nº 11 – CONSU, de 11 de abril de 2014, é um espaço institucional de coordenação e articulação de ações que contribuem para a eliminação de barreiras impeditivas do acesso, permanência e usufruto não só dos espaços físicos, mas também dos serviços e oportunidades oferecidos pelo Ensino, Pesquisa e Extensão na universidade;
- f) Apoio Psicológico, cujo atendimento é voltado para as demandas emergenciais, com o intuito de permitir ao discente ter uma visão mais clara de si e de suas possibilidades, estabelecendo a sua forma de enfrentar as questões;
- g) Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC), no qual os docentes submetem seus projetos de pesquisa pleiteando bolsas de Iniciação Científica (IC) destinadas aos graduandos do curso;
- h) Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), que se destina ao oferecimento de bolsas de extensão a discentes da UFVJM vinculados a Projetos de Extensão Universitária;
- i) Programa de Monitoria, que oferece bolsas a discentes que dão suporte aos professores através da monitoria das UCs;
- j) Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (PROAE), que visa a estimular e a apoiar a apresentação de projetos que tratam de novas práticas e experiências pedagógicas relativas ao ensino;
- k) Programa de Apoio à Participação em Eventos (PROAPE), que fomenta a participação de discentes dos cursos de graduação em eventos acadêmicos-científicos-culturais, nacionais e internacionais, como congressos, simpósios, seminários e similares, considerados importantes para a integração do ensino, pesquisa e extensão.

Complementarmente aos programas institucionais, o Curso de Ciências Econômicas tem tomado algumas medidas visando a melhorar o desempenho do discente e minimizar os índices de retenção e evasão. A primeira delas é a elaboração deste novo PPC, cujo desenvolvimento contou com diversas discussões sobre os principais gargalos do curso, nas quais foram ouvidos também os discentes (em assembleia sobre o PPC, como membros participantes de reuniões do NDE e pelo Instrumento de Avaliação de Ensino do SIGA). Outra medida tem sido a elaboração da coordenação juntamente com o Centro Acadêmico de Ciências Econômicas de um programa de recepção dos ingressantes a fim de integrá-los à vida universitária, oferecendo orientações sobre o

funcionamento da universidade, sobre o PPC e a grade curricular do curso, sobre as dificuldades encontradas na transição escola-graduação e sobre formas de organização de estudos.

Além dessas medidas, tem sido desenvolvido pelos docentes do curso projetos de ensino, pesquisa e extensão que buscam atrair os discentes para a universidade em atividades extraclasse, estimulando o interesse, incentivando a integração entre prática e teoria, a interdisciplinaridade e a identificação dos discentes com o curso, como já anteriormente mencionado.

9. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O Curso de Ciências Econômicas da UFVJM adota um processo de avaliação contínua, por meio de múltiplos instrumentos de avaliação. Os resultados do processo de avaliação servem para redimensionar o ensino e a aprendizagem e o planejamento pré-estabelecido.

A avaliação da aprendizagem acompanha todo o processo de formação discente, não sendo vista, portanto, como resultado, mas como diagnóstico. A avaliação da aprendizagem é desenvolvida em todos os momentos do curso e das unidades curriculares, através de seminários, avaliações, fichamentos, participações em sala de aula, debates, trabalhos de resumo, resenhas, elaboração de artigos e de pesquisas científicas, TCC, dentre outros. Estes são entendidos enquanto instrumentos necessários para cumprir o objetivo de formar integralmente o corpo discente.

A avaliação da aprendizagem como um elemento essencial do ensino de qualidade irá observar os seguintes critérios:

- i. Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, tanto em seus aspectos qualitativos como quantitativos;
- ii. Processo avaliativo orientado para a realimentação do esforço do aluno na medida que os resultados das atividades de avaliação sejam discutidos, a fim de servirem para orientar o seu esforço de aprendizagem, indicando erros e limitações, sugerindo rumos e advertindo sobre riscos e não apenas comunicando os resultados aos alunos.

As avaliações do processo ensino-aprendizagem são realizadas conforme estratégias metodológicas previstas nos planos de ensino, observando-se a legislação vigente referente ao Regulamento para os Cursos de Graduação na UFVJM: provas escritas e/ou orais, exercícios, seminários, relatórios, pesquisas bibliográficas, trabalhos escritos, elaboração de projetos, trabalhos práticos e execução de projetos e outras atividades estabelecidas pelos docentes.

Como já apresentado, a avaliação deve ser vista como um modo de diagnóstico ou formação discente, e não como resultado, sendo, portanto, obrigação dos docentes utilizá-la de maneira a possibilitar o melhor processo de aprendizagem discente. Em casos em que as avaliações indicarem que esse processo de aprendizagem não ocorreu de maneira satisfatória, fica facultado aos docentes ofertar um plano de orientação de estudos aos discentes, com objetivo de auxiliá-los, conforme previsto no Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM.

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

O acompanhamento e a avaliação do curso e do PPC é competência de todos os envolvidos no processo formador. Contudo, a avaliação do curso é de competência do NDE e do Colegiado do Curso naquilo que lhes é próprio.

Esta proposta pedagógica será acompanhada e avaliada periodicamente pelo Colegiado do curso, que contempla a participação de docentes e discentes, além de avaliações do Núcleo Docente Estruturante (NDE), que promoverá reuniões e outras atividades para sua execução e ao mesmo tempo com a finalidade de continuamente aprimorá-la.

10.1 Ações do NDE, da Coordenação do Curso e do Colegiado do Curso

A avaliação da Qualidade do Ensino e o acompanhamento do PPC de Ciências Econômicas da UFVJM serão realizados em consonância com as resoluções em vigor estabelecidas pelo CONSEPE/UFVJM e por meio da atuação conjunta do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado do Curso.

O NDE tem função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matérias de natureza acadêmica. Ele deve ser atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. Conforme Resolução Conaes nº 01, de 17 de junho de 2010:

são atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras: I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

A coordenação do curso deve agir na direção da consolidação de mecanismos que possibilitem a permanente e contínua avaliação dos objetivos do curso, em conjunto com os membros do NDE e do Colegiado.

O Colegiado do Curso é o órgão responsável pela coordenação didático-pedagógica. São atribuições do Colegiado de curso propor ao Conselho de Graduação a elaboração, acompanhamento e revisão dos projetos pedagógicos, decidir sobre as questões referentes à matrícula, reopção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras

formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecida a legislação pertinente, coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso, dentre outras estabelecidas pelo artigo 51 do Regimento Geral da UFVJM.

O Colegiado participará da análise dos instrumentos de avaliação e deliberação das propostas apresentadas pelo NDE, identificando problemas e encaminhando propostas junto aos órgãos superiores competentes.

Portanto, serão realizadas reuniões periódicas do NDE e do Colegiado do Curso com os seguintes objetivos:

I- Avaliar os resultados obtidos pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e os relatórios de avaliação interna (CPA) e externa do curso, que integram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), repassando esses dados para que sejam discutidos entre os pares;

II- Propor e articular políticas e práticas pedagógicas;

III- Integrar a atuação do corpo docente;

IV- Discutir com os professores a importância de cada conteúdo no contexto curricular;

V- Articular a integração entre o corpo docente e discente;

VI- Acompanhar e avaliar os resultados das estratégias pedagógicas e redefinir novas diretrizes;

VII- Avaliar as possíveis necessidades de adequação do projeto às diretrizes legais e às políticas internas da UFVJM;

VIII- Analisar criticamente o PPC avaliando, assim, eventuais necessidades de alterações em busca do cumprimento dos objetivos propostos pelo curso e do perfil almejado para o egresso.

10.2 Dos instrumentos de avaliação

Para auxiliar a Coordenação, o NDE e o Colegiado do Curso de Ciências Econômicas na avaliação, acompanhamento e cumprimento do PPC, serão usados instrumentos de Avaliação, assim divididos:

A. Avaliação externa

O Decreto nº. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, define, no § 3º do Artigo 1º, que a avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) constituirá o referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade.

Assim, a avaliação externa será composta pelos mecanismos de avaliação do Ministério da Educação e da sociedade civil. São exemplos destes mecanismos o Exame Nacional de Cursos (ENADE), previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), e a avaliação efetuada pelos especialistas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que servirão para aferição da coerência dos objetivos e perfil dos egressos do curso, da organização didático-pedagógica, corpo docente, entre outros.

B. Avaliação institucional

A avaliação institucional será baseada no levantamento de indicadores de desempenho em diferentes dimensões. Os resultados podem subsidiar o dimensionamento do nível de satisfação dos docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos, com o trabalho e envolvimento no âmbito do curso. Este processo é conduzido pela Comissão Própria de Avaliação da UFVJM.

C. Avaliação interna

A avaliação interna será realizada por meio do Instrumento de Avaliação do Ensino (IAE), segundo Resolução nº 22 – CONSEPE, de 25 de julho de 2014. O IAE tem por objetivo identificar as condições de ensino, da oferta dos cursos de graduação, de pós-graduação e da estrutura administrativa, com vistas à implantação de ações para a elevação de sua qualidade a partir de questionários respondidos por discentes e docentes.

Eventualmente, também poderão ser utilizados instrumentos desenvolvidos pela pelo NDE e/ou Colegiado do Curso para acompanhamento e avaliação do desempenho acadêmico e do corpo docente.

10.3. Medidas para a consolidação do curso

Além do exposto no que diz respeito a docentes e demais instrumentos para implementação do PPC de Ciências Econômicas, cabe realçar a disponibilidade e necessidade de recursos materiais e físicos com vistas à consolidação dos objetivos propostos.

O Curso de Ciências Econômicas, como parte da Faculdade de Ciências Sociais, Aplicadas e Exatas da UFVJM, utiliza para suas atividades administrativas e pedagógicas espaços disponibilizados em prédio próprio desta Unidade Acadêmica. No prédio da FACSAB, o curso conta hoje com: uma sala para uso compartilhado da coordenação e chefia do Departamento de Ciências Econômicas, com um único servidor técnico-

administrativo atendendo ambas as instâncias, uma sala de reuniões destinada ao uso dos cursos da FACSAB e gabinetes individuais com computadores para os docentes do curso.

O campus do Mucuri possui um prédio de salas de aulas, onde são ministradas as unidades curriculares do curso. São salas com capacidade para 36 ou 72 alunos, equipadas com projetores, ar-condicionado e telas de projeção. Ademais, existem à disposição dos docentes datashows com finalidade de uso nas aulas. O campus possui, ainda, uma biblioteca, laboratórios de informática, miniauditórios e um prédio construído com apoio da FINEP, que congrega alguns grupos de pesquisas. Recentemente, foi inaugurado um ginásio de esportes, para possibilitar a prática de esportes pela comunidade acadêmica e à comunidade externa. O campus dispõe de restaurante universitário (com prédio concluído, porém ainda não em funcionamento). E não há uma moradia estudantil.

Cabe acrescentar que com a abertura de um curso de Medicina no campus do Mucuri, não previsto inicialmente, e os sucessivos cortes orçamentários por parte do Governo, a capacidade da biblioteca encontra-se limitada, o que tem dificultado a aquisição e disponibilização de diversas obras. O curso tem buscado, juntamente com a Unidade Acadêmica, debater e apontar para a necessidade de aumento da biblioteca, do acervo, construção de espaços de convivência e obras de paisagismo, aumento do número de espaços e infraestrutura para os Grupos de Pesquisas e para os Programas de Pós-Graduação, melhorias das salas de aula, a urgência da Moradia Estudantil e do Restaurante Universitário, com vistas não só à consolidação do PPC de forma mais adequada, mas também à consagração do tripé ensino-pesquisa-extensão, ampliação de atividades futuras e diminuição dos índices de evasão.

10.4. Ações de Acompanhamento do Egresso

O curso de Ciências Econômicas teve sua primeira turma formada em 2011. Desde então, o curso tem realizado eventos em que egressos participam. Tem sido profícua essa participação, pois os egressos estabelecem um bom diálogo com os alunos atuais, não só relatando sua trajetória, experiências, mas também alimentando as discussões sobre as Ciências Econômicas. Deve-se ressaltar que alguns egressos também se tornaram professores-substitutos do curso e vêm contribuindo com a formação dos discentes também em sala de aula.

Neste novo PPC, com anteriormente mencionado, o plano de extensão também

inclui a troca de saberes com os egressos, a fim de dar continuidade a essa importante interação. O curso também já preparou uma listagem de egressos e tem intenção de elaborar um formulário para acompanhar mais de perto a vida profissional, pois entende que esse diálogo é parte integrante da autoavaliação do curso. A partir da visão dos egressos, o curso pode melhor dimensionar como está a inserção de seus ex-alunos no mercado de trabalho, repensar ações, entre outros processos para a sua melhoria.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Desde o primeiro PPC do Curso de Ciências Econômicas da UFVJM, houve um acúmulo de uma densa discussão sobre a adequação deste à realidade tanto do Departamento de Ciências Econômicas quanto da própria UFVJM e dos seus alunos. Nesse sentido, e em especial a partir do primeiro semestre de 2017, o NDE dedicou-se a avaliar e a repensar a organização das unidades curriculares diante dos desafios relevantes observados em anos anteriores. Dentre estes podem ser citados o reduzido quadro de docentes e a constante expansão e a consolidação da universidade em sua área de atuação.

Algumas modificações significativas foram pensadas a partir deste cenário. Essas mudanças foram feitas sempre em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Bacharelado em Ciências Econômicas, com as especificidades regionais e institucionais, adequadas ao corpo docente e discente, ainda, com vistas à possibilidade de constituição de um núcleo de Pós-Graduação alinhado aos eixos temáticos desenvolvidos junto à graduação.

Deve-se notar que pelas Diretrizes Curriculares Nacionais um curso de Ciências Econômicas deve cumprir 10% da sua carga horária com conteúdos de formação geral, 20% com conteúdos de formação teórico-quantitativa, 10% de conteúdos de formação histórica e 10% envolvendo atividades acadêmicas de formação em metodologia, Técnicas de Pesquisa em Economia e Trabalho de Conclusão de Curso. Segundo essas diretrizes, portanto, 50% do curso de todo curso de Ciências Econômicas no país deve ser composto por uma carga horária em torno desses conteúdos.

Cumprindo essas diretrizes e até indo além do que elas estabelecem, o curso de Ciências Econômicas da UFVJM, neste novo PPC, reserva 84% da sua carga horária total aos chamados conteúdos obrigatórios. A carga horária desses está dividida da seguinte forma: formação geral (respondem por 10% da carga horária do curso); formação teórico-quantitativa (40% da carga horária); formação histórica (12% da carga horária); e teórico-prática (22% da carga horária).

As unidades curriculares que congregam esses quatro eixos formam a Figura 1 a seguir:

Figura 1 - Fluxograma dos Eixos e Campos Temáticos

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	9º Período	10º Período
Fundamentos de Economia	Economia Clássica	Economia Neoclássica	Teoria Macroeconômica I	Teoria Macroeconômica II	Teoria Macroeconômica III	Economia Monetária	Direito e Economia	Trabalho de Conclusão de Curso I	Trabalho de Conclusão de Curso II
História Econômica I	História Econômica II	Economia Política I	Economia Política II	Economia Internacional	Teoria Microeconômica III	Técnicas de Pesquisa em Economia	Administração	Eletiva VI	Eletiva VIII
Contabilidade Social	Matemática Econômica II	História Econômica III	Formação Econômica do Brasil	Economia Brasileira I	Economia Brasileira II	Eletiva II	Pesquisa e Extensão em Economia	Eletiva VII	
Matemática Econômica I	Desenvolvimento Socioeconômico	Estatística Econômica	Teoria Microeconômica I	Teoria Microeconômica II	Leitura e Produção de Textos	Eletiva III	Eletiva V		
Filosofia	Ciências Sociais	Metodologia Científica	Econometria	Economia do Setor Público	Contabilidade e Análise de Balanços	Eletiva IV	Atividades Complementares		
					Eletiva I				
Legenda									
Formação Histórica		Formação Teórico-Quantitativa			Formação Geral		Formação Teórico-Prática		Eletivas

A nova matriz Curricular do Curso de Ciências Econômicas (Quadro 3) permite uma melhor visualização desses conteúdos por período do curso, bem como mostra a transição do PPC de 2007-2 para este novo PPC, apontando as UCs e suas equivalências.

Quadro 3 – Nova Matriz Curricular do Curso de Ciências Econômicas

1o período											
Unidades Curriculares											
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária					Pré-requisito	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	EX	CHT	CR			
ECO002	Fundamentos de Economia	O	P	60			60	4			
ECO	História Econômica I	O	P	60			60	4			ECO003
ECO007	Contabilidade Social	O	P	60			60	4			
ECO	Matemática Econômica I	O	P	60			60	4			CEX 001
SSO	Filosofia	O	p	60			60	4			
TOTAL				300			300	20			

2o período											
Unidades Curriculares											
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária					Pré-requisito	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	EX	CHT	CR			
ECO004	Economia Clássica	O	P	60			60	4	ECO002		
ECO	História Econômica II	O	P	60			60	4	História Econômica I		ECO000
ECO	Matemática Econômica II	O	P	60			60	4	Matemática Econômica I		CEX 005
ECO013	Desenvolvimento Socioeconômico	O	P	60			60	4			
	Ciências Sociais	O	P	60			60	4			SSO006
TOTAL				300			300	20			

3o período											
Unidades Curriculares											
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária					Pré-requisito	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	EX	CHT	CR			
ECO005	Economia Neoclássica	O	P	60			60	4	ECO004		
ECO008	Economia Política I	O	P	60			60	4	ECO004		
ECO	História Econômica III	O	P	60			60	4	História Econômica II		ECO006
ECO	Estatística Econômica	O	P	60			60	4	Matemática Econômica II		CEX 006
SS0005	Metodologia Científica	O	P	60			60	4			
TOTAL				300			300	20			

4o período											
Unidades Curriculares											
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária					Pré-requisito	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	EX	CHT	CR			
ECO011	Teoria Macroeconômica I	O	P	60			60	4	ECO007		
ECO012	Economia Política II	O	P	60			60	4	ECO008		
ECO010	Formação Econômica do Brasil	O	P	60			60	4	História Econômica II		
ECO017	Teoria Microeconômica I	O	P	60			60	4	ECO005/Matemática Econômica II		
ECO009	Econometria	O	P	60			60	4	Estatística Econômica		
TOTAL				300			300	20			

5o período											
Unidades Curriculares											
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária					Pré-requisito	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	EX	CHT	CR			
ECO018	Teoria Macroeconômica II	O	P	60			60	4	ECO011		
ECO029	Economia Internacional	O	P	60			60	4	ECO011/História Econômica II		
ECO	Economia Brasileira I	O	P	60			60	4	ECO010		ECO014
ECO020	Teoria Microeconômica II	O	P	60			60	4	ECO017		
ECO027	Economia do Setor Público	O	P	60			60	4	ECO011		
TOTAL				300			300	20			

6o período											
Unidades Curriculares											
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária					Pré-requisito	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	EX	CHT	CR			
ECO021	Teoria Macroeconômica III	O	P	60			60	4	ECO018		
ECO	Teoria Microeconômica III	O	P	60			60	4	ECO020		ECO028
ECO	Economia Brasileira II	O	P	60			60	4	Economia Brasileira I		ECO015
SSO007	Leitura e Produção de Textos	O	P	30			30	2			
CON043	Contabilidade e Análise de Balanços	O	P	30			30	2			
	Eletiva I	E	P	60			60	4			
TOTAL				300			300	20			

7o período											
Unidades Curriculares											
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária					Pré-requisito	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	EX	CHT	CR			
ECO026*	Técnicas de Pesquisa em Economia	O	P	30	30		60	4	SSO005		
ECO022	Economia Monetária	O	P	60			60	4	ECO012/ ECO011		
ECO	Eletiva II	E	P	60			60	4			
ECO	Eletiva III	E	P	60			60	4			
ECO	Eletiva IV	E	P	60			60	4			
TOTAL				270	30		300	20			

*UC com atividade extraclasse voltada à elaboração do projeto de pesquisa

8o período											
Unidades Curriculares											
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária					Pré-requisito	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	EX	CHT	CR			
	Direito e Economia	O	P	60			60	4			CON005
ADM 000	Administração	O	P	60			60	4			
ECO	Eletiva V	E	P	60			60	4			
ECO*	Pesquisa e Extensão em Economia	O	P	10	110	100	120	8	ECO026		
TOTAL				190	110	100	300	20			

*UC com atividade extraclasse voltada à elaboração de pesquisa e extensão

9o período											
Unidades Curriculares											
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária					Pré-requisito	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	EX	CHT	CR			
ECO*	Trabalho de Conclusão de Curso I	O	P	60	60	40	120	8	Pesquisa e Extensão em Economia		ECO031
	Eletiva VI			60			60	4			
	Eletiva VII			60			60	4			
TOTAL				180	60	40	240	16			

*UC com atividade extraclasse voltada à elaboração de pesquisa e extensão

10o período											
Unidades Curriculares											
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária					Pré-requisito	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	EX	CHT	CR			
ECO*	Trabalho de Conclusão de Curso II	O	P	90	30	20	120	8	Trabalho de Conclusão de Curso I		ECO033
	Eletiva VIII	E	P	60			60	4			
TOTAL				150	30	20	180	12			

*UC com atividade extraclasse voltada à elaboração de pesquisa e extensão

De acordo com o exposto nesta nova matriz curricular, é possível compreender uma síntese da integralização curricular, em que há a relação dos componentes curriculares e as ações de extensão:

Quadro 4 - Síntese para Integralização Curricular²⁴

Componente Curricular	Crédito	Carga Horária
Unidades Curriculares Obrigatórias + Ações de Extensão	140	2100
Atividades Complementares + Ações de Extensão	12	180
Unidades Curriculares Eletivas + Ações de Extensão	32	480
Trabalho de Conclusão de Curso + Ações de Extensão	16	240
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	200	3000

Quadro 5 – Unidades Curriculares Eletivas

Unidades Curriculares Eletivas											
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária					Pré-requisito	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	EX	CHT	CR			
SSO008	Aspectos Sócio-antropológicos	E	P	60			60	4			SSO021
ECO065	Economia e Literatura	E	P	60			60	4	Economia Brasileira I		

²⁴ Este quadro foi elaborado conforme indicações da PROEXC/UFVJM, em apresentação, durante o Congrad, sobre a curricularização da Extensão, em novembro de 2019.

ECO016	História do Pensamento Econômico e Social	E	P	60			60	4		
ECO019	Questão Agrária no Brasil	E	P	60			60	4		
ECO041	Ciência Política	E	P	60			60	4		
ECO	Neoliberalismo no Brasil	E	P	60			60	4	Economia Brasileira II	
ECO	A Política Econômica dos Governos do PT	E	P	60			60	4	Economia Brasileira II	
ECO062	Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	E	P	60			60	4	ECO017	
ECO	Teoria do Comércio Internacional	E	P	60			60	4	ECO017	ECO056
ECO	História Econômica IV	E	P	60			60	4	História Econômica III	
ECO067	Economia Política da Cepal	E	P	60			60	4	ECO013	
ECO	Economia Regional e Urbana	E	P	60			60	4	ECO013	
ECO	Economia Política III	E	P	60			60	4	ECO012	
ECO030	Capitalismo Contemporâneo	E	P	60			60	4	ECO012	
ECO	Trabalho, Tecnologia e Relações Sociais	E	P	60			60	4	ECO008	ECO059
ECO039	Política e Planejamento Econômico	E	P	60			60	4	ECO004, ECO013	
ECO	Teoria Macroeconômica IV	E	P	60			60	4	Matemática Econômica II, ECO009, ECO017, ECO018	
ECO	Métodos Computacionais Aplicados à Economia	E	P	60			60	4	Matemática Econômica II, ECO009, ECO017	
ECO070	Séries Temporais	E	P	60			60	4	Matemática Econômica II, ECO009	

ECO	Tópicos Avançados em Métodos Quantitativos	E	P	60			60	4	Matemática Econômica II, ECO009		
ECO068	O Brasil no Início do Século XXI: Questão Agrária, Agronegócio e Governo Lula	E	P	60			60	4			
ECO069	Epistemologias do Sul	E	P	60		60	60	4			
ECO035	Economia do Trabalho	E	P	60			60	4	ECO008		SSO025
ECO	Formação Econômica da América Latina	E	P	60			60	4	ECO008, ECO013		
ECO023	Economia Solidária	E	P	60			60	4			
ECO	Metodologia e Teoria Social	E	P	60			60	4	SSO005		ECO057
ECO	História e Organização Industrial	E	P	60			60	4	ECO017, História Econômica II		
ECO	Financeirização e Políticas Públicas	E	P	60			60	4	ECO008		ECO060
ECO	Teoria das Crises	E	P	60			60	4	ECO012		ECO036
ADM038	Direito Administrativo	E	P	60			60	4	Direito e Economia		CON058
CON057	Direito Internacional Público Privado	E	P	60			60	4	Direito e Economia		ADM039
ECO063	Economia Institucional e Desenvolvimento Socioeconômico	E	P	60			60	4			
ECO	História da Revolução Burguesa	E	P	60			60	4			ECO054
ECO	História da Contrarrevolução Burguesa no Brasil	E	P	60			60	4			ECO064

ECO	O Fenômeno das Fomes Coletivas, segundo Josué de Castro	E	P	60			60	4		
ECO	História Recente da República Brasileira e o Partido dos Trabalhadores	E	P	60			60	4		
ECO	Crise Estrutural do Capital	E	P	60			60	4	ECO008	
ECO	Introdução à Matemática	E	P	60			60	4		CEX000
ECO071	Economia da Internet	E	P	60			60	4	ECO020	
ECO061	Economia Mineira	E	P	60			60	4		
ECO066	Intérpretes do Brasil: Prado Florestan Fernandes e Caio Jr., e Celso Furtado	E	P	60			60	4		
ECO	Classe e Raça no Brasil	E	P	60			60	4		
ECO037	História Econômica e Geral da África	E	P	60			60	4		
CEX050	Matemática Comercial e Financeira	E	P	60			60	4		CEX002, CEX036 e CTT302
ECO	Questões Contemporâneas	E	P	60			60	4	ECO008	ECO053
ECO	Desenvolvimento Econômico e Economia Regional	E	P	60			60	4	ECO013	ECO055
ADM028	Mercado de Capitais	E	P	60			60			CON122
ECO	Teoria Microeconômica IV	E	P	60			60		ECO020	ECO058

ECO051	História do Pensamento Econômico	E	P	60			60				
ECO	Contabilidade e Análise de Empresas	E	P	30			30	2			

Quadro 6 – Componente Curricular Optativo

Unidade Curricular Optativa											
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária					Pré-requisito	Correquisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	EX	CHT	CR			
CEX 134	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (Disciplina Optativa - Decreto 5626/2005)	O	P/D	60			60	4			CEX 103/45h

Legenda:

Tipo – Obrigatória (O)/ Eletiva (E)/Optativa (Op)

T – Carga horária teórica

P – Carga horária prática

Mod – Modalidade presencial (P) / Distância (D)

EX - Extensão

CHT – Carga Horária Total

CR – Crédito

Quadro 7 - Programas das unidades curriculares obrigatórias: ementas e bibliografia

1º Período			
Fundamentos de Economia	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:		Pré-Requisitos:	
<p>Ementa: Economia como ciência; o objeto das ciências econômicas. A economia política e a economia marginalista/utilitarista: teoria do valor-trabalho e teoria do valor-utilidade. Moeda e mercado financeiro. Excedente, Tecnologia e Produtividade. A especificidade da sociedade capitalista: mercadoria, dinheiro e capital. Produção, custo, preço e lucro. Estruturas de mercado. Estado e Instrumentos de Política Econômica. A ética e o papel do economista na sociedade.</p> <p>Bibliografia Básica CARNEIRO, R. (Org.). Os clássicos da economia. São Paulo: Ática, 2004. GONTIJO, C. Introdução à economia: uma abordagem lógico-histórica. Curitiba, PR: Editora CRV, 2013. JEVONS, W. S. A Teoria da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. MARX, K. Salário, preço e lucro. São Paulo: Abril Cultural, 1982. MIGLIOLI, J. L.; BELLUZZO, L. G.; SILVA, S. O funcionamento da economia capitalista: uma introdução ao estudo da economia. Campinas, SP: Unicamp, IE, 2017. SMITH, A. Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983.</p> <p>Bibliografia Complementar CANO, W. Introdução à economia: uma abordagem crítica. São Paulo: Editora UNESP, 1998. LE GOFF, J. A bolsa e a vida. São Paulo: Brasiliense, 1989. NETTO, J. P. e BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. MORAES NETO, B. R. de. Mercadoria, concorrência e formação de preços. Araraquara – Publicação – 1989. PRADO Jr., C. Esboço dos fundamentos da teoria econômica. 4ª Ed. Editora Brasiliense, 1966. SCHUMPETER, J. História da análise econômica. Volume 1. Fundo de Cultura, 1964.</p>			
História Econômica I	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência: ECO003		Pré-Requisitos:	
<p>Ementa: Método em História Econômica; Economia e Sociedade no Mundo Antigo: Grécia e Roma; Modo de Produção Feudal; Crise do Feudalismo; O debate sobre transição: Dobb-Sweezy, Brenner e seus desdobramentos; Capital Mercantil, Absolutismo e Formação dos Estados Nacionais.</p> <p>Bibliografia Básica ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo: Editora da Unesp, 2016. ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Editora da Unesp, 2016. BLOCH, Marc. A sociedade Feudal. São Paulo: Edipro, 2016. CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os métodos da história. Rio de Janeiro: Graal, 1979. CORASIN, Maria Luiza. A reforma agrária na Roma Antiga. São Paulo: Brasiliense, 1988. DOBB, Maurice. A evolução do Capitalismo. 9 ed. Nova tradução. Rio de Janeiro: LTC, 2017. FINLEY, Moses. Economia e Sociedade na Grécia Antiga. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013. FRANCO JÚNIOR, Hilário. O que é o feudalismo. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. FLORENZANO, Maria Beatriz B. O mundo Antigo: Economia e Sociedade (Grécia e Roma). 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.</p>			

HILTON, Rodney; DOBB, Maurice; SWEEZY, Paul et al. A Transição do Feudalismo para o Capitalismo: Um debate. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
 HOBBSAWM, Eric J. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 MARIUTTI, Eduardo B. Balanço do Debate: A transição do Feudalismo ao Capitalismo. São Paulo: Hucitec, 2004.
 MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
 NOVAIS, Fernando A. Aproximações: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
 SAES, Alexandre M. & MARQUES DE SAES, Flávio Azevedo. História Econômica Geral. São Paulo: Saraiva, 2013.
 WEBER, Max. História Agrária Romana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
 WOOD, Ellen. As origens agrárias do capitalismo. *IV*: Crítica Marxista. nº 10. São Paulo: Boitempo, 2000.
 WOOD, Ellen M. A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Bibliografia Complementar

ASTHON, T.H y PHILPIN, C.H.E . EL DEBATE BRENNER: Estructura de classe agraria y desarrollo económico en la Europa pré-industrial. Barcelona: Grijalbo, 1988.
 BARREIROS, Daniel P. Os debates sobre a transição. (ideias e intelectuais na controvérsia sobre a origem do capitalismo). Niterói: Eduff, 2008.
 CARVALHO, Alexandre G. (Org). A Economia Antiga: História e Historiografia. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2011.
 GUARINELLO, Norberto L. IMPERIALISMO GRECO-ROMANO. São Paulo, Ática, 1987.
 MARIUTTI, Eduardo B. O debate Brenner: Uma nova perspectiva para o Estudo do Capitalismo. In: LEITURAS DE ECONOMIA POLÍTICA. Ed. Especial–História Econômica. Campinas, Unicamp/I.E., 2001.
 PIRENNE, H. História econômica e social da Idade Média. 6.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
 ROSTOVTZEFF, M. História da Grécia. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
 ROSTOVTZEFF, M. História de Roma. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

Contabilidade Social	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência:		Pré-Requisitos:		

Ementa: Agregados Macroeconômicos e as Identidades Contábeis. Fluxo Circular de Renda. Sistema de Contas Nacionais. Contas Nacionais no Brasil: Tabela de Recursos e Usos e Contas Econômicas Integradas. Matriz Insumo-Produto. Balanço de Pagamentos. Contas Monetárias e Financeiras. Indicadores Sociais.

Bibliografia Básica

FEIJÓ, C. A., RAMOS, R. L. O. (Orgs). Contabilidade Social: a nova referência das contas nacionais do Brasil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
 LOPES, L. M., VASCONCELOS, M. A. S. Manual de Macroeconomia Básico e Intermediário. 3ª ed. Editora Atlas, 2008.
 PAULANI, L. M., BRAGA, M. B. A Nova Contabilidade Social: Uma introdução à macroeconomia. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar

CARCANHOLO. M. D. Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula. IN: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro, Garamond Editora, 2010.
 DORNBUSH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomia. 10ª ed. São Paulo, McGraw-Hill, 2009.

KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Caps. 13 e 17)

PEREIRA, Vanessa de Paula. Fluxos de Capitais com Viés de Curto Prazo e Vulnerabilidade Externa do Brasil no Período 2000-2014. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. de. Manual de Economia Equipe de professores da USP. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004. (Cap. 16)

MANKIWI, N. G. Macroeconomia. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

MINSKY, H. Estabilizando uma economia instável. São Paulo: Novo Século, 2010.

ROSSETTI, J. P. Contabilidade social: uma abordagem introdutória. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SEN, A. O Desenvolvimento enquanto expansão de capacidades. Lua nova: Revista de Cultura e Política, nº28-29, São Paulo, Apr.1993.

Matemática Econômica I	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência: CEX001		Pré-Requisitos:		

Ementa: Conjuntos. Funções. Limites; Continuidade; Derivada; Regras de derivação; Derivação da função composta; máximos e mínimos, concavidades, pontos de inflexão, gráficos; Integração indefinida; Integral definida; Métodos de Integração.

Bibliografia Básica

MORETTIN, P.; BUSSAB, W. HAZZAR, S. Calculo: Funções de uma e várias variáveis. São Paulo. Saraiva. 2003.

SIMON, C. P.; BLUME, L. Matemática para economistas. Bookman, 2004.

STEWART, J. Cálculo volume 1. 5ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.

Bibliografia Complementar

ANTON, H. **Cálculo**: um novo horizonte, v. 1. 6. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2000.

GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo - vol. 1, Livros Técnicos e Científ. Ed., 1997.

IEZZI, G. MUKURAKAMI. Fundamentos de Matemática Elementar: conjuntos e funções. V.1. 8ed. São Paulo: Atual. Editora, 2004.

MEDEIROS, S. Cálculo Básico para Cursos Superiores. São Paulo, Atlas, 2004.

THOMAS, G. B. Calculo Volume 1, 11 Ed. São Paulo. Addison Wesley, 2009.

Filosofia	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência:		Pré-Requisitos:		

Ementa: Introdução à Filosofia: formas de apreensão da realidade, atitude filosófica. Filosofia Antiga: origens da filosofia grega, pré-socráticos, filosofia clássica, helenismo. Filosofia Medieval: origens da filosofia cristã, patrística, escolástica. Filosofia Moderna: origens da modernidade, Descartes, Kant, Hegel, Marx. Filosofia contemporânea: crise do pensamento moderno, irracionalismo, fenomenologia, existencialismo, pragmatismo, pós-modernidade. Filosofia brasileira e latino-americana: principais autores, colonialismo cultural, filosofia desde a periferia do capitalismo.

Bibliografia Básica

AQUINO, Tomás de. Suma contra os gentios. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Atlas, 2009.

DESCARTES, René. Meditações sobre a filosofia primeira. São Paulo: Ed. Unicamp, 2004.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história. São Paulo: Centauro, 2008.

HERÁCLITO. Doxografia e fragmentos. In: Os Pré-Socráticos (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultura, 1996

KANT, Immanuel. Textos selecionados. São Paulo: Abril, 1980.
 MARCONDES, Danilo. Introdução à história da filosofia: dos Pré-socráticos a Wittgenstein. 13ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
 MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
 PLATÃO. Defesa de Sócrates (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultura, 1972.
 PLATÃO. A República (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultura, 1996.
 REALE, Giovanni; ANTISERI, Danilo. História da Filosofia Vol. 6. De Nietzsche à Escola de Frankfurt. São Paulo: Paulus, 2006.
 VVAA. Introdução ao pensamento filosófico. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1983.

Bibliografia Complementar

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2003.
 BAUMAN, Zigmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
 CESAR, Constança Marcondes. Filosofia na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1988.
 CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. 13 ed. São Paulo: Ática, 2003.
 DUARTE JÚNIOR. João Francisco. O que é realidade (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 1994.
 DUSSEL, Enrique. 1492. O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis, RJ : Vozes, 1993.
 MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia. Dos pré-socráticos a Wittgenstein. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
 MARGUTTI, P. História da filosofia do Brasil – 1ª Parte: O período colonial. São Paulo: Loyola, 2013.
 PINTO, Álvaro Vieira. Consciência e Realidade Nacional. 2 v. (Coleção Textos Brasileiros de Filosofia). Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
 PRADO JÚNIOR, Caio. O que é filosofia (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 1981.
 SCRUTON, Roger. Uma breve história da filosofia moderna: de Descartes a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2008.

2º Período			
Economia Clássica	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:		Pré-Requisitos: ECO002	
<p>Ementa: As origens da Economia Política Clássica. Os primórdios das Ciências Econômicas: a) Mercantilismo: breve introdução; Willian Petty; David Hume; Escola Fisiocrata. A Economia Política Clássica e a Teoria do Valor-trabalho: Adam Smith; David Ricardo. A inflexão da Economia Política Clássica Jean-Baptiste Say; Thomas Malthus. Transição ao pensamento neoclássico: Nassau Senior; John Stuart Mill.</p>			
<p>Bibliografia Básica</p> <p>COUTINHO, M. C. Lições de Economia Política. São Paulo: Hucitec, 1993. HUME, D. Escritos sobre economia. São Paulo: Nova Cultural, 1988. MALTHUS, T. R. Princípios de economia política. Abril Cultural, 1983. MILL, J. S. Princípios de economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. PETTY, W. Obras Econômicas. São Paulo: Nova Cultural: 1996. QUESNAY, F. Quadro econômico dos fisiocratas. São Paulo: Nova Cultural, 1988. RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982. RUBIN, I. I. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014. SAY, J.B. Tratado de Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1986.</p>			

SMITH, A. Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Bibliografia Complementar

BELLUZZO, L. G. M. Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política. 3^a Ed. Campinas – SP: UNICAMP/IE, 1998.

CARCANHOLO, R. Marx, Ricardo e Smith: sobre a teoria do valor trabalho. Vitória/ES: EDUFES, 2012.

DEYON, P. O Mercantilismo. 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

MIGLIOLI, J. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. Hucitec, 2004.

ROLL, E. História das Doutrinas Econômicas. São Paulo: Cia das Letras, 1962.

HUNT, E. História do Pensamento Econ mico. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1986.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro Terceiro. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MALTHUS, T. R. (1982) Malthus: Economia. Szmrecsányi, Tamás (org.); Fernandes, Florestan (coord.). Coleção Grandes Cientistas Sociais n  24. Editora  tica.

História Econômica II	C.H. Total	60	C.H. Distância	
-----------------------	------------	----	----------------	--

Equivalência: ECO000	Pré-Requisitos: História Econômica I
----------------------	--------------------------------------

Ementa: Acumulação Primitiva de Capital; Crise do Antigo Regime; As Revoluções Burguesas Clássicas: Inglaterra e França; Revolução Industrial; As revoluções burguesas tardias: EUA, Alemanha e Japão; Formação dos Monopólios; Neocolonialismo e Imperialismo.

Bibliografia Básica

ARRUDA, J. J. Revolução Industrial e Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARRUDA, J. J. A Revolução Inglesa. São Paulo: Brasiliense, 1984 b.

ARRUDA, J. J. A Revolução Industrial. São Paulo: Ática, 1988.

ASTON, T.S. A Revolução Industrial. 6.e.d. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

LANDES, David S. Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental desde 1750 até a nossa época. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

HOBBSAWM, Eric. A Era das Revoluções. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

HOBBSAWM, Eric. J. A Era dos Impérios. RJ: Paz e Terra, 2012.

HOBBSAWM, Eric. J. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2017.

HOBBSAWM, Eric. A Era do Capital. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

HOBBSAWM, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1780 - Programa, Mito e Realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HILL, Christopher. A Revolução Inglesa de 1640. Lisboa; Presença, 1985.

FLORENZANO, Modesto. As Revoluções Burguesas. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LENIN, Vladimir. Imperialismo fase superior do Capitalismo. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

LISSAGARAY, H. PROSPER OLIVIER. História da Comuna de 1871. Tradução: Sieni Maria Campos - São Paulo: Ensaio, 1991.

MAGDOFF, Harry. Imperialismo: da Era Colonial ao Presente. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARX, Karl. O Capital. Volume I. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Carlos A. B. Processo de Industrialização: Do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo; Editora Unesp; Campinas,SP;Unicamp:2003.

PINHEIRO, Milton (Org.). 140 anos da Comuna de Paris. 1^a edição – São Paulo: Editora Outras Expressões, 2011.

PIRENNE, H. História econômica e social da Idade Média. 6.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

Bibliografia Complementar

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.

<p>HILL, Christopher. O Mundo de Ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução de 1640. São Paulo: Cia das letras, 1987.</p> <p>HOBSON, J. A evolução do capitalismo moderno. São Paulo: Nova Cultural, 1996.</p> <p>IGLÉSIAS, Francisco. A Revolução Industrial. São Paulo: Brasiliense, 1987.</p> <p>LEFEBVRE, Georges. A Revolução Francesa. São Paulo: Ibrasa, 1974.</p> <p>MANTOUX, Paul. A Revolução Industrial no século XVIII. São Paulo: Unesp, 1991.</p> <p>ORSO, Paulino J. [et al] (Orgs.). A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade. São Paulo: Ícone, 2002.</p> <p>RIOUX, Jean-Pierre. A Revolução Industrial. Lisboa: Dom Quixote, 1996.</p> <p>SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Arruda. Apresentação: “Por que voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução” <i>In</i>: LÊNIN, Vladimir I. O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo. Campinas/S.P, FE/UNICAMP: Navegando Publicações, 2011.</p> <p>SOBOUL, Albert. História da Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.</p> <p>SOBOUL, Albert. A Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Difel, 2007.</p>				
Matemática Econômica II	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência: CEX005		Pré-Requisitos: Matemática Econômica I		
<p>Ementa: O espaço n-dimensional, funções de várias variáveis, derivadas parciais, diferencial total, máximos e mínimos de funções de várias variáveis. Matrizes, determinantes e sistemas de equações lineares. Otimização.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>CHIANG, A. C.; WAINWRIGHT, K. Matemática para Economistas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p> <p>SIMON, C.P.; BLUME, L. Matemática para economistas. Bookman, 2004.</p> <p>STEWART, J. Cálculo volume 2. 5ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>ÁVILA, G., Cálculo das Funções de Uma Variável Vol.1, Livros Técnicos e Científicos Editora, São Paulo, 7a edição, 2004.</p> <p>ÁVILA, G., Cálculo das Funções de Uma Variável Vol.2, Livros Técnicos e Científicos Editora, São Paulo, 7a edição, 2004.</p> <p>ÁVILA, G., Cálculo das Funções de Múltiplas Variáveis Vol.3, Livros Técnicos e Científicos Editora, São Paulo, 7a edição, 2006.</p> <p>GUIDORIZZI, H.L. Um Curso de Cálculo - vol. 2, Livros Técnicos e Científ. Ed., 1997.</p> <p>THOMAS, G.B. Cálculo Volume 2, 11 Ed. São Paulo. Addison Wesley, 2009.</p>				
Desenvolvimento Socioeconômico	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência:		Pré-Requisitos:		
<p>Ementa: Experiências Históricas de Desenvolvimento: Via Clássica (Inglaterra), Capitalismo Tardio (Alemanha) e Capitalismo de Via Colonial (Brasil). Desenvolvimento Econômico para a Economia Política Clássica. Desenvolvimento Econômico nas Economias de Capitalismo Tardio. Concepção Liberal de Desenvolvimento no Pós-Guerra. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: O Pensamento Cepalino. Teorias da Dependência. O Subdesenvolvimento Brasileiro.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (orgs.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.</p> <p>BARAN, P. A economia política do desenvolvimento. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Economistas)</p> <p>BIELSCHOWSKY, R. (Org.) Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro: Record,</p>				

2000, Vol. I e II.

BORGES, M. A. Particularidade e Objetivação do Capitalismo. Revista Escrita Ensaio, São Paulo, Ano IV, n. 8, 1980.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FURTADO, C. Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Contraponto: Rio de Janeiro, 2009.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FURTADO, C. Prefácio a nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GUDIN, E.; SIMONSEN, R. C. A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. 3. ed. Brasília, DF: IPEA, 2010.

LENIN, V. O Imperialismo, fase Superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2002.

LIST, F. Sistema nacional de economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 11. ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

OLIVEIRA, C. A. B. Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo/Campinas: Unesp/Unicamp; 2003.

OLIVEIRA, F. A. Economia Brasileira: crítica à razão dualista. 4. ed. São Paulo: CEBRAP/Petrópolis:Vozes, 1981.

PREBISCH, R. O Manifesto latino-americano e outros ensaios. São Paulo: Contraponto, 2011.

RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

RODRÍGUEZ, O. Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1981.

ROSTOW, W.W. Etapas do desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SADER, E. S. (Org.). Dialética da dependência. Petrópolis e Buenos Aires: Vozes e CLACSO, 2000.

SERRA, J. (Org.) América Latina. ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, A. A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

TROTSKY, L. História da Revolução Russa. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Vol. 1.

Bibliografia Complementar

AMIN, S. O desenvolvimento desigual: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1973.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CARVALHO, F. J. C.; SABOIA, J. (orgs.). Celso Furtado e o século XXI. Rio de Janeiro: Manole, 2007.

COELHO, F. S.; GRANZIERA, R. G. Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil. Edição comemorativa dos 50 anos de Publicação (1959-2009). São Paulo: Editora Atlas, 2009.

FERNANDES, F. Capitalismo dependente e luta de classes na América Latina. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

FERNANDES, F. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica; prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

FURTADO, C. Raízes do Subdesenvolvimento. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

FURTADO, C. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

GERSCHENKRON, A. O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

HIRSCHMAN, A. Estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOBSBAWM, E. Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LEWIS, A. Teoria do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista Outubro, São Paulo, p. 73-80, s.d.

MAGDOFF, H. A era do imperialismo. São Paulo: Hucitec, 1978.

MANOILESCO, M. Theoria do proteccionismo e da permuta internacional. São Paulo: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1931.

MELLO, J. M. C; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

MÉSZÁROS, I. Produção destrutiva e estado capitalista. São Paulo: Ensaio, 1989.

MICHALET, C. O capitalismo global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

PEREIRA, L. (Org.) Subdesenvolvimento e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

PERROUX, F. O conceito de polos de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). Economia regional – textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1997.

PRADO JR., C. Esboço dos fundamentos da teoria econômica. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PREBISCH, R. Dinâmica do desenvolvimento latino-americano. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1968.

RODRIGUES, C:H.L. A questão do protecionismo no debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. Campinas: 2005. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

SAMPAIO JR., P.A. Entre a Nação e a barbárie. Petrópolis: Vozes, 1999.

SUNKEL, O.; PAZ, P. O subdesenvolvimento latino-americano e a teoria do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1974.

Ciências Sociais	C.H. Total	60	C.H Distância	
Equivalência: SSO006		Pré-Requisitos:		

Ementa: Sociedade Civil e Estado: no pensamento clássico e no Iluminismo. Gênese da Sociologia e o Positivismo. Estado, Racionalidade Econômica e Democracia.

Bibliografia Básica

ARISTÓTELES, Política, Brasília, Editora UnB, 1988, Livros I, III, IV.

ARON, Raimond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COUTINHO, C. N., A dimensão objetiva da vontade geral em Hegel, in Lua Nova, n° 43, 1998, p. 59-75.

COUTINHO, C. N., Marxismo e política. A dualidade dos poderes e outros escritos, São Paulo, Cortez, 2008, caps. 1 e 2.

COUTINHO, C. N., Crítica e utopia em Rousseau, in Lua Nova. Revista de cultura e política, n°38, 1996, p.5-,30.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DURKHEIM, Émile. Lições de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ENGELS, F. A origem da família da propriedade privada e do Estado.

ENGELS, F. Introdução a Karl Marx, As lutas de classe na França, in Marx-Engels, Obras escolhidas, São Paulo, AlfaÔmega, 1980, vol. 1 p. 104-120.

HEGEL, G. W. F. A razão na história, São Paulo, Moraes, 1990, p. 41-130.

HEGEL, G. W. F., Filosofia do espírito, in WEFFORT, F. (org.), Os clássicos da política, cit. vol. 2, p. 101-148.

HOBBS, T., Leviatã, São Paulo, Abril Cultural, col. Os Pensadores, Primeira Parte, caps. XIII-XV, Segunda Parte, caps. XVI-XXI e XXIV-XXX.

LENIN, V. I. Estado e revolução, São Paulo, Expressão popular, 2014.

LENIN, V. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo, São Paulo, Expressão popular, 2014.

LENIN, V. I. O que fazer?, São Paulo, Expressão popular, 2014.

LOCKE, J., Segundo tratado sobre governo e outros escritos, Petrópolis, Vozes, 1994, p. 79-234.

MONTESQUIEU, Do espírito das leis, in WEFFORT, F., (org.), Os clássicos da política, cit., vol. 1, p. 120-183.

LOWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. Belo Horizonte, SINPRO, 1998.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Boitempo, 2011.

MARX, K. O 18 de brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de. Um Toque de Clássicos. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ROUSSEAU, J-J., Discurso sobre a desigualdade e o contrato social, São Paulo, Abril Cultural, col. Os Pensadores.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva. V.2 Brasília: UnB, 1999.

WEFFORT, Francisco C. (organizador). Os clássicos da política. São Paulo: Ática, 2007.

MAQUIAVEL Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Editora Martin Claret, 1ª ed., 2002.

Bibliografia Complementar

ALTHUSSER, L., Maquiavel, a política e a história, Lisboa, Presença, 1977.

BIGNOTTO, N., Maquiavel republicano, São Paulo, Loyola, 1991.

BOBBIO, N., A questão das formas de governo, Brasília, Editora UnB, 1980, caps. I., II, III e IV.

BOBBIO, N. Thomas Hobbes, Rio de Janeiro, Campus, 1991, caps. 2 e 3. GOUGH, J. W., Introdução a Locke, J., Segundo tratado, cit., p. 9-47.

BOBBIO, N., O modelo jusnaturalista, in BOBBIO, N. e BOVERO, M., Sociedade e Estado na filosofia moderna, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 13-100.

BOBBIO, N., Liberalismo e democracia, São Paulo, Brasiliense, 1987.

BURKE, E., Considerações sobre a revolução francesa, in WEFFORT, F. (org.) Os clássicos da política, cit. vol. 2, p. 13-45

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CHEVALIER, J-J., História do pensamento político, Rio de Janeiro, Guanabara, 1990, tomo 1, p. 21-134.

CODO, Wanderley. O que é alienação. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COHN, Gabriel (Org.). Max Weber sociologia. 7.ed. São Paulo: Ática, 2003.

COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva: discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. São Paulo: Nova Cultura, 1996. 336 p. (Coleção os Pensadores).

CONSTANT, B., Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos, in Filosofia política, Porto Alegre, LePM Editores, n. 2, 1985, p. 9-25.

COUTINHO, C. N., Marxismo e política. A dualidade dos poderes e outros escritos, São Paulo, Cortez, 2008, caps. 1 e 2.

DUARTE, Regina Horta (Org.) Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri. Belo Horizonte: Ed. UFMG; 2002.

FERNANDES, F., (org.) Lenin, São Paulo, Ática, col. Os grandes cientistas sociais, 1978.

FERNÁNDEZ BUEY, F., Marx (sem ismos), Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder. In: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991. 177 p. Cientistas Sociais. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1983.

KAUTSKY, K., A ditadura do proletariado, in Kautsky-Lenin, A ditadura do proletariado/A revolução proletária e o renegado Kautsky, São Paulo, Ciências Humanas, 1979, p. 3-87.

KONDER, L., Hegel. A razão quase enlouquecida, Rio de Janeiro, Campus, 1991.

LAKATOS, Eva Maria. Sociologia Geral. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.

LOCKE, J., Segundo tratado sobre governo e outros escritos, Petrópolis, Vozes, 1994, p. 79-234.

LUXEMBURGO, R., A revolução russa, Petrópolis, Vozes, 1991.

MACPHERSON, C. B., A teoria política do individualismo possessivo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, caps. II e V.

MARCUSE, H., Razão e revolução. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, Primeira Parte, caps. 6 e 7.

MARTINS, Carlos Benedito. O que é Sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTOS, Izabel Missagia de. Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 491p.

McLELLAN, D., Karl Marx. Vida e pensamento, Petrópolis, Vozes, 1990.

MERQUIOR, J. G., Rousseau e Weber, Rio de Janeiro, Guanabara, 1990, p. 15-94.

PLATÃO. A república, Rio de Janeiro, Ediouro, 1993, Livros V, VIII e IX.

POLANY. A grande transformação. Rio de Janeiro: 2ª ed., Campus, 2000.

RIAZANOV, D., Marx, Engels e a história do movimento operário, São Paulo, Global, 1984.

SALINAS FORTES, L. R., Rousseau: o bom selvagem, São Paulo, FTD, 1989

SKINNER, Q., Maquiavel, São Paulo, Brasiliense, 1988.

STUART MILL, J., Textos, in Os clássicos da política, cit., vol. 2 p. 189-223.

WEBER, Mas. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 4. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WOOD, E. M., Democracia contra capitalismo, São Paulo, Boitempo, 2003, p. 155-251.

3º Período			
Economia Neoclássica	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:		Pré-Requisitos: ECO004	
<p>Ementa: O princípio da utilidade; Teoria do valor-utilidade; Teoria da Troca; Teoria dos Preços; Teoria da Produção; Teoria dos Custos; Teoria dos Mercados; Equilíbrio Geral e Parcial – abrangendo os autores J. Bentham, J. B. Say, Nassau Senior, W. S. Jevons, C. Menger, Leon Walras e Alfred Marshall.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>BENTHAM, J. Uma introdução aos princípios da moral e da legislação. São Paulo: Abril Cultural, 1974.</p> <p>HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Campus, 2002.</p> <p>JEVONS, W.S. A teoria da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988.</p> <p>MARSHALL, A. Princípios de Economia: tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, 1988.</p>			

Bibliografia Complementar

- BRUE, S.L. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Thomson, 2005.
- CARNEIRO, R. (org.). Os Clássicos da Economia. Vol. I. São Paulo, Ática, 1997.
- PRADO, E.. A Ortodoxia Neoclássica. Estudos Avançados, v.15, n.41, 2001.
- GALBRAITH, J.K. O Pensamento Econômico em Perspectiva: uma história crítica. São Paulo: Pioneira, 1989.
- FEIJÓ, R. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Atlas, 2001.
- KEYNES, J.M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LOPES, L.M., VASCONCELOS, M.A.S. Manual de Macroeconomia Básico e Intermediário. 3ª ed. Editora Atlas, 2008.
- MIGLIOLI, J. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. Londrina: Hucitec, 2004.
- MILL, J. S. Princípios de Economia Política. São Paulo: Nova Cultura, 1988.
- NAPOLEONI, C. O Pensamento Econômico do Século XX. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1987.
- PRADO, E.F.S. A abstração mercantil e a teoria neoclássica. In: Realism and Human Emancipation – *Another World is Possible?*, 2009, Niterói. XII *Annual Conference of International Association for Critical Realism*, 2009.
- SINGER, P. Curso de Introdução à Economia Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- SCHUMPETER, J. História da análise econômica. Fundo de Cultura, 1964.

Economia Política I

C.H. Total

60

C.H. Distância

Equivalência:

Pré-Requisitos: ECO004

Ementa: Método da Economia Política. Mercadoria, valor e dinheiro. Transformação do dinheiro em capital. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. Capital Constante e Capital Variável. Taxa de Mais-Valia e Mais-Valia Relativa. Produção da mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Processo de acumulação de capital. A lei geral da acumulação capitalista. Fórmula Trinitária.

Bibliografia Básica

- COUTINHO, C. N. O estruturalismo e a miséria da razão. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, K. Para a crítica da economia política; Salário, preço e Lucro; O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial: 2011.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo Editorial: 2017.
- MORAES NETO, B. R. O brilho do dinheiro: notas sobre o dinheiro em Marx. Ciência e Cultura, v. 38, n. 9, setembro de 1986.
- NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Bibliografia Complementar

- CARCANHOLO, R. (Org.). Capital: essência e aparência. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, K. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.
- MARX, K.; ENGELS; F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007
- MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

<p>MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro II. São Paulo: Boitempo Editorial: 2014. MORAES NETO, B. R. Mercadoria, concorrência e formação de preços. Araraquara – Publicação – 1989. NETTO, J. P. e BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. RUBIN, I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense, 1980.</p>			
Histórica Econômica III	C.H. Total	60	C.H. Distância I
Equivalência: ECO006		Pré-Requisitos: História Econômica II	
<p>Ementa: Primeira Guerra Mundial e Crise da Hegemonia Britânica; Revolução Russa; Crise de 1929; Ascensão de regimes totalitários; Segunda Guerra Mundial e seus principais desdobramentos: hegemonia norte-americana, Guerra Fria e Estado de Bem-Estar Social.</p>			
<p>Bibliografia Básica</p> <p>REIS FILHO, Daniel. As revoluções Russas e o Socialismo Soviético. São Paulo: Unesp, 2003. BARAN, P. A. e SWEEZY, P. M. Capitalismo monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. BUKHARIN, N. A economia mundial e o imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1988. COGGIOLA, Osvaldo. As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009. FERRO, MARC. A História da Revolução Russa. São Paulo: Perspectiva, 2017. HILFERDING, R. O capital financeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983. HOBSBAWM, Eric. A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 2016. HOBSBAWM, Eric.(org). História do Marxismo: O Marxismo na Época da Terceira Internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo. Vol 7. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. HOBSBAWM, Eric.(org). História do Marxismo: O Marxismo na Época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo e o Terceiro Mundo. Vol 8. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. GALBRAITH, John. K. 1929: A grande crise. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010. LENIN, Vladimir. O Estado e a revolução. São Paulo: Expressão popular, 2010. LENIN, Vladimir. Imperialismo fase superior do capitalismo. São Paulo, Expressão Popular, 2012. LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. MAGDOFF, H. A era do imperialismo: a economia política externa dos Estados Unidos. São Paulo: Hucitec, 1978. MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982. MAZZUCHELLI, Frederico. Os anos de Chumbo: Economia e Política no entre guerras. Campinas: Unesp/Facamp, 2009. MAZZUCHELLI, Frederico. Os dias de Sol: A trajetória do capitalismo no Pós-guerra. Campinas: Facamp, 2013. MICHALET, Charles – Albert. O Capitalismo Mundial. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1984. MIÉVILLE, China. Outubro – História da Revolução Russa. São Paulo: Boitempo, 2017. MOFFITT, M. O dinheiro do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. PIPES, Richards. História concisa da Revolução Russa. São Paulo: Best Bolso, 2017. WATCHEL, Horward M. Os Mandarins do dinheiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988. KINDELBERG, Charles. Manias, Pânicos e Crashes: Um histórico das crises financeiras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. POLANYI, Karl. A grande transformação - as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012. SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. São Paulo: Unesp, 2017.</p>			

Bibliografia Complementar			
EICHENGREEN, Barry. A globalização do Capital: Uma história do Sistema Monetário Internacional. São Paulo: Editora 34, 2007.			
BROWM, Michael B. A Economia Política do Imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.			
GALBRAITH, John. K. O colapso da bolsa 1929: Anatomia de uma crise. São Paulo: Expressão e Cultura, 1972.			
KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. 7a. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.			
MARRAMAO, Giacomo. O político e as transformações: Crítica do Capitalismo e Ideologia da Crise entre os anos Vinte e Trinta. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.			
SMITH, S.A. Revolução Russa. Porto Alegre: L&PM, 2017.			
TROTSKY, Leon. História da Revolução Russa. 2 vols. São Paulo: Sundermann, 2017.			
Estatística Econômica	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência: CEX006		Pré-Requisitos: Matemática Econômica II	
Ementa: Estatística Descritiva. Análise Exploratória de Dados. Bases de Dados. Gráficos e Tabelas. Medidas de Tendência Central, Dispersão e Formato. Teoria da Probabilidade. Variáveis Aleatórias Discretas e Contínuas. Modelos Probabilísticos (Distribuições de Probabilidade). Estatística Inferencial. Distribuições Amostrais. Estimação por Intervalo. Teste de Hipóteses.			
Bibliografia Básica			
HOFFMANN, R. Estatística para economistas. 4 ed revisada. São Paulo: Cengage Learning, 2009.			
MORETTIN, PEDRO A.; BUSSAB, WILTON DE O. Estatística básica. 9. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2017.			
TOLEDO, Geraldo Luciano e outros. Estatística Básica. 2a edição, SP, Editora Atlas 1995.			
TRIOLA, Mário F. Introdução à Estatística. 10 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.			
Bibliografia Complementar			
ANDERSON, SWEENEY e WILLIAMS. Estatística Aplicada à Administração e Economia. Thomson, 2ª Edição, 2007			
HAZZAN, S. Fundamentos de Matemática Elementar: combinatória, probabilidade. Volume 5. 7. Ed. São Paulo: Atual, 2004.			
MAGALHÃES, M.N; LIMA, A.C.P. de. Noções de Probabilidade e Estatística. 3ª. Ed. São Paulo: IME-USP. 2001.			
MEYER, P. Probabilidade – aplicações à estatística. Rio de Janeiro: LTC, 2009.			
MILONE, G. Estatística geral e aplicada. São Paulo: Cengage Learning, 2009.			
Metodologia Científica	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:		Pré-Requisitos:	
Ementa: Fundamentos da Ciência Moderna. Metodologia das Ciências Sociais: Método em Emile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Ciência e Método em: Karl Popper, Thomas Kun e Imre Lakatos. Pós- Pós-Modernismo. Forma e tipos de trabalho científico.			
Bibliografia Básica			
COMTE, A. Discurso sobre o Espírito positivista. São Paulo: Edipro, 2016.			
DURKHEIM, E. Divisão do Trabalho Social. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.			
. As Regras do Método Sociológico. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.			
FEYERABEND, P. Contra o Método. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2011.			
KUHN, T. A Estrutura das Revoluções Científicas. 12ªed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2013.			
LAKATOS, I. O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. In: LAKATOS,			

I e MUSGRAVE, A. (Org.). A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

MANNHEIN, K. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro Zahar, 1972.

MARX, K e ENGELS, F. A ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

. Contribuição à Crítica da Economia Política. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

POPPER. K. A lógica da Pesquisa Científica. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

WEBBER, M. Metodologia das Ciências Sociais. 5ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

. Economia e Sociedade. Vols 1 e 2. Brasília: Editora da UNB, 2012.

Bibliografia Complementar

BERGUER, P e LUCKMANN, T. Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 36ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BURKE, P. Uma história Social do Conhecimento: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LÖWY, M. As aventuras de Karl Marx Conta o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1996.

MÉSZÁROS, I. Filosofia, Ideologia e Ciência Social. São Paulo: Boitempo, 2009.

. Estrutura Social e Formas de Consciência II: A dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo, 2011.

4º Período

Teoria Macroeconômica I	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência:	Pré-Requisitos: ECO007			

Ementa: Keynes e Kalecki e suas críticas à teoria “clássica”. Princípio da Demanda Efetiva e a determinação do produto, emprego e renda em Keynes e Kalecki. Consumo, investimento e poupança em Keynes. Moeda, taxa de juros, expectativas e preferência pela liquidez em Keynes. O papel da política fiscal em Keynes. Esquema de Reprodução em Kalecki. Determinantes do lucro e do investimento em Kalecki. Aspectos políticos do pleno emprego em Kalecki. A diferença entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas em Kalecki.

Bibliografia Básica

DILLARD, D. A teoria econômica de John Maynard Keynes. São Paulo: Pioneira, 1964.

GALBRAITH, J. A crise econômica de 1929: anatomia de uma catástrofe financeira. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

KALECKI, M. Teoria da dinâmica econômica. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KALECKI, M. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KEYNES, J. M. O fim do *laissez-faire*. In: SZMRECSÁNYI, T. (Orgs.). John Maynard Keynes: Economia. São Paulo, SP: Ática, 1984.

ROBINSON, J. Introdução à teoria do emprego. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.

MIGLIOLI, J. (Org). Kalecki (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1980.

MIGLIOLI, J. Acumulação de capital e demanda efetiva. 7.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

POSSAS, M.; BALTAR, P. Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki. Pesquisa e Planejamento Econômico. Vol. 11, nº 1, abril, 1981.

SCHWARTZ, G. John Maynard Keynes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Bibliografia Complementar

DAVIDSON, P. John Maynard Keynes. Lisboa: Actual, 2011.

HUNT, E.K. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1981. Cap. 3, 5

e 16.

MACEDO E SILVA, A. C. A economia de Keynes, a busca de uma nova teoria econômica e a „armadilha do equilíbrio“. Revista Economia e Sociedade. nº 5, IE/UNICAMP, 1995.

MINSKY, H. John Maynard Keynes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

POSSAS, M. L. A dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica. São Paulo: Brasiliense, 1987.

POSSAS, M. Demanda efetiva, investimento e dinâmica: a atualidade de Kalecki para a teoria macroeconômica. Revista Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, Vol. 3, n. 2, jul/dez, 1999.

PREBISCH, R. Keynes, uma introdução. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ROBINSON, J. Filosofia econômica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

Economia Política II	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência:	Pré-Requisitos: ECO008			

Ementa: Ciclos e Metamorfoses do Capital. Tempo de Circulação e Rotação do Capital. Esquemas de Reprodução. Transformação da mais-valia em lucro e da taxa de mais-valia em taxa de lucro. Transformação de lucro em lucro médio: conversão dos valores em preços da produção. Equalização da Taxa Geral de Lucro pela concorrência. Preços de Mercado e Valores de Mercado, Superlucro. Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro. Desdobramentos das contradições internas da lei (fundamento da teoria das crises). Transformação de Capital-Mercadoria e Capital Monetário em Capital de Comércio de Mercadorias e Capital de Comércio de Dinheiro (capital comercial). Capital Portador de Juros e Capital Fictício. Renda Fundiária.

Bibliografia Básica

MANDEL, E. *“El Capital”*: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx. Madrid: Siglo Veintiuno, 1998.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro II. São Paulo: Boitempo Editorial: 2014.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo Editorial: 2017.

MARX, K. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: DIFEL, 1980.

RIBEIRO, N. R. O capital em movimento: ciclos, rotação, reprodução. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2009.

ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: EDUERJ / Contraponto, 2001.

RUBIN, I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Bibliografia Complementar

BELLUZZO, L. G. M. Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política. 3ª Ed. Campinas – SP: UNICAMP/IE, 1998.

CARCANHOLO, M. D. Causa e formas de manifestação da crise: uma interpretação marxista. Dissertação (Mestrado), 190p. Niterói, 1996. Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

CARCANHOLO, R. Capital: essência e aparência. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GONZÁLEZ, H. P. Economia política do capitalismo: breve exposição da doutrina econômica de Marx. Volume II. Seara Nova, 1977.

GRESPLAN, J. O negativo do capital. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986, Capítulo 5.

MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

RIBEIRO, N. R. A crise econômica: uma cisão marxista. João Pessoa: UFPB / Editora Universitária, 2008.

Formação Econômica do Brasil	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência:	Pré-Requisitos: História Econômica II			
<p>Ementa: Expansão Comercial Europeia e Sentido da Colonização. Economia Colonial e Exclusivo Metropolitano. Crise do Antigo Sistema Colonial e Independência. Capitalismo Industrial Concorrencial e Internalização do Fluxo de Renda. Economia Cafeeira; Abolição da Escravatura; Imigração e Constituição do Mercado de Trabalho. Síntese da Economia Imperial e Proclamação da República. Complexo Exportador Cafeeiro; Acumulação de Capital e Origens da Indústria no Brasil.</p>				
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ARRUDA, J. J. A. Uma Colônia entre dois Impérios. A abertura dos portos brasileiros 1800-1808. Bauru-SP: EDUSC, 2008.</p> <p>BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos; REGO, José Márcio (orgs.). A grande esperança em Celso Furtado. São Paulo: Editora 34, 2001.</p> <p>CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. 5ª ed. Campinas: IE-Unicamp, 2007.</p> <p>COSTA, E. V. Da Senzala à Colônia. 4.ed. São Paulo: UNESP, 1998.</p> <p>COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1987.</p> <p>COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.</p> <p>D'INCAO. Maria Angela (org.). História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Unesp, 1989.</p> <p>D'INCAO. Maria Angela (org.). O saber militante – ensaios sobre Florestan Fernandes. RJ: Paz e Terra; SP: UNESP, 1987.</p> <p>DELFIN NETTO, A. O Problema do Café no Brasil. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.</p> <p>DONGHI, T. H. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.</p> <p>FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.</p> <p>FIORI, J.L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.</p> <p>FORASTIERI, R. Colônia e Nativismo - a história como biografia da nação. São Paulo: Hucitec, 2001.</p> <p>FRAGOSO, J., BICALHO, M. F., GOUVEA, M. F. O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.</p> <p>FURTADO, C. Pequena introdução ao desenvolvimento. São Paulo: Editora Nacional, 1982.</p> <p>FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.</p> <p>GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ática, 1991.</p> <p>GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. 5ª ed. Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 2016.</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. Hucitec: 1979</p> <p>MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.</p> <p>MOTA, Carlos Guilherme (org). Brasil em Perspectiva. São Paulo, Difel, 1982.</p> <p>NOVAIS, F. A. & MOTA, C. G. A Independência política do Brasil. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.</p> <p>NOVAIS, F. A. Aproximações: ensaios de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.</p> <p>NOVAIS, Fernando Antônio. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1998.</p> <p>PERISSINOTTO, R.M. Classes Sociais e Hegemonia na República Velha. Campinas: Unicamp, 1994.</p> <p>PRADO Jr., C. História econômica do Brasil. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.</p>				

PRADO Jr., Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1933.
 PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
 SABOIA, João; CARDIM DE CARVALHO, Fernando José (orgs.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2007.
 SAES, F. A. M. *As Ferrovias de São Paulo: 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981.
 SCHWARTZ, S. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
 SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
 SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
 SOUZA, L. M. *Os Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
 SZMRECSÁNY, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.
 WILLIAMS, E. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

Bibliografia Complementar

ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil*. (escrito em 1711) 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
 BARATA, M. T. e TEIXEIRA, N. S. (Orgs.) *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.
 BOXER, C. R. *A Idade de Ouro no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963.
 FAORO, R. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976..
 FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976
 FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.
 GODINHO, V. M. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Arcadia, 1975.
 HOLANDA, S. B. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
 JANCSÓ, I. *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: HUCITEC; UNIJUI; FAPESP, 2003.
 MANDARINO, Thiago Marques. *A vida através da morte: formação do mercado de trabalho livre e o destino dos negros Rio Claro, (1875-1930)*. São Paulo, Alameda, 2014.
 MAURO, F. *O Brasil no Tempo de D. Pedro II*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
 RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
 SAES, F.A.M. *A Controvérsia sobre a industrialização na Primeira República*. Estudos Avançados, set-dez, 1989.
 SAES, F. A. M. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista: 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

Teoria Microeconômica I	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência:	Pré-Requisitos: ECO005 e Matemática Econômica II			

Ementa: Oferta, Demanda, Mercado em Equilíbrio; Teoria do Consumidor; Teoria do Consumidor sob Incerteza; Teoria da Firma; Equilíbrio e Eficiência: Trocas – Caixa de Edgeworth, Ótimo de Pareto.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M.V.; ALVES, L.F. *Microeconomia: exercícios resolvidos da ANPEC*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2017.
 CARRERA-FERNANDEZ, J. C. *Curso Básico de Microeconomia*. Salvador: Editora UFBA, 2009.
 GOOLSBEE, A.; LEVITT, S.; SYVERSON, C. *Microeconomia*. 2a. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

NICHOLSON, W.; SNYDER, C. Teoria Microeconômica: Princípios Básicos e Aplicações. Tradução da 12ª Edição Norte-Americana. Cengage Learning, 2018.
 PINDYCK & RUBINFELD. Microeconomia. 8a. Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.
 VARIAN, H. R. Microeconomia: Princípios Básicos. 9ª. Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

Bibliografia Complementar

FERGUSON, C. E. Microeconomia. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1974.
 FRANK, R. Microeconomia e Comportamento. 8a. Edição. McGrawHill, 2013.
 MANKIOW, N. G. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.
 PINHO, D. B. e VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 2007.
 SIMON, C.; BLUME, L. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.
 VASCONCELLOS, M.A.S.; OLIVEIRA, R.G. Manual de Microeconomia. 3ª. Edição. Atlas, 2011.

Econometria	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência:	Pré-Requisitos: Estatística Econômica			

Ementa: Teoria da Regressão. Regressão linear simples. Regressão múltipla. Correlação. Problemas de análise de regressão: multicolinearidade, heteroscedasticidade, autocorrelação e erros de especificação; O uso de variáveis "dummy"; Modelos econométricos dinâmicos: auto regressivos e de variáveis defasadas; Exemplos de modelos econométricos macroeconômicos e microeconômicos. Software estatístico.

Bibliografia Básica

GUJARATI, D. N. Econometria básica. Elsevier, 4a. edição, 2006.
 STOCK, J. H. WATSON, M. W. Econometria. São Paulo: Addison Wesley, 2004.
 WOOLDRIDGE, J. M. Introdução a econometria: uma abordagem moderna. 2005.

Bibliografia Complementar

HOFFMANN, R. Estatística para economistas. 4 ed revisada. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
 HOFFMANN, R.; VIEIRA, S. Análise de Regressão: uma introdução à econometria, São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
 MEYER, P. Probabilidade aplicações à estatística. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
 MYNBAEV, KAIRAT T.; LEMOS, ALAN. Manual de econometria. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
 TRIOLA, Mário F. Introdução à Estatística. 10 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

5º Período				
Teoria Macroeconômica II	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência:	Pré-Requisitos: ECO011			

Ementa: O modelo clássico; o modelo keynesiano simples e o modelo IS-LM; o modelo de oferta e demanda agregada e macroeconomia aberta; o monetarismo; novos clássicos e novos keynesianos.

Bibliografia Básica

BLANCHARD, O. L. Macroeconomia: 7ª ed. São Paulo: Pearson, 2017.
 DORNSBUSCH, R; FISCHER, S e STARTZ, R. Macroeconomia 11ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
 FROYEN, R. T. Macroeconomia: teorias e aplicações. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
 KEYNES, J. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
 LOPES, L e VASCONCELLOS, M. (orgs). Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. 3ª

ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SACKS, J. D e LARRAIN, F. Macroeconomia. São Paulo: Makron Books, 1995.

Bibliografia Complementar

ABEL, A. B; BERNANKE, B. S e CROUSHORE, D. Macroeconomia. 6ª ed. São Paulo: Pearson, 2008.

AMORIM, R. Macroeconomia neoclássica contemporânea: novos-keynesianos e novos-clássicos. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.23. n. 1, pp 29-56. 2002

BARBOSA, E. S. (1992) Uma exposição Introdutória à Macroeconomia Novo-Clássica. In SILVA, M. L.F. (org.). Moeda e Produção: teorias comparadas. Brasília: Editora da UnB, 1992.

CARDIM DE CARVALHO, F. J. (1992) Moeda, Produção e Acumulação: uma perspectiva pós-keynesiana. In SILVA, M. L. F. (org.). Moeda e Produção: teorias comparadas. Brasília: Editora da UnB, 1992

FERRARI FILHO, F. "Keynesianos", monetaristas, novos-Clássicos e novos-keynesianos: uma crítica pós-keynesiana. Ensaio FEE, v. 17. n. 2, pp 78-101. 1996.

FRIEDMAN, M. Inflação e Desemprego: a novidade da dimensão política. In Clássicos da Literatura Econômica. 3ª ed. Brasília, IPEA, 2010.

HICKS, J. R. O Sr. Keynes e os "clássicos": uma sugestão de interpretação. In: Clássicos da Literatura Econômica. 3ª ed. Brasília: IPEA, 2010.

MANKIWI, N. G. Macroeconomia. 8ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 2014

SIMONSEN, M. H e CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Economia Internacional	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência:	Pré-Requisitos: ECO011 e História Econômica III			

Ementa: Sistema monetário internacional (SMI). O padrão ouro e a hegemonia britânica. O padrão dólar-ouro e a hegemonia estadunidense: implantação, consolidação e contradições do SMI do período do pós-guerra. Padrão dólar: a crise dos anos 1970 e reconfiguração SMI. Sistema Monetário Europeu, Zona do Euro e a China.

Bibliografia Básica

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____(Org.) A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005. p.53-67.

EICHENGREEN, B. Globalização do Capital. São Paulo: Editora 34, 2000.

GONÇALVES, R. et.al. A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

MAGDOFF, Harry. A era do imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos. Porto: Portucalense. 1972. 232p.

MOFFITT, M. O dinheiro do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SOUZA, Nilson Araújo de. Economia Internacional Contemporânea – da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008. São Paulo: Atlas, 2009. p.59-129.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. da C. e FIORI, J. L. (Orgs.) Poder e Dinheiro. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRIFFIN, R. A evolução do Sistema Monetário Internacional: reavaliação histórica e perspectivas futuras. Original: The evolution of the International Monetary System: historical reappraisal and future perspectives. Princeton. Studies in International Finance, n. 12, Princeton University, International Finance Section, 1964, p. 1-29.

Bibliografia Complementar

EICHENGREEN, B. História e reforma do sistema monetário internacional. Economia e Sociedade, Campinas, n.4. jun. 1995, p. 53-78.

HELLEINER, E. States and the Reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to the 1990s. Cornell University Press, 1994.

MÉSZÁROS, István. Produção destrutiva e Estado capitalista. São Paulo: Ensaio, 1989. V.05. 104p. (Cadernos Ensaio. Pequeno formato).

TRIFFIN, R. O Sistema Monetário Internacional. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1972.

WACHTEL, J. P. Os mandarins do dinheiro. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.

Ziegler, Jean. Destruição em massa – geopolítica da fome. Tradução de José Paulo Netto, São Paulo: Cortez, 2013. 336p.

Economia Brasileira I	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência: ECO014	Pré-Requisitos: ECO010			

Ementa: Revolução de 1930 e Processo de Industrialização por Substituição de Importações. Primeiro Governo Vargas e o Desenvolvimentismo. Dutra e Liberalismo Econômico. Segundo Governo Vargas e o Nacional-Desenvolvimentismo. Internacionalização Produtiva e Industrialização Pesada: o Governo Juscelino Kubitschek. Crise dos anos 1960 e Governo João Goulart. Golpe Civil-Militar de 1964 e Contrarrevolução Permanente: das Reformas do PAEG ao “Milagre Econômico”.

Bibliografia Básica

AURELIANO, L. No Limiar da industrialização. 2.ed. Campinas-SP: Unicamp-IE, 1999.

BELLUZZO, L.G. e COUTINHO, R. (orgs). Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a Crise. Campinas: IE Unicamp, 1998.

CAMPOS, Fábio Antonio de. A Arte Da Conquista: O Capital Internacional No Desenvolvimento Capitalista Brasileiro (1951-1992). Tese de Doutorado. Campinas, IE-UNICAMP, 2009.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. São Paulo: Unesp, 2007.

CANO, W. Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil. Campinas: Unicamp, 2006.

CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: Difel, 1977.

CANO, W. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: Unesp, 2000.

CARDOSO, M.L. Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, S. M. Rumos e Metamorfoses. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, R. A. 1964: a conquista do Estado, Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DREIFUSS, R.A. A Internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

FERNANDES, F. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. A ditadura em questão. São Paulo: TAQ, 1982.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica; prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1976.

FERNANDES, Florestan. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FERNANDES, Florestan. Poder e contrapoder na América Latina. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FONSECA, P.D. Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954. São Paulo: Brasilense, 1989.

FONSECA, P. D; ZALUTH BASTOS, P.P (orgs.). A Era Vargas. São Paulo: Unesp, 2012.

FURTADO, C. A Economia Latino-Americana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

FURTADO, C. Economia do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento – enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. Brasil: a construção interrompida. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Celso Furtado, 2009.

FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOLDENSTEIN, L. Repensando a dependência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOMES, A.M.C. (Org.). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1991.

GONÇALVES NETO, W. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: Hucitec, 1997.

HILTON, S. O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LESSA, C. Quinze Anos de Política Econômica. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MALAN, P. *et. al.* Política Externa e Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

MELLO, J. M. C. O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira. 10ª ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998.

MOTA, Carlos G. (org). Brasil em Perspectiva. 11ª ed. São Paulo: Difel, 1980.

MOURA DA SILVA, A. Intermediação Financeira no Brasil: Origens, Estrutura e Problemas. São Paulo: FIPE/USP, 1979.

MOURA, G. A Revolução de 30 e a política externa brasileira: ruptura ou continuidade? In: A Revolução de 30: seminário realizado pelo CPDOC da FGV/RJ em 1980. Brasília: Editora UNB, 1983.

MOURA, G. O Aliado fiel: a natureza do alinhamento brasileiro aos Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Londres: 1984. Tese (Doutorado) - University College London - Trad. CPDOC-FGV.

OLIVEIRA, F. A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999

PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JR., Caio. Esboço dos fundamentos da teoria econômica. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro. Tese de Doutorado, IE-Unicamp, Campinas, 2017.

SIMONSEN, M. H. & CAMPOS, R. O. A Nova economia brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

SKIDMORE, T. Brasil, de Getúlio a Castelo. Ed. Saga, 1969.

SOCHACZEWSKI, A. C. Desenvolvimento Econômico e Financeiro do Brasil. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.

SUZIGAN, W. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: HUCITEC, 2000.

TAVARES, M. C. & ASSIS, J. C. O Grande Salto Para o Caos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

TAVARES, M. C. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. 3 ed. Campinas: IE-Unicamp, 1998.

TAVARES, M. C. Cielo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas: IE-Unicamp, 1998b

TAVARES, M. C. Da Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TOLEDO, C. N. (Org.) 1964: Visões Críticas do Golpe. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

TOLIPAN, R. & TINELLI A.C. A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Bibliografia Complementar

ABREU, M. P. (org.). A Ordem do Progresso. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BASTOS, P. P. Z. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. Revista Economia. Dezembro, 2006.

BASTOS, P. P. Z. O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948). História econômica e história das empresas, Volume II, 1, 2004.

BASTOS, P.P.Z. A Dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises no Brasil (1890 – 1954). Tese (Doutorado). Campinas: Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas, 2001.

CANO, W. Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional. XI Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, 2005.

CANO, Wilson. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. Revista Políticas Públicas. São Luis, v16, n1, 2013.

CORSI, F.L. O projeto de desenvolvimento de Vargas: a missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. História econômica e história de empresas, Volume II, 1, 1999.

CORSI, Francisco Luiz. O fim do Estado Novo e as disputas em torno da política econômica. Revista de Sociologia e Política, n. 06-07, 1996.

CORSI, Francisco Luiz. Política Externa e Desenvolvimento no Estado Novo. Revista Locus. Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2007.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FICO, Carlos. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 47, 2004.

FISHLOW, A. Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964. In: Estudos Cebrap 7, jan-mar, 1971, p. 7-24.

FONSECA, P. C. D. A crise do governo Goulart: uma interpretação. Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia, 2004.

FONSECA, P. C. D. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante no Brasil na Década de 30. Revista de Economia Política. V 23, n 1(89), jan-mar, 2003.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, C. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GUIMARÃES, C. M. C. B. 1964, Estado e Economia: a nova relação; Tese de doutoramento, Campinas: IE-UNICAMP, 1990.

GUIMARÃES, C. M. C. B. 1964, Estado e Economia: a nova relação. Tese de doutorado. Campinas: IE-UNICAMP, 1990.

HYMER, S. Empresas multinacionais: a internacionalização do capital. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MICHALET, C. A. O Capitalismo mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PANDOLFI, D.C. e GRZYNSZPAN, M. Da revolução de 1930 ao golpe de 37: a depuração das elites. Revista de Sociologia e Política: dossiê Estado Novo, 60 anos, 1997.

RAGO FILHO, Antonio. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. Cadernos AEL, v.9, n° 14/15, 2001.

SAES, F. M. A Controvérsia sobre a Industrialização na Primeira República. Revista Estudos Avançados, set-dez, 1989.

SERRA, José. Ciclos e Mudanças Estruturais da Economia Brasileira do Após-Guerra.. Revista de Economia Política. Vol 2, num. 6, 1982.

SILVA, S. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SUZIGAN, W. & BONELLI, R. Crescimento industrial no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES,

Relatório de Pesquisa nº 26, 1974. TEIXEIRA, A. São Paulo no limiar do século XXI. São Paulo: SEADE, 1992. TOLEDO, Caio Navarro de. Brasil: do ensaio ao Golpe (1954-1964). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. ZINI JUNIOR, Álvaro Antonio. Uma avaliação do setor financeiro no Brasil: da Reforma de 1964/65 à crise dos anos 80. Tese de Doutorado. Campinas: DEPE-Unicamp, 1982.			
Teoria Microeconômica II	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisitos: ECO017		
<p>Ementa: Concorrência Perfeita; Monopólio; Mercado de fatores de produção; Concorrência Monopolística; Oligopólio – Teoria dos Jogos; Teoria do Bem-Estar; Equilíbrio Geral.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>ANDRADE, M.V.; ALVES, L.F. Microeconomia: exercícios resolvidos da ANPEC. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2017.</p> <p>CARRERA-FERNANDEZ, J. C. Curso Básico de Microeconomia. Salvador: Editora UFBA, 2009.</p> <p>FIANI, R. Teoria dos Jogos. 4ª. Edição. Elsevier, 2005</p> <p>GOOLSBEE, A.; LEVITT, S.; SYVERSON, C. Microeconomia. 2a. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>PINDYCK & RUBINFELD. Microeconomia. 8a. Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.</p> <p>VARIAN, H. R. Microeconomia: Princípios Básicos. 9ª. Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2015.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>FERGUSON, C. E. Microeconomia. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1974.</p> <p>FRANK, R. Microeconomia e Comportamento. 8a. Edição. McGrawHill, 2013.</p> <p>MANKIW, N. G. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.</p> <p>PINHO, D. B. e VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>SIMON, C.; BLUME, L. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.</p> <p>VASCONCELLOS, M.A.S.; OLIVEIRA, R.G. Manual de Microeconomia. 3ª. Edição. Atlas, 2011.</p>			
Economia do Setor Público	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisitos: ECO011		
<p>Ementa: As concepções teóricas da natureza do Estado e o pensamento econômico. Formas de intervenção do Estado no capitalismo contemporâneo. Economia e política das finanças públicas no Brasil. Gastos públicos. Financiamentos dos gastos públicos e dívida pública. Sistema tributário. Orçamento público. Neoliberalismo e política fiscal. Indicadores fiscais e temas atuais sobre finanças públicas no Brasil.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.</p> <p>BAER, Mônica. O rumo perdido: crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.</p> <p>BAUMANN, Renato. O Estado: salva-vidas na Índia, garantia de Bem-Estar na Bélgica ou motor de crescimento na Belíndia. Planejamento e Políticas Públicas, no. 9, junho 1993. Brasília: IPEA. (p.201-223).</p> <p>CORAZZA, Gentil. Teoria econômica e Estado: de Quesnay a Keynes. Porto Alegre, UFRGS, 1984. (Dissertação de mestrado em economia).</p>			

DELDUQUE J.J. Dívida Pública: a proposta de independência, São Paulo: Campinas, 2000.

BARBOSA, Fabio Oliveira. O déficit do setor público e a política fiscal no Brasil, 1980-1988, Proyecto Regional de Política Fiscal, CEPAL-PNUD, Santiago de Chile, 1991.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare-State. LUA NOVA. no. 24, setembro de 1991. São Paulo: Marco Zero e CEDEC, 1991. (p.85-116). [31]

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2ed. Col. Os Economistas. (Cap. I e II, p. 17-41). [24]

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005. (p. 75-96).

IANNI, Otávio. Estado e capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 2004. (P. 9-46).

LENIN, V.I. O Estado e a revolução. São Paulo: Expressão popular, 2010. (Cap. I, A sociedade de classes e o Estado. p. 225-236, Cap. III A experiência da Comuna de Paris).

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Col. Os Pensadores. (Cap. II, p.35-39; Cap. V, p.45-54; Cap. VII, p. 64-70; Cap. IX, p.82-84; Cap. XII, p. 91-97). [27]

MANDEL, E. Teoria marxista do Estado. Lisboa: Antídoto, 1977. [76]

MANDEL, Ernest. O Estado na fase do capitalismo tardio. In._____: MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1988. P. 333-350.

MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre. O Estado super-desenvolvido. Das Metrôpoles ao Terceiro Mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeira Parte, p. 13-43; Segunda Parte, p. 45-88).

NAKATANI, P. O Papel e o Significado da Dívida Pública na Reprodução do Capital. Primer Simposio Internacional sobre deuda pública, auditoria popular y alternativas de ahorro e inversión para los pueblos de America Latina, 2006.

NAKATANI, Paulo. Estado e Acumulação de Capital. Discussão sobre a teoria da derivação. Porto Alegre: UFRGS, Análise Econômica, no. 8, Ano 5, março 1987. (p.35-64).

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.

OLIVEIRA, F. A.; BIASOTO Jr., Geraldo. A reforma tributária: removendo entraves para o crescimento, a inclusão social e o fortalecimento da federação. Campinas: IE, 2015. Texto para discussão. Disponível em: [/www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3430&tp=a.>](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3430&tp=a.>)

REZENDE, F. Finanças Públicas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

TRINDADE, José Raimundo Barreto Trindade. Dívida pública e teoria do crédito em Marx: elementos para análise das finanças do Estado capitalista. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal do Paraná).

VON MISES, L. Uma crítica ao intervencionismo. Rio de Janeiro: Nórdica, 1977. O Intervencionismo p. 13-19; A Destruição Resultante da Intervenção p. 29-36. A Doutrina do Intervencionismo p. 36-43; Liberalismo e Liberalismo Social p. 82-88; Controle ou Lei Econômica p. 88-92.

Bibliografia Complementar

CANO, W. Soberania e Política Econômica na América Latina. Unesp/Unicamp Economia, São Paulo/Campinas, 2000.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. (Equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papirus, 1988.

CARVALHEIRO, Nelson. Fundamentos da intervenção do Estado: algumas concepções de Keynes e Kalecki. Revista de Economia Política. São Paulo, vol. 7, nº 2, abr/jun,1987, p. 105-22.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 16ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças Públicas. 4a. ed. A Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia (2000). Finanças públicas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus.

MAGDOFF, HARRY. SWEEZY, Paul M. A crise do capitalismo americano. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
 OLIVEIRA, F. A. Autoritarismo e crise fiscal no Brasil (1964-1984). São Paulo: Hucitec, 1995.
 OLIVEIRA, F. A. Crise, reforma e desordem do sistema tributário nacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
 RIANI, Flavio. Economia do Setor Público - Uma Abordagem Introdutória - 5ª Ed. 2011/ LTC.
 SANTOS, Reginaldo Souza. A teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo: uma discussão com os filósofos economistas, de Smith a Keynes. Campinas, UNICAMP, 1991.
 SANTOS, Theotônio dos. O papel do Estado num mundo globalizado. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Rio de Janeiro, n° 2, junho, p. 47-71, 1998.
 TRINDADE, José R. B. A Dinâmica dos Gastos Estatais numa Perspectiva Marxista Clássica. Revista de Economia (Curitiba), v. 34. P. 131-149, 2008.

6º Período			
Teoria Macroeconômica III	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisitos: ECO018		
<p>Ementa: Ciclos econômicos em Schumpeter, Kondratieff, Keynes e Kalecki. Crises, instabilidade e financeirização. O Novo Consenso Macroeconômico e sua crítica. Regimes de metas de inflação.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>ALMEIDA, J.; NOVAIS, L. F.; ROCHA, M. A. A fragilização financeira das empresas não financeiras no Brasil pós-crise. Texto para discussão. Instituto de Economia – IE/Unicamp, 2016.</p> <p>ARESTIS, P.; DE PAULA, L. F.; FERRARI FILHO, F. A nova política monetária: uma análise do regime de metas de inflação no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 1 (35), p. 1-30, abr. 2009.</p> <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL. Regime de Metas para a Inflação no Brasil. Série Perguntas Mais Frequentes, 2016. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/FAQs/FAQ%2010-Regime%20de%20Metas%20para%20a%20Infla%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf.</p> <p>BELLUZZO, L. G. M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. Economia e Sociedade, n. 4, Campinas, jun/1995.</p> <p>BELLUZZO, L. G. M. O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo. São Paulo: Editora Contracorrente, 2016.</p> <p>BELLUZZO, L. G. M.; GALÍPOLO, G. Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.</p> <p>BUSATO, M. I.; CARCANHOLO, M. D.; FREITAS, F. N. P.; GONÇALVES, R. Escolas da macroeconomia. Conselho Regional de Economia – Corecon-RJ. Rio de Janeiro: Albatroz, 2015.</p> <p>CARNEIRO, R. Globalização financeira e inserção periférica. Economia e Sociedade, n. 13, dez/1999.</p> <p>CARVALHO, F. J. C. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, E. J. (Org.). Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 179-194.</p> <p>CHICK, V. Macroeconomia após Keynes: um reexame da Teoria Geral. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.</p> <p>COUTINHO, L. G., BELLUZZO, L. G. M. “Financeirização” da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. Economia e Sociedade, Campinas, n. 11, p. 137-50, dez. 1998.</p> <p>DE PAULA, L. F.; SARAIVA, P. J. Novo Consenso Macroeconômico e Regime de Metas de Inflação: algumas implicações para o Brasil. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, v.36, n.128, p.19-32, jan./jun. 2015.</p>			

FERRARI FILHO, F. Keynesianos, monetaristas, novos-clássicos e novos keynesianos: uma crítica pós-keynesiana. Ensaio FEE, Porto Alegre, 1996, p. 78-101.

FERRARI FILHO, F.; TERRA, F. B. As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 271-295, mai-ago/2011.

FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

KALECKI, M. Teoria da dinâmica econômica. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Apresentação e Cap. 11.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LIMA, G. T.; SICSÚ, J. (Orgs.) Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo. Barueri (SP): Manole, 2003.

MAMIGONIAN, A. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. Geosul, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 152-157, jul-dez/1999.

MEIRELLES, A. J. A. Moeda endógena e teoria monetária da produção. Tese (doutorado), Campinas, 1997.

MIGLIOLI, J. Acumulação de capital e demanda efetiva. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004. Parte V.

MINSKY, H. Estabilizando uma economia instável. São Paulo: Novo século, 2009.

MINSKY, H. John Maynard Keynes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

OLIVEIRA, G. C. Regime de metas para a inflação: algumas lições a partir da experiência internacional. Revista Economia & Tecnologia - Ano 02, Vol. 05 – Abr./Jun, 2006.

PLIHON, D. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano. In: CHESNAIS, F. (Org.) A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Ed. Xamã, 1999.

SANTOS, F. A. A nova síntese neoclássica frente à crise econômica mundial: a volta da política fiscal? Dissertação de Mestrado/IE Unicamp. Campinas, 2011.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Cap. 2 e 6.

SICSÚ, J. Teoria e Evidências do Regime de Metas Inflacionárias. Revista de Economia Política, vol. 22, nº 1 (85), janeiro-março/2002.

TAVARES, M. C. T.; FIORI, J. L. (Orgs.). Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

TEIXEIRA, A. M.; MISSIO, F. J. O “novo” consenso macroeconômico e alguns insights da crítica heterodoxa. Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 2 (42), p. 273-297, ago/2011.

Bibliografia Complementar

BLANCHARD, O.; DELL'ARICCIA, G. MAURO, P. Repensar la política macroeconómica. Revista de Economía Institucional, vol. 12, n.º 22, primer semestre/2010, pp. 61-82.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. Economia e Sociedade, n. 5, Campinas, dez/1995.

CARVALHO, F. J. C. Keynes, a instabilidade do capitalismo e a teoria dos ciclos econômicos. Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 1988.

COUTINHO, L. G., BELLUZZO, L. G. M. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. Economia e Sociedade, Campinas, n. 7, p. 129-54, dez. 1996.

EICHENGREEN, B. A globalização do capital: uma história do Sistema Monetário Internacional. São Paulo: Editora 34, 2012.

FARHI, M. Análise comparativa do regime de metas de inflação: pass-through, formatos e gestão nas economias emergentes. Textos para discussão, IE/Unicamp, n. 127, jul/2007.

GZVITAUSKI, T. R. Uma crise à lá Minsky?: uma análise da crise financeira sob a ótica de Hyman Minsky. 2015. 103 f. Dissertação de mestrado - Unesp, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/132608>>.

KONDRATIEFF, N. D. *Ensayos sobre el ciclo económico. The Review of Economics Statistics*, vol

XVII nº 6, novembro 1935.

LOURENÇO, A. L. C. O pensamento de Hyman P. Minsky: alterações de percurso e atualidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 3 (28), p. 445-474, dez. 2006.

PHIHON, D. A ascensão das finanças especulativas. *Economia e Sociedade*, n. 5, Campinas, dez/1995.

RANGEL, I. *Ciclo, Tecnologia e Crescimento*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982. Parte I, Cap. 1, p. 15-43.

Teoria Microeconômica III	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência: ECO028	Pré-Requisitos: ECO020			

Ementa: Paradigma Estrutura – Conduta – Desempenho (E-C-D); Economia Institucional e Teoria dos Custos de Transação; Schumpeter e neo-schumpeterianos; Economia Evolucionista.

Bibliografia Básica

BAIN, J. Barreiras à entrada de novas firmas. Cambridge: Harvard University Press, 1956 (mimeo).

DOSI, G. *Mudança Técnica e Transformação Industrial: a teoria e uma aplicação à indústria dos semicondutores*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

HASENCLEVER, L e KUPFER, D (orgs.). *Economia Industrial: Fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LABINI, P.S. *Oligopólio e progresso técnico*. São Paulo: Forense, 1980

MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. Livro I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1982

NELSON, R., WINTER, S. *Uma Teoria Evolucionária da Mudança Econômica*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

NORTH, D. *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

PENROSE, E. *A Teoria do Crescimento da Firma*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

PINDYCK & RUBINFELD. *Microeconomia*. 8a. Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

POSSAS, M. *Estruturas de mercado em oligopólio*. São Paulo: Hucitec, 1985.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

_____. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1992.

SRAFFA, P. *As Leis de Rendimentos Decrescentes sob Condições de Concorrência*. In *Clássicos de Literatura Econômica*. Rio de Janeiro: IPEA, 1982.

STEINDL, J. *Maturidade e estagnação no capitalismo americano*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SWEEZY, P. *Demanda sob Condições de Oligopólio*. IN: *Clássicos de Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, IPEA, 1992.

Bibliografia Complementar

ARMSTRONG, M e PORTER, R (orgs). *The Handbook of Industrial Organization*. Oxford: North Holland, 2007.

BALMOL, W. *Contestable Markets: an uprising in the theory of industry structure*. *American Economic Review*. V 72 N 01 (mar. 1982), p. 1-15.

CHAMBERLAIN, *The Theory of Monopolistic Competition: a re-orientation of the theory of value*. 8th edition. Harvard: Harvard University Press, 1962.

CHANDLER, A. *Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *Scale and Scope: The dynamics of industrial capitalism*. 5th edition. Harvard: Harvard University Press, 1994.

FREEMAN, C. *The economics of industrial innovation*. Harmondsworth: Penguin, 1974.

GUIMARAES, E. A. *Acumulação e crescimento da firma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HALL, R. L. & HITCH, C. J. *Price theory and Economic Behaviour*. Oxford Economic Papers, 1939.

KERSTENETZKY, J. A Natureza da Firma Contemporânea: o problema da governança corporativa à luz da história do pensamento econômico. *Econômica*, V 9, N 2, dez/2007.

NORTH, D & DAVIS, L. *Institutional Change and American Economic Growth*, Cambridge University Press, 1971.

NORTH, D. *Structure and Change in Economic History*, New York: W. W. Norton, 1981.

PENROSE, E. A economia da diversificação. *Revista de Administração de Empresas*, vol 19, nº 4, out/dez 1979.

POSSAS, M. A dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROBINSON, J. *The Economics of Imperfect Competition*, London: Macmillan. 2a. ed. 1969.

TIGRE, P. Paradigmas Tecnológicos e Econômicos da Firma. In: *Revista Brasileira de Inovação*. V 4, N 1, jan/jun, 2005.

TIROLE, J. *The Theory of Industrial Organization*. Cambridge: The MIT Press, 1994.

VEBLEN, T. *The theory of the leisure class*. New York: The Viking Press, 1983.

WILLIAMSON, O. *The Economic Institutions of Capitalism*. New York: Free Press, 1985.

_____. *The Mechanism of Governance*. New York: Oxford University Press, 1996.

Economia Brasileira II	C.H. Total	60	C.H. Distância	
Equivalência: ECO015	Pré-Requisitos: Economia Brasileira I			

Ementa: Crise do capital na década de 1970. II PND: Propostas, Padrão de Financiamento e Crescimento da Dívida Externa. Retomada da Hegemonia Norte-Americana e Crise da Dívida Externa na Década de 1980. Implementação do Neoliberalismo no Brasil, Política Econômica Voltada ao Pagamento dos Serviços da Dívida Externa, Inflação e Planos de Combate à Inflação. Aprofundamento da Internacionalização Financeira. Anos 1990: Consenso de Washington e Governo Collor. Plano Real e Acirramento do Neoliberalismo nos Governos FHC. Anos 2000: Política Econômica dos Governos Lula e Dilma e Continuidade do Neoliberalismo no Brasil.

Bibliografia Básica

ARIDA, P. (org.) *Inflação Zero: Brasil, Argentina e Israel*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BAER, M. *A internacionalização financeira no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BAER, M. *O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BATISTA JR., P. N. e RANGEL, A. *A renegociação da dívida externa brasileira e o Plano Brady: avaliação de alguns dos principais resultados*. Caderno Dívida Externa. n. 7, PEDEX, São Paulo, 1994.

BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Cadernos da Dívida Externa. n. 6, PEDEX, São Paulo, 1994.

BELLUZZO, L. G. M. e ALMEIDA, J. G. *Depois da Queda*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

BELLUZZO, L. G. M. *O senhor e o unicórnio: a economia brasileira nos anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. 4. ed. Campinas: UNICAMP.IE, 1998. V. 2. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 10).

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *A vulnerabilidade econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 90*. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2005.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.

CASTRO, A. B.; SOUZA F. E. P. *A economia brasileira em marcha forçada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

CAVALCANTI, C. B. Transferência de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna. Rio de Janeiro, BNDES, 1988.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo no fim do século. Economia e Sociedade. Volume 5, 1995.

CRUZ, P. D. Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CRUZ, P. D. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. Nova Economia. Belo Horizonte, v.5, n.1, ago.1995.

FILGUEIRAS, L. A. M. História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

FORUM GAZETA MERCANTIL (org.). FMI x BRASIL: a armadilha da recessão. São Paulo: Ed. Gazeta Mercantil, 1983.

FURTADO, C. A nova dependência: dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GONÇALVES, R. Globalização e Desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999

II PND. Disponível em:
http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/5bd/2br/3plans/1974II-PND/pdf/II-PND.pdf.

LESSA, C. A estratégia de desenvolvimento, 1975/76; sonho e fracasso. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 5).

LESSA, C. Visão crítica do II PND. Revista Tibiriçá, ano II, no. 6, jan-março, 1977 p. 47-72

MACIEL, D. De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda/Goiânia: Funape, 2012.

MAGALHÃES, J. P. A. et al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed Garamond, 2010.

MANDEL, E. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MERCADANTE, A. (org.). O Brasil pós-Real: a política econômica em debate, 1997.

OLIVEIRA, F. A. Política econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012.

PAULA, J. A. (org.) A economia política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PAULA, J. A. (Org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 224 p.

PAULANI, L. Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

SALVADOR, E. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

SAMPAIO JR., P. A. Crônica de uma crise anunciada. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. Revista de Economia Política. Vol. 5, n.o 2, abril-junho/1985.

TAVARES, M. C. e ASSIS, J. C. O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

TEIXEIRA, A. O ajuste impossível – um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

Bibliografia Complementar

ABREU, M. P. (org.). A ordem do progresso: sem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ANTUNES, R. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ARRUDA, M. Dívida E(x)terna: para o capital, tudo; para o social, migalhas. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO, 2006.

BATISTA JR. P. N. Da crise internacional à moratória brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BATISTA JR. P. N. O Plano Real à Luz das Experiências Mexicana e Argentina. Estudos Avançados, n. 28, set.-dez. de 1996.

BATISTA JR., P. N. Formação de capital e transferência de recursos ao exterior. Revista de Economia Política. Vol. 7, no. 1, janeiro-março/1987.

BATISTA JR., P. N. Mito e realidade na dívida externa brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BATISTA, P. N. et al. Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BELLUZZO, L. G. M.; GALÍPOLO, G. Manda quem pode, obedece quem tem juízo. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

BELLUZZO, L. G., O capital e suas metamorfoses. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (orgs.). Desenvolvimento capitalista no Brasil. 4. ed. Campinas: UNICAMP.IE, 1998. V. 1. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 9).

BENAKOUCHE, R. Bazar da dívida externa brasileira. São Paulo: Boitempo, 2013.

BIONDI, A. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

BORGES, A.; POCHMANN, M. Era FHC: a regressão do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: MARE, Cadernos MARE, n. 1, 1997.

CAMPOS, F. A. A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). Campinas: 2009. Tese (Doutorado) Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas.

CAMPOS, F. A (org). Introdução à formação econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial. Marília: Lutas anticapital, 2018.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. Texto para discussão. IE/UNICAMP: Campinas, n. 200, jan. 2012.

CANO, W. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995.

CANO, W. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARNEIRO, M. L. F. Auditoria da dívida externa: questão de soberania. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

CARNEIRO, R. (org.). Política econômica da Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, M. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

CORAZZA, G. Dívida interna: o Estado paga a conta. Ensaios FEE. Porto Alegre, 6(2): 171-182, 1985.

DIMENTEIN, G.; SOUZA, J. A história do Real: trama de uma sucessão. 3. ed. São Paulo: Ática/Folha de São Paulo, 1994.

DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. (orgs.). Desafios da globalização. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

DUMENIL, G.; LEVY, D. A crise do neoliberalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

FIESP. Livres para crescer: proposta para um Brasil moderno. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.

FIORI, J. L. Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: EDUERRJ, 1995.

FURTADO, C. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. O capitalismo global. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. ABC da dívida externa: o que fazer para tirar o país da crise financeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1989.

GENNARI, A. M. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos noventa. Pesquisa & Debate. São Paulo: PUC, v.13, n.1 (21), 2002.

GOLÇALVES, R. O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto: 2000.

GONÇALVES, R. A herança e a ruptura: cem anos de história econômica e propostas para mudar o Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

GONÇALVES, R. O nó econômico. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GONTIJO, C.; OLIVEIRA, F. A. Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil. Belo Horizonte: 2009.

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2003

HAYEK, F. A. O Caminho da servidão. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

IANNI, O. A era do globalismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KUCINSKI, B.; BRANFORD, S., A ditadura da dívida: causas e consequências da dívida latino-americana. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LESBAUPIN, I.; MINEIRO, A. O desmonte da Nação em dados. Petrópolis: RJ: Vozes, 2002.

LOPES, F. Choque heterodoxo: combate à inflação e reforma monetária. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

LOPREATO, F. L. Caminhos da política fiscal do Brasil. Tese de Livre Docência, São Paulo: Unesp, 2011.

MAGALHÃE, J. P. A; MINEIRO, A. S.; ELIAS, L. A. (orgs.). Vinte anos de política econômica. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

MATTOS, A. C. M. (org.). A inflação brasileira: uma abordagem prática e moderna antes e depois do choque. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MATTOSO, J. O Brasil desempregado. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999.

MELLO, J. M. C. de. Consequências do neoliberalismo. Economia e Sociedade. Campinas: IE/UNICAMP, v.1, n.1, agosto, 1992.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, F. A. A economia brasileira em preto e branco. Campinas: Hucitec/Fecamp, 1991.

OLIVEIRA, F. A.; BIASOTO JR., G. (orgs.). A política econômica no limiar da hiperinflação. São Paulo: Hucitec; Campinas, SP: FECAMP, 1990.

OLIVEIRA, F. Collor: a falsificação da ira. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

OLIVEIRA, F. de. O Momento Lênin. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n.75, jul. 2006.

OLIVEIRA, G. Brasil Real, desafios da pós-estabilidade na virada do milênio. São Paulo: Mandarim, 1996.

REGO, J. M. (org.) Inflação inercial, teoria sobre inflação e o Plano Cruzado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

RIBEIRO JR. Amaury. A privatária tucana. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

RODRIGUES, C. H. L. Considerações sobre o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso: contradições do discurso e acirramento da implementação do neoliberalismo. IV Encontro Internacional de Economia Política e Direitos Humanos. Buenos Aires, 2011.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. Imperialismo e Empresa Estatal no Capitalismo Dependente Brasileiro (1956-1998). Campinas: 2017. Tese (Doutorado) Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado

democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAMPAIO JR., P. A. S. Entre a Nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAMPAIO JR., P. A. S. Globalização e Reversão Neocolonial. Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopia. Buenos Aires: Clacso, 2007.

SAMPAIO JR., P. A. S. Padrão de reciclagem da dívida externa e política econômica do Brasil em 1983 e 1984. Campinas: 1988. Dissertação (Mestrado) Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas.

SCHINCARIOL, V. E., Economia e política econômica no governo Dilma (2011-2014): uma história político-econômica da primeira administração de Dilma Rousseff. São Paulo: Raízes da América, 2016.

SICSÚ, J. (Org.). Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?). São Paulo: Boitempo, 2007.

SINGER, P. O dia da lagarta: democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SINGER, P. Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SINGER, P. O Brasil na crise: perigos e oportunidades. São Paulo: Contexto, 1999.

SODRÉ, N.W. A farsa do neoliberalismo. 5. Ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

TAVARES, M. C., FIORI, J. L. (Des) Ajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TAVARES, M. C.; DAVID, M. D. (orgs.). Economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes/Achiamé, 1982.

Leitura e Produção de Textos	C.H. Total	30	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisitos:		

Ementa: Teoria da comunicação. Estudos dos tipos de leitura. Comunicação linguística. Prática de leitura e de produção de textos de diversos gêneros. Tipologia textual. Semiótica.

Bibliografia Básica

BELLENGER, Lionel. A persuasão e suas técnicas. França. Coleção Cultura Contemporânea. 1987

EL FAR, Alessandra. O Livro e a leitura no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

FEITOSA, Vera Cristina. Redação de textos científicos. Campinas, Papirus, 1991.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto – Leitura e Redação, 16ª ed. São Paulo. Ática, 2002.

GARCIA, Othon M. Comunicação e prosa moderna. Rio de Janeiro, FGV, 1997.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Desvendando os segredos do texto. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Revisitações: edição comemorativa: 30 anos da Faculdade de Letras / UFMG / organização Eliana Amarante de Mendonça Mendes, Paulo Motta Oliveira, Veronika Benn – Ibler – Belo Horizonte: UFMG / FALE, 1999.

Bibliografia Complementar

FAUFMAN, Ana Maria & RODRIGUEZ, Maria Helena. Escola, leitura e produção de textos. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

GOLD, Miriam. Redação Empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização 3ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português Instrumental – de acordo com as normas da ABNT. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TREVISAN, Zizi. As milhas do texto – escola, literatura, cinema. São Paulo, Eliper, 1998.

ZANOTELLO, Simone. Redação reflexão e uso. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

Contabilidade e Análise de Balanços	C.H. Total: 30	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisitos:	
<p>Ementa: Análise de empresas através dos demonstrativos contábeis. Entendimento das práticas contábeis, interpretações econômicas das informações contábeis, técnicas de análise de demonstrações contábeis: efeitos financeiros de curto prazo, efeitos financeiros de longo prazo, geração de valor, distribuição de valor, estrutura e custo de capital.</p>		
<p>Bibliografia Básica BLATT, A. Análise de Balanços. São Paulo: Pearson Education, 2001. MATARAZZO, D. C. Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010. REIS, A. Demonstrações Contábeis: Estrutura e Análise. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. SILVA, J. P. da. Análise Financeira das Empresas. 8ed. São Paulo : Atlas, 2012.</p> <p>Bibliografia Complementar BEGALLI & PEREZ JUNIOR. Glauco Antonio, José Hernandez. Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços: análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 10ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009 MARION, J.C. Contabilidade Empresarial. 16ª. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MARION, J.C. Análise das Demonstrações Contábeis. 7ª. Ed. Atlas, 2012. MULLER, Aderbal Nicolas. Contabilidade Básica fundamentos essenciais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.</p>		
7º Período		
Técnicas de Pesquisa em Economia	C.H. Total	60
Equivalência:	Pré-Requisitos: SSO005	
<p>Economia como ciência. Formulação de problemas, objetivos e hipótese. Leitura e redação de textos científicos. Tipos de pesquisa. Metodologias de Pesquisa em Ciências Econômicas. Coleta de Dados. Ética e Ciência. Etapas para realização do Trabalho de Conclusão de Curso - Ciências Econômicas/UFVJM. Entrega do Termo de Compromisso de Orientação. Redação e apresentação do Projeto de Pesquisa.</p> <p>Bibliografia Básica BLAUG, M. Metodologia da Economia Ou Como os Economistas Explicam. São Paulo, EDUSP, 1993. BOCCHI, J. I. (org.). <i>Monografia para economia</i>. São Paulo: Saraiva, 2004. CORAZZA, G (org.). Métodos da Ciência Econômica. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003. PRADO, E. “A Economia como Ciência”. Análise Econômica, ano 7, n. 12, pp.49-62, nov/ 1989. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007. FERRAREZI JR. C. <i>Guia do trabalho científico: do projeto à redação final - monografia, dissertação e tese</i>. São Paulo: Contexto, 2011. SILVA, L. M; CRUZ, R. M e LEAL, L. A. S (orgs). Manual de Normatização: monografias,</p>		

dissertações e teses. 2ª ed. Diamantina: UFVJM, 2016.

Bibliografia Complementar

- BIANCHI, A. M. Sobre a matematização da Economia. Leituras de Economia Política, Campinas, (21), p. 75-89, dez. 2012/jul. 2013.
- CALDWELL, B. *Beyond Positivism: economics methodology in twenty century*. London: Routledge, 1994.
- CLARKE, Simon. *Marx, Marginalism and Modern Sociology: From Adam Smith to Max Weber*. Macmillan Press, 1982.
- CORAZZA, G. “O Todo e as Partes: uma introdução ao método da Economia Política”. Estudos Econômicos, v. 26, n. 4, 1996.
- FRIEDMAN, Milton (1953). *Essays in Positive Economics*. Chicago, The University of Chicago Press.
- GALA, P. e REGO J.M (orgs.). A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HAYEK, Friedrich A (1937/1948). “*Economics and knowledge*”. In: *Friedrich Hayek, Individualism and Economic Order*. Indiana, Gateway.
- KEYNES, J. N. “*The Scope and Method of Political Economy*”. New York, Kelley & Millman, 1891, Re-impreso em 1955.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial: 2011. Prefácio da Primeira Edição e Posfácio da Segunda Edição.
- MARX, K. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Prefácio.
- MCCLOSKEY, D. N. *The Rhetorics of Economics. 2nd edition*. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.
- REGO, J.M (org.). Retórica na Economia. São Paulo: Editora 34, 1996.
- SCHUMPETER, J. A. História da Análise Econômica. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964
- STUART MILL, J., Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva In: Bentham, Stuart Mill. São Paulo, Abril Cultural. 1974, pp.75-252. (Coleção Os Pensadores).
- STUART MILL, J., Da Definição de Economia Política e do Método de Investigação Próprio a Ela In: Bentham, Stuart Mill. São Paulo, Abril Cultural. 1974, pp.291-315. (Coleção Os Pensadores).
- TEIXEIRA, A. “Marx e a Economia Política: a crítica como conceito”. Econômica, n. 4, p. 85-109, dez. 2000.
- WALRAS, L.. Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

Economia Monetária	C.H. Total	60	C.H. Distância	
--------------------	------------	----	----------------	--

Equivalência:	Pré-Requisitos: ECO011 e ECO012
---------------	---------------------------------

Ementa: Evolução histórica, características e funções da moeda. Sistema Financeiro Brasileiro. Funções do Banco Central. Mensuração dos agregados monetários. Política monetária: objetivos, instrumentos, mecanismos de transmissão. O debate clássico sobre a moeda. O dinheiro na teoria marxista. A Teoria Quantitativa da Moeda. Keynes e a economia monetária. A síntese neoclássica e o equilíbrio no mercado monetário. Os monetaristas e a nova Teoria Quantitativa da Moeda. Modelo Novo Clássico e a ineficácia da política monetária.

Bibliografia Básica

- BARBOSA, E. S. Uma Exposição Introdutória na Macroeconomia Novo-clássica. In: SILVA, M.L.F. (Org.) Moeda e Produção: teorias comparadas. Brasília: Editora UNB, 1992b.
- CARCANHOLO, M.D. Trade-off entre Inflação e Desemprego e Expectativas: o debate sobre ineficácia de política monetária. Economia-Textos, n.29, Textos Didáticos e para Discussão, IE-UFU, Uberlândia, 2003a.
- CARCANHOLO, R. Sobre a natureza do dinheiro em Marx. In: Revista da Sociedade Brasileira de

Economia Política, dezembro de 2002, n. 11, p. 33-37.

CARCANHOLO, R.O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, dezembro de 2001, n. 8, p. 26-45.

CARDIM de CARVALHO, F. et al. Economia monetária e financeira: teoria e política. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

CHICK, V. Sobre Moeda e Método em Keynes. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

CORAZZA, G. Marx e Keynes sobre dinheiro e economia monetária. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, dezembro de 1998, n. 3, p. 45-58.

CORAZZA, G. O dinheiro como forma do valor. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, dezembro de 2002, n. 11, p. 28-32.

COSTA, Fernando Nogueira. Economia monetária e financeira. Uma abordagem pluralista. São Paulo: Makron books, 1999. cap. 9, 10, 11

DEANE, P. A evolução das ideias econômicas. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FRIEDMAN, M. A teoria quantitativa da moeda: uma reafirmação. In: CARNEIRO, R. Os clássicos da economia. Vol 2. São Paulo: Ática,, 1997b.

FRIEDMAN, M. O papel da política monetária. In: CARNEIRO, R. Os clássicos da economia. Vol 2. São Paulo: Ática,1997a.

FRIEDMAN, Milton, Episódios da história monetária. Cap. 2 O mistério da moeda. Record, 1994.

GERMER, C. Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, 1997, n 1.

GERMER, C. O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx uma polêmica. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, dezembro de 2002, n. 11, p. 5-27.

HARVEY, D. Para Entender o Capital: Livros II e III. São Paulo: Boitempo, 2014.

HAYEK, Friedrich A. Desestatização do Dinheiro / Friedrich A. Hayek. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2011.

KEYNES, J. M. A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo, Boitempo, 2013.

MINSKY, H. Estabilizando uma economia instável. São Paulo: Novo Século, 2013.

MOLLO, M. de L. R. As controvérsias monetárias do século XIX. Revista Ensaios FEE. Porto Alegre, 1994, vol. 15, n. 1, p. 80-97.

_____. Instabilidade do capitalismo, incerteza e papel das autoridades monetárias: uma leitura de Mynsky. Revista de Economia Política, vol. 8, nº 1, jan/mar 1988.

_____. Ortodoxia e heterodoxia monetárias: a questão da neutralidade da moenda. Revista de Economia Política, vol. 24, nº 3 (95), jul/set 2004).

NAKATANI, P.;GOMES, H. O dinheiro: natureza e funções. In. ____ : CARCANHOLO, R. (Org.). Capital: Essência e aparência. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NAKATANI, P. e MARQUES R., O que é capital fictício e sua crise. Ed. Brasiliense, 2009.

PRADO, E. Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconversível. Outubro de 2012. Disponível: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/10/baixar-texto-261.pdf>

RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SMITH, A. Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SHUMPETER, J. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

WACHTEL, H. Os mandarins do Dinheiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WICKSELL, K. A influência da taxa de juros sobre os preços. In: CARNEIRO, R. Os clássicos da economia. Vol 1. São Paulo: Ática, 2004a.

WICKSELL, K. Lições de economia política. In: CARNEIRO, R. Os clássicos da economia. Vol 1. São Paulo: Ática, 2004b.Literatura econômica. Rio de Janeiro, 4 (1), 1982, p.13-34.

Bibliografia Complementar

ANGELI, E. Incerteza e moeda privada: uma visão da proposta de Hayek. Revista Análise Econômica. Porto Alegre: UFRGS, 2007, ano 25, n. 47, p. 63-83.

AMADEO, E. J. Ensaios sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989.

CARDIM de CARVALHO, F. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: CHESNAIS, François. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, François (Coord.) A mundialização financeira. São Paulo: Xamã, 1998. p. 249-293.

CORAZZA, G; KREMER, R. L. Friedman e o monetarismo: a velha teoria quantitativa da moeda e a moderna Escola Monetarista. Revista Análise Econômica: UFRGS, 2003, ano 21, n. 40.

FREITAS, M.C.P., Racionalidade da regulamentação bancária: uma interpretação heterodoxa. In: SOBREIRA, R. (org.). Regulação financeira e bancária. Ed. Atlas 2004.

GALBRAITH, J. Moeda: de onde veio para onde vai. São Paulo: Pioneira, 1997.

LIMA, G. T; SICSÚ, J. Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo. Barueri, SP: Manole, 2003.

MARTINS, D. A relação entre o processo cumulativo e a teoria quantitativa da moeda: uma análise da abordagem monetária de Wicksell e de algumas interpretações posteriores. Dissertação. PUC-SP, 2007.

MARX, K. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SANTOS FILHO, M. Sistema internacional de crédito: conceitos e desenvolvimento. In: SANTOS FILHO (org.). Instabilidade Econômica: moeda e finanças. São Paulo: Hucitec, 1993.

Eletiva II	C.H. Total	60	C.H. Distância
As ementas e bibliografias estão relacionadas em eletivas			
Eletiva III	C.H. Total	60	C.H. Distância
As ementas e bibliografias estão relacionadas em eletivas			
Eletiva IV	C.H. Total	60	C.H. Distância
As ementas e bibliografias estão relacionadas em eletivas			

8º Período		
Direito e Economia	C.H. Total	C.H. Distância
Equivalência: CON005	60	Pré-Requisitos:
<p>Ementa: Percepção do fenômeno jurídico. Noções básicas de direito: teoria da norma e do ordenamento jurídico. Jurisdição constitucional. Direito e economia. As grandes corporações: origem, pessoa jurídica e responsabilidade. A corporação supranacional como possível ameaça: ao livre mercado, à sociedade, à democracia, ao Estado, ao ambiente e à vida. Necessidade de controle das grandes empresas.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Tempos Líquidos. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. - Rio de Janeiro: Zahar, 2007.</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf</p> <p>FULLER. Leon L. O Caso do Explorador de Cavernas, Tradução Ivo de Paula. – São Paulo/SP: Livraria e editora universitária de Direito, 2008.</p> <p>ROBINS, Nick. A corporação que mudou o mundo: como a companhia das índias orientais moldou a multinacional moderna. Tradução de Pedro Jorgensen. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.</p> <p>SOARES, Mário Lúcio Quintão. Teoria do Estado: novos paradigmas em face da globalização. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar</p>		

ATTALI, Jacques. Uma breve história do futuro. Tradução de Renata Cordeiro. Osasco/SP: Novo Século Editora, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1999.

DALARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo/SP: Ed. Saraiva, 1998;

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 2ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Forense, 1982.

PARRAMORE, Lynn. Uma verdade inconveniente sobre Lincoln (que você não vai ouvir de Hollywood). [S. l.]: HUFFINGTONPOST, 21 jan. 2013. Disponível em: <https://www.huffingtonpost.com/lynn-parramore/an-inconvenient-truth-abo_b_2171194.html> Acesso em: 27 set. 2018.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 25. ed. Rio de Janeiro/RJ: Editora Record, 2015.

Administração	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisitos:	

Ementa: Teóricos clássicos e contemporâneos da Administração: Taylor, Ford, Fayol, Ohno e outros. Gestão e Finanças. Administração Pública versus Administração Privada.

Bibliografia Básica

FAYOL, Henri. Administração Industrial e Geral. 10.ed. São Paulo : Atlas, 1990.

FORD, Henry. Trabalhando para Ford. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MATIAS-PEREIRA, J. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Europeia. Rev. Adm. Pública. v. 42, n. 1, p. 61-82, 2008.

OHNO, Taiichi. O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala. Bookman, Porto Alegre, 1997.

TAYLOR, Frederick W. Princípios da administração científica. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1995.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014. Empresariais. Rio de Janeiro; Campus, 1998.

KOONTZ, H e O'DONNELL, C. Princípios de administração. São Paulo: Pioneira, 1976.

KWANISCKA, E. L. Introdução à Administração. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS-PEREIRA, J. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Europeia. Rev. Adm. Pública. v. 42, n. 1, p. 61-82, 2008.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2005.

MONTANA, Patrick J. & CHARNOV, Bruce H. Administração. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PEREIRA, L. C.; PEREIRA, S.; PETER, K. (Orgs.). Reforma do Estado e a administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SOUZA, Edson Miranda De; AGUIAR, Afrânio Carvalho. Publicações póstumas de Henri Fayol: revisitando sua teoria administrativa. RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online) [online]. 2011, vol.12, n.1, pp.204-227.

Eletiva V	C.H. Total 60	C.H. Distância
As ementas e bibliografias estão relacionadas em eletivas		
Pesquisa e Extensão em Economia	C.H. Total 120	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisito: ECO026	

Ementa: Elaboração e realização de evento(s) acadêmico-extensionista(s) com a comunidade local sobre as temáticas de pesquisa dos discentes. Atividades de estímulo a vínculos e troca de saberes entre universidade-comunidade local. Reuniões periódicas entre orientador/a-orientando/a para

aprofundamento teórico-metodológico do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica

DE PAULA, J. A. “A Extensão Universitária: história, conceitos e propostas”. Interfaces-Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MEDEIROS, J. L. A Economia diante do horror econômico. Editora UFF, 2013.
UFVJM. Resolução Consepe 06/2009. Aprova política de Extensão da UFMJM. Disponível em: http://ufvjm.edu.br/formularios/cat_view/430-/479-/487-/158-.html?limit=10&order=hits&dir=DESC&lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT&start=35. Acesso em 14 de julho de 2020.

Bibliografia Complementar

BIANCHI, A. M. Muitos Métodos e o Método: a respeito do pluralismo. Revista de Economia Política, V 12. n° 2, pp 135-142, 1992.
DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2014.
GOLDMAN, L. (1979) Ciências Humanas e Filosofia. Ed. Difel.
LOWY, M. Ideologias e Ciência Social. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.
MARX, K. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Prefácio
MELO NETO, J. F. Extensão Universitária: uma análise crítica. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.
PAULANI, L. M. “Ciência Econômica e modelos de explicação científica: retomando a questão”. Revista de Economia Política, vol. 30, n° 1 (117), pp. 27-44, janeiro-março/2010.
WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1999

9º Período

Trabalho de Conclusão de Curso I	C.H. Total	120	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisito: Pesquisa e Extensão em Economia		

Desenvolvimento do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Realização de reuniões periódicas com orientador/a. Redação do primeiro capítulo ou equivalente do Trabalho de Conclusão de Curso. Apresentação do primeiro capítulo ou equivalente do Trabalho de Conclusão de Curso em seminário aberto à participação do público interno e externo à UFMJM.

Bibliografia Básica

BOCCHI, J. I. (org.). *Monografia para economia*. São Paulo: Saraiva, 2004.
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFMJM. *Regulamento do TCC do curso de Ciências Econômicas*. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/cursos/ciencias-economicas/regulamentacao.html>. Acesso em: 14/07/2020.
FERRAREZI JR. C. *Guia do trabalho científico: do projeto à redação final - monografia, dissertação e tese*. São Paulo: Contexto, 2011.
LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1983.
SILVA, L. M; CRUZ, R. M e LEAL, L. A. S (orgs). Manual de Normatização: monografias, dissertações e teses. 2ª ed. Diamantina: UFMJM, 2016.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida. Introdução à metodologia do trabalho científico. 10 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 ECO, Umberto. Como se faz uma tese em Ciências Humanas. Editorial Presença: Lisboa, 2007.
 GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2014.
 KOCH, José C. Fundamentos de metodologia científica. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
 SALOMOM, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Eletiva VI	C.H. Total	60	C.H. Distância
As ementas e bibliografias estão relacionadas em eletivas			
Eletiva VII	C.H. Total	60	C.H. Distância
As ementas e bibliografias estão relacionadas em eletivas			

10º Período			
Trabalho de Conclusão de Curso II	C.H. Total	120	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisitos: Trabalho de Conclusão de Curso I		
<p>Ementa: Desenvolvimento do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Realização de reuniões periódicas com orientador/a. Redação final do Trabalho de Conclusão de Curso. Prazos e requisitos para integralização do Curso de Ciências Econômicas. Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, aberta à participação do público interno e externo à UFVJM.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>BOCCHI, J. I. (org.). <i>Monografia para economia</i>. São Paulo: Saraiva, 2004. CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFVJM. <i>Regulamento das atividades complementares do curso de Ciências Econômicas</i>. UFVJM. Disponível em: http://www.ufvjm.edu.br/cursos/ciencias-economicas/regulamentacao.html. Acesso em: 14/07/2020. CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFVJM. Regulamento do TCC do curso de Ciências Econômicas. Disponível em: http://www.ufvjm.edu.br/cursos/ciencias-economicas/regulamentacao.html. Acesso em: 14/07/2020. FERRAREZI JR. C. <i>Guia do trabalho científico: do projeto à redação final - monografia, dissertação e tese</i>. São Paulo: Contexto, 2011. SILVA, L. M.; CRUZ, R. M e LEAL, L. A. S (orgs). Manual de Normatização: monografias, dissertações e teses. 2ª ed. Diamantina: UFVJM, 2016.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>ANDRADE, Maria Margarida. Introdução à metodologia do trabalho científico. 10 Ed. São Paulo: Atlas, 2010. DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 1995. ECO, Umberto. Como se faz uma tese em Ciências Humanas. Editorial Presença: Lisboa, 2007. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007. RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica. Atlas, São Paulo, 1996. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2016. VAINFAS, R. (Orgs.) Domínios da história. 2 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p>			
Eletiva VIII	C.H. Total	60	C.H. Distância
As ementas e bibliografias estão relacionadas em eletivas			

Quadro 8 - Programas das unidades curriculares eletivas: Ementas e Bibliografia

Aspectos Sócio-Antropológicos	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência: SSO021		Pré-Requisitos:	
<p>Ementa: Tendo por base que esta disciplina tem um papel de formação básica dos alunos dos vários cursos pretendo desta forma apresentar para os discentes uma introdução das questões sociais a partir de uma perspectiva antropológica. A ontologia do ser social. Definição de cultura e a problemática dos conflitos culturais na atualidade; a identidade cultural e o direito a diferença. Globalização e multiculturalismo e o preconceito racial. Pensamento complexo e distinção natureza e cultura. Conflito modernidade e tradição.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. Mana vol.7 no.2 Rio de Janeiro Oct. 2001.</p> <p>BALANDIER, G. Antropologia Política. São Paulo: Difusão Européia do livro-EDUSP, 1968.</p> <p>CARVALHO, Marivaldo Aparecido. Passos que não deixam Marcas na Terra os M'byá Guarani e a Imprescindível Leveza do Ser. Dissertação de mestrado. UNESP, Araraquara. 2001.</p> <p>_____. Introdução à práxis indígena: "Gente humana" ou "Gente natureza". São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Cl. O Pensamento Selvagem. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.</p> <p>MARX, Karl. Manuscritos Econômicos - filosóficos e outros textos escolhidos. Seleção de textos de José Arthur Gianotti, traduções de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).</p> <p>_____. As formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 5a. ed.</p> <p>_____. A Ideologia Alemã (Feuerbach). São Paulo: Editora Hucitec, 1996.</p> <p>MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo. Porto Alegre; Sulina, 2005.</p> <p>SOUZA, Jessé (ORG). Multiculturalismo e racismo: Uma comparação Brasil-Estados Unidos.</p> <p>VELHO, Gilberto. O desafio da cidade. Novas perspectivas na antropologia brasileira. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>CANDAUI, Vera Maria F. Sociedade e cotidiano escolar e cultura(s): Uma aproximação. Revista Educação e Sociedade, Campinas, CEDES, 2002 p. 125-163.</p> <p>LABURTHE-TOIRA & WARNIER, Philippe, Jean Pierre. Etnologia: Antropologia. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>LARAIA, Roque de Barros. Cultura, um conceito antropológico. Rio de Janeiro, Joger Zahar editor, 1986.</p> <p>MELATTI, Julio César. Índios do Brasil. São Paulo/Brasília; HUCITEC/EdUnB, 1993.</p> <p>TURNER. Frederick. O Espírito Ocidental Contra a Natureza: Mito, Histórias as Terras Selvagens. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.</p>			
Economia e Literatura	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:		Pré-Requisitos: Economia Brasileira I	
<p>Ementa: A arte e a Ciência; Literatura e Vida Social: a arte das letras antes e depois da modernidade; Panorama da Literatura Brasileira: o moderno romance brasileiro; os Clássicos da Formação da Economia e da Identidade Brasileiras: um cotejo entre Caio Prado, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro; Os „dois brasis“ Euclides da Cunha; Modernização e Arcaísmos em Lima Barreto; o Regionalismo e os Excluídos em Jorge Amado; os Dramas Brasileiros em Graciliano Ramos; a Crítica Social em Clarice Lispector.</p>			

Bibliografia Básica

- AMADO, J. Capitães de Areia. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
BARRETO, L. Triste Fim de Policarpo Quaresma. São Paulo; Penguin, 2011.
BUARQUE DE HOLANDA, S. Raízes do Brasil. 27ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
CANDIDO, A. Formação da Literatura Brasileira: Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014.
_____. Literatura e Sociedade: Estudos de teoria e história literária – 13ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014a.
CUNHA, E. Os Sertões. São Paulo: Ubu Editora/Edições Sesc São Paulo, 2016.
FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
LINSPECTOR, C. A Hora da Estrela. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
PRADO JÚNIOR, C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2012.
RAMOS, G. Vidas Secas. 135ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.
RIBEIRO, D. O Povo Brasileiro: formação e sentido do Brasil. 3ª ed. São Paulo: Global, 2015.

Bibliografia Complementar

- AUERBACH, E. Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental. Trad. George Sperber. S. Paulo, Perspectiva, 2004.
BAKHTIN, M. Questões de literatura e estética. 1ª ed. Editora 34, 2015.
BOSI, A. História Concisa da Literatura Brasileira. 47ª ed. São Paulo: Cultrix 1970.
FAUSTO, B. História do Brasil. 14ª ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
HOBSBWAN, E. Bandidos. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
LUCKÁCS, G. A Teoria do Romance. 2ªed. São Paulo: Editora 34, 2000.
MARX, K e ENGELS, F. Cultura, arte e literatura: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
SECCO, L e PERICÁS, L. Interpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2015.
WATT, I. A Ascensão do Romance. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

História do Pensamento Econômico e Social	C.H. Total	60	C.H. Distância
---	------------	----	----------------

Equivalência:	Pré-Requisitos:
---------------	-----------------

Ementa: Introdução aos estudos de História do pensamento econômico. A filosofia política do século XVII. O pensamento econômico e Liberal. O pensamento econômico e social em seu tempo histórico. O pensamento econômico e Social latino-americano e suas implicações geopolíticas para o continente. Situando na América Latina, através das ideias econômicas o legado colonial; os processos de independência; dominação oligárquica; a crise das oligarquias e as novas formas de dominação e colonialismo; industrialização, urbanização e modernização; as lutas populares; regimes autoritários e transição à democracia.

Bibliografia Básica

- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A revolução na Bolívia. São Paulo: Unesp, 2007.
ARICÓ, José. Marx e a América Latina: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
BARBOSA, Carlos Alberto S. A revolução Mexicana. São Paulo: Unesp, 2010.
BELLOTTO, Manoel L.; CORRÊA, Anna M. (org). Mariátegui. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
CANO, Wilson. Soberania e Política Econômica na América Latina. Campinas/São Paulo: Unicamp/Unesp, 2000.
CARCANHOLO, Marcelo & NAKATANI, Paulo. A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos 1960. IN: Revista Outubro. v. 15. São Paulo: Alameda, 2007.
DEL ROIO, Marcos. A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma Revolução Burguesa em processo. In: História do Marxismo no Brasil. vol. IV. Campinas, Ed.

Unicamp, 2007.

FERNANDES, Florestan. A revolução Burguesa no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Florestan. O que é Revolução. São Paulo: Abril Cultural-Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Florestan. Poder e contrapoder na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

GUEVARA, Che. Textos Econômicos. 3 ed. São Paulo: Global, 2009.

GENNARI, Emilio. Chiapas e as comunidades Zapatistas reescrevem a História. Achiamé: 2002.

IANNI, Octávio (org). Florestan Fernandes. São Paulo; Ática, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

IGLÉSIAS, Francisco (org). Caio Prado Júnior. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

LINERA, Álvaro Garcia. A Potência Plebeia. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Sete ensaios de Interpretação da realidade peruana. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

NETTO, José P. O contexto Histórico- Social de Mariátegui. In: Encontros com a Civilização Brasileira. Nº 21. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1980.

NETTO, José P. Nelson Werneck Sodré: o general da cultura. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1968.

RÉNIQUE, José Luis. A revolução Peruana. São Paulo: Unesp, 2009.

SADER, Emir. Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina. São Paulo: Atual, 1992.

SODRÉ, Nelson W. Formação Histórica do Brasil. 9ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1976.

SODRÉ, Nelson W. Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

WINN, Peter. A revolução chilena. São Paulo: Unesp, 2010.

Bibliografia Complementar

ALIMONDA, Héctor. José Carlos Mariátegui. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ARELLANO, Alejandro B & OLIVEIRA, Umbelino. Chiapas: Construindo a Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ARICÓ, José. Marx e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

AYERBE, Luis Fernando. A revolução Cubana. São Paulo: Unesp, 2004.

BLANCO, Abelardo & DÓRIA, Carlos A. A revolução cubana de José Martí a Fidel Castro. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CANO, Wilson. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: Unesp, 2000.

CERQUEIRA, Laurez. Florestan Fernandes: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DONGHI, Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

D'INCAO, Maria Angela. O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Unesp, 1987.

D'INCAO, Maria Angela. HISTÓRIA E IDEAL: Ensaio sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Unesp /Brasiliense, 1989.

ESCORSIN, Leila. Mariátegui: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, Florestan. Da Guerrilha ao Socialismo: A revolução Cubana. São Paulo: T.A. Queirós, 1979.

LOWY, Michel. O marxismo na América Latina. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Processo e desenvolvimento da Revolução boliviana. IN: Revista Lutas Sociais. São Paulo, 1997.

PERICÁS, Luiz Bernardo. CHE GUEVARA e o debate econômico em Cuba. São Paulo: Xamã, 2004.

SILVA, Marcos (org). Dicionário crítico: Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

SODRÉ, Nelson W. Brasil: Radiografia de um modelo. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982.

Questão Agrária no Brasil	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisitos:		
<p>Ementa: A renda da terra, a teoria do valor e a formação de preços. Penetração do capitalismo na agricultura: proletarização no campo, subordinação das formas de produção não capitalistas ao capital e os processos de industrialização da agricultura. Estrutura agrária e relações de produção. Renda da operação agrícola. Intervenção do estado no setor agropecuário (crédito, preços, incentivos, legislação trabalhista, reforma agrária, latifúndios).</p>			
<p>Bibliografia Básica</p> <p>DARCY, Ribeiro. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006</p> <p>FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: __. Circuito Fechado. São Paulo: Hucitec, 1976, (Coleção estudos brasileiros Vol.06). p.11-30.</p> <p>GORENDER, Jacob. Gênese do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro. A questão agrária hoje, Cap. 01, Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2002, p.15-44.</p> <p>IANNI, Otávio. A formação do proletariado rural no Brasil - 1971. In: STÉDILE, João Pedro (ORG.). A questão agrária no Brasil - O debate na esquerda: 1960-1980, Vol.02, São Paulo Expressão Popular, 2005, p. 127-146.</p> <p>IANNI, Otávio. Ditadura e agricultura - o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.</p> <p>KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Cap. V., São Paulo: Nova Cultural, 1986. p.57-86. (Os economistas).</p> <p>LEI de TERRAS Nº601, de 18 de setembro de 1850. In: STÉDILE, João Pedro (ORG.). A questão agrária no Brasil - o debate tradicional: 1500-1960, Vol.01, São Paulo Expressão Popular, 2005, p.283-291.</p> <p>LENIN. Vladimir Ilitch. El congreso de diputados campesinos. In.: _____. Obras escogidas. Tomo III, Moscu: Editorial Progreso. 1976, p.332-335.</p> <p>LENIN. Vladimir Ilitch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Cap.III, São Paulo: Abril cultural, 1982. (Os economistas).</p> <p>LENIN.V.I. Revision del programa agrário del partido obrero. In.: _____. Obras escogidas. Tomo III, Moscu: Editorial Progreso. 1976, p. 198-225.</p> <p>LIMA FILHO, Paulo Alves. O golpe de 1964: a vitória e a vitória da ditadura. São Paulo, 2004. 15 p.</p> <p>LUGON, Clovis. A república Guarani. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 248p.</p> <p>MARTINS. José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 2004, 157p.</p> <p>MARTINS. José de Souza. O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. UFRGS, 2001. 238p.</p> <p>MARX, Karl. Metamorfoses do sobrelucro em renda fundiária. In.: _____. O capital: crítica da economia política. 2.ed., Livro Terceiro, Tomo 2, São Paulo: Nova Cultural, 1986. p. 121-266. (Os economistas).</p> <p>MARX, Karl. Renda da terra. In: _____. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004, p.61-78.</p> <p>MARX, Karl. Teoria moderna da colonização. In: _____. O capital: crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p.295-302.</p> <p>MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (ORG.). A questão agrária no Brasil - História e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964, Vol.04. São Paulo Expressão Popular, 2005, p.21-76.</p> <p>PINASSI, Maria Orlanda. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a completude destrutiva do capital. In. _____. Da miséria ideológica à crise do capital - uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009. (Coleção Mundo do trabalho). p.61-85.</p>			

PRADO JR., Caio. Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil. In: _____. A questão agrária no Brasil. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1979. p.15-85.

PRADO JR., Caio. Nova Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil. In: _____. A questão agrária no Brasil. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1979. p.86-126.

RICARDO, David. Sobre a renda da terra. In.: _____. Princípios de economia política e tributação. 2.ed. São Paulo: Nova cultural, 1985. p.65-76. (Os economistas).

SILVA, José Graziano da. O que é Questão Agrária?, 4.ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.

SMITH, Adam. A renda da terra. In.: _____. A riqueza das nações investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol.1 São Paulo: Nova Cultural, 1996. p.185-213. (Os economistas).

SODRÉ, Nelson Werneck. A coluna prestes. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 11-75.

SODRÉ, Nelson Werneck. A expansão aurífera. In: _____. Formação Histórica do Brasil. 5.ed. Cap. 02, São Paulo: Brasiliense, 1968, p.133-142.

Bibliografia Complementar

ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil: novas questões, velhos desafios. Dados para subsidiar o debate. Disponível em: http://agrobiodiversidade.files.wordpress.com/2010/08/estudo_paulo_alentejano1.pdf. Acesso em: 01-10-2013.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A barbárie moderna do agronegócio versus a agricultura camponesa: implicações sociais e ambientais. In.: Revista GeoGraphos, Jan. 2012. Disponível em: <http://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/articulos/agricultura-camponesa.pdf>. Acesso em: 01-10-2013.

CARVALHO, Horácio Martins de. Camponês, o guardião da agrobiodiversidade. In.: DATALUTA, julho de 2013. ISSN 2177 4463. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/7artigodomes_2013.pdf. Acesso em: 01-10-13.

FURTADO, Celso. A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro. In.: _____. Análise do “modelo” brasileiro. 8.ed. São Paulo: Civilização brasileira, 1986. p. 89-122.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Orientador: Bernardo Mançano Fernandes, Presidente Prudente: 2008. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2008/girardi_ep_dr_prud.pdf. Acesso em: 01-10-2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. Cap.8, São Paulo: FFLCH, 2007.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil. Publicado aos 29 de dezembro de 2010 por Land Research Action Network LRA; Disponível em: <http://www.landaction.org/spip.php?article587=en>. Acesso em: 01-10-2013.

SILVA, Sérgio S. Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo. São Paulo: Polis, 1981.

SMITH, Roberto. Enquadramento conceitual da propriedade fundiária na formação colonial escravista. In.: _____. Propriedade da terra e transição – estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1990. p. 132-161.

VINHAS, Moisés. Problemas agrário-camponeses do Brasil – 1968. In.: STÉDILE, João Pedro (ORG.). A questão agrária no Brasil - o debate tradicional: 1500-1960, São Paulo: Expressão Popular. 2005. p.127-168.

Ciência Política	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:			Pré-Requisitos:
<p>Ementa: A constituição da Ciência Política e a formação do Estado moderno e da sociedade civil. Teoria política clássica. As contribuições da Ciência Política para a análise do Estado brasileiro. Debate contemporâneo e as questões da democracia, cidadania, autocracias e socialismo.</p>			
<p>Bibliografia Básica</p> <p>WEFFORT, Francisco C. (organizador). Os clássicos da política. São Paulo: Ática, 2007, 14ª ed.. Volume 01.</p> <p>MAQUIAVEL Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Editora Martin Claret, 1ª ed., 2002.</p> <p>ARISTÓTELES, Política, Brasília, Editora UnB, 1988, Livros I, III, IV.</p> <p>HOBBS, T., Leviatã, São Paulo, Abril Cultural, col. Os Pensadores, Primeira Parte, caps. XIII-XV, Segunda Parte, caps. XVI-XXI e XXIV-XXX.</p> <p>LOCKE, J., Segundo tratado sobre governo e outros escritos, Petrópolis, Vozes, 1994, p. 79-234.</p> <p>MONTESQUIEU, Do espírito das leis, in WEFFORT, F., (org.), Os clássicos da política, cit., vol. 1, p. 120-183.</p> <p>ROUSSEAU, J-J., Discurso sobre a desigualdade e O contrato social, São Paulo, Abril Cultural, col. Os Pensadores. COUTINHO, C. N., Crítica e utopia em Rousseau, in Lua Nova. Revista de cultura e política, nº38, 1996, p.5-,30.</p> <p>HEGEL, G. W. F., Filosofia do espírito, in WEFFORT, F. (org.), Os clássicos da política, cit. vol. 2, p. 101-148.</p> <p>HEGEL, G. W. F. A razão na história, São Paulo, Moraes, 1990, p. 41-130.</p> <p>COUTINHO, C. N., A dimensão objetiva da vontade geral em Hegel, in Lua Nova, nº 43, 1998, p. 59-75. COUTINHO, C. N., Marxismo e política. A dualidade dos poderes e outros escritos, São Paulo, Cortez, 2008, caps. 1 e 2.</p> <p>LENIN, V. I. O que fazer?, São Paulo, Expressão popular, 2014.</p> <p>_____, Imperialismo, fase superior do capitalismo, São Paulo, Expressão popular, 2014.</p> <p>_____, Estado e revolução, São Paulo, Expressão popular, 2014. MARX, K., e ENGELS, F., Manifesto do Partido Comunista</p> <p>MARX. K., Prefácio à Contribuição à crítica da economia política.</p> <p>_____, O dezoito de Brumário.</p> <p>ENGELS, F., A origem da família da propriedade privada e do Estado.</p> <p>_____, Introdução a Karl Marx, As lutas de classe na França, in Marx-Engels, Obras escolhidas, São Paulo, AlfaÔmega, 1980, vol. 1 p. 104-120.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>PLATÃO. A república, Rio de Janeiro, Ediouro, 1993, Livros V, VIII e IX.</p> <p>BOBBIO, N., A questão das formas de governo, Brasília, Editora UnB, 1980, caps. I, II, III e IV.</p> <p>CHEVALIER, J-J., História do pensamento político, Rio de Janeiro, Guanabara, 1990, tomo 1, p. 21-134. BIGNOTTO, N., Maquiavel republicano, São Paulo, Loyola, 1991.</p> <p>SKINNER, Q., Maquiavel, São Paulo, Brasiliense, 1988.</p> <p>LOCKE, J., Segundo tratado sobre governo e outros escritos, Petrópolis, Vozes, 1994, p. 79-234.</p> <p>BOBBIO, N., O modelo jusnaturalista, in BOBBIO, N. e BOVERO, M., Sociedade e Estado na filosofia moderna, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 13-100.</p> <p>_____, Thomas Hobbes, Rio de Janeiro, Campus, 1991, caps. 2 e 3. GOUGH, J. W., Introdução a Locke, J., Segundo tratado, cit., p. 9-47.</p> <p>MACPHERSON, C. B., A teoria política do individualismo possessivo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, caps. II e V. ALTHUSSER, L., Maquiavel, a política e a história, Lisboa, Presença, 1977.</p> <p>ARON, R. Charles Louis de Sécondat, Barão de Montesquieu, in Id., Etapas do pensamento sociológico, São Paulo, Martins Fontes, 1982, p. 19-67.</p>			

MERQUIOR, J. G., Rousseau e Weber, Rio de Janeiro, Guanabara, 1990, p. 15-94. SALINAS FORTES, L. R., Rousseau: o bom selvagem, São Paulo, FTD, 1989 KONDER, L., Hegel. A razão quase enlouquecida, Rio de Janeiro, Campus, 1991.

MARCUSE, H., Razão e revolução. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, Primeira Parte, caps. 6 e 7.

COUTINHO, C. N., Marxismo e política. A dualidade dos poderes e outros escritos, São Paulo, Cortez, 2008, caps. 1 e 2.

McLELLAN, D., Karl Marx. Vida e pensamento, Petrópolis, Vozes, 1990.

RIAZANOV, D., Marx, Engels e a história do movimento operário, São Paulo, Global, 1984.

FERNÁNDEZ BUEY, F., Marx (sem ismos), Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004.

KAUTSKY, K., A ditadura do proletariado, in Kautsky-Lenin, A ditadura do proletariado/A revolução proletária e o renegado Kautsky, São Paulo, Ciências Humanas, 1979, p. 3-87.

LUXEMBURGO, R., A revolução russa, Petrópolis, Vozes, 1991.

FERNANDES, F., (org.) Lenin, São Paulo, Ática, col. Os grandes cientistas sociais, 1978.

BOBBIO, N., Liberalismo e democracia, São Paulo, Brasiliense, 1987.

WOOD, E. M., Democracia contra capitalismo, São Paulo, Boitempo, 2003, p. 155-251.

BURKE, E., Considerações sobre a revolução francesa, in WEFFORT, F. (org.) Os clássicos da política, cit. vol. 2, p. 13-45

CONSTANT, B., Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos, in Filosofia política, Porto Alegre, LePM Editores, n. 2, 1985, p. 9-25.

STUART MILL, J., Textos, in Os clássicos da política, cit., vol. 2 p. 189-223.

Neoliberalismo no Brasil	C.H. Total	60	C.H. Distância
--------------------------	------------	----	----------------

Equivalência:	Pré-Requisitos: Economia Brasileira II
---------------	--

Ementa: Neoliberalismo no Brasil: antecedentes, implementação e aprofundamento.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Monica Piccolo. Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Niterói-RJ: 2010. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense.

BATISTA, Paulo Nogueira Batista. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas Latino-Americanos. Caderno Dívida Externa. n. 6, PEDEX, São Paulo, 1994.

BELLUZZO, Luis Gonzaga; COUTINHO, Renata (Orgs.). Desenvolvimento capitalista no Brasil. 4. ed. Campinas: UNICAMP.IE, 1998. V.2. (30 Anos de Economia UNICAMP, 10)

BIONDI, Aloysio. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

BRASIL. Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST). Relatório Anual da SEST em 1982. Brasília, 1983. 181 p.

BRASIL. Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST). Relatório Anual da SEST, 1983. Brasília, 1984. 139 p.

BRASIL. Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST). Relatório Anual da SEST, 1984. Brasília, 1985. 113 p.

BRASIL. Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST). Relatório de Atividades da SEST em 1982. Brasília, 1982. 196p.

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Secretaria de Controle das Estatais. Orçamento SEST – 1982; dispêndios globais das Empresas Estatais. Brasília, 1982b. 77p.

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Secretaria de Controle de Empresas Estatais. Orçamento SEST – 1984; Dispêndios Globais das Empresas Estatais. Brasília, 1984b, 153 p.

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Secretaria de Controle de Empresas Estatais. Orçamento SEST – 1985; Dispêndios Globais das Empresas Estatais. Brasília, 1985b, 116 p.

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Secretaria de Controle de Empresas Estatais. Orçamento SEST – 1986; Dispêndios Globais das Empresas Estatais. Brasília, 1986a, 124 p.

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Secretaria de Controle de Empresas Estatais. Perfil das Empresas Estatais. Brasília, volume 1, 1986.

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Secretaria de Controle de Empresas Estatais. Orçamento SEST – 1983; Dispêndios Globais das Empresas Estatais. Brasília, 1983. 128p.

BRASIL. Secretaria de Planejamento. Secretaria de Controle de Empresas Estatais. Empresas Estatais no Brasil e o controle da SEST; antecedentes e experiência de 1980. Brasília, 1981. 113p.

CAMPOS, Fábio Antonio de. A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). Campinas: 2009. Tese (Doutorado) Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas.

DAIN, Sulamis. Empresa estatal e capitalismo contemporâneo. Campinas: Editora Unicamp, 1986.

KLIASS, Paulo. O processo de criação da SEST: aspectos momentos das empresas estatais no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1989.

MARTINS, Carlos Eduardo. Estado e Capitalismo no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1977.

PAGANO, Leonardo. Endividamento externo das empresas estatais: o setor produtivo estatal durante o período 1980/85. São Paulo: FGV/EAESP, 1991. (Dissertação de Mestrado)

PRADO, Sérgio Roberto Rios do. Descentralização do aparelho de Estado e empresas estatais: um estudo sobre o setor público descentralizado brasileiro. Dissertação de Mestrado IE/UNICAMP Campinas, v.1 e v.2, 1985.

PRADO, Sérgio Roberto Rios do. Intervenção estatal, privatização e fiscalidade: um estudo sobre a constituição e crise do setor produtivo estatal no Brasil e os processos de privatização a nível mundial. Campinas: 1994. Tese (Doutorado) Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas.

PROGRAMA nacional de desestatização: relatório de atividades, 1990. Rio de Janeiro: BNDES, 1991.

PROGRAMA nacional de desestatização: relatório de atividades, 1991. Rio de Janeiro: BNDES, 1992.

PROGRAMA nacional de desestatização: relatório de atividades, 1992. Rio de Janeiro: BNDES, 1993.

PROGRAMA nacional de desestatização: relatório de atividades, 1993. Rio de Janeiro: BNDES, 1994.

PROGRAMA nacional de desestatização: relatório de atividades, 1994. Rio de Janeiro: BNDES, 1995.

PROGRAMA nacional de desestatização: relatório de atividades, 1995. Rio de Janeiro: BNDES, 1996.

PROGRAMA nacional de desestatização: relatório de atividades, 1996. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.

PROGRAMA nacional de desestatização: relatório de atividades, 1997. Rio de Janeiro: BNDES, 1998.

PROGRAMA nacional de desestatização: relatório de atividades, 1998. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. Imperialismo e Empresa Estatal no Capitalismo Dependente Brasileiro (1956-1998). Campinas: 2017. Tese (Doutorado) Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas.

RÜCKERT, Isabel Noemia Junges. Alguns aspectos das empresas estatais no Brasil. Revista Ensaios FEE. V.2, n.1, p.75-93, 1981.

TREBAT, Thomas. Uma avaliação do desempenho econômico das grandes empresas estatais no Brasil: 1965/75. In: Pesq. Plan. Econ. Rio de Janeiro, 10(3), p.813-850, dez. 1980.

VILLELA, Annibal. As empresas do governo federal e sua importância na economia nacional 1956/1960. Revista Brasileira de Economia. Ano 16, no. 1, março de 1962.

VILLELA, Annibal. Empresas do governo como instrumento de política econômica: os Sistemas SIDERBRÁS, ELETROBRÁS, PETROBRÁS e TELEBRÁS. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1984.

WERNECK, Rogério Furquim. A questão do controle da necessidade de financiamento das empresas estatais e o orçamento de dispêndios globais da SEST. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 16(2), 381 a 412, ago. 1986.

WERNECK, Rogério Furquim. Aspectos macroeconômicos da privatização no Brasil. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 19(2), 277 a 308, ago. 1986.

WERNECK, Rogério Furquim. Empresas estatais controle de preços e contenção de importações. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, v. 40, no 1, p.37-62, jan./mar. 1986.

WERNECK, Rogério Furquim. Empresas estatais e política macroeconômica. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

WERNECK, Rogério Furquim. Uma análise do financiamento e dos investimentos das empresas estatais federais no Brasil, 1980 - 1983. Texto para Discussão. N. 79, Departamento de Economia,

PUC/RJ, Outubro de 1984.

Bibliografia Complementar

- BAER, Monica. A internacionalização financeira no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BAER, Monica. O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. Formação de capital e transferência de recursos ao exterior. Revista de Economia Política. Vol. 7, no. 1, janeiro-março/1987.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira; RANGEL, Armênio de Souza. A renegociação da dívida externa brasileira e o Plano Brady: avaliação de alguns dos principais resultados. Caderno Dívida Externa. n. 7, PEDEX, São Paulo, 1994.
- BATISTA, P. N. et al. Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CAMPOS, Fábio Antonio de. Complexo multinacional e a Lei de Remessas de Lucro (1956-1973). Texto para discussão, n. 245, Instituto de Economia Unicamp, 2014. CAMPOS, Fábio Antonio de. Imperialismo e Internacionalização dos Mercados Latino-Americanos nos Anos 1950. Economia Ensaios, v. 30, p. 7-34, 2015.
- CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. In: Texto para discussão. IE/UNICAMP: Campinas, n. 200, jan.2012.
- CARDOSO, A. M. A Embraer e a questão nacional. Campinas: 2018. Tese (Doutorado) Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas.
- CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.
- CAVALCANTI, Carlos Brandão. Transferência de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna. Rio de Janeiro, BNDES, 1988.
- CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. Revista Economia e Sociedade. Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, n. 5, dez. 1995.
- CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORAZZA, Gentil. Dívida interna: o Estado paga a conta. Ensaios FEE. Porto Alegre, 6(2): 171-182, 1985.
- CRUZ, P.D. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. In: Nova Economia. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, ago. 1995.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado ação política, poder e golpe de classe. 5. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1987.
- FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. 3 ed., São Paulo: Boitempo, 2006.
- FURTADO, Celso. ABC da dívida externa: o que fazer para tirar o país da crise financeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1989.
- GENNARI, Adilson Marques. Réquiem ao capitalismo nacional: lei de remessa de lucros no Governo Goulart. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.
- HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- LESSA, Carlos. A estratégia de desenvolvimento, 1975/76; sonho e fracasso. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998. (30 Anos de Economia UNICAMP, 5).
- LESSA, Carlos. Visão Crítica do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Revista Tibiriçá. n.6, jan.-mar. 1977.
- MAGDOFF, Harry. A era do imperialismo. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MANDEL, Ernest. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. Acumulação monopolista e crises no Brasil. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 1979.

MICHALET, Charles-Albert. O capitalismo global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RIBEIRO JR. Amaury. A privatária tucana. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o Golpe 64. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

WELLS, John. Euro-dólares, dívida externa e o milagre brasileiro. Estudos CEBRAP. (6), outubro-dezembro 1973.

A Política Econômica dos Governos do PT

C.H. Total

60

C.H. Distância

Equivalência:

Pré-Requisitos: Economia Brasileira II

Ementa: Política econômica dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e seus desdobramentos no Brasil.

Bibliografia Básica

BELLUZZO, L.G.M.; BASTOS, P. P. Z. Austeridade para quem? balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff. São Paulo: Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

BELLUZZO, L.G.M.; GALÍPOLO, G. Manda quem pode, obedece quem tem juízo. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

BERNARDO, J. Nunca antes na História deste país: dossiê sobre economia brasileira publicado no Passa Palavra. Salvador: Autonomia, 2018.

BOITO JR., A., Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp/São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CAGNIN, R.F. et al. (2013) A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 169-185, nov. 2013.

CARLEIAL, L.M.F. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. Estudos Avançados, v. 29, n. 85, p. 201-214, dez./2015.

CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. (orgs.). Para além da política econômica. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2018. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/para-alem-da-politica-economica.pdf>.

CARVALHO, L. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CURADO, M. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. Economia & Tecnologia, Ano 07, volume especial, 2011.

GENTIL, D.; HERMANN, J. A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso. Economia e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 3 (61), p. 793-816, dez. 2017.

GONÇALVES, R.; FILGUEIRAS, L. A economia política do Governo Lula. São Paulo: Contraponto, 2007.

IASI, M. Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural. São Paulo: ICP, 2017.

MAGALHÃES, J. P. A. et al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed Garamond, 2010.

MARQUES, R. M.; FERREIRA, M. R. J. (orgs.). O Brasil sob a nova ordem – a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, ROSA, R. M.; MENDES, A. (orgs.). O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 1 (101), pp. 58-74 janeiro-março/2006.

MORAES, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011.

PAULA, J. A. (org.) A economia política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PAULA, J. A. (Org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 224 p.

PAULA, M. "Nunca antes na história desse país...?": um balanço das políticas do governo Lula. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll, 2011.

PAULANI, L. Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

SADER, E. (org.), Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SAMPAIO JR., P. A. Crônica de uma crise anunciada. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

SCHINCARIOL, V.E. Economia e política econômica no governo Dilma (2011-2014): uma história político-econômica da primeira administração de Dilma Rousseff. São Paulo: Raízes da América, 2016.

SINGER, A.; LOUREIRO, I. (orgs.). As contradições do lulismo: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

Bibliografia Complementar

BENAKOUCHE, R. Bazar da dívida externa brasileira. São Paulo: Boitempo, 2013.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. Texto para discussão. IE/UNICAMP: Campinas, n. 200, jan. 2012.

GOMES, H. A plataforma Brasil frente à crise do capital: um balanço da primeira década do século XXI. Vitória, 2009.

JENNINGS, A.; ROLNIK, R.; LASSANCE, A. et ali. Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

JURGENFELD, V. F.; RODRIGUES, C. H. L. Celso Furtado e Subdesenvolvimento: uma crítica às novas interpretações desenvolvimentistas no Brasil dos anos 2000. Cadernos do Desenvolvimento, Centro Celso Furtado. Rio de Janeiro: vol. 11, n. 18, jan-jun., 2016.

POCHMANN, M. Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012. 123 páginas.

MARICATO, E. et ali. Cidades Rebeldes - Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARQUES, R. M.; MENDES, Á. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 3-15, 2004.

MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. A política econômica do governo Lula: como mudar para ficar no mesmo. Revista Tiers Monde, Paris: Sorbonne, n. 189. 2005.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALVADOR, E. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

SAMPAIO JR., P. A. S. Globalização e Reversão Neocolonial. Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopia. Buenos Aires: Clacso, 2007.

SICSÚ, J. (Org.). Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?). São Paulo: Boitempo, 2007.

Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisitos: ECO017		
<p>Ementa: Desenvolvimento sustentável. Economia dos recursos naturais e da poluição: economia neoclássica e abordagens alternativas. Valor econômico do meio ambiente e custo da proteção ambiental.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>ANDRADE, D.C. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. Leituras de Economia Política, n.14, p. 1-31, 2008.</p> <p>CALLAN, S.J.; THOMAS, J.M. Economia Ambiental. Aplicações, Políticas e Teoria. Cengage, 2016. 240 p.</p> <p>FIELD, B.C.; FIELD, M.K. Introdução à Economia do Meio Ambiente. AMGH Editora, 2014. 383 p.</p>			

MAY, P.H. (org.) Economia do meio ambiente. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 379 p.
 PILLET, G. Economia Ecológica. Instituto Piaget, 1997. 222 p

Bibliografia Complementar

MORAES, O.J. de. Economia Ambiental. Instrumentos Econômicos para o desenvolvimento sustentável. Centauro, 2009. 224 p.
 MOTTA, R.S. da. Economia ambiental. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. 225 p.
 VEIGA, J. Economia Socioambiental. São Paulo: SENAC, 2014. 384 p.
 MEADOWS, D.H. et al. Limites do crescimento econômico. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. 203 p.
 MEADOWS, D.H. *Limits to growth: the 30-year update*. Chelsea Green Publishing, 2012. 338 p.

Teoria do Comércio Internacional	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência: ECO056			Pré-Requisitos: ECO017

Ementa: Modelos de comércio internacional: Ricardiano; Fatores Específicos; Heckscher-Ohlin; Economia de Escala e Concorrência imperfeita. Políticas de comércio. Câmbio, Balanço de pagamento: conceituação e ajustamentos.

Bibliografia Básica

BAUMANN, Renato, Otaviano CANUTO e Reinaldo GONÇALVES, Economia Internacional, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
 KRUGMAN, P.R.; OBSTFELD, M. Economia Internacional: Teoria e Política. Pearson Addison Wesley, 2005.
 RICARDO, D. Princípios de Economia Política e Tributação. (Col. Os economistas), São Paulo: Abril Cultural, 1983.
 SMITH, A. A Riqueza das Nações: investigando sobre sua natureza e suas causas. (Col. Os economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
 WILLIAMSON, J. A. Economia Aberta e a Economia Mundial: um texto de economia internacional. Editora Campus. 1996.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, M.A. de & SILVA, C.R.L. Economia Internacional. Editora Saraiva, 2000.
 DOMINICK, S. Economia Internacional. Rio de Janeiro: LTC Ed., c2000.
 FREITAS, S.G. Economia Internacional: pagamentos internacionais. São Paulo: Atlas, 1979.
 LIMA-CAMPOS, A.; THORSTENSEN, V. Os rumos do comércio internacional. In: Política Externa, v.19, n.3, Dez/Jan/Fev 2010.
 KINDLEBERGER, C.P. Economia Internacional. São Paulo: Mestre Jou, 1974. MAIA, J.M. Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 2007.
 SAVASINI, A.A.; MALAN, P.S.; BAER, W. (org.). Economia Internacional. São Paulo: Saraiva, 1979.
 THORSTENSEN, V. A Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre comércio, meio ambiente e padrões sociais. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 41 (2): 29-58. 1998.

História Econômica IV	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:		Pré-Requisitos: História Econômica III	

Ementa: Crise dos anos 1970; “fim da história”? "mundialização do capital"; financeirização; crise do Socialismo real; o crash de 2008; China.

Bibliografia Básica

AMIN, Samir. A implosão do Capitalismo Contemporâneo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.
 ANDERSON, Perry. O fim da História: De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

- ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BELLUZZO, Luiz. G. Os antecedentes da Tormenta: origens da crise global. Campinas: Unesp/Facamp, 2009.
- BRENNER, Robert. O Boom e a Bolha. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.
- CALLINICOS, Alex. A vingança da História: O marxismo e as revoluções do Leste Europeu. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.
- CHESNAIS, François. A mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François *et al.* A finança capitalista. São Paulo: Alameda, 2010.
- COGGIOLA, Osvaldo. A revolução chinesa. São Paulo: Moderna, 1995.
- COGGIOLA, Osvaldo. Imperialismo e Guerra na Iugoslávia. São Paulo: Xamã, 1999.
- COGGIOLA, Osvaldo. A Crise global: Uma abordagem do período de 2007 a 2012. Porto Alegre: Pradense, 2012.
- FERNANDES, Luís. URSS: Ascensão e Queda. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.
- FIORI, José L. & TAVARES, Maria C. Poder e Dinheiro. Petrópolis- RJ: Vozes, 1997.
- GORENDER, Jacob. O fim da URSS: Origens e fracasso da Perestroika. São Paulo: Atual, 1992.
- GOWAN, Peter. A roleta global. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.
- JABBOUR, Elias. China hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.
- KURZ, Robert. O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- MARTIN, Hans-Peter & SCHUMANN, Harald. A armadilha da Globalização: O assalto à democracia e ao bem-estar social. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1998.
- MAZZUCHELLI, Frederico. As ideias e os fatos: Ensaio em Teoria e História. São Paulo: Unesp, 2017.
- MÉSZÁROS, István. Para além do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo: 2009.
- MORRIS, Charles. O crash de 2008. São Paulo: Aracati, 2009.
- POMAR, Vladimir. A revolução chinesa. São Paulo: Unesp, 2002.
- SAMPAIO JR, Plínio (Org.). Capitalismo em Crise. São Paulo: Sundermann, 2009.
- SORAES, Jurandir. Iugoslávia: Guerra Civil e desintegração. São Paulo: Novo Século, 1999.

Bibliografia Complementar

- COELHO, Lauro M. O fim da União Soviética. São Paulo: Ática, 1996.
- FIORI, José Luís (org). Estados e Moedas. Petrópolis: Vozes, 1997.
- JABBOUR, Elias. CHINA: Infra estrutura e crescimento econômico. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIC, Nelson B. Desintegração do Leste: URSS, Iugoslávia e Leste Europeu. São Paulo: Moderna, 1998.
- POMAR, Vladimir. China: O dragão do século XXI. São Paulo: Ática, 2005.
- REIGOTA, Marcos. Iugoslávia: registros de uma barbárie anunciada. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- SEGRILLO, Ângelo. O declínio da URSS: Um estudo sobre as causas. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- VICENTINO, Cláudio. Rússia: Antes e depois da URSS. São Paulo: Scipione, 2018.

Economia Política da Cepal	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisitos: ECO013		

Ementa: Origem da Cepal; a teoria da deterioração dos termos de troca; a interpretação do processo de industrialização latino-americano; o papel do Estado e a sua contribuição sobre o planejamento; a teoria da inflação estrutural; as críticas à Cepal.

Bibliografia Básica

- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, Vols.1 e 2, 2000.
- BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BRAGA, M. B. Raúl Prebisch e o livre comércio: as origens do pensamento econômico estruturalista. Revista Prolam, v.1, 2009.
- CARDOSO, F. H. As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Editora Vozes/co-edição Cebrap, 1980.
- COUTO, J. M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. Economia e Sociedade, v. 16, n.1 (29), abr/2007, p. 45-64.
- COUTO, J. M. Raúl Prebisch e a concepção e evolução do sistema centro-periferia. Revista de Economia Política, 37 (1), 2017.
- DOSMAN, E. J. Raúl Prebisch (1901-1986) – A construção da América Latina e do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- FIGUEIREDO, F. As transformações do pós-guerra e o pensamento econômico da Cepal. Revista de Economia Política, vol. 10, n. 4 (40), out/dez, 1990.
- HIRSCHMAN, A. Ideologias do desenvolvimento econômico na América Latina. In: HIRSCHMAN (Org.) Monetarismo vs. Estruturalismo: um estudo sobre a América Latina. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.
- LOVE, J. A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- O'CONNEL, A. O retorno da vulnerabilidade e as reflexões iniciais de Raúl Prebisch sobre “el ciclo económico argentino. Revista Economia e Sociedade, Campinas (16): 1-26, jun/2001.
- OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PEREIRA, V. V. A produção da relação centro e periferia no pensamento econômico: das teses marxistas do imperialismo capitalista às teorias da dependência. Tese. Cedeplar – UFMG, 2015. Cap. 2.
- PINTO, A. A inflação recente no Brasil e na América Latina. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- PREBISCH, R. O manifesto latino-americano e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- RODRÍGUEZ, O. Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1981.
- SIMONSEN, R. O Planejamento da economia brasileira. In: A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- SUNKEL, O. O marco histórico do processo desenvolvimento-subdesenvolvimento. São Paulo: Difel/Forum, 1975.

Bibliografia Complementar

- GURRIERI, A. La obra de Prebisch en la Cepal. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- KEYNES, J. M. A Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda. Nova Cultural: São Paulo, 1996.
- LIST, F. Sistema nacional de economia política. São Paulo: Abril cultural, 1983.
- LOVE, J. Las fuentes del estructuralismo latinoamericano. El trimestre Económico, México, v. 36, n. 141, abr-jun/1996.
- MANOILESCO, M. Theoria do proteccionismo e da permuta internacional. São Paulo: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1931.
- MORAES, R. C.C. Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal. São Paulo: Ática, 1995.
- PERROUX, F. O conceito de polos de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (org.) Economia Regional – textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.
- PREBISCH, R. Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. El Trimestre Económico, México, v. 50, n. 198, 1983. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/2610>.

RODRÍGUEZ, O. Las interpretaciones del desarrollo de América Latina. Notas de classe. Ilpes, programa de capacitação, n/d.
 SAMPAIO Jr., P. A. Origem e desdobramento da crise da teoria do desenvolvimento na América Latina. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.13, n.1-2, jan/jun, 1999.

Economia Regional e Urbana	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:		Pré-Requisitos: ECO013	

Ementa: O conceito de espaço; espaço e desenvolvimento; enfoques sobre o desenvolvimento regional; o debate da questão regional e urbana no Brasil; a urbanização brasileira.

Bibliografia Básica

AFFONSO, R. B. A; SILVA, P. L. B. Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
 AZEVEDO, A. Vilas e cidades no Brasil colonial. Revista Terra Livre, n. 19, jan-jul, 1992.
 BENKO, G. A Ciência Regional. Portugal: Oeiras, 1999.
 BENKO, G. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1999.
 BRANDÃO, C. A. Território e Desenvolvimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
 BREITBACH, A. C. M. Estudo sobre o conceito de região. Revista FEE, n. 13, ago/1988. Cap. 1.
 CANO, W. Descontração Produtiva Regional do Brasil - 1970-2005. São Paulo: Unesp, 2008.
 CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.
 CANO, W. Novas determinações sobre a questão regional e urbana após 1980. Texto para Discussão. Campinas: IE.UNICAMP, n. 193, jul. 2011.
 FARIA, V. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. Estudos Cebrap, n. 18, 1968, p. 91-116.
 HARVEY, D. A justiça social e a cidade. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
 HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
 LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro Editora, 2008.
 MARICATO, E. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. In: RIBEIRO, L. C. Q.; JUNIOR, O. A. S. As metrópoles e a questão social brasileira. São Paulo: Editora Revan, 2007.
 MARICATO, E. Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada. In: WANDERLEY, L. E.; RAICHELIS, R. (Orgs.). A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública. São Paulo: Educ, 2009.
 SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2013.
 SANTOS, M. A urbanização desigual. São Paulo: Edusp, 2010.
 SANTOS, M. Espaço e método. São Paulo: Edusp, 2014.
 SINGER, P. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo: Nacional, 1968.
 SMOLKA, M. O. O espaço do espaço na teoria econômica. Literatura Econômica, Rio de Janeiro, IPEA, 5(6): 705-728, nov./dez., 1983.
 SMOLKA, M. O. O espaço no paradigma neoclássico: notas críticas. Estudos Econômicos. v. 14, nº 3, p. 767-784. set/dez 1984.
 SOJA, E. W. Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Bibliografia Complementar

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
 BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. Revista Paranense de Desenvolvimento, n. 107, p. 57-76, jul.-dez. 2004.

CANO, W. Furtado: a Questão Regional e a Agricultura Itinerante no Brasil. IN: CANO, W. Ensaios sobre a Formação Econômica Regional do Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

CANO, W. Questão regional e urbana no Brasil: alguns impasses atuais. In: DINIZ, C. C. (Orgs). Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil. Brasília: Editora UnB, 2007.

LOBATO CORREIA, R. O que é espaço urbano? Quem produz o espaço urbano? In: Espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

SMITH, N.; ROLNIK, R.; ROSS, A.; DAVIS, M. Después del neoliberalismo: ciudades y caos sistémico.

VAINER, C. B. Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial. In: DINIZ, C. C. (Org.). Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil. Brasília: Editora UnB, 2007.

Economia Política III	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisitos: ECO012	

Ementa: Teoria e história do imperialismo: clássico, do pós-guerra e contemporâneo. Desenvolvimento Desigual e Combinado: Esferas nacionais, regionais e global da concentração e centralização de capital. Constituição dos oligopólios na produção, comércio e no sistema creditício. Sociedades Anônimas, capital bancário e o debate clássico sobre capital financeiro e oligarquia financeira. Estado, indústria bélica e acumulação de capital. Divisão internacional do trabalho, fluxos comerciais, fluxos de capitais e fluxos de rendimentos. Capital financeiro e imperialismo: debate contemporâneo. Hegemonia estadunidense, dólar e poder bélico. Geopolítica internacional: fricções e alianças inter e intra blocos regionais. Crises do capital. Estado, endividamento, austeridade e as contradições do neoliberalismo no âmbito da economia mundial.

Bibliografia Básica

BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. Capitalismo monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BRENNER, R. O boom e a bolha: os Estados Unidos na Economia Mundial. Editora Record, 2003.

BUKHARIN, N. I. A economia mundial e o imperialismo. São Paulo: Abril Cultural. 1986.

CALLINICOS, A. "Imperialism and Global Political Economy". International Socialism Journal, 2005. Versão em Português: socialismosemfronteiras.wordpress.com/2014/04/21/o-imperialismo-e-a-economia-politica-global-alex-callinicos-2/.

GOWAN, P. A Roleta Global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo. Editora Record, 2002.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.

HILFERDING, R. O capital financeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOBBSBAWM, E. A era dos impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSBAWM, E. J. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

HOBSON, J. A. A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LENIN, V. I. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUXEMBURGO, R. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MAGDOFF, H. Imperialismo: da Era colonial ao presente. Editora Zahar, 1979.

MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PANITCH, L; GINDIN, S. "Capitalismo global e império norte-americano". In: Socialist register 2004: O novo desafio imperial. 1. Ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SCHUMPETER, J. Imperialismo e classes sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

WOOD, E. M. O império do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

Bibliografia Complementar

- ADREUCCI, F. A questão colonial e o imperialismo. In: HOBSBAWM, E. História do Marxismo. Volume 4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- AMARAL, M. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese de doutorado, USP, São Paulo-SP, 2012.
- ARRIGHI, G. *Adam Smith in Beijing: lineages of the 21st century*. Verso, 2008.
- BOND, P.; GARCIA, A. (org.) *BRICS: an anti-capitalist critique*. Pluto Press, 2015.
- BONEFELD, W.; HOLLOWAY, J. *Global Capital, National State and the Politics of Money*. Palgrave Macmillan, 1996.
- BORÓN, A. "A questão do Imperialismo". In A teoria marxista hoje, CLACSO, 2007. Disponível em: www.biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715085933/cap23.pdf.
- BORÓN, A. Império & imperialismo. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- BRENNER, R. "What is and what is not imperialism?". *Historical Materialism*, 14 (4): 79-105, 2006.
- BREWER, A. *Marxist theories of imperialism: a critical survey*. 2nd edition. Routledge, 1990. Disponível em: www.psi424.cankaya.edu.tr/uploads/files/Brewer,%20Marxist_Theories_of_Imperialism.pdf.
- BRUNHOFF, S. *State, Capital and Economic Policy*. Pluto Press, 1978.
- CALLINICOS, A. *Imperialism and global political economy*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- CAMPOS, F. A.; SABADINI, M. "Hilferding e o nexó imperialista entre capital financeiro e exportação de capital". Texto para discussão, IE/Unicamp, n. 243, 2014.
- CASTELLS, M. A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- CHESNAIS, F. *The economic foundations of contemporary imperialism. Historical materialism*, v15, n3, p. 121-142, 2007.
- CHESNAIS, F. *Finance Capital Today*. Brill, 2016.
- CLARKE, Si. *The State Debate*. Capital and Class: Macmillan series, 1991.
- CORIAT, B. "O novo regime de propriedade intelectual e a sua dimensão imperialista: implicações para as relações Norte/Sul". In: CASTRO, A. C. (Org.), *Desenvolvimento em Debate: Novos Rumos para o Desenvolvimento no Mundo*, BNDES, Mauad Ed. Ltda., Rio de Janeiro, 2002.
- CORRÊA, H. F. de S. Teorias do imperialismo no Século XXI: (in) adequações do debate no marxismo. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2012.
- DEL ROIO, M. "A mundialização imperialista". *Lutas Sociais* n.11/12, 2004. Disponível em: www.revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18695/pdf.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. "O imperialismo na era neoliberal". *Crítica Marxista*, n. 18, 2004.
- EICHENGREEN, B. *Privilégio Exorbitante: ascensão e queda do dólar e o futuro do Sistema Monetário Internacional*. Elsevier, 2011.
- EMMANUEL, A.; AMIN, S.; BETTELHEIM, C.; PALLOIX, C. *Imperialismo y Comercio Internacional*. Siglo XXI, 1973.
- EMMANUEL, A. *El Intercambio Desigual*. Siglo XXI, 1979.
- EPSTEIN, G. (org.) *Capital flight and capital controls in developing countries*. EE, 2005.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1973] 1981.
- FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- FINE, B. "Financialization from a Marxist Perspective", *International Journal of Political Economy* 42:4, 47-66, 2013.
- FIORI, J. L. "A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul". *Oikos*, vol 8 ano VI, pp.77-106, 2007. Disponível em: revista.oikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/10/6.
- FOSTER, J. B. "The New Imperialism of Globalized Monopoly-Finance Capital", *Monthly Review*, Jul/Aug 2015, 67/ 3, 2015.
- FRANK, A. G. "The Underdevelopment of Development". *Monthly Review* (18) 4, pp. 17-31, 1966.
- GALISSOT, R. O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos. In: HOBSBAWM,

E. História do Marxismo. Volume 8. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONTIJO, C.; OLIVEIRA, F.A. A Crise da União Europeia (*Why Pigs Can't Fly*). 1ª ed. CORECON/ASSEMBG, 2012.

HEADRICK, D. *The tools of Empire: Technology and European Imperialism in the 19th Century*. Oxford University Press, 1981.

HEADRICK, D. *The tentacles of Progress: technology transfer in the age of imperialism 1850-1940*. Oxford University Press, 1988.

HOBSON, J. A. Estudio del imperialismo. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. (org.) *State and Capital: a Marxist debate*. Edward Arnold, 1978. Disponível em: www.libcom.org/files/State%20and%20Capital%20-%20A%20Marxist%20Debate.pdf.

IANNI, O. Teorias da Globalização. 9. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Disponível em: www.docslide.com.br/documents/ianni-otavio-teorias-da-globalizacao.html.

ITOH, M. "*Unequal Exchange Reconsidered in our Age of Globalisation*". Political Economy Research Institute - University of Massachusetts Amherst, 2007.

KATZ, C. *Bajo el imperio del capital*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2011. Disponível em: <http://lahistoriadeldia.wordpress.com/2012/10/19/claudio-katz-bajo-el-imperio-del-capital-descargar-libro/>

KAUTSKY, K. "O imperialismo (1913-1914)". In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.) *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KEMP, T. A revolução industrial na Europa do século XIX. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1985.

KEMP, T. *Industrialisation in the non-western world*. Routledge, 2nd edition, 1989.

LANDES, D. S. Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

LAPAVITSAS, C. *Beneficios sin producción: cómo nos explotan las finanzas*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

LEITE, L. de M. O capital no mundo e o mundo do capital. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2017.

LENIN, V.I. *Cuadernos sobre el imperialismo*. Obras Completas. Tomo 28. Moscou: Editorial Progreso, 1986.

LO, Dic. "*Developing or Under-developing? Implications of China's „Going out“ for Late Development*", SOAS Department of Economics Working Paper No. 198, London: SOAS, University of London, 2016. Disponível em: www.soas.ac.uk/economics/research/workingpapers/file113670.pdf.

LÖWY, M. "A teoria do desenvolvimento desigual e combinado". Outubro, Edição 1, pp.73-80, 1998.

LUPATINI, M. O Capital em sua plenitude: alguns traços principais do período contemporâneo. Tese de doutorado, UFRJ-RJ, Brasil, 2015.

MAGDOFF, H.; SWEEZY, P. *Stagnation and the Financial Explosion*. Aakar, 2008.

MANDEL, E. "*El Capital*": cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx. Madrid: Siglo Veintiuno, 1998.

MANDEL, E. *Tratado de economía marxista*. Tomo II. 7 ed. México: Ediciones Era, 1977.

MARIATEGUI, J. C. "Ponto de vista antiimperialista". Revista Novos Rumos, pp.64-66, 1929.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo Editorial: 2017.

MARX, K. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: DIFEL, 1980.

MAZZUCHELLI, F. A contradição em processo: o capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MEDEIROS, J. L. "Quem pode com as corporações? Sobre o caráter incontrolável do grande capital". Ensaio FEE, v.33 n. 1, 2012.

MIGLIOLI, J. "A Globalização numa visão histórica". Estudos de Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara, v.6, pp.154-162, 1999. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/759/624>.

MIGLIOLI, J. "Globalização: uma nova fase do capitalismo?". Crítica Marxista, n. 3, pp. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/debate16Debate5.pdf.

MIGLIOLI, J. Acumulação de capital e demanda efetiva. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NORFIELD, T. "*Derivatives, Money, Finance and Imperialism*". Historical Materialism 21.2, 149-168,

2013.

NORFIELD, T. *The City: London and the Global Power of Finance*. Verso Books, 2016.

PANITCH, L.; GIDIN, S. "*Las finanzas y el imperio norteamericano*" em *Socialist Register*, Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PAULA, J. A. et. al. "*Finance and industrial evolution: introductory notes on a key relationship for the capitalist accumulation*". Texto para Discussão, n. 179, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002.

PERLO, V. *Militarismo e indústria: armamentos e lucros na era dos projéteis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

PINTO, N. P. A. "O capital financeiro". *Crítica Marxista*, nº. 5, 1997.

PRADELLA, L. "*Imperialism and Capitalist Development in Marx's Capital*", *Historical Materialism*, 21.2 :117-147, 2013.

PRADELLA, L. "*Marx and the Global South: connecting history and value theory*", *Sociology*, Vol. 51(1) 146–161, 2017.

PRADO, E. "Capital financeiro e capitalismo contemporâneo: qual a relação?", 2010. Disponível em: www.eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-posicao-2.pdf.

PRADO, E. "Exame crítico da teoria da financeirização". *Crítica Marxista*, n. 39, 2014.

RIBEIRO, V. L. "A expansão chinesa na África: Comércio, Investimentos e Fluxos Financeiros". *Textos de Economia*, Florianópolis, v.18, n.1, p.11-36, jan./jun.2015

RIBEIRO, V. L. "A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico". *Oikos*, vol 9 n.2, pp.13-35, 2010. Disponível em: www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/223/138.

RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Coleção "Os Economistas", Ed. Nova Cultural, 1996.

ROBERTS, M. "*Davos and the Donald*", 2018. Disponível em: www.thenextrecession.wordpress.com/2018/01/26/davos-and-the-donald/.

SAAD-FILHO, A. "*The end of the road? The global crisis and the disintegration of neoliberalism*". *Open democracy*, 08/12/2016. Disponível em: www.opendemocracy.net/alfredo-saad-filho/end-of-road-global-crisis-and-disintegration-of-neoliberalism.

SAAD-FILHO, A. "*The rise and decline of Latin-American Structuralism and Dependency Theory*". In Jomo K.S. and E.S. Reinert (eds.) *The Origins of Development Economics: How Schools of Economic Thought Have Addressed Development*. London: Zed Books and New Delhi: Tulika Books, pp. 128-145, 2005.

SABADINI, M. de S. "Sobre o conceito de capital financeiro". *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política (SEP)*, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2012. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos?conference=17&title=&author=sabadini>

SHAIKH, A. "*La Globalización y el mito del libre comercio*", Conferência da New School University, NY, 2003. Disponível em: www.anwarshaikhecon.org/sortable/images/docs/publications/international_trade/2007/1C-traduccion_de_alberto.pdf.

SHAIKH, A. *Valor, Accumulacion y Crisis: ensayos de economía política*. Tercer Mundo Editores, 1990. Disponível em:

[www.anwarshaikhecon.org/sortable/images/docs/publications/political_economy/1990/Anwar%20Shaikh%20-%20Valor%20Acumulacion%20Y%20Crisis%20\(Book\).pdf](http://www.anwarshaikhecon.org/sortable/images/docs/publications/political_economy/1990/Anwar%20Shaikh%20-%20Valor%20Acumulacion%20Y%20Crisis%20(Book).pdf).

SMITH, J. *Imperialism in the twenty-first century: Globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*. Monthly Review Press, 2016.

SMITH, T. *Globalization: a systematic Marxian account*. Brill, 2006.

SWEEZY, P. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TOUSSAINT, E.; MILLET, D. *Debt, the IMF and the World Bank*. Montly Review Press, 2010.

TURNER, N. B. et. al. "*Is China an Imperialist Country? Considerations and Evidence*", *Kersplebedeb*, 2015. Disponível em: www.bannedthought.net/International/Red-Path/01/RP-A4-IsChinaAnImperialistCountry-140320.pdf.

WALLERSTEIN, I. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. Siglo XXI, 2005.

WARREN, B. *"Imperialism and capitalist industrialisation"*. New Left Review, 1/81, September-October, 1973.

WESTRA, R.; ZUEGE, A. (ed.) *Value and the World Economy Today: production, finance and globalisation*. Palgrave Macmillan, 2003.

WOOD, E. M. "Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar". *Crítica Marxista*, 2006. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica19-A-wood.pdf.

Capitalismo Contemporâneo	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-requisito: ECO012	

Ementa: Acumulação e valorização do capital no pós-guerra. A crise do capital dos anos 1960/70. Neoliberalismo. Globalização. Financeirização. A crise capitalista atual: interpretações teóricas sobre esta crise e desdobramentos ideopolíticos.

Bibliografia Básica

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BRENNER, R. O Boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CARCANHOLO, M. *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid: Maia Ediciones, 2017.

CARCANHOLO, R. A atual crise do capitalismo. *Crítica Marxista*, n.29, p.49-55, 2009.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: GOMES, H. (Orgs.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. In: GOMES, H. (Orgs.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do "capital em geral", o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOF, S. (et al.). *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 149-182.

CHESNAIS, F. *Capitalismo de fim de século*. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

CHESNAIS, F. *Recessão mundial: o momento, as interpretações e o que está em jogo na crise*, 2009. Disponível em: <http://seminariocrise.files.wordpress.com/2009/05/recessao-chesnais.pdf>

CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

CIPOLLA, F. P.; PINTO, G. C. R. Crítica das teorias da financeirização. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 27, p. 6-28, out./2010.

DUMÉNIL, G; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FOSTER, J. B.; MAGDOFF, F. Implosão financeira e estagnação: de volta à economia real. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 24, p. 7-40, jun./2009.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GONTIJO, C., OLIVEIRA, F. A. de. *Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil*. Belo Horizonte, 2009.

GONTIJO, C., OLIVEIRA, F. A. de. *A crise da União Europeia: why pigs can't fly*. Belo Horizonte: Corecon/ASSEMG, 2012.

GOWAN, P. *A roleta global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GRESPLAN, J. A crise de sobreacumulação. *Crítica Marxista*, n.29, p.11-17, 2009

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E. J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

HOLLOWAY, J. *Keynesianismo una peligrosa ilusión: un aporte al debate de la teoría del cambio social*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2003.

KATZ, C; COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.

LAPAVITSAS, C. *El Capitalismo financiarizado: expansión y crisis*. Madrid: Maia Ediciones, 2009.

MALAGUTI, M, et. al. (Org.) *A quem pertence o amanhã? Ensaio sobre o neoliberalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MANDEL, E. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomos 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984, 1985.

McNALLY, D. *Da crise financeira à recessão: acumulação, financeirização e o declínio global*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo, n. 32, junho de 2012.

NAKATANI, P.; GOMES, H. *A natureza e as contradições da crise capitalista*. In: GOMES, H. (Orgs.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OHMAE, K. *Além das fronteiras nacionais: as empresas no século XXI: o Japão e o mundo*. São Paulo: Arteciência, 1988.

PANITCH, L.; GINDIN, S. *A Crise Atual: uma perspectiva socialista*. Revista Outubro, n. 18, p. 43-79, 1ºSem./2009.

PRADO, E. *Exame crítico da teoria da financeirização*. 16/09/2013. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2013/09/exame-crc3adtico-da-teoria-da-financeirizac3a7c3a3o.pdf>

RIBEIRO, N; MENDONÇA, A. *A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista*. Revista de Economia Política, v. 6, n. 4, p. 50-70, out./dez. 1986.

STIGLITZ, J. *Os exuberantes anos 1990: uma nova interpretação da década mais próspera da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

THOMPSON, G; HIRST, P. *Globalização em questão*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAROUFAKIS, Y. *O minotauro global*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

WRAY, L. R. *O novo capitalismo dos gerentes de dinheiro e a crise financeira global*. OIKOS, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2009.

Bibliografia Complementar

AMARAL, J. F. do et. al. *Financeirização da economia: última fase do neoliberalismo*. Lisboa: Livre, 2010.

AMIN, S. *A economia política do século XX*. In: ARBIX, G; ZILBOVICIUS, M; ABRAMOVAY, R. *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Unesp; Edusp, 2001.

BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BARROSO, A. S.; SOUZA, R. *A grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências*. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Gabrois, 2013.

BELLUZZO, L. G. de M. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Editora Unesp, 2013

BRENNER, R. *Novo boom ou nova bolha? A trajetória da economia norte-americana*. New Left Review, n. 25, 2004.

CALLINICOS, A. *Bonfire of illusions: the twin crises of the liberal world*. Polity Press, 2011.

CARCANHOLO, M.; BARUCO, G. C. C. *Crise dos anos 1970 e as contradições da resposta neoliberal*. In: *Anais... Encontro Nacional de Economia Política*, n. 11, Vitória, 2006.

CARCANHOLO, R. *Interpretações sobre capitalismo atual*. 2010. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/foro-capitalismo-en-trance/interpretacoes-sobre-o-capitalismo-atual>

CHESNAIS, F. *O fim de um ciclo: alcance e curso da crise financeira*. In: GOMES, H. (Orgs.).

Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CHESNAIS, F. (Org.). A Finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações e consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, F. (Org.). A Mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

CIPPOLLA, F. P. Interpretações marxistas da crise atual. In: Anais... Encontro Nacional de Economia Política, n. 15, UFMA, São Luís, jun./2010.

DARDOT, P; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIERCKXSENS, W. *et al.* Século XXI: crise de uma civilização. Fim da história ou começo de uma nova história? Goiânia: CEPEC, 2010.

DREIFUSS, R. A. A Época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

FERRARI FILHO, F; SILVA, G. T. F. da. A crise financeira internacional e a Grande Depressão. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo, n. 32, junho de 2012.

GALL, N. O terremoto financeiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GREENSPAN, A. Alan Greenspan: a era da turbulência: aventuras em um novonovo mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

HARMAN, C. *Zombie capitalism: global crisis and the relevance of Marx*. Chicago, 2010.

HARVEY, D. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

HYMER, S. Empresas multinacionais: a internacionalização do capital. 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

JAPPE, A. Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.

KRUGMAN, P. A crise de 2008 e a economia da depressão. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

KURZ, R. O Colapso da modernização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KURZ, R. Poder mundial e dinheiro mundial. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

LAPAVITSAS, C. Theorizing financialization. *Work, employment and society*, 25(4), 2011, p. 611–626.

LAURELL, A. C. (Org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1995.

MANDEL, E. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas/SP: UNICAMP, 1990.

MENDONÇA, A. A Crise econômica e sua forma contemporânea. Lisboa: Caminho, 1990.

MÉSZÁROS, I. A Crise Estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo / Campinas-SP: Boitempo Editorial / Editora da UNICAMP, 2002.

MICHALET, C. A. O capitalismo mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MILAN, M. A Crise financeira nos EUA: causas, consequências e desdobramentos teóricos. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo, n. 33, outubro de 2012.

MORRIS, C. R. O crash de 2008. São Paulo: Aracati, 2009.

NAKATANI, P.; HERRERA, R. Crise financeira... ou de superprodução? In: Anais... Encontro Nacional de Economia Política, n. 15, UFMA, São Luís, jun./2010.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NUNES, A. J. A. A crise atual do capitalismo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

PALLEY, T. *Financialization: What it is and Why it Matters*. Political Economy Research Institute. University of Massachusetts Amherst. Workingpaper Series, Number 153, november 2007.

PARANÁ, E. A finança digitalizada: capitalismo financeiro e revolução informacional. Florianópolis: Insular, 2016.

PEREZ, C. Grandes ondas de desenvolvimento e formas alternativas de globalização. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, n. 28, p. 102-144, fevereiro 2011.

PIKETTY, T. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SALVADOR, E. et al. (Orgs.). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.

SAMPAIO Jr., P. S. A. (org.) Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica. São Paulo: Sundermann,

2009.

SOROS, G. A crise do capitalismo. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

STIGLITZ, J. A globalização e seus malefícios. São Paulo: FuturaEditora, 2002.

STOCKHAMMER, E. *Financialisation and the slowdown of accumulation*. Cambridge Journal of Economics, n. 28, 2004.

STOCKHAMMER, E. *Financialization and the Global Economy*. WORKINGPAPER SERIES, n. 240,2010. Disponível em:

http://www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/working_papers/working_papers_201-250/WP240.pdf

TEIXEIRA, A. Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia. FIORI, J. L. Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

VARGA, E. O capitalismo do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

Trabalho, Tecnologia e Relações Sociais	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência: ECO059		Pré-requisito: ECO008	
Ementa: Processo de produção: processo de trabalho e processo de valorização. Subsunção formal e real. Tecnologia e relações sociais. Processo de produção especificamente capitalista: maquinaria e grande indústria. Métodos particulares de produção no Século XX: especificidade do taylorismo, fordismo e ohnoismo/toyotismo. Processo de produção nas últimas décadas: novas tecnologias, microeletrônica e relações sociais. Trabalho coletivo. Trabalho intelectual. Serviços.			
Bibliografia Básica			
ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. Ed. Versão Ampliada. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.			
ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. Ed. São Paulo: Boitempo, 2002.			
BELL, D. O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1979.			
BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.			
CORIAT, B. Pensar pelo avesso. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ / Revan, 1994			
GORZ, A. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.			
HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.			
KON. A. Nova Economia Política dos Serviços. São Paulo: Perspectiva, 2016.			
LAZZARATO, M.; NEGRI, A. Trabalho imaterial: formas de via e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.			
LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.			
LOJKINE, J. A revolução informacional. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2002.			
MARX, K. Capítulo VI, Inédito de <i>O Capital</i> : resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.			
MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.			
MARX, K. Manuscritos económico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.			
MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.			
MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.			

MARX, K., ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
MORAES NETO, B. R. Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
MORAES NETO, B. R. Século XX e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoismo e automação em debate. São Paulo: Xamã, 2003.
OHNO, T. O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala. Porto Alegre: Bookman, 1997.
RIFKIN, J. O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo mundo. São Paulo: M. Books, 2004.
RUBIN, I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense, 1982.
SCHAFF, A. A sociedade informática. 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
SCHWAB, K. A quarta revolução industrial. Editora Edipro, 2016.
WOMACK, J. P., JONES, D. T. e ROSS, D. A máquina que mudou o mundo. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Bibliografia Complementar

BELL, D. O advento da sociedade pós-industrial. São Paulo: Cutrix, 1979.
CASTELLS, M. A sociedade em rede. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
CORIAT, B. A revolução dos robôs: o impacto socioeconômico da automação. São Paulo: Busca Vida, 1989.
DAL ROSSO, S. Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
DINA, A. A fábrica automática e a organização do trabalho. Petrópolis: Vozes, 1987.
FLEURY, M. T. L.; FICHER, R. M. Processo e Relações do Trabalho no Brasil. São Paulo: Atlas, 1987.
GOUNET, T. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999.
GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In: _____. Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
HARDT, M.; NEGRI, A. Império. 3. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
KON, A. A produção terciária: o caso paulista. São Paulo: Nobel, 1992.
KUMAR, K. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
LANDES, D. S. Prometeu desacorrentado: transformações tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
LESSA, S. Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.
LESSA, S. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2007.
LINHART, R. Lenin, os camponeses, Taylor. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
LIPIETZ, A. Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.
LOJKINE, J. A classe operária em mutações. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
LUKÁCS, G. *Estética*. 4 Volumes. Barcelona: Grijaldo, 1967.
MANDEL, E. *“El Capital”*: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx. 2. Ed. México/Espanha/Argentina/Colombia: Siglo Veintiuno Editores, 1998.
MARX, K. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
MÉSZÁROS, I. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.
PIMENTEL, D. *et. al.* Sociologia do trabalho: organização do trabalho industrial. Lisboa: A Regra do Jogo, Edições, 1985.
PRADO, E. Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.
SCHMITZ, H.; CARVALHO, R. de Q. Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional. São Paulo: HUCITEC, 1988.
VÁRIOS AUTORES. Dossiê: Valor, Renda e “Imaterialidade” no Capitalismo. Caderno CRH,

Política e Planejamento Econômico	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-requisito: ECO004 e ECO013	

Ementas: Características Gerais. Gênese Russa/Soviética. Planejamento Econômico nas Economias Socialistas. Planejamento Econômico nas Economias Capitalistas. Planejamento Econômico e Desenvolvimento. Planejamento Econômico no Brasil. Liberalismo e Planejamento. Planejamento Econômico na contemporaneidade: Planejamento Econômico versus Políticas Econômicas: políticas de estabilização, política industrial e de desenvolvimento, política social.

Bibliografia Básica

- BANCO MUNDIAL. O Desafio do desenvolvimento. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1991. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / Banco Mundial, 1991.
- BARBOSA, F. H. Uma Exposição Introdutória na Macroeconomia Novo-clássica. *In: SILVA, M. L. F. (Org.). Moeda e Produção: teorias comparadas. Brasília: Editora UNB, 1992.*
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRANT, V. C. Notas sobre as interpretações burocráticas da burocracia ou artes na tesouraria. *Estudos CEBRAP, n. 17, p 148-160, Jul./Set. 1976.*
- CANO, W. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. *In: FIORI, J.L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.*
- COUTINHO, L; SARTI, F. Política Industrial e a retomada do desenvolvimento. *In: LAPLANE, M., COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. (Org.). Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil. São Paulo: Editora UNESP; Campinas/SP: IE-UNICAMP, 2003.*
- FRIEDMAN, M. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GALBRAITH, J. K. O Novo Estado Industrial. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- GRANEMANN, S. Previdência Complementar e o Fetiche da Gestão do Capital pelo Trabalho. *Anais...Marx e o Marxismo 2011: Teoria e Prática, Niterói, 2011.*
- GUDIN, E.; SIMONSEN, R. A controvérsia do planejamento econômico brasileira. 3. Ed. Brasília: IPEA, 2010.
- HIRSCHMANN, A. A estratégia de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-70). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- KEYNES, J. M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LANGE, O. Ensaio Sobre Planificação Econômica. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LANGE, O. O Planejamento do desenvolvimento econômico. *In: POMERANZ, L. (Org.) Oskar Lange: Economia. São Paulo: Atlas, 1987.*
- LENIN, V. A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la. *In: _____. Obras Escolhidas. Tomo 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.*
- LENIN, V. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LEWIS, A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. *In: AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.*
- MIGLIOLI, J. Introdução ao planejamento econômico. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MISES, L. Intervencionismo: uma análise econômica: Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1999.
- PAULANI, L.; PATO, C. G. Investimentos e servidão financeira: o Brasil no último quarto de século. *In: PAULA, J. A. (Org.) Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.*
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas

principais. *In: BIELSHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

RODRIGUES, L. M.; FIORE, O. Lenin e a sociedade soviética: o Capitalismo de Estado e a Burocracia (1918-1923). *Estudos CEBRAP*, n. 15, p. 26-63, jan./mar. 1976.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

STIGLITZ, J. *Os exuberantes anos 1990: uma nova interpretação da década mais próspera da história* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SUZIGAN, W. *Industrialização e política econômica: uma interpretação em perspectiva histórica.* *Política e Planejamento Econômico*, v. 5, n. 2, p. 433-74, 1975.

VILLELA, A.; SUZIGAN, W. *Elementos para discussão de uma política industrial para o Brasil.* Brasília: IPEA, Texto para Discussão, n. 421, jun. 1996.

Bibliografia Complementar

BRESSER PEREIRA, L. C. *Estado e subdesenvolvimento industrializado.* São Paulo: Brasiliense, 1977.

COUTINHO, L. *Coréia do Sul e Brasil. Paralelos, sucessos e desastres.* *In: FIORI, J.L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações.* Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

DEL ROIO, M. Lenin e a transição socialista. *Lutas & Resistência*, Londrina, n. 3, v. 2, p. 67-82, 2º sem. 2007.

DILLARD, D. *A teoria econômica de John Maynard Keynes.* 7. Ed. 1993. Capítulo XII.

FIORI, J.L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações.* Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico.* São Paulo: Nova Cultural, 1986.

HAYEK, F. *Direito, Legislação e Liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política.* Volume II. São Paulo: Visão, 1985.

HAYEK, F. *O Caminho da Servidão.* 5.ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HIRSCHMANN, A., *Projetos de desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

LENIN, V. *O que fazer?* *In: _____.* Obras Escolhidas. Tomo 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

LEWIS, W. A. *Teoria de laplanificacion económica.* México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

LEWIS, W. A. *A teoria do desenvolvimento econômico.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.

MIGLIOLI, J. *Técnicas quantitativas de planejamento.* Petrópolis/RJ: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista - O Ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.

RODRÍGUEZ, O. *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL.* Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. *Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental.* *In: AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

TEIXEIRA, A.; MARINGONI, G.; GENTIL, D. L. *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945.* Brasília: IPEA, 2010.

Teoria Macroeconômica IV	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-requisito: Mat. Econ. II, ECO009, ECO017 e ECO018		

Ementa: Revisão: Otimização (Sem/Com Restrições). Fatos estilizados do crescimento econômico. Modelos de Harrod Domar e Solow: Exposição e Derivação. O papel dos determinantes exógenos: Poupança, Crescimento Populacional e Tecnologia. Novas teorias de crescimento econômico: crescimento endógeno e retornos de escala, infra-estrutura, capital humano, desenvolvimento financeiro e instituições. Evidências empíricas e métodos de estimação; Políticas de crescimento econômico.

Bibliografia Básica

BLANCHARD, O. Macroeconomia: teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 2006
DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomia. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2003.
JONES, C. Introdução à teoria do crescimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

Bibliografia Complementar

ACEMOGLU, D.; GALLEGO, F. A.; ROBINSON, J. A. *Institutions, human capital, and development. Annual Review of Economics.*, v. 6, n. 1, p. 875-912, 2014.
MANKIW, N. G. Macroeconomia. 8a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
ROMER, D. *Advanced Macroeconomics*, 3rd Edition, McGraw-Hill, New York, 2006.
SIMON, C.P.; BLUME, L. Matemática para economistas. Bookman, 2004
SOLOW, R. *A Contribution to the Theory of Economic Growth. The Quarterly Journal of Economics*, v. 70, n. 1, 1956.

Métodos Computacionais Aplicados à Economia	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-requisito: Mat. Econ. II, ECO017, ECO009		

Ementa: Noções de programação em R e MatLab. Revisão de Álgebra Matricial. Introdução ao Cálculo Numérico. Previsões com Modelos de Séries Temporais. Simulação de Modelos de Precificação de Ativos (CAPM). Simulação de Modelos Real Business Cycles (RBC).

Bibliografia Básica

FERREIRA, P.G.C. Análise de Séries Temporais em R: curso introdutório. IBRE FGV/Elsevier. 2017.
JUNIOR, C. E. V.; ARENALES, S,H,V. MatLab Fundamentos e Programação. Edufscar. 2009.
MORETTIN, Pedro A., Econometria Financeira: um curso em séries temporais financeiras. São Paulo: Editora Blucher, 2008.
TOGO, L. Linguagem R - Programação para a Análise de Dados. Escolar Editora. 2009.
MENEZES. N. C., Introdução à Programação com Python: Algoritmos e Lógica de Programação Para Iniciantes. Novatec, 2014.

Bibliografia Complementar

COCHRANE, J. H. *Asset Pricing – Revised Edition. Princeton University Press*, New Jersey, NY, 2005.
HEISS, F. *Using R for Introductory Econometrics. CreateSpace*. 2016.
LJUNGQUIST, L.;SARGENT, T. ***Recursive Macroeconomics***. Cambridge, Mass.: MIT Press. 2000
MCCANDLESS, G.T. *The ABCs Of RBCs: An Introduction To Dynamic Macroeconomic Models. Harvard University Press*. 2008.
SMITH,H. *Econometric Models with MATLAB. CreateSpace*. 2016.

Séries Temporais	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-requisito: Mat. Econ. II e ECO009		

Ementa: Natureza dos dados de séries temporais. Composição de uma Série Temporal. Séries temporais estacionárias e não-estacionárias. Modelos ARMA. Metodologia Box-Jenkins. Testes de raiz-unitária. Modelos ARCH/GARCH. Cointegração. Modelos Vetoriais (VAR/VECM).

Bibliografia Básica

BUENO, R. de L. S. Econometria de Séries Temporais. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
 HILL, C., GRIFFITHS, W., JUDGE, G. *Econometria*. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
 MORETTIN, P.A., TOLOI, C.M. *Análise de Séries Temporais*. 2.Ed. Edgard Blücher, 2006.
 WOOLDRIDGE, J.M. *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. Rio de Janeiro: Thomson, 2007.

Bibliografia Complementar

ENDERS, W. *Applied Econometric*. Time Series. 3th edition. New York: Wiley, 2010.
 HAMILTON, J.D. *Time Series Analysis*. Princeton University Press, Princeton.1994.
 HILL, C., GRIFFITHS, W., JUDGE, G. *Econometria*. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
 MORETTIN, P. A., *Econometria Financeira: um curso em séries temporais financeiras*. São Paulo: Editora Blucher, 2008.
 PINDYCK, R. S., RUBINFELD, D. L. *Econometria: modelos e previsões*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Tópicos Avançados em Métodos Quantitativos	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-requisito: Mat. Econ. II e ECO009	
<p>Ementa: Revisão e Aprofundamento em Matemática: Conjuntos, Geometria Analítica e Funções; Álgebra Linear, Limites, Derivadas e Integrais; Sequências e Séries, Matemática Financeira; Funções de Várias Variáveis e Equações Diferenciais e em Diferença. Revisão e Aprofundamento em Estatística: Números Índices e Probabilidade; Distribuições de Probabilidade e Teoremas da Probabilidade; Inferência Estatística, Análise de Regressão e Noções de Séries de Tempo.</p> <p>Bibliografia Básica BOLDRINI, J. <i>et al.</i> <i>Álgebra Linear</i>. São Paulo: Harbra, 1986. CHIANG, A.C. <i>Matemática para Economistas</i>. São Paulo: McGraw-Hill. MEYER, P. L. <i>Probabilidade – Aplicações à Estatística</i>. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1983. TOLEDO, G.L e OVALLE, I.I. <i>Estatística Básica</i>. São Paulo: Atlas, 1995. WOOLDRIDGE, J.M. <i>Introdução à Econometria: Uma Abordagem Moderna</i>, Pioneira, Thomson Learning. 2006.</p> <p>Bibliografia Complementar ÁVILA, G. <i>Cálculo</i>. Volumes I, II e III. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A., 1987. GUIDORIZZI, H.L. <i>Um Curso de Cálculo</i>. Volumes. 1 a 4. 2.Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. GUJARATI, D.M. <i>Econometria Básica</i>. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2006 HILL, C; GRIFFITHS, W.; JUDGE,G. <i>Econometria</i>.São Paulo: Saraiva, 2000. SIMON, C.; BLUME, L. <i>Mathematics for Economists</i>. New York: Norton, 1994. STEWART, J. <i>Cálculo - Volume 1</i>. 7.Ed. São Paulo: EditoraPioneira Thomson Learning, 2009. STEWART, J. <i>Cálculo - Volume 2</i>. 7.Ed. São Paulo: EditoraPioneira Thomson Learning, 2009. STOCK, J.H.; WATSON,M. <i>Econometria</i>. Addison-Wesley, 2004.</p>		
O Brasil no início do século XXI: Questão Agrária, Agronegócio e Governo Lula	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-requisito:	
<p>Ementa: O Estado - o Liberalismo, o Reformismo Social e o Neoliberalismo. A Ditadura no Brasil e a Revolução Verde da Globalização Neoliberal. Os Movimentos Socioterritoriais. O MST.O Agronegócio. Governo Lula e Reforma Agrária. O acesso à terra no governo Lula sob a ótica de militantes do MST.</p>		

Bibliografia Básica

CALDART, R. S. *et al* (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, B. M. “Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial”. *In*: BUAINAIN, A. M. (org.). Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2008.

SINGER, A.; LOUREIRO, I. As contradições do lulismo: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, B. M. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese de Livre-Docência em Geografia. Unesp, 2013.

SADER, E.; BENJAMIM, C.; SOARES, L. T.; GENTILI, R. Governo Lula: decifrando o enigma. São Paulo: Viramundo, 2004.

SAMPAIO Jr., Plínio A. “Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária”. *In*: STEDILE, J. P. (Org.) A questão agrária no Brasil 8: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, 189-240.

SAMPAIO, P. de A.; CARVALHO FILHO, J. J. “Documento: Qual é a questão agrária atual”. Revista Reforma Agrária. n. 34, v. 2, 2007.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

Epistemologias do Sul	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-requisito:		

Ementa: Eurocentrismo e Modernidade; Colonialidade do poder, do saber e do ser; Descolonizando as esquerdas ocidentalizadas; A proposta das Epistemologias do Sul; A Ecologia de Saberes como diálogo intercultural.

Bibliografia Básica

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, E. (org.) A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.) A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar

FANON, F. Sobre a Violência, *In*: FANON, F. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GROFOGUEL, R. “Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmodernadescolonial”. *In*: Revista Contemporânea, v. 2, n. 2, Florianópolis, jul.-dez. 2012.

MENESES, M. P. Diálogos de saberes, debates de poderes: possibilidades metodológicas para ampliar diálogos no Sul global. *In*: Em Aberto, 27, 91, 2014.

SANTOS, B. de S. A gramática do tempo. São Paulo: Cortez, 2006.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia descolonial: in-surgir, re-existir e re-
viver. *In*: CANDAU, V. M. (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções,

tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

Economia do Trabalho	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência: SSO025	Pré-Requisitos: ECO008	

Ementa: Trabalho e Ciência Econômica. Os determinantes do emprego e do desemprego na teoria econômica. População, trabalho doméstico e trabalhos assalariado e por conta-própria. Formalidade x informalidade: conceitos, características e trajetórias. Reestruturação Produtiva e mercado de trabalho: do fordismo à acumulação flexível. O novo mundo do trabalho: precarização, desemprego, flexibilização e intensificação do trabalho. O papel do Estado: políticas de emprego, influência na reprodução da força de trabalho. O mercado de trabalho no Brasil: o neoliberalismo, a contrarreforma trabalhista e seus impactos sobre a reprodução dos trabalhadores; relações de trabalho e sindicalismo; indicadores recentes.

Bibliografia Básica

- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. Ed. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Editora UNICAMP, 2000.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. 6. Ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANTUNES, R; SILVA, M. A. M. (Orgs.). O avesso do trabalho I. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- BRAGA, R.; ANTUNES, R. (Orgs.) Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CARLEIAL, L. M. da F. Ciência Econômica e Trabalho. Anais do XX Encontro da ANPEC, 1992.
- DEDECCA, C. S. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. Economia & Trabalho: textos básicos. São Paulo: UNICAMP, p. 95-111, 1998.
- LIMA, J. C. As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.
- MALAGUTI, M. Crítica à razão informal. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MATTOSO, J. E. L. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, UNICAMP/IE/CESIT, p. 521-562, 1994.
- NAVARRO, V.L.; LOURENÇO, E. Â. de S. (Orgs.). Averso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- NAVARRO, V.L.; LOURENÇO, E. Â. de S. (Orgs.). Averso do Trabalho II, O – Trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- NAVARRO, V.L.; LOURENÇO, E. Â. de S. (Orgs.). O avesso do trabalho IV – terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- PAGOTTO, C. Produção associada na era da precarização estrutural: a atuação das cooperativas de trabalho. 2010. 241 f. Tese (Doutorado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- PAMPLONA, J. B. A controvérsia conceitual acerca do setor informal e sua natureza político-ideológica. Setor Informal. São Paulo: EDUC, p. 11-49, 2001.
- PAMPLONA, J. B. Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal, 2001.
- POCHMANN, M. Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, 2010.
- POCHMANN, M. O emprego no desenvolvimento da nação. São Paulo: Boitempo, p. 47-79, 2008.
- PRANDI, J. R. O trabalhador por conta própria sob o Capital. São Paulo, Edições Símbolo, 1978.
- PRIEB, S. O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.
- TAUILE, J. R. Máquinas-ferramenta com controle numérico (MFCN) e seus efeitos sobre a

organização da produção: o caso brasileiro. IEI-UFRJ, out-1983. (mimeografado)
 WOOD, S. O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.17, n. 6, 1991.

Bibliografia Complementar

- ALVES, G. O novo (e precário) mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, cap. 2, 2000.
 AMORIM, H. Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Boitempo, cap. 2, 2000.
 ANTUNES, R. (Org.). A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
 ANTUNES, R. (Org). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006, 528p. Coleção Mundo do Trabalho.
 BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
 CORIAT, B. O Taylorismo e a Expropriação do Saber Operário. In: PIMENTEL, D. *et.al.* (orgs.) Sociologia do trabalho: organização do trabalho industrial. Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1985.
 CORIAT, B. Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: EDUERJ; Revan, 1994.
 D'INTIGNANO, B. M. A fábrica de desempregados. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, parte II, 1999.
 DAL ROSSO, S. Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
 DE MASI, D. Desenvolvimento sem trabalho. São Paulo: Editora Esfera, 1999.
 ENGELS, Friedrich. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. Vol. 2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, p. 267-280, s/d.
 GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: Gramsci. Obras Escolhidas: Martins Fontes, 1978.
 HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, parte II, 1996. IZERROUGENE, Bouzid. A economia política do cognitivo. Revista EconomiA, Brasília (DF), v.9, n.2, p. 411-432, mai/ago 2008.
 KATZ, C. Evolução e crise do processo de trabalho. Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, p. 11-44, 1995.
 LIPIETZ, A. Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.
 MÉSZÁROS, I. Marx: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
 MORAES NETO, B. R. Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão. 2ª.Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
 MORAES NETO, B. R. Século XX e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate. São Paulo: Xamã, 2003.
 NAKATANI, P. A questão metodológica na discussão sobre a centralidade do trabalho. Análise Econômica. Porto Alegre (RS), ano 19, no 35, p. 127-144, 2001.
 PRADO, E. Desmedida do valor: crítica a pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.
 PRIEB, S. O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí: Editora Unijuí, cap. III, 2005.
 WOMACK, J. P., JONES, D. T. e ROSS, D. A máquina que mudou o mundo. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Formação Econômica da América Latina	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-requisito: ECO008 e ECO013		

Ementa: A descoberta europeia da América Latina. A história da ocupação territorial da América Latina. Os modelos de exploração colonial na América Latina. Os processos de independência e a transferência do eixo de influência. A divisão internacional do trabalho e o modelo primário

exportador. A crise de 1929 e seus impactos na América Latina. A CEPAL e o sistema centro-periferia. A teoria da dependência na América Latina. O Neoliberalismo na América Latina. América Latina em perspectiva.

Bibliografia Básica

- BAMBIRRA, Vâmia. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, 2013.
- BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.
- BONFIM, M. Males e origens da América Latina. 4. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1993.
- BORON, A. A. Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1994.
- CANO W. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- CANO, W. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, J.L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- CARDOSO, F. H.; FALETTI, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- FERNANDES, Florestan. Poder e contrapoder na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FLAMARION, C.C.; BRIGNOLI, H.P. História econômica da América Latina. RJ: Graal, 1988.
- FURTADO, C. Formação Econômica da América Latina. São Paulo: Lia, 1970.
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- GUSMÃO, M. M.; PIRES, M.C.(Org.) Formação econômica da América Latina. SP: editora LCTE, 2012.
- LÖWI, M. O marxismo na América latina. São Paulo: Perseu Abramo, 2012.
- MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Insular, 2013.
- MENDONÇA, P. J; NAKATANI, P. Algumas tendências do liberalismo da América Latina. Estudios latinoamericanos, Nueva Época, México, ano VII, n.16, julio-diciembre 2001, p. 89-105.
- MITRE, A. O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- PIRES, M. C.; MENDONÇA, M. G.de. Formação Econômica da América Latina. São Paulo: LCTE, 2012.
- PREBISCH, R. (1968). Dinâmica do desenvolvimento latino-americano. Rio de Janeiro: Ed. Nacional.
- SOUZA, N.A. Economia internacional contemporânea. Da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008. RJ: Atlas, 2009.
- TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Bibliografia Complementar

- BAMBIRRA, V. (1978). *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. 2. Ed. Ciudad de México: Serie Popular Era, 1983.
- CARCANHOLO, M. *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid: Maia Ediciones, 2017.
- CEPAL. *La industrialización de los programas tecnológicos*. México: Publicación de las Naciones Unidas, 1954.
- CEPAL. *Transformación productiva con equidad*. México: Publicación de las Naciones Unidas, 1996.
- CUEVA, A. (1999). *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. 17. Ed. México: Siglo XXI editores, 1977.
- FRANK, A. G. (1973). *Capitalismo y subdesarrollo en América latina*. México: Siglo XXI. (primera edición 1970).
- GONZÁLEZ, M.S. *El petróleo como instrumento de política exterior en el Gobierno del Presidente*

Hugo Chávez Frias. *Revista Venezuelana de Análisis en coyuntura*. Universidad Central de Venezuela. p. 50-87.

KOHAN, N. *Ernesto Che Guevara: otro mundo es posible*. Buenos Aires. Nuestra America, 2003.

MARIÁTEGUI, J. C. (1928). *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. 5. Reimpresión México: Ediciones Era, 2002.

MARINI, R. M. (1982). *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era SA.

PRIETO, A. *Processos revolucionários em América Latina*. Ciudad de Mexico: Ocean Sur, 2009.

QUADROS, S. Mercosul: sinopse gráfica. In: BRANDÃO, A. S.; PEREIRA, Valls. *Mercosul: perspectivas da integração*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

RIBEIRO, D. *Las clases dominantes*. In: _____. *El dilema de América Latina. Estructuras de poder y fuerzas insurgentes*. México: Ed, Siglo XXI, 1978.

RODAS, German (Org.). *América latina hoy ¿reforma o revolución?* Ciudad de Mexico: Ocena Sur, 2009.

ROSTOW, W. Walt. *Etapas do Crescimento Econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SANTOS, T. dos. *Imperialismo y Dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SUNKEL, O. O marco histórico do processo desenvolvimento-subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fórum, 1973.

SUNKEL, O.; PAZ, P. *El Subdesarrollo Latinoamericano y La Teoría Del Desarrollo*. Ciudad Del Mexico: Siglo XXI, 1970.

VALDÉS, E. *El Pensamiento latinoamericano en el siglo XX*. Entre la modernización y la identidad. 2 Tomos. Santiago: Biblos, 2000.

Economia Solidária	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência: Economia Solidária	Pré-requisito: ECO008	

Ementa: Origens e desenvolvimento do associativismo/cooperativismo. Economia, solidariedade e cooperação na história do pensamento econômico. Economia Solidária e as novas configurações do mundo do trabalho: resistência ao desemprego e experiências de trabalho associado e autogestionário, precarização das relações de trabalho, processos de terceirização, relações de trabalho no cooperativismo tradicional *versus* cooperativismo solidário. Relações entre o trabalho no Terceiro Setor e na Economia Solidária. Limites e possibilidades emancipatórias do trabalho autogestionário. Limites e possibilidades da Economia Solidária como política pública de geração de emprego e renda. Fábricas recuperadas. Comércio Justo. Clubes de troca. Bancos comunitários e moedas sociais.

Bibliografia Básica

ABDALLA, M. *O princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade*. São Paulo: Paulos, 2002.

ABRAMIDES, M. B. C. *As lições da comuna de Paris e a atualidade da revolução social*. Revista Pucviva, nº 40, janeiro/abril 2011.

ARRUDA, M. *Humanizar o infra-humano – a formação do ser humano integral: Homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BARBOSA, R. N. de C. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

COELHO, T. *O que é utopia. Coleção primeiros passos*. São Paulo: Círculo do Livro, Ed. Brasiliense, 1980.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 9. ed. São Paulo: Global Editora, 1988.

GERMER, C. *A „economia solidária“: uma crítica marxista*. In: GEDIEL, José Antônio Peres (ORG.). *Estudos de direito cooperativo e cidadania*. Curitiba: Programa de pós-graduação em direito da UFPR, n. 1, 2007.

GONZÁLEZ, H. A comuna de Paris: Os assaltantes do céu. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. Autogestão: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MALAGUTI, M. L. Crítica a razão informal. São Paulo: Boitempo, 2001.

MARQUES, R. M. Tomando o céu de assalto. Revista Pucviva, nº 40, janeiro/abril 2011.

MENEZES, M. T. C. G. de. Economia solidária: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTTA, F. C.P. Burocracia e Autogestão. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Microempresa na era da Globalização. São Paulo: Cortez, 2001.

PANIAGO, Maria C. Os meios que se perderam dos fins: cooperativas fabris e autogestão dos trabalhadores. In: Revista Outubro n.18. São Paulo: Alameda, 2008.

PETITFILS, Jean-Christian. Os socialismos utópicos. São Paulo: Círculo do Livro, Zahar Editores, 1977.

PINHO, Diva Benavides. Que é cooperativismo. São Paulo: São Paulo Editora, 1966.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. O que é cooperativismo. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Coleção reinventar a emancipação social para novos manifestos. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SINGER, Paul; MACHADO, João. Economia Socialista. Socialismo em discussão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego – diagnóstico e alternativas. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A economia solidária no governo federal. In.: BENINI et al. (Org.). Gestão Pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas da economia solidária. Vol. 1. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

_____. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Uma utopia militante: repensando o socialismo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In._____: SOUSA SANTOS, Boaventura de (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

TAVARES, M. A. Os fios (in)visíveis da produção capitalista – informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, A. (Org). Utópicos, herético e malditos – os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

WELLEN, H. Para a crítica da “Economia Solidária”. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

Bibliografia Complementar

ABRAMOVAY, R. (Org.). Laços financeiros contra a Pobreza. São Paulo: Fapesp/Anna Blume, 2004.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. Economia Popular e Solidária: A alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

AVIDOVIC, G. *Hacia um mundo cooperativo: económicamente, socialmente, politicamente*. Zaragoza: Centro Nacional de Educacion Cooperativa, 1976. 222 p.

BONAPARTE, H. M. *Frente al neoliberalismo: cooperativas post modernas?*. Revista del Instituto de la Cooperación, n. 81, p.337-386, 1993.

CONFEDERAÇÃO das cooperativas de reforma agrária do Brasil - CONCRAB. Sistema cooperativista dos assentados. Caderno de Cooperação Agrícola, São Paulo, n. 5, 1997.

COSTA, F. As cooperativas e a economia social. Lisboa: Horizonte, 1986, 119 p.

- CULTI, M. N. Sócios do suor: cooperativas de trabalho. São Paulo: Anais da ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, v. II, 1999. Disponível via: mnculti@uem.br
- DARDENGO, A. M. A panaceia econômico-solidária: uma sistematização dos discursos apologeticos e críticos da economia solidária no Brasil. Dissertação de mestrado. Vitória: PPGPS-UFES, 2013.
- DUARTE, L. M. Capitalismo e cooperativismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- DUTRA, T. A. As cooperativas de trabalho no Brasil: década de 90. São Leopoldo: [s. n.], 1986.
- EISLER, R. A verdadeira riqueza das Nações: Criando uma economia solidária. São Paulo: Cultrix, 2007.
- HOLZMANN, L. Operários sem patrão. São Carlos: UFScar, 2001.
- KONDER, L. Fourier, O socialismo do Prazer. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- LISSAGARAY, P-O. História da Comuna de 1871. São Paulo: Ensaio, 1995.
- MALAGUTI, M. L. Crítica a razão informal. São Paulo: Boitempo, 2001.
- MARX, K. A Guerra Civil na França. São Paulo: Global, 1986.
- MAUAD, M. J. L. As cooperativas de trabalho e sua relação com o direito material do trabalho. São Paulo: PUC, 1997. (Dissertação Tese Mestrado em Direito do Trabalho) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- OLIVEIRA, F. Cooperativismo de trabalho e o desemprego tecnológico. *Cooperativa & Trabalho*, n. 2, p. 27-28, 1999.
- PÉRIUS, V. Cooperativas de trabalho: manual de organização. *Perspectiva Econômica*, v. 32, n.97, Série Cooperativismo, n. 41, 1997.
- PINHO, D. B. Economia e Cooperativismo. São Paulo: Saraiva, 1997.
- POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- QUIJANO, A. *La economia popular y sus caminos en América Latina*. Mosca: Azul Editores, 1998.
- RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: FASE, 1995.
- SCHNEIDER, J. O. Cooperativas de produção ou de trabalho: sua viabilidade no Brasil. *Cadernos CEDOPE - Série Cooperativismo*, n. 6, 1991.
- SENAC/ARRJ. Cooperativismo: uma forma de organização dos trabalhadores. Projeto Artesão. Rio de Janeiro: SENAC, 1999.125p.
- TIRIBA, L. Economia popular, a relação trabalho-educação como mediação entre "mundo da cultura" e "mundo da produção". In: XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1999.
- TONET, I. Educação, Cidadania e Emancipação Humana. Ijuí: Unijuiú, 2005.
- VELA, H. O sistema cooperativado dos assentados: primeiros resultados de um processo. *Perspectiva Econômica*, v. 30, n. 89, p. 87-97, 1995.
- YUNUS, M. O banqueiro dos pobres. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

Metodologia e Teoria Social	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência: ECO057	Pré-Requisitos: SSO005	

Ementa: Noções de epistemologia: racionalismo, empirismo, positivismo (clássico e lógico); as contribuições de Popper, Khun e Lakatos. Epistemologia econômica: o método em John Stuart Mill; Neville Keynes e o debate com a Escola Histórica Alemã; a definição de economia conforme Lionel Robbins; o instrumentalismo de Milton Friedman. Introdução à ontologia: percurso desde a antiguidade clássica à revolução científica moderna. A problemática ontológica na filosofia clássica alemã: a falsa e a verdadeira ontologia em Hegel; elementos ontológicos fundamentais na crítica da economia política de Marx; Ontologia e epistemologia: a resolução metodológica; determinação social do método; ideologia.

Bibliografia Básica

- BLAUG, M. Metodologia da Economia ou Como os Economistas Explicam. São Paulo: Edusp, 1993.
- CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

FRIEDMAN, M. *The methodology of positive economics*. In: Essays In Positive Economics. Chicago: Chicago University Press, 1964.

KEYNES, J. N. *The Scope and Method of Political Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1917.

KUHN, T. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.

LIMA VAZ, H.C. Ontologia e História. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LUCKÁCS, G. Para uma Ontologia do Ser Social I. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Para uma Ontologia do Ser Social II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. Orientação programática para a ciência. In: _____. Estrutura Social e Formas de Consciência: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. O Poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo, 2012.

MILL, J.S. Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos. In: Bentham/Mill. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Coleção Os Pensadores).

POPPER, K. A lógica da Pesquisa Científica. São Paulo: Cultrix, 2013.

RAMOS, J.M.R. Lionel Robbins: Contribuição para a Metodologia da Economia. São Paulo: Edusp, 1993.

REALE, G; ANTISERI, D. História da Filosofia. São Paulo: Paulus, 2004

Bibliografia Complementar

FREDERICO, C. O Jovem Marx 1843-1844: as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GANEM, A. Teoria neoclássica: a face econômica da razão positiva. In: CORAZZA, G (org.) Métodos da Ciência Econômica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

LESSA, S. Para Compreender a Ontologia de Lukács. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

LUCKÁCS, G. Prolegômenos Para uma Ontologia do Ser Social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. Filosofia, Ideologia e Ciência Social. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Estrutura Social e Formas de Consciência II: A dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAULANI, L. M. Utilitarismo, Mill e o homem econômico. In: _____. Modernidade e Discurso Econômico. São Paulo, Boitempo, 2005.

SCHUMPETER, J. A. História da Análise Econômica. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura Econômica, 1964.

História e Organização Industrial	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-requisito: ECO017 e História Econômica II	

Ementa: Concorrência, acumulação, concentração e Centralização do Capital. Transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista sob a ótica da firma representativa. Emergência da Grande Empresa e Organização Multidivisional. Internacionalização do Capital e as Multinacionais. Mundialização do Capital e as Multinacionais.

Bibliografia Básica

CHANDLER, A. Ensaios para uma teoria histórica da grande empresa. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
 GUIMARAES, E. A. Acumulação e crescimento da firma. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
 HOBSBAWN, E. A Era dos Impérios: 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
 HOBSBAWN, E. A Era do Capital: 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
 HILFERDING, R. O Capital Financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985
 KERSTENETZKY, J. A Natureza da Firma Contemporânea: o problema da governança corporativa à luz da história do pensamento econômico. *Econômica*, v.9, n.2, dez/2007.
 LANDES, D. Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental de 1750 até hoje. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994
 MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
 MARSHALL, A. Industry and Trade. London: Mcmilan, 1920.
 POSSAS, M. L. A dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica. São Paulo: Brasiliense, 1987.
 _____. Estruturas de mercado em oligopólio. São Paulo: Hucitec, 1985.
 HYMER, S. Empresas multinacionais: a internacionalização do capital. 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
 SCHUMPETER, J. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984
 _____. História da Análise Econômica. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura Econômica, 1964.
 SWEEZY, P. Teoria do desenvolvimento capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Bibliografia Complementar

FREEMAN, C. The economics of industrial innovation. Harmondsworth: Penguin, 1974.
 MARSHALL, A. Industry and Trade. London: Mcmilan, 1920.
 POSSAS, M. L. Dinâmica e Concorrência Capitalista: uma interpretação a partir de Marx. São Paulo: Hucitec, 1989.
 SILVIA, C. L. da; ANJOS, M. A. A dinâmica microeconômica: uma rediscussão. Curitiba: Revista FAE, v.4, n.2, 2001.
 TIGRE, P. Paradigmas Tecnológicos e Econômicos da Firma. Revista Brasileira de Inovação. v.4, n.1, jan./jun., 2005.

Financeirização e Políticas Públicas	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência: ECO060	Pré-requisito: ECO008	

Ementa: Capital portador de juros. Capital fictício. Crise. Ciclos Econômicos. Imperialismo. Capital financeiro. Estado. Sistema Financeiro Internacional. Financeirização da Riqueza. Orçamento e dívida pública. Fundo Público. Financeirização das Políticas Sociais. Processo de Financeirização da Educação Superior. Processo de Financeirização da Saúde. Processo de Financeirização da Previdência Social. Processo de Financeirização da Habitação. Processo de Financeirização do Saneamento básico.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, N. Teoria marxista das crises. São Paulo, Global/UFMS, 1992.
 BASTOS, P. P. Z. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares. Texto para Discussão, Unicamp, Março, 2013.
 BLACKBURN, R. *El futuro del sistema de pensiones*. Madrid, Akal, 2010.
 CARCANHOLO, M.; PAINCEIRA, J. P. P. “A atual crise do capitalismo e suas perspectivas”. *Universidade e Sociedade*. Brasília, Ano XIX, n. 45, p.161-173, Jan./2010.
 CARNOY, M. Estado e Teoria Política. Campinas, Papyrus, 1994.
 CHESNAIS, F. *et al.* A finança capitalista. São Paulo: Alameda, 2010.
 FINE, B. Da Financeirização da Economia ao Neoliberalismo – a atração do Neoliberalismo. In: AMARAL, J. F. *et al.* Financeirização da Economia: a última fase do neoliberalismo. Lisboa: Livre, 2010.

GENTIL, D. A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990–2005. Tese de Doutorado. Instituto de Economia – IE/UFRJ, Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GOMES, H. (Org.). Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GOMES, J. M. Crise do Capital, imperialismo e Estado. In: COUTINHO, J. A.; LOPES, J. B. (Orgs.). Crise do Capital, lutas sociais e políticas públicas. São Paulo, Xamã, 2012.

GONÇALVES, R; POMAR, V. O Brasil endividado. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

_____. A armadilha da dívida. São Paulo, Perseu Abramo, 2002.

GONTIJO, C.; OLIVEIRA, F.. Subprime: os cem dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil. Belo Horizonte, 2011.

GRESPLAN, J. O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

HARVEY, D. Os limites do Capital. São Paulo, Boitempo, 2013.

HILFERDING, R. O capital financeiro. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

HIRSCH, J. Teoria Materialista do Estado. Rio de Janeiro, Revan, 2010.

HOBSON, J. *Estudio del Imperialismo*. Madrid, Akal, 1982.

LAPAVITSAS, C. *El capitalismo financeirizado*. Madrid, Maia Ediciones, 2009.

LAPAVITSAS, C. *Benefícios sin producción: como nos explotan las finanzas*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

LENIN, V. I. O Estado e a revolução. São Paulo: Expressão popular, 2010.

LENIN, V. I. Imperialismo fase superior do Capitalismo. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro terceiro, tomo 1. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro terceiro, tomo 2. São Paulo, Abril Cultural, 1985.

MAZZUCHELLI, F. A contradição em processo. São Paulo, Brasiliense, 1985.

MÉSZAROS, I. A montanha que devemos conquistar. São Paulo, Boitempo, 2015.

MILIBAND, R. O Estado na Sociedade Capitalista. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

MORRIS, C. O crash de 2008. São Paulo, Aracati, 2009.

NAKATANI, P; HERRERA, R. Crise financeira ou de superprodução? Disponível em: http://www.resistir.info/crise/crise_remy_paulo.html.

NAKATANI, P. O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital. 2006. Disponível em: http://www.forumdesalternativas.org/docs/papel_significado_da_divida_publica.pdf

OLIVEIRA, F.A. Economia e política das finanças públicas no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

OSÓRIO, J. O Estado no Centro da Mundialização: A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo, Outras expressões, 2014.

PARANÁ, E. A finança digitalizada: capitalismo financeiro e revolução informacional. Florianópolis, Insular, 2016.

ROYER, L. de O. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2014.

SABADINI, M. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 583-608, dez. 2013.

SALVADOR, E. Fundo Público e seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, E *et al.* (org). Financeirização, Fundo Público e Política Social. São Paulo: Cortez, 2012.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. Apresentação: “Por que voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução” In: LÊNIN, V. I. O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo. Campinas/SP, FE/UNICAMP, Navegando Publicações, 2011.

SICSÚ, J. (Org.). Arrecadação, de Onde Vem? E Gastos Públicos, Para Onde Vão? São Paulo, Boitempo, 2007.

TAVARES, P. H. de S. Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo? Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2014.

TRINDADE, J. R. B. Dívida pública e teoria do crédito em Marx: elementos para análise das finanças do estado capitalista. Tese de Doutorado, UFPR, Curitiba, Novembro, 2006.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, W. M. PROUNI e o ensino superior privado lucrativo em São Paulo. São Paulo, Musa/FAPESP, 2014.

BELLUZZO, L. G. M. Antecedentes da tormenta: origens da crise global. Campinas/São Paulo, Facamp/Unesp, 2009.

BOURG DE MELLO, C. R. Contribuição ao estudo do sistema de crédito em Marx. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2007.

CAMPOS, F. A., SABADINI, M. Hilferding e o nexó imperialista entre capital financeiro e a exportação de capitais. Texto para Discussão, Unicamp, Agosto, 2014.

CARNEIRO, R. *et al.* A quarta dimensão: os derivativos em um capitalismo com dominância financeira. Textos para discussão. Unicamp, Dezembro, 2011.

DUGNANI, R. A previdência social brasileira sob pressão neoliberal. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política -PUC-SP, São Paulo, 2009.

EPSTEIN, G. (Org.). *Financialization and the World Economic*. Aldershot, Edward Elgar, 2005.

FATORELLI, M. L. Auditoria da dívida: uma alternativa digna. In: FERREIRA, C.; SCHERER, A. F. O Brasil frente à Ditadura do Capital Financeiro: reflexões e alternativas. Lajeado: UNIVATES, 2005.

FATORELLI, M. L. A dívida pública em debate: saiba o que ela tem a ver com sua vida. Brasília: Inove, 2012.

FINE, B. , SAAD-FILHO, A. *El capital de Marx*. 5. ed. México, FCE, 2013.

GERMER, C. M. O sistema de crédito e o capital fictício em Marx. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.20, p. 179-201, 1994.

GERMER, C. M. Dinheiro, capital e dinheiro de crédito: o dinheiro segundo Marx. Tese de Doutorado. Campinas, IE-Unicamp, 1995.

GERMER, C. M. Dinheiro e dinheiro de crédito no capitalismo avançado. Ensaio EE, Porto Alegre, v. 22, p. 205-228, 2001.

GOMES, F. G. Acumulação de capital via dívida pública: contribuição para uma crítica à razão da crise fiscal. 2007. 237 f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador. Disponível em: http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/tese_fabio_guedes_gomes.pdf

GRANEMANN, S. Para uma interpretação marxista da “previdência privada”. TESE (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LEHER, R. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Revista Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19- 30, 1999.

LEWIS, M. *Flash boys: a revolta em Wall street*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014.

MARICATO, H. Para entender a crise urbana. São Paulo, Expressão Popular, 2015.

MELLO, G. S. Os Derivativos e a Crise Subprime: O capitalismo em sua “quarta dimensão”. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, Fevereiro, 2013.

RODRIGUES, J.; TELES, N. (Org.). De pé Ó vítimas da dívida. Lisboa: Deriva, 2015.

RODRIGUES, J.; SANTOS, A. C.; TELES, Nuno. A financeirização do capitalismo em Portugal. Coimbra: Actual, 2016.

RODRIGUES, J. Frações burguesas em disputa e a educação superior no Governo Lula. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, Jan/Abril 2007.

ROTTA, T. N. Dinheiro inconversível, derivativos financeiros e capital fictício: a moderna lógica das formas. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 2008.

TRINDADE, J. R. B. Sistema de crédito e oferta global de capital de *empréstimo*. Revista da

Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 32, p.37-67, São Paulo, junho de 2012.
 TRINDADE, J. R. B. Dívida pública e absorção de capital de empréstimos: elementos para uma análise da atual crise financeira mundial. Revista de Economia, v. 39, n.03 (ano 37), p.77-101, Belém, PA, set/dez, 2013.
 THOMAS, T. A hegemonia do capital financeiro e a sua crítica. Lisboa: Edições Dinossauro, 2000.

Teoria das Crises	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência: ECO036	Pré-requisito: ECO012	

Ementa: Crise na História do Pensamento Econômico. Crise e seu germe na mercadoria. Debate clássico sobre crises: R. Luxemburgo; H. Grossmann; R. Hilferding; V. Lenin; M. Tugan-Baranovski. Crises nos séculos XX-XXI: teoria e história. Crises e capitalismo contemporâneo: interpretações.

Bibliografia Básica

ARAUJO, N. Teoria Marxista das Crises. São Paulo: Global/UFMS, 1992
 BANFI, R. *A propósito de "El imperialismo" de Lenin*. In: SANTI, P. et alli. Teoria Marxista del Imperialismo. Córdoba – Argentina: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.
 BARAN, P.; SWEEZY, P. Capitalismo Monopolista. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
 BAUER, O. *La acumulación del capital*. IN: COLLETTI, L. El marxismo y El derrumbe Del Capitalismo. México: Siglo XXI, 1978.
 BRENNER, R. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? Revista Outubro. n. 03.p.07-18. São Paulo: Xamã, 1999.
 BRENNER, R. O Boom e a Bolha. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2003.
 BUKHARIN, N. A economia mundial e o Imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
 BROWN, M. A economia política do Imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
 CASTELLS, M. Teoria Marxista das crises econômicas. Petrópolis-Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
 CARVALHO, B. A globalização em xeque. 5.ed. São Paulo: Atual Editora, 2000.
 COHEN, B. J. A questão do Imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
 COLLETTI, L. *El marxismo y El derrumbe Del Capitalismo*. México: Siglo XXI, 1978.
 GROSSMANN, H. *La ley de La Acumulacion y Del Derrumbe Del sistema Capitalista*. México: Siglo XXI, 1992.
 HILFERDING, R. O Capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
 KAUTSKY, K. *Teoria de las crisis*. In: COLLETTI, L. *El marxismo y El derrumbe Del Capitalismo*. p 189- 236. México: Siglo XXI, 1978.
 LENIN, V. I. Imperialismo fase superior do Capitalismo. São Paulo: global, 1979.
 LUXEMBURGO, R. A acumulação do Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985
 MAGDOFF, H. A era do imperialismo. São Paulo: Hucitec, 1978
 MAGDOFF, H.; SWEEZY, P. O fim da prosperidade: a economia americana na década de 1970. São Paulo: Campus, 1978. 152p.
 MANDEL, E. O capitalismo Tardio. Abril Cultural. São Paulo: 1982.
 MARX, K. Elementos fundametales para lacritica de la Economia Política (Grundrisse), 1857-1858. México: Siglo XXI, 1978.
 MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro primeiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
 MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro primeiro, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
 MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro terceiro, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
 MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro terceiro, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl. As crises econômicas do capitalismo. São Paulo: Acadêmica, 1988.

MAZZUCHELLI, F. A contradição em processo: o capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo: 2009.

MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MICHALET, C. O capitalismo mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MOSKOWSKA, N. Contribución a La critica de las teorías modernas de las crisis. México: Cuadernos Pasado & Presente, 1978.

ROMERO, D (Org.). Marx: sobre as crises econômicas do capitalismo. São Paulo: Sundermann, 2009.

SAMPAIO Jr., P. (Org.). Capitalismo em Crise. São Paulo: Sundermann, 2009.

SANTI, P. et. alii. Teoría Marxista del Imperialismo . Córdoba – Argentina: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.

SCHIMIDT, C. *Contribucion a La teoria de las crisis comerciales y de La sobreproducción*. In: COLLETTI, L. El marxismo y El derrumbe Del Capitalismo. México: Siglo XXI, 1978.

TUGAN-BARANOVSKI, M. Von. Fundamentos teóricos del Marxismo. In: COLLETTI, L. *El marxismo y El derrumbe Del Capitalismo*. México: Siglo XXI, 1978.

SWEEZY, P. Teoría do Desenvolvimento Capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Bibliografia Complementar

AMIN, S. A crise do Imperialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

BELLUZZO, L. G. Valor e Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BELLUZZO, L. G. Os antecedentes da Tormenta: origens da crise global. Campinas: Unesp/FACAMP, 2009.

CHESNAIS, F. A mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. (Coord.). A mundialização Financeira. São Paulo: Xamã, 1999.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. Revista Outubro, n. 05.p.07-28. São Paulo: Xamã, 2001.

CHESNAIS, F. (Org.). A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

FIORI, J. L. Estados e Moedas. Petrópolis –RJ: Vozes, 1997.

FIORI, J.L. ; TAVARES, M. C. Poder e Dinheiro. Petrópolis- RJ-: Vozes, 1997.

GOWAN, P. A roleta global. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

HUSSON, M. Miséria do Capital. Lisboa, Portugal: Terramar, 1999.

HUSSON, M. A nova conjuntura econômica mundial. Revista Outubro, n. 07, p.07-22. São Paulo: Xamã, 2002.

ITURBE, A. O sistema financeiro e a crise da economia mundial. São Paulo: Sundermann, 2009.

MAGDOFF, H. Imperialismo da Era colonial ao Presente. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MANDEL, E. A crise do capital. Campinas/São Paulo: Ensaio; 1990.

MANTEGA, G.; MORAES, M. Acumulação Monopolista e crise no Brasil. Petrópolis: Paz e Terra, 1980.

MELLO, A. F. Marx e a Globalização. São Paulo: Boitempo, 1999.

PASSET, R. A ilusão neoliberal. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

VALIER, J. *La teoria Del Imperialismo de Rosa Luxemburg*. In: SANTI, P. et. alii. *Teoría Marxista del Imperialismo*. p 65- 89. . Córdoba – Argentina: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.

VARGA, E. Capitalismo do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

Direito Administrativo	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência: CON058	Pré-requisito: CON005	

Ementa: Os princípios constitucionais e gerais do Direito Administrativo. A Administração Pública e Governo. Poderes administrativos: o poder de polícia e as limitações administrativas. Direitos e

deveres do administrador público. As teorias do ato, do contrato e do procedimento administrativo. Contratos públicos e Licitações. Serviços públicos e os servidores públicos: estudo da natureza e dos regimes jurídicos da função pública, sua evolução histórica e perspectivas atuais. Intervenção na propriedade e no domínio econômico.

Bibliografia Básica

BANDEIRA DE MELLO, C. Antônio. Curso de Direito Administrativo. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 16. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2007

Bibliografia Complementar

BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. Princípios Gerais de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense.

CRETELLA Jr. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense.

FARIA, Edimur Ferreira de. Curso de Direito Administrativo Positivo, Belo Horizonte: Del Rey.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo, São Paulo: Malheiros.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo, São Paulo: Saraiva.

LIMA, Rogério Medeiros Garcia. O Direito Administrativo e o Poder Judiciário. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional Administrativo. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo, Rio: Forense, 2012.

Direito Internacional Público e Privado	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência: ADM039, CON057	Pré-requisito: CON005	

Ementa: Introdução ao Direito Internacional: Sociedade Internacional. Fundamentos de Direito Internacional Público. Relação entre Direito Internacional e Direito Interno. Fontes do Direito Internacional Público: Costume, Tratados, Convenções e outros atos internacionais e reflexos no ordenamento jurídico brasileiro. Sujeitos de Direito Internacional: Estados, Organizações Internacionais e Pessoa Humana. Direitos Humanos. Modos Pacíficos de Solução de Controvérsias. Sanções do Direito Internacional. Fundamentos de Direito Internacional Privado: Norma de Direito Internacional Privado e seu funcionamento. Regime jurídico brasileiro em face do Direito Internacional Privado. Execução de Sentença Estrangeira. Carta Rogatória. Contratos Comerciais Internacionais. Nacionalidade e condição jurídica do estrangeiro. Conflito de Normas.

Bibliografia Básica

ACCIOLY, Hildebrando. Manual de direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2008.

DEL“OMO, Florisbal. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. Parte Geral. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de direito internacional público. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

REZEK, José Francisco. Direito internacional público. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

STRENGER, Irineu. Direito Internacional Privado: parte geral. 6. ed. São Paulo: LTR, 2005.

Bibliografia Complementar

- AMORIM, José E. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- ANDRADE, Agenor Pereira de. Manual de direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 1984.
- ARAÚJO, Luís Ivani de Amorim. Curso de direito internacional público. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- ARAÚJO, Nádia. Contratos internacionais: autonomia da vontade, Mercosul e Convenções Internacionais. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. A autoridade da Coisa Julgada. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- BOSON, Gérson de Britto Mello. Direito internacional público: o estado em direito das gentes. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo. O Poder de celebrar tratados. Porto Alegre: Fabris, 1995.
- DAVID, René. Os Grandes sistemas do direito contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- FREIRE, J. R. C.; CASELLA, P. B. Contratos Financeiros Internacionais. São Paulo: RT, 1994.
- GRANZIERA, M. L. M. Contratos Internacionais. São Paulo: Ícone, 1993.
- HUSEK, C R. Curso de Direito Internacional Público. 7. ed. São Paulo: Ltr, 2007.
- ITUASSÚ, Oyama César. Curso de direito internacional público. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- LITRENTO, Oliveiros. Manual de direito internacional público. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 2 ed. São Paulo: RT, 2007.
- MEIRA MATOS, Adherbal. Direito internacional público. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Direito constitucional internacional. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- _____. Direito internacional econômico. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.
- _____. Responsabilidade internacional do estado. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- MERLE, Marcel. Sociologia das relações internacionais. Brasília: UnB, 1981.
- MIRANDA, Jorge. Direito internacional público. Lisboa: Pedro Ferreira, 1995.
- PUCCI, Adriana N. Arbitragem Comercial Internacional. São Paulo: LTr, 1997.
- RANGEL, Vicente Marotta. Direito e relações internacionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
- SILVA, Roberto Luiz. Direito econômico internacional e direito comunitário. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
- SILVA, Roberto Luiz. Direito comunitário e da integração. Porto Alegre: Síntese, 1999.
- STRENGER, Irineu. Direito do comércio internacional e lex mercatoria. São Paulo: LTr, 1996.
- SÜSSEKIND, Arnaldo. Tratados ratificados pelo Brasil. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Princípios de direito internacional contemporâneo. Brasília: UnB, 1981.
- TRUYOL Y SERRA, Antônio. Noções fundamentais de direito internacional público. Coimbra: Armênio Amado, 1962.
- VERONA, Eduardo Smidt; CARNIATTO, Flávio Cesar. Estatuto do estrangeiro. Curitiba: JM, 1996.
- VIEIRA, Jair Lot. Código de hamurabi, código de manu, lei das XII tábuas. Bauru: Edipro, 1994.
- WENDZEL, Robert L. Relações internacionais: o enfoque do formulador de políticas. Brasília: UnB, 1985.

Economia Institucional e Desenvolvimento Socioeconômico	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-requisito:	
<p>Ementa: Crescimento e Desenvolvimento. Teoria da Velha Economia Institucional e suas leituras do desenvolvimento socioeconômico. Teoria da Nova Economia Institucional. Discussões contemporâneas em Economia Institucional e as abordagens do desenvolvimento socioeconômico.</p>		
<p>Bibliografia Básica</p> <p>CAVALCANTE, C. M. A Economia Institucional e as Três Dimensões das Instituições. <i>Revista de Economia Contemporânea</i>. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 18 (3), p. 373-392, 2014.</p> <p>CHANG, H. J. Um Estudo sobre a Relação entre Instituições e Desenvolvimento Econômico. Algumas Questões Teóricas Fundamentais. <i>Revista de Economia heterodoxa</i>, N°10, ano VII, p. 13-31, 2008.</p> <p>CONCEIÇÃO, O. A. C. “Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista?” <i>Análise Econômica</i>, 19 (36) pp. 25-45, 2001.</p> <p>FIANI, R. (2002b) “Teoria dos custos de transação.” In: Kupfer, David; Hasenclever, Lia (orgs.) <i>Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil</i>. 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.</p> <p>HODGSON, G. M. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. <i>Revista Econômica</i>, v. 3, n. 1, p. 97-125, junho, 2001.</p> <p>MYRDAL, G. <i>Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas</i>, 1957. Disponível em: https://archive.org/stream/MyrdalGunnar18981987.TeoriaEconomicasERegioesSubdesenvolvidas/MyrdalTeoriaEconomicasDasRegioesSubdesenvolvidas#page/n1/mode/2up</p> <p>MYRDAL, G. <i>Aspectos Políticos da Teoria Econômica</i> (1961). Coleção Os Economistas, (trad.) José Auto, Editora Nova Cultural, São Paulo, 1962 b.</p> <p>MYRDAL, G. <i>Perspectivas de uma economia internacional</i> (1956). Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.</p> <p>SUNKEL, O; PAZ, P. <i>Os Conceitos de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento</i>. Fórum Editora, Rio de Janeiro, 1974.</p> <p>VEBLER, T. B. O instinto para o artesanato e a aversão ao trabalho em geral. <i>Revista Oikos</i>, nº 8, Rio de Janeiro, 2007.</p> <p>VEBLER, T. A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural (Coleção os Economistas). Tradução do original: Veblen, Thorstein (1899) <i>The theory of the leisure class</i>. New York: The Viking Press, 1983.</p> <p>VEIGA, José Eli. <i>Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI</i>. Editora Garamond Limitada. Rio de Janeiro, 2010.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>CHANG, H. J. <i>Chutando a Escada: A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica</i>. Editora Unesp, São Paulo, 2002.</p> <p>Chang, H-J and Grabel, I. <i>Reclaiming Development: An Alternative Policy Manual</i>, The University Press, Dhaka, 2004.</p> <p>CHANG, H. J. Hamlet without the Prince of Dinamarca. In <i>Towards New Developmentalism: Market as Means rather than Master</i>, S. Khan & J. Christiansen (eds.), University of Cambridge, 2009.</p> <p>CHANG, H. J. Incentives, Capability and Space. The Evolution of world Trading System and the Future of Developing Countries. In <i>Evidence-based Development Economics – Essays in Honor of Sanjaya Lall</i>. C. Pietrobelli & R. Rasiyah (eds.), University of Malaya Press, Kuala Lumpur, 2012</p> <p>COMMONS, J. R. [1931] “Economía institucional.” <i>Revista e Economía Institucional</i>, 5 (8) pp.</p>		

191-201. Tradução do original: Commons, John R. (1931). "Institutional economics." *American Economic Review*, 21 (4): 648-57, 2003.

HODGSON, G. M. Reconstitutive downward causation: Social structure and the development of individual agency. In: Edward Fullbrook, Ed., *Intersubjectivity in Economics: agents and structures*, cap. 10, p. 159-180, London/New York, 2002 a.

HODGSON, G. M. Choice, Habit and Evolution. *Journal of Evolutionary Economics*, 2008.

LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 4 (133), pp. 619-637, outubro-dezembro, 2013.

LOPES, H. C. O desenvolvimento econômico: uma proposta de abordagem teórica evolucionária e institucionalista. *Estudos em Economia*, São Paulo, vol.45, n.2, p.377-400, abr.-jun. 2015.

MYRDAL, G. *An American dilemma: The Negro problem and modern democracy*. New York: Harper & Row, 1962 a.

MYRDAL, G. *Asian Drama: Na Inquire Into the Poverty of the Nations*. The twentieth Century Fund, 1971.

MYRDAL, G. What is development? *Journal of Economics Issues*, dezembro, 1974.

MYRDAL, G. The Equality Issue in World Development. *The Swedish Journal of Economics*, Vol.77, No. 4, pp. 413-432, 1975.

NORTH, D & DAVIS, L. *Institutional Change and American Economic Growth*, Cambridge University Press, 1971

NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge University Press, 1990

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. Prefácio: M. F. Strong ; trad. Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel : Fundação do desenvolvimento administrativo (FUNDAP), 1993

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SEN, A. K. *O Desenvolvimento como Expansão de Capacidades*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, Nº 28/29, São Paulo, 1993.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 306 p

VEBLEN, T. B. Why is economics not an evolutionary science? *Cambridge Journal of Economics*, 1898 b.

História da Revolução Burguesa no Brasil	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência: ECO054	Pré-requisito:		

Ementa: Brasil. Particularidade Histórica Brasileira. Acumulação Primitiva Brasileira. Revolução Burguesa no Brasil.

Bibliografia Básica

CHASIN, José. *A miséria brasileira: 1964-1994 - do golpe militar à crise social*, Santo André: Ad Hominem, 2000. 490p.

CHASIN, José. Premissas, conclusões e futuras aproximações. In: _____. *O integralismo de Plínio Salgado – Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*, Cap. IV, São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas Ltda., 1978. p.603-663.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil - ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais). 413p.

FERNANDES, Florestan. *A sociedade escravista no Brasil*. In: _____. *Círculo Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976, (Coleção estudos brasileiros Vol.06). p.11-30.

FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. 3.ed., Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, Vol.25). 121 p.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. -27ª ed.- São Paulo, SP: Companhia Editora

Nacional Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
 PRADO JUNIOR, Caio: História econômica do Brasil. São Paulo, SP: Editora Brasiliense. 1970.
 PRADO JÚNIOR. Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966. 332p.
 RIBEIRO, Darcy. Moinhos de gastar gente. In.: _____. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Companhia de bolso). p. 95126.
 RIBEIRO, Darcy. O Brasil como problema, Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Editora UnB, 2010. (Darcy no bolso; VOL 2). 106p.
 SAES, Décio. Classe média e política na primeira República brasileira (1889-1930). Petrópolis, RJ, Vozes, 1975. (Sociologia brasileira, v. 3).
 SAES, Décio. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo, SP: T. A. Queiroz, 1985 (Biblioteca básica de ciências sociais: ser. 1.: Estudos brasileiros; v.6).
 SODRÉ, Nelson Werneck. A coluna Prestes – análise e depoimentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980. 119p.
 SODRÉ, Nelson Werneck. A história militar no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979. (Retratos do Brasil, VOL.40). 439p.
 SODRÉ, Nelson Werneck. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia. 1997. 167p.
 SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense. 1968, 415p.
 SODRÉ, Nelson Werneck. História da burguesia brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967. 406p.
 SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à Revolução brasileira. 4.ed., São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1978. 258p.
 SODRÉ, Nelson Werneck. Memórias de um soldado. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967. (Retratos do Brasil, VOL.60). 655p.

Bibliografia Complementar

NETO, Lira. Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930), Vol. I, São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 629p.
 NETO, Lira. Getúlio: da volta pela consagração popular ao suicídio. (1945-1954), Vol. III, São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 429p.
 CARONE, Edgar: Classes sociais e movimento operário. São Paulo, SP: Editora Ática, 1989
 NETO, Lira. Getúlio: do governo provisório ao Estado Novo (1930-1945), Vol. II, São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 594p.
 LIMA FILHO, Paulo Alves de; MACEDO, Rogério Fernandes. A poeira dos mitos: revolução e contrarrevolução nos capitalismo da miséria. In.: BENINI, Edí *et all.* (Org.), Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 275-301.

História da Contrarrevolução Burguesa no Brasil	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência: ECO064	Pré-requisito:	

Ementa: Brasil. História. Economia. Contrarrevolução Burguesa.

Bibliografia Básica

BANDEIRA, Muniz. Cartéis e desnacionalização - a experiência brasileira: de 1964-1974. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Retratos do Brasil; Vol.96), 165p.
 BANDEIRA, Muniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983. (Coleção Retratos do Brasil; Vol.110).
 BANDEIRA, Muniz. Relações Brasil-EUA no contexto da globalização. Rivalidade emergente. Vol. 2, 2.ed. São Paulo: Editora Senac, 1999, 224p.
 DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.

Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981. 814p.

DREIFUSS, René Armand. O jogo da direita – na nova república. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1989. 294p.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil - ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais). 413p.

FERNANDES, Florestan. Brasil em compasso de espera. São Paulo: Hucitec, 1980. 293p.

FERNANDES, Florestan. A ditadura em questão. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. 164p.

FERNANDES, Florestan. A transição prolongada – o período pós-constitucional. São Paulo: Cortez, 1990. (Biblioteca da educação. Série Economia e política; V.2). 239p.

RIBEIRO, Darcy. Golpe e exílio. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010b. (Darcy no bolso; v.9). 105p.

RIBEIRO, Darcy. Jango e eu. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, Brasília, DF: Editora UNB, 2010. (Darcy de Bolso; V8). 107p.

RIBEIRO, Darcy. O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes. 4.ed., Petrópolis: Vozes, 1988. (Estudos de antropologia da civilização, Vol.III). 278p.

RIBEIRO, Darcy. Tempos turbulentos: relatos do Golpe de 1964. 1.ed. São Paulo: Global, 2014. 253p.

RIBEIRO, Darcy. Testemunho. São Paulo: Siciliano, 1990. 262p.

SODRÉ, Nelson Werneck. Brasil: radiografia de um modelo. Editora Bertrand Brasil S.A: Rio de Janeiro, 1987. 169p.

SODRÉ, Nelson Werneck. O governo militar secreto. Rio de Janeiro: Bertrand. 1987a. 163p.

SODRÉ, Nelson Werneck. Vida e morte da ditadura - 20 anos de autoritarismo no Brasil. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 133p.

Bibliografia Complementar

CORRÊA, Marcos Sá. 1964 visto e comentado pela Casa Branca, segundo os documentos liberados pela Biblioteca Lindon Johnson (Universidade do Texas). Porto Alegre: LPM Editores, 1977. 160p.

FERNANDES, Florestan. A constituição inacabada – vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989. 381p.

FERNANDES, Florestan. Leituras e legados. 1.ed. São Paulo: Global, 2010. 374p.

FERNANDES, Florestan. Que tipo de república. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 253p.

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Estado de Sítio). 350p.

LIMA FILHO, Paulo Alves de. A emergência do novo capital. In: Dowbor, Ladislaw. *At alii* (Orgs.). Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. O golpe de 1964: a vitória e a vitória da ditadura. In.: Revista Projeto História. Vol.20, Nº02, dez de 2004. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9979>. Acesso em: 01-01-2005. São Paulo.

MACEDO, Rogério Fernandes e CERQUEIRA, Roziane Ferreira da Silva. Florestan Fernandes e a apreensão da contrarrevolução brasileira. Anais do Congresso Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 28/11/2011 a 01/12/2011. Disponível em: <http://www.niepmarx.com.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC334F.pdf>. Acesso em: 03-10-16.

O Fenômeno das Fomes Coletivas, segundo Josué de Castro	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-requisito:		

Ementa: Fome coletiva. Fome crônica. Fome oculta. Determinantes históricos da fome. Geografia da fome. Geopolítica da fome.

Bibliografia Básica

CASTRO, J. de. O problema da alimentação no Brasil – seu estudo fisiológico. 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939. (Biblioteca Pedagógica Brasileira; Série 5º, Brasileira, Vol.29). 257p.

_____. Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1965a. (obras escolhidas).

_____. Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, livro II, 1965b. V.1. (Obras escolhidas).

_____. Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, livro III, 1965c. V.2. (Obras escolhidas).

_____. O livro negro da fome. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, livro VII, 1966b. 151p. (obras escolhidas).

_____. De Bandung a Nova Déli: a grande crise do Terceiro Mundo. *Revue Généralé Belge*, nº4, Bruxelas, abril de 1968. In: CASTRO, Anna Maria de (Org.). *Fome, um tema proibido, últimos escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2003.

_____. Geografia da Fome, o dilema brasileiro: *pão ou aço*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 318p.

Bibliografia Complementar

CASTRO, A. M. de. (Org.). *Fome, um tema proibido, últimos escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué de. Documentário do nordeste. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, livro IV, 1965d. 169p. (obras escolhidas).

_____. Ensaios de biologia social. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, livro VI, 1965e. (obras escolhidas).

_____. Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o nordeste, área explosiva. São Paulo: Brasiliense, livro VIII, 1965f. 223p. (obras escolhidas).

_____. Ensaios de geografia humana. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, livro V, 1966. (obras escolhidas).

_____. *Homens e caranguejos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

História Recente da República Brasileira e o Partido dos Trabalhadores	C.H. Total 60	C.H. Distância
--	---------------	----------------

Equivalência:	Pré-requisito:
---------------	----------------

Ementa: História. República brasileira. Partido dos Trabalhadores.

Bibliografia Básica

CAMACHO, Rodrigo Simão. A barbárie moderna do agronegócio versus a agricultura camponesa: implicações sociais e ambientais. *GeoGraphos*, Jan. 2012. Disponível: <http://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/articulos/agricultura-camponesa.pdf>.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Duas décadas de neoliberalismo no Brasil: a economia política da continuidade. *Ciencias Sociales Periferias*. Ano 12, N° 16, Buenos Aires, Argentina, Segundo semestre de 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. O governo Lula: da esperança à realidade. São Paulo: Xamã, 2004.

DE PAULA, João Antônio. Adeus ao desenvolvimento - a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Fattorelli, Maria Lucia e Ávila, Rodrigo. Os números da dívida. Março de 2011. Disponível: www.divida-auditoriacidada.org.br.

Leher, Roberto. A educação no governo Lula da Silva: reformas sem projeto. *Adusp*. Maio de 2005. Disponível: <http://www.adusp.org.br/files/revistas/34/r34a06.pdf>.

LIMA FILHO, Paulo Alves. O golpe de 1964: a vitória e a vitória da ditadura. Projeto História:

cultura e poder - o golpe de 1964 - 40 anos depois. São Paulo: Universidade Pontifícia Católica, N° 29, julho a dezembro de 2004.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Os anos Lula, contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MARICATO, Ermínia. Metrópoles desgovernadas. Estudos avançados, São Paulo, Vol.25, N°71, Abril, 2011. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100002&lang=pt.

MARQUES, Rosa Maria; Nakatani, Paulo. Governo Lula: estagnação e aprofundamento da subordinação financeira. Latinoamericana de Economia. vol. 37, N° 147, out-dez, 2006, p. 241-255, Universidad Nacional Autónoma de México, México.

MATTOS, Marcelo Badaró. Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil. S/d., Disponível: <http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo ao uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. III Encontro Internacional "civilização ou barbárie". Serpa, 2010.
Disponível: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=43:imperialismo.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Rui; RIZEK, Cibele (orgs.). Hegemonia às avessas - economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULANI, Leda Maria. Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo; Boitempo, 2008.

Pinassi, María Orlanda. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. Herramienta. - Ano XV, N° 46, Mar., 2011. ISSN 1852-4710, Disponível: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/o-lulismo-os-movimentos-sociais-no-brasil-e-o-lugar-social-da-politica>.

Pinassi, María Orlanda. Política. Qual política? Itatiba, maio de 2010. 12p. mimeo.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Serviço Social & Sociedade, N°.112, São Paulo. Oct./Dec. 2012. ISSN 0101-6628, Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000400004>.

Sampaio Júnior, Plínio de Arruda. A opção do PT. Disponível: <http://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de. Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009.

Sauer, Ildo. Política energética. Estudos Avançados. Vol.27, N°78, São Paulo, 2013. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000200015>.

SECCO, Lincoln. História do PT, 1978-2010. 2ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

Singer, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. Novos Estudos, N°85, Nov., 2009.

Waiselfisz, Julio Jacobo. Mapa da violência 2012. Disponível: <http://www.slideshare.net/MariaLciaMachado/mapa-da-violncia-no-brasil-2012>.

Bibliografia Complementar

GARCIA, Ciro. PT: de oposição à sustentação da ordem. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

GARCIA, Marco Aurélio e SADER, Emir (Orgs.). Brasil entre o passado e o futuro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Boitempo, 2010.

IASI, Mauro Luis. As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento), São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e seguridade no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTORO, Alberto *at alli*. Fome zero: textos fundamentais. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

VELLOSO, João Paulo dos Reis e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. A verdadeira revolução brasileira: integração de desenvolvimento e democracia, Rio de Janeiro: José Olympio,

2008.

MACEDO, Rogério Fernandes. A ponte para o abismo da miséria brasileira: notas sobre o golpe de 2016 In.:_____. LIMA FILHO, Paulo Alves de; NOVAES, Henrique Tahan (Orgs). Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 273-302.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Um desfecho melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda. In.:_____. LIMA FILHO, Paulo Alves de; NOVAES, Henrique Tahan (Orgs). Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 303-316.

Crise estrutural do capital

C.H. Total 60

C.H. Distância

Equivalência:

Pré-requisito: ECO008

Ementa: História. Capital. Revolução. Contrarrevolução. Crise estrutural.

Bibliografia Básica

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política do capital. Vol. I, Livro I, Tomo 1, 2.ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985b. (Os economistas). 301p.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004, 176p MARX, Karl. A burguesia e a contra-revolução. São Paulo: Ensaio, 1987. 98p.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In:_____. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 145-156.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2005, 256p.

MARX, Karl. A guerra civil na França. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels). 268p.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. Lutas de classe na Rússia. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Marx-Engels). 164p.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. Crítica ao Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels). 140p.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engels). 388p.

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. 1.ed. São Paulo: Global, S/d. (Coleção Bases; Vol. 13). 79p.

MÉSZÁROS, István. Produção destrutiva e Estado capitalista. São Paulo: Ensaio, 1989. V.05. (Cadernos Ensaio. Pequeno formato). p.105.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo ao uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002. 1104p.

MÉSZÁROS, István. Século XXI. Socialismo ou barbárie? Segunda reimpressão, São Paulo: Boitempo, 2006. p.116. (Mundo do trabalho).

Bibliografia Complementar

BACCHI, Sérgio. *La crisis final del capitalismo – el hombre y la máquina*. Santiago: Ernesto Carmona Editor, 2008. 104p.

MERRIMAN, John. A Comuna de Paris – 1871: origens e massacres. Rio de Janeiro: anfiteatro, 2015. 397p.

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007. 396p. (Mundo do trabalho).

MÉSZÁROS, István. A montanha que devemos conquistar. São Paulo: Boitempo, 2015, 191p. (Coleção Mundo do trabalho).

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004. 566 p. (Mundo do trabalho).

Introdução à Matemática	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência: CEX000	Pré-Requisitos:	
<p>Ementa: Teoria dos Conjuntos. Conjuntos Numéricos. Relações. Funções: conceitos, definições, notações, domínio e imagem. Principais funções: modelos matemáticos e aplicações. Funções inversas. Função exponencial. Função Logarítmica.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar: conjuntos e funções. Volume 1. 8 Ed. São Paulo: Atual Editora, 2004.</p> <p>IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar: logaritmos. Volume 2. 9. Ed. São Paulo: Atual Editora, 2004.</p> <p>MORETTIN, P.; BUSSAB, W.; HAZZAR, S. Cálculo: Funções de uma e várias variáveis. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>THOMAS, G. B. Cálculo. Volume 1. 11. Ed. São Paulo: Addison Wesley, 2009.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>CHIANG A. C.; WAINWRIGHT, K. Matemática para Economistas. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2006.</p> <p>GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo. 5. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.</p> <p>IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar: complexos, polinômios e equações - Volume 6. 7. Ed. São Paulo: Atual Editora, 2005.</p> <p>SIMON C. P.; BLUME L. Matemática para economistas. 1. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.</p> <p>STEWART, J. Cálculo. Volume 1. 5. Ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.</p>		
Classe e raça no Brasil	C.H. Total 60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisitos: História Econômica I e ECO010	
<p>Ementa: Capitalismo e escravidão; Sentido da colonização; Escravidão e Racismo; Processo de Abolição da escravatura; Constituição do mercado de força de trabalho; Destino dos negros e libertos; Classe e raça; Superexploração.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>AZEVEDO, Thales de. As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio. Salvador: Edufba, 1996.</p> <p>FEDOSOYEV, F. A teoria marxista das classes e da luta de classes. Revista Mensal de Cultura Política n° 21, 1948.</p> <p>FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. Brancos e negros em São Paulo. São Paulo: Global, 2008.</p> <p>FERNANDES, Florestan. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1976.</p> <p>FERNANDES, Florestan. Integração do Negro na sociedade de classes: ensaio de interpretação sociológica. Volume 1. Rio de Janeiro: Globo, 2008.</p> <p>FERNANDES, Florestan. Integração do Negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era. Volume 2. Rio de Janeiro: Globo, 2008.</p> <p>FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.</p> <p>FERNANDES, Florestan. Significado do Protesto Negro. São Paulo: Cortez, 1989.</p> <p>FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.</p> <p>FERRAZ, Cristiano Lima. Marxismo e teoria das classes sociais. Politeia: História e Sociedade. Vitória da Conquista, Volume 9, n. 1, 2009.</p> <p>IANNI, Octavio. Raça e classes sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.</p>		

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: Nova Classe Média ou Novas Formas de Superexploração da Classe Trabalhadora? Trabalho, Educação, Saúde. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2013.

MARX, Karl. A burguesia e a contra-revolução. IN: BARATA MOURA, José; CITAS, Eduardo; MELO, Francisco; PINA, Álvaro. Karl Marx e Friedrich Engels: Obras Escolhidas. Lisboa: Avante, 1982.

MARX, Karl. Trabalho Assalariado e Capital. IN: BARATA MOURA, José; CITAS, Eduardo; MELO, Francisco; PINA, Álvaro. Karl Marx e Friedrich Engels: Obras Escolhidas. Lisboa: Avante, 1982.

MIGLIOLI, Jorge Lobo. Dominação burguesa nas sociedades modernas. Crítica Marxista. São Paulo, n. 22, 2006.

MOURA, Clóvis. As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MOURA, Clóvis. Brasil: raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

MOURA, Clóvis. Dialética racial do negro brasileiro. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. Dicionário da escravidão negra no Brasil. São Paulo: Edusp, 2005.

MOURA, Clóvis. História do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1994.

PEREIRA DE FARIAS, Franciso. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. Crítica Marxista. São Paulo, n. 28, 2009.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Classe Média e Escola Capitalista. Crítica Mxaxista. São Paulo, n. 21, 2005.

SANTOS, Fernanda Barros dos. Raça e classe no Brasil. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Flávia et. all. Notas acerca das categorias de cor dos censos e sobre a classificação subjetiva de cor no Brasil: 1980/90, Anais da ABEP, 2000.

AZEVEDO, Célia. Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Suprimento de mão-de-obra para a agricultura: um dos aspectos do fenômeno histórico da Abolição. Revista de História, São Paulo, ano XXVII, nº 106, 1976, p. 333-353.

CARDOSO, Ciro Flamarion. (org.). Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difel, 1962.

CASTRO, Hebe M. Mattos. Das cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravagista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 8(16), 1988.

CONRAD, Robert Edgar. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. 4ª ed., São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998 (1ª ed. em 1966).

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

EISENBERG, Peter L. Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil; séculos XVIII e XIX. São Paulo: Unicamp, 1989.

EISENBERG, Peter L. Escravo e Proletário na História do Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, IPE-USP, vol.13, nº1, 1983, p.55-69.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4ªed., São Paulo: Edunesp, 1997.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 27ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GENOVESE, Eugene. A terra prometida: o mundo que os escravos viviam. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo: Ática, 1990.

IANNI, Otávio. As metamorfoses do escravo. São Paulo: Difel, 1962.

KLEIN, H.S. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. Revista Dados, Rio de Janeiro, s.n., nº17, 1978, p.3-27.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, Lana Lage da Gama. Rebeldia negra e abolicionismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MANDARINO, Thiago Marques. A vida através da morte: formação do mercado de trabalho livre e o destino dos negros Rio Claro, (1875-1930). São Paulo: Alameda, 2014.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MATTOSO, Kátia. No Brasil escravista: relações sociais entre libertos e homens livres e entre libertos e escravos. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH, 1(2), 1981.

NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: (1777-1808). 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio Soares de Arruda. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Negro na rua: a nova face da escravidão. São Paulo: Hucitec, 1988.

Intérpretes do Brasil: Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado	C.H. Total	60	C.H. Distância
--	------------	----	----------------

Equivalência: Pré-Requisitos: Economia Brasileira I

Ementa: Caio Prado Jr e o passado colonial; Florestan Fernandes e a contrarrevolução burguesa; Celso Furtado e a construção interrompida.

Bibliografia Básica

FERNANDES, Florestan. A ditadura em questão. São Paulo: TAQ, 1982.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica; prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”. São Paulo: Hucitec, 1979. (Coleção Pensamento Socialista)

FERNANDES, Florestan. Brasil: em compasso de espera – pequenos escritos políticos. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, Florestan. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1976.

FERNANDES, Florestan. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FERNANDES, Florestan. Poder e contrapoder na América Latina. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento – enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. Brasil: a construção interrompida. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Celso Furtado, 2009.

FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. O capitalismo global. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JR., Caio. Esboço dos fundamentos da teoria econômica. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JR., Caio. Evolução Política do Brasil e outros estudos. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Bibliografia Complementar

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos; REGO, José Márcio (orgs.). A grande esperança em Celso Furtado. São Paulo: Editora 34, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

D'INCAO, Maria Angela (org.). História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Unesp, 1989.

D'INCAO, Maria Angela (org.). O saber militante – ensaios sobre Florestan Fernandes. RJ: Paz e Terra; SP: UNESP, 1987.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e luta de classes na América Latina. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil. São Paulo: Difel, 1979.

FURTADO, Celso. A nova dependência: dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso. Criatividade e Dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. Prefácio a nova economia política. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, Milton (org.). Caio Prado Junior: história e sociedade. Salvador: Quarteto Editora, 2011.

PRADO JR., Caio. História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SABOIA, João; CARDIM DE CARVALHO, Fernando José (orgs.). Celso Furtado e o século XXI. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2007.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Entre a Nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

História Econômica e Geral da África	C.H. Total	60	C.H. Distância
--------------------------------------	------------	----	----------------

Equivalência:

Pré-Requisitos:

Ementa: A Disciplina estuda a História Econômica e Geral da África, abordando a relação África-Brasil à partir da segunda diáspora – Escravização dos negros africanos no Brasil, do século XVI em diante. Principais Tópicos Abordados: Introdução ao Estudo sobre a História da África; África: lugar das primeiras descobertas, invenções e instituições humanas; As Diásporas Africanas; Economia e Sociedade na África Antiga; A África subsaariana; A influência africana em outras partes do mundo; A primeira revolução tecnológica da humanidade na África

Bibliografia Básica

ANDRADE FILHO, Ruy. *Os muçulmanos na Península Ibérica*. São Paulo: Contexto, 1989.
BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 3ª reimpressão, 1993.
DIOP, Cheikh Anta. *Origem dos antigos egípcios*. In: História Geral da África, A África antiga, vol. II, São Paulo/Paris: Ática/UNESCO, Org. G. Mokhtar, 1983.
Educação, História e Cultura da África e Afro-brasileira. Uberlândia: Ribeirão Editora, 2007.
FONSECA, Dagoberto J. *A história, o africano e o afro-brasileiro*. In: Cadernos de Formação – Ensino de História, São Paulo: Programa Pedagogia Cidadã, PROGRAD, UNESP, 2004.
FONSECA, Dagoberto José. *CONTRIBUINTES ANTIGOS – REVENDO A CADERNETA E OS FIADOS*. Uberlândia: Ribeirão Editora, 2007. (no prelo)
São Paulo: CEA-USP/SDG-Marinha/CAPES, 1997.

Bibliografia Complementar

ILLER, Joseph C. *A dimensão histórica da África no Atlântico: açúcar, escravos e plantações*. In: A Dimensão Atlântica da África, Org. Fernando A. A. Mourão et. all., MEILLASSOUX, Claude. Antropologia da Escravidão: o ventre de ferro e dinheiro. Tradução de L. Magalhães, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
KI-ZERBO, Joseph (Coord). *História Geral da África – metodologia e pré-história da África*. Trad. B. Turquetti et al. São Paulo/Paris: Ática/UNESCO, 1982.
MAGNOLI, Demétrio. *ÁFRICA DO SUL: África do Sul, Capitalismo e Apartheid*. São Paulo: Contexto, s/d.
M'BOKOLO, Elikia. *África Negra, História e Civilização*. São Paulo: Ática, 2003 (coleção Tempos e Espaços Africanos nº 05).
MOKHTAR, G. *História Geral da África*. São Paulo: Ática, 1983. (vários volumes)

Matemática Comercial e Financeira	C.H. Total	60	C.H. Distância
-----------------------------------	------------	----	----------------

Equivalência: CEX002, CEX036 e CTT302	Pré-Requisitos:
---------------------------------------	-----------------

Ementa: Juros simples e compostos. Descontos simples e compostos. Capitalizações. Empréstimos. Amortizações.

Bibliografia Básica

CRESPO, Antônio Arnot. *Matemática comercial e financeira fácil*. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
MATHIAS, W. F. *Matemática Financeira*. 1986.
PUCCINI, Abelardo. *Matemática Financeira Aplicada*. 1998.
ZENTGRAF, Roberto. *Matemática Financeira Objetiva*. 1999.

Bibliografia Complementar

HORIGUTI, Augusto M e DONADEL, Juliane. *Matemática Comercial e Financeira e Fundamentos de Estatística*. São Paulo: Erica, 2014.
HESSEL, George. *Matemática Financeira completa: e matemática comercial*. São Paulo, FTD, 2002.
MATHIAS, Washington Franco. *Matemática Financeira: 4ª ed*. São Paulo: Atlas, 2004.
PARENTE, Roberto e CARIBE, José R. *Matemática Comercial e Financeira*. São Paulo: FTD, 1996.
TOSI, Armando José. *Matemática Financeira com a Utilização do Excel 2000: 2ª ed*. São Paulo: Atlas, 2002.

Questões Contemporâneas	C.H. Total	60	C.H. Distância
-------------------------	------------	----	----------------

Equivalência: ECO053	Pré-Requisitos: ECO008
----------------------	------------------------

Ementa: Contemporaneidade e ser social; relações sociais capitalistas no período contemporâneo; produção e reprodução do capital na contemporaneidade; economia política e capitalismo contemporâneo; teoria econômica e capitalismo contemporâneo; política, sociologia e antropologia contemporânea, desenvolvimento e suas dimensões na contemporaneidade; ideologia, cultura e arte na contemporaneidade; financeirização e capitalismo contemporâneo, processo de trabalho e capitalismo contemporâneo.

Bibliografia Básica

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. Capitalismo monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BRENNER, R. O Boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CANDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira. São Paulo, Martins, 1959.
- CHESNAIS, F. Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHOSSUDOVSKY, M. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil - ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais). 413p.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.
- HARVEY, David. O novo imperialismo. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HOBBSBAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOBSON. J. A. A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KALECKI. Michal. Teoria da dinâmica econômica. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- KEYNES, J. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Os Economistas.
- LANDES, D. S. Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- LUKÁCS, G. Ontologia do ser social: princípios ontológicos fundamentais em Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- LUKÁCS, Georg. Arte e Sociedade: escritos estéticos 1932-1967, 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. (Pensamento Crítico, 13). 276p.
- LUXEMBURGO, R. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MAGDOFF, Harry. A era do imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos. Cap.03. São Paulo: Hucitec. 1978.
- MARINI, R. M. (1982). Dialéctica de la dependencia. México: Ediciones Era SA.
- MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política do capital. Vol. I, Livro I, Tomo 2, 2.ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985b. (Os economistas). 306p.
- MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004. 568p.
- MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição, São Paulo: Boitempo: 2009. 1104p.
- O'CONNOR, James (1977). USA: a crise do estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- POLANYI, Karl. A grande transformação - as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 306p.
- PRADO JUNIOR, Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense. 1966, 332 p
- RIBEIRO, Darcy. O dilema da América Latina: Estruturas de poder e forças insurgentes. 1.ed.

Petrópolis: Editora Vozes, 1978. (Série Estudos de Antropologia da Civilização).
 SODRÉ, Nelson Werneck. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia. 1997. 167p.
 SODRÉ, Nelson Werneck. História da literatura brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
 VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. In: Ensaio/17-18. São Paulo: Editora Ensaio, 1989, p 399-444.

Bibliografia Complementar

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.
 HILFERDING, R. O capital financeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
 HOBBS, Thomas. Leviatã. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
 LENIN, W. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.
 LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo. Abril Cultural, 1973.
 MANDEL, E. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas/SP: UNICAMP, 1990.
 MANDEL, Ernest. O capitalismo Tardio. Abril Cultural. São Paulo: 1982.
 MILL, John S. Princípios de economia política com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo: Nova cultural, 1996.
 MINSKY, H. Estabilizando uma economia instável. São Paulo: Novo Século, 2010.
 MONTESQUIEU. O espírito das leis. São Paulo. Abril Cultural, 1973.
 PETTY, William (1988). Obras Econômicas. São Paulo: nova cultural. 1996.
 QUESNAY, F. Quadro Econômico. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
 RICARDO, David. Princípios de Economia e tributação. São Paulo, Abril Cultural, Coleção. "Os economistas", 1982.
 ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. São Paulo. Abril Cultural, 1973.
 SMITH, Adam. A riqueza das nações - investigação sobre sua natureza e suas causas.2.Vol. São Paulo: Nova Cultural. 1996.
 SCHUMPETER, J. A. História da análise econômica. Volumes 2 e 3. Brasil; Portugal: Fundo de Cultura, novembro de 1964.
 SCHUMPETER. J. A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro, e o ciclo econômico. 3.ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas).

Desenvolvimento Econômico e Economia Regional	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência: ECO055	Pré-Requisitos: ECO013		

Ementa: Espaço, Território e Região: construção de conceitos fundamentais. Teorias da Localização. Teorias Urbanas: terciário e centro urbano, renda fundiária urbana. Teorias do Desenvolvimento Regional: teoria da estagnação, ciclo vicioso da pobreza, induções inter-regionais do crescimento, teorias da base de exportação, teorias da polarização. Concentração e desconcentração da atividade econômica no espaço. Teorias regionais do ciclo do produto. Sociedade pós-industrial: espacialização e territorialidade.

Bibliografia Básica

BOUDEVILLE, J. *Los espacios economicos*. Buenos Aires: EUDEBA, 1969
 CORAGGIO, J.L. Considerações teórico-metodológicas sobre as formas de organização do espaço e suas tendências na América Latina. Planejamento: 7(1):05-32, jan./mar. 1979.
 DINIZ, C.C., LEMOS, M.B. (Eds.) Economia e território, Ed. UFMG, 2005.
 GUIGOU, Jean-Louis. A terra e o espaço: enigmas para os economistas. In: SANTOS & SOUZA (coords.) O espaço interdisciplinar. São Paulo: Nobel, 1986. (p.105-132).
 HADDAD, P. R. Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.
 LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
 LEME, R. Contribuição à teoria da localização industrial. São Paulo: IPE-USP, 1982.

LEMOS, M.B., A Nova Geografia Econômica: uma leitura crítica. Belo Horizonte: UFMG, Tese de Professor Titular, 2008.
 MARKUSEN, A. Regionalismo: um enfoque marxista. Espaço e Debates, maio 1981.
 PERROUX, F. A Economia do Século XX. Porto: Herder, 1967.
 RIBEIRO, P.; ARMANDO de, L. Iniciação ao estudo da economia regional. Fortaleza: CE, UFC, 1981.

Bibliografia Complementar

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manoel. Global y local. Madrid: Taurus, 1996.
 BRANDÃO, Carlos. A dimensão espacial do subdesenvolvimento. Campinas, 2003. Tese (Livre Docência) – UNICAMP/IE.
 COSTA, J. S., (coord.), (2002), Compêndio de Economia Regional, Coimbra, APDR
 HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
 HARVEY, David. Espaços da esperança. São Paulo: Loyola, 2004.
 HIRSCHMAN. A. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University, 1958.
 KRUGMAN, P., *Geography and trade*. Cambridge, Mass.: MIT, 1991a. 142p.
 MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed regions*, London: Duckworth, 1957.
 SANTOS, M. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
 SANTOS, M. SOUZA, M.A. e SILVEIRA, M.L. Território – globalização e fragmentação. São Paulo: Editora HUCITEC – ANPUR, 2002
 SPÓSITO, M.E. Capitalismo e Urbanização. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 1998.
 STORPER, M. *The regional world*. New York: The Guildford Press, 1997.

Mercado de Capitais	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência: CON122		Pré-Requisitos:	

Ementa: Introdução ao mercado de capitais. Estrutura e dinâmica do mercado de capitais: investidores, mercados primário e secundário, bolsa de valores no Brasil, derivativos. Análise de ações: análise fundamentalista e análise técnica.

Bibliografia Básica

BULGARELLI, W. Manual das sociedades anônimas. São Paulo, Atlas, 2001.
 HULL, J. Introdução aos mercados futuros e de opções. São Paulo: BM&F, 2000.
 PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de capitais: fundamentos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
 SILVA NETO, L. A. Derivativos: definições, emprego e risco. São Paulo: Atlas, 2000.
 TAVARES BORBA, J.E. Das debêntures. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

Bibliografia Complementar

ANDREZO, A. F.; LIMA, I. S. Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais. 2 ed. São Paulo: Thomson, 2002.
 ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
 BODIE, Z.; MERTON, R. C. Finanças. Porto Alegre: Bookman, 2002.
 FORTUNA, E. Mercado financeiro: produtos e serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
 GITMAN, L. J. Princípios da administração financeira. 10 ed. São Paulo: Pearson Education, 2004.
 LEITE, Hélio de Paula; SANVICENTE, Antônio Zoratto. Índice BOVESPA (Um Padrão para os Investimentos Brasileiros). São Paulo: Atlas, 1995.
 MELLAGI Fº, Armando. Mercado financeiro e de capitais. São Paulo: Atlas, 1993.
 NORONHA, Marcio. Análise técnica: teorias, ferramentas e estratégias. 3 ed. Rio de Janeiro:

Editec, 2003.

ROSS, S. A. Administração financeira: corporate finance. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RUDGE, Luiz Fernando. Mercado de capitais. Belo Horizonte: CNBV, 1998.

Teoria Microeconômica IV

C.H. Total 60 C.H. Distância

Equivalência: ECO058

Pré-Requisitos: ECO020

Ementa: Fundamentos de microeconomia: equilíbrio geral, teoria do bem estar, falhas de mercado, assimetria de informação, funções do estado na economia. Conceitos aplicados à análise da concorrência e regulação: índices de concentração industrial; mercados relevantes, diferenciação de produtos; barreiras à entrada, o modelo Estrutura-Condução-Desempenho, mercados contestáveis. Defesa da concorrência: poder de mercado e determinação de preços; princípios gerais de defesa da concorrência e a experiência brasileira. Regulação econômica: o monopólio natural e a regulação via preços; teoria da captura; a regulação segundo a experiência norte americana, europeia e a brasileira.

Bibliografia Básica

FIANI, R. Teoria da Regulação Econômica: estado atual e perspectivas futuras. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, s/d (Texto para discussão).

KUPFER, D. Barreiras Estruturais à Entrada. In: KUPFER, D & HASENCLEVER, L. Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

LOSEKANN, L & GUTIERREZ, M. Diferenciação de Produtos. In: KUPFER, D & HASENCLEVER, L. Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

MANKIWI, N. G. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

MELLO, M. T. L. Defesa da Concorrência. In: KUPFER, D & HASENCLEVER, L. Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

PINDYCK & RUBINFELD. Microeconomia. 7a. edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

PINTO JR, H.Q. & FIANI, R. Regulação Econômica. In: KUPFER, D & HASENCLEVER, L. Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

RESENDE, M. & BOFF, H. Concentração Industrial. In: KUPFER, D & HASENCLEVER, L. Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

VARIAN, H. R. Microeconomia: Princípios Básicos. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Bibliografia Complementar

CARLTON, D., PERLOFF, J. Modern Industrial Organization. N. York: Harper Collins, 2a edition, 2000.

DE PAULA, G.M.; AVELLAR, A.P. Reforms and Infrastructure Regulation in Brazil: The experience of ANTT and Antaq". The Quarterly Review of Economics and Finance, 2007.

GAMA, M.M. A Teoria Antitruste no Brasil: fundamentos e estado da arte. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2005 (Texto para discussão).

KREPS, D. A Course in Microeconomic Theory. Princeton: Princeton University Press, 1990.

MATIAS-PEREIRA, J. Defesa da Concorrência e Regulação Econômica no Brasil. Revista de Administração Contemporânea, Vol. 10, nº. 2. Curitiba, Abr/jun, 2006.

PINHEIRO, A.C. Regulatory Reform in Brazilian Infrastructure: where do we stand? Rio de Janeiro, IPEA, 2003 (Texto para discussão).

POSSAS, M. L. Estruturas de Mercado em Oligopólio. São Paulo: Hucitec, 1985.

_____. Eficiência Seletiva: uma Perspectiva Neo-Schumpeteriana Evolucionária sobre Questões Econômicas Normativas. Revista de Economia Política, Vol 24. nº1, jan/mar, 2004.

_____. Limites normativos da análise econômica antitruste. Seminários de Pesquisa IE/UFRJ,

2009.

POSSAS, M., MELLO, M. T. “Comentários aos Anteprojetos de Lei para a Criação da Agência Nacional de Defesa do Consumidor e da Concorrência (ANC) e Modificação da Lei 8.884/94”. In: Boletim de Conjuntura, IE/UFRJ, 20(4), dez, 2000.

Resoluções do CADE, vários números.

SALGADO, L.H. Agências Regulatórias na Experiência Brasileira: um panorama do atual desenho institucional. Rio de Janeiro, IPEA, 2003 (Texto para discussão).

SUZIGAN, W. e VILLELA, A.V. Industrial Policy in Brasil. Campinas, IE/UNICAMP, 1997.

VISCUSI, W.; VERNON, J. & HARRINGTON, J. Economics of Regulation and Antitrust.

Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.

Economia Mineira

C.H. Total 60

C.H. Distância

Equivalência:

Pré-Requisitos: ECO013

Ementa: Definição de economia regional. Caracterização socioeconômica de uma região. O Espaço econômico. A organização urbana. Os desequilíbrios regionais e concentração das atividades. Aspectos Econômicos Mineiros. Raízes históricas - décadas de 1930 e 1940. Década de 1950 - montagem de infraestrutura. A década de 1960 setores agrícola e industrial. Década de 1970 - a arrancada industrial mineira. Aspectos estruturais da economia de Minas Gerais. O olhar para o Vale do Mucuri.

Bibliografia Básica

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Mitologia da mineiridade: imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo. 1989

BOMENY, Helena. Mineiridade dos modernistas: A república dos mineiros. IUPERJ. Tese de doutorado. 1991.

CANO, Wilson (2000). Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.) (2000). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

CANO, Wilson (2002). Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil. Campinas, Editora da Unicamp.

CARVALHO, José Murilo de. Ouro, Terra e Ferro: vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). João Pinheiro e as Origens do Desenvolvimento Mineiro. Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.p.79-108.

CHAVES, Marilena. Economia Mineira: avaliações e perspectivas. Seminário sobre economia mineira. Anais. Belo Horizonte: CEDEPLAR, FACE/UFMG, 1990.

DE PAULA, João Antonio. Raízes da Modernidade em Minas Gerais. Editora Autentica 2000. Economia Mineira 1989. Diagnósticos e Perspectivas. Volume V. Aspectos Sociais e Regionais. Pag. 105-141. ECONOMIA mineira 1989: diagnóstico e perspectivas. Belo Horizonte: BDMG, 1989. 5 v. em 7.

DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1ª edição, 1981.

DULCI, O. S. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte; Editora UFMG, 1ª edição 1999.

GEPAF – Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar. Atualização do plano de desenvolvimento territorial rural sustentável: Território da cidadania Vale do Mucuri - MG/Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró- reitoria de Extensão. Teófilo Otoni: UFVJM, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque. "Metais e Pedras Preciosas", In: História Geral da Civilização Brasileira HGCB. tomo I, vol. 2, São Paulo, Difusão Européia do Livro, p. 259-310, 1960.

PEREIRA, Camila Amaral. João Pinheiro da Silva: organização nacional e dinâmica econômica (1890-1908). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. 2016.

SANTOS, M. A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. Companhia Editora Nacional. Editora da

Universidade de São Paulo. 1ª edição, 1968.

VISCARDI, Cláudia M. R. Minas Gerais no Convênio de Taubaté: uma abordagem diferenciada. Curitiba, UFPR. 1999

WIRTH, John D. O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira/ John D. Wirth; tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos brasileiros; v.50)

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, Carlos Antonio: Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes anotações para uma agenda para o desenvolvimento territorializado. Revista Paranaense de desenvolvimento, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004. Disponível em: www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/carlos_brandao.pdf

CANO, Wilson (1988). Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico pós 1930, in Anais do VI Encontro Nacional da ABEP. Disponível em:

<http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=305&nivel=1>

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira: Produção Teórica em Economia Regional: Uma proposta de sistematização. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, Vol. 2, No 1 (2008). Disponível em: <<http://www.revistaaber.com.br/index.php/aber/issue/view/1>>

GEORGE; Camarano, ANA A.; NEUPERT, Ricardo; BELTRÃO, Kaizô: A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas in Anais do VI Encontro Nacional da ABEP, Olinda, 1988, vol. 2, pp. 19-65. Disponível em:

<http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=305&nivel=1>

NETO, Leonardo Guimarães: Desigualdades e Políticas Regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. Revista Planejamento e Políticas Públicas Nº 15 - JUN DE 1997. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp15/leonardo.pdf>>

FARIA, Vilmar (1978). O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. Anais do I Encontro da ABEP. Disponível em <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=074&nivel=1> Martine

Economia da Internet	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisitos: ECO020		

Economia da Informação: informação, custos e mercados na análise microeconômica tradicional; assimetria de informação, bem estar e estruturas de mercado; mercados contestáveis, teoria dos custos de transação e indústrias em rede. Propriedade Intelectual e Regulação. Economia e Sociedade na era da Informação e Internet: sociedades em rede, economia de plataforma e economia da vigilância e seus desdobramentos sociais.

Bibliografia Básica

BOLAÑO, C. Indústria cultural, Informação e capitalismo. São Paulo: Hucitec, 2000.

BRUNO, F et. all (org). Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede – 20ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HERSCOVICI, A. Economia da Informação, Redes Eletrônicas e Regulação: elementos de análise. Revista de Economia Política. Vol. 24, Número 1, 2004.

_____. Economia da Cultura e da Comunicação. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

KUPFER, D e HASENCLEVER, L. Economia Industrial: elementos teóricos e práticos no Brasil – 2ªed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

MOUNK, Y. O Povo Contra a Democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PARISER, E. O Filtro Invisível: o que a Internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PINDYCK, R. e RUBINFELD, D. Microeconomia. 7a. edição. São Paulo: Pearson Education do

Brasil, 2010.

SHAPIRO, C. e VARIAN, H. Economia da Informação: como os princípios econômicos se aplicam à era da Internet. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

SOUZA, J; AVELINO, R e SILVEIRA, S (org). A Sociedade do Controle: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2018.

SUMPTER, D. Dominado pelos Números: do Facebook às fakes News os algoritmos e controlam nossa vida. Rio de Janeiro: Bertrand, 2019.

Bibliografia Complementar

AROW, K. Limited Knowledge and Economic Analysis. American Economic Review, Vol 64, No. 1, 1974.

BAUMOL W, Contestable Markets: an uprising in the theory of industry structure. American Economic Review, vol 72, No.1, 1982.

DENG, X e GRAHAM, F. Internet and Network Economics. Berlin, Springer, 2007.

SALOP, S. Information and Monopolistic Competition. American Economic Review, Vol. 66, No. 2, 1976.

SCHROEDER, R. Social Theory After Internet: media, technology and globalization. London: UCL Press, 2018.

SRNICEK, N. Platform Capitalism. London: Polity Press, 2016.

STIGLITZ, J. The Contributions of the Economics of Information to the Twentieth Century Economics, The Quarterly Journal of Economics, 2000.

SUSTEIN, C. #Republic: divided democracy in the age of social media. Princeton: Princeton University Press, 2017.

ZUBOFF, S. The Age of Surveillance Capitalism: the fight for human future at the new frontier of power. New York: Public Affairs, 2019.

WILLIAMSON, O. The Theory of the Firm as Governance Structure: from choice to contract. Journal of Economic Perspectives. Vol.16, No. 3, 2002.

WU, T. The Attention Merchants: the epic scramble to get inside our heads. New York: Vintage Books, 2016.

Contabilidade e Análise de Empresas	C.H. Total	30	C.H. Distância
Equivalência:	Pré-Requisitos:		
Análise de empresas através do balanço patrimonial. Demonstração de Resultado de Exercício. Entendimento dos conceitos contábeis básicos. Interpretações econômicas das informações contábeis, técnicas de análise do balanço patrimonial.			
Bibliografia Básica			
BLATT, A. Análise de Balanços. São Paulo: Pearson Education, 2001.			
MARION, J. C. Contabilidade Básica. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2018			
MATARAZZO, D. C. Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REIS, A. Demonstrações Contábeis: Estrutura e Análise. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			
SILVA, J. P. da. Análise Financeira das Empresas. 8ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
Bibliografia Complementar			
BEGALLI & PEREZ JUNIOR. Glauco Antonio, José Hernandez. Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços: análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 10ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
MARION, J.C. Contabilidade Empresarial. 16ª. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MARION, J.C. Análise das Demonstrações Contábeis. 7ª. Ed. Atlas, 2012.			
MULLER, Aderbal Nicolas. Contabilidade Básica fundamentos essenciais. São Paulo: Pearson			

Quadro 9 - Disciplina optativa

Língua Brasileira de Sinais – Libras (Disciplina Optativa – Decreto 5626/2005)	C.H. Total	60	C.H. Distância
Equivalência: CEX103	Pré-Requisitos: *****		
<p>Ementa: A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua oficial e natural da comunidade surda brasileira; Conceito e classificação de surdez; Sujeito surdo: diferença, cultura e identidade; Políticas públicas educacionais para surdos; inclusão e filosofias educacionais na educação de surdos; Princípios básicos da LIBRAS.</p> <p>Bibliografia Básica CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2001. v.1, v.2. BRITO, L. F. Integração social & educação de surdos. Rio de Janeiro: Babel, 1993. GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa abordagem sóciointeracionista. São Paulo: Plexus, 1997. QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed. 1997a. SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SEMINÁRIO SOBRE LINGUAGEM, LEITURA E ESCRITA DE SURDOS. Anais do I Seminário sobre Linguagem, Leitura e Escrita de Surdos. Belo Horizonte: CEALE-FaEUFMG, 1998. SKLIAR, C. (Org). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.</p> <p>Bibliografia Complementar BOTELHO, Paula. Linguagem e Letramento na Educação de Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. BRITO, L F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças. João Pessoa: Arpoador, 2000. LEITE, E. M. C. Os papéis dos intérpretes de LIBRAS na sala de aula inclusiva. Petrópolis: Arara Azul, 2005. LODI, A. C. B., HARRISON, K. M. P., CAMPOS, S. R. L., TESKE, O. (orgs). Letramento e Minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>			

11.1. Estágio Supervisionado não obrigatório

O estágio é entendido como um ato educativo, de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionado ao discente pela participação em situações reais de vida e trabalho em seu meio, realizado em ambiente externo ou interno à universidade. O Curso de Ciências Econômicas possui o estágio supervisionado não obrigatório, atividade opcional, acrescida à carga horária das atividades complementares.

O estágio supervisionado não obrigatório do discente matriculado no Curso de Ciências Econômicas segue a regulamentação prevista pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Resolução Nº 21 – CONSEPE, de 25 de julho de 2014, e a Resolução nº 17 CONSEPE, de 24 de agosto de 2016. O curso não conta com regulamento específico para o estágio supervisionado, seguindo a própria Resolução Nº 21 – CONSEPE, que explicita que é facultado aos colegiados criar normas adicionais às já previstas.

Para a realização do estágio em instituições concedentes é celebrado convênio de concessão de estágio entre a UFVJM e as mesmas, no qual estão acordadas todas as condições de realização do estágio e as atribuições de cada parte envolvida. É vedado ao discente iniciar o estágio antes da publicação do Termo de Convênio e a assinatura do Termo de Compromisso pelos representantes legais.

O estágio é realizado sob orientação de um professor que cumpre a função de Coordenador de Estágio, designado pelo Colegiado do Curso, e é acompanhado de um Supervisor na instituição concedente.

São exigidas as seguintes documentações para a realização do estágio supervisionado não obrigatório²⁵:

I) Termo de Compromisso de Estágio;

II) Plano de Atividades do Estagiário a serem realizadas na Instituição Concedente, aprovado pelo Coordenador de Estágio;

III- Ficha de Avaliação do Estágio, preenchida pelo supervisor de estágio da Instituição Concedente;

IV- Relatório Final das Atividades de Estágio, elaborado pelo estagiário ao término do estágio, para avaliação pelo Coordenador de Estágio.

Todo estágio supervisionado não obrigatório requer a concessão de bolsa ou outra forma de auxílio financeiro ao estagiário, bem como auxílio transporte. O estudante terá também um seguro contra acidentes pessoais, contratado pela Instituição Concedente.

²⁵ Por conta da Covid-19, excepcionalmente durante a pandemia há uma instrução normativa da Prograd 01/2020, que é seguida pelo curso de Ciências Econômicas, com documentação adicional requerida como: Termo de ciência e concordância para realização do estágio não obrigatório; e Declaração de responsabilidade da instituição concedente quanto ao cumprimento de medidas de prevenção e controle da disseminação do coronavírus nas suas dependências para fins de realização do estágio.

O estagiário poderá ser desligado do estágio nas seguintes condições:

I- a qualquer tempo, no interesse da Instituição Concedente;

II- a qualquer tempo, a pedido do Estagiário;

III- em decorrência do descumprimento do Termo de Compromisso de Estágio e do Plano de Atividades do Estagiário;

IV- pela interrupção do curso, por trancamento, desistência ou desligamento.

Embora o estágio supervisionado não seja obrigatório, ele é incentivado pelo curso de modo que o discente possa ter uma boa inserção no mercado de trabalho, atuando em atividades práticas da profissão de economista em empresas e/ou outras instituições locais. O estágio supervisionado não obrigatório é uma oportunidade para o discente ter um primeiro contato com as competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso e que devem ser atributos do egresso.

11.2. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mais do que um elemento-chave para a integralização curricular, é um exercício que incorpora a oportunidade e o desafio de aprender e praticar os aspectos metodológicos próprios do processo de pesquisa científica no âmbito das Ciências Econômicas. Nesse sentido, objetiva ampliar a capacidade criativa do aluno de desenvolver e expor argumentos de maneira articulada e formalmente correta, além de proporcionar o exercício da competência técnica compromissada com a realidade socioeconômica, política e cultural do país.

O TCC é um componente curricular obrigatório, integrante do currículo do Curso de Ciências Econômicas e requisito essencial para a formação profissional do economista. Como tal, sua elaboração está regida pelas normas da UFVJM.

A elaboração do trabalho final do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri é constituída de 5 etapas: Metodologia Científica, Técnicas de Pesquisa em Economia, Pesquisa e Extensão em Economia, Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II.

O TCC do curso de Ciências Econômicas deve ser estruturado obrigatoriamente na forma de monografia, devendo ser realizado individualmente. Vale salientar neste ponto que a pesquisa e a escrita são individuais, ainda que o debate em torno da temática e todo o processo de aprendizagem para que ele chegasse até o tema de sua pesquisa e o desenvolvesse tenha sido coletivo - dada a exposição anterior sobre a relação estabelecida no curso entre Ensino, Pesquisa e Extensão a partir da troca de saberes entre comunidade interna e comunidade externa à UFVJM.

O TCC é constituído por trabalho de revisão da literatura; e/ou trabalho de exposição de determinado tema com produção de conhecimento ou aplicação prática; e/ou trabalho original de pesquisa. A avaliação de cada etapa do mesmo será realizada conforme regras estabelecidas em regulamento específico do Colegiado do Curso.

A figura do orientador é obrigatória, sendo imprescindível a sua participação na condução dos trabalhos. O orientador deve ser um professor vinculado à UFVJM.

Diante disso, compete ao professor orientador:

- I. Orientar o aluno na elaboração, desenvolvimento e redação do TCC;
- II. Zelar pelo cumprimento de normas e prazos estabelecidos;
- III. Indicar o coorientador, quando for o caso;
- IV. Instituir a Banca Examinadora do TCC, em comum acordo com o orientado;
- V. Diagnosticar problemas e dificuldades que estejam interferindo no desempenho do aluno e orientá-lo na busca de soluções;
- VI. Agir com discrição na orientação do aluno, respeitando-lhe a personalidade, as limitações e suas capacidades;
- VII. Manter o professor de TCC II ou a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas informada oficialmente sobre qualquer eventualidade nas atividades desenvolvidas pelo orientado, bem como solicitar das mesmas providências que se fizerem necessárias ao atendimento do aluno;
- VIII. Solicitar a intervenção do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas em caso de incompatibilidade entre orientador e orientado.

E, compete ao orientado:

- I- Escolher, sob consulta, o seu orientador, comunicando oficialmente ao professor de Técnicas de Pesquisa em Economia, apresentando termo de aceite de orientação assinado pelo professor orientador;
- II- Escolher, em comum acordo com o orientador, o tema a ser desenvolvido no TCC;
- III- Conhecer e cumprir as normas e prazos estabelecidos para o desenvolvimento do TCC;
- IV- Respeitar e tratar com urbanidade o orientador e demais pessoas envolvidas com o TCC;
- V- Demonstrar iniciativa e sugerir inovação nas atividades desenvolvidas;
- VI- Buscar a qualidade e o mérito no desenvolvimento do TCC;
- VII- Expor ao orientador, em tempo hábil, problemas que dificultem ou impeçam a realização do TCC, para que sejam buscadas as soluções;
- VIII- Comunicar ao professor de TCC II ou a Coordenação do Curso quaisquer irregularidades ocorridas durante a realização do TCC, visando o seu aperfeiçoamento, observados os princípios éticos.

11.3. Atividades Complementares

As Atividades Complementares (ACs) do Curso de Ciências Econômicas englobam práticas acadêmicas de múltiplos formatos, muitas delas não previstas no rol de unidades curriculares contidas na Estrutura Curricular do Curso. As ACs visam a possibilitar uma flexibilização da sequência curricular cursada pelo discente, de maneira a lhe garantir traçar parte de sua trajetória de formação de maneira autônoma. São, portanto, atividades transversais que devem ser desenvolvidas ao longo do curso.

As atividades complementares do Curso de Ciências Econômicas constituem uma prática obrigatória à conclusão do curso por parte dos discentes. Considera-se atividade complementar toda e qualquer atividade não compreendida nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas e atividades do Curso de Ciências Econômicas. As atividades complementares constituem-se componentes curriculares enriquecedores, que abrangem a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente e contextualizada atualização, que possibilitam ao aluno vivências acadêmicas compatíveis com as relações do mercado de trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

As atividades complementares para fins de registro acadêmico da carga horária dividem-se em: Grupo 1: Atividades de ensino e publicação; Grupo 2: Atividades de pesquisa e publicação; Grupo 3: Atividades de extensão, cultura, esporte e publicação; Grupo 4: Atividades de representação estudantil e Grupo 5: Capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística. . O discente deve obter aproveitamento em pelo menos 03 (três) grupos de Atividades Complementares, sendo que a cada grupo está designada a carga horária máxima de 160 horas.

O aproveitamento, análise e conferência do total de horas de atividades complementares são de competência da Comissão Supervisora de Atividades Complementares, com base na Resolução nº. 5 CONSEPE, de 23 de abril de 2010 e Resolução nº 33, de 14 de dezembro de 2021, e regulamentação própria do Curso de Ciências Econômicas, estabelecida pelo Colegiado de Curso. Para aproveitamento das atividades complementares exige-se a apresentação de documentação comprobatória à Comissão Supervisora de Atividades Complementares no decorrer dos primeiros 60 (sessenta) dias do 10º (décimo) período do curso.

As atividades complementares associadas ao Ensino correspondem: a frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da instituição ou em outra Instituição de Ensino Superior, na mesma área de formação ou em áreas afins, a critério da Comissão Supervisora, bem como participação em monitorias; em minicursos acadêmicos e cursos acadêmicos de curta-duração; em projetos de ensino; e realização de cursos de formação em idiomas.

As atividades complementares associadas à Pesquisa dizem respeito à participação de estudantes em projetos de pesquisa ou investigação científica; a publicação científica e de documentos de autoria e coautoria do discente; premiação em concursos de caráter regional, nacional e/ou internacional em economia e áreas afins; participação, organização e apresentação em eventos, palestras, debates, seminários, simpósios, colóquios e congressos; presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Constituem atividades complementares associadas à Extensão, a participação a participação em ações de extensão que possuem relações com a formação do discente em economia e áreas afins; o comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, semanas acadêmicas, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros; participação em grupos artístico-culturais e em Programas Tutoriais (PET e Outros); presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado. As atividades complementares de Extensão que serão computadas dentro das 300 horas de Extensão exigidas para integralização do curso deverão ser certificadas.

Consideram-se como Atividades Complementares associadas à representação estudantil a participação de discentes em órgãos colegiados, conselhos e entidades de representação estudantil.

Constituem Atividades Complementares associadas à Capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística: estágios não obrigatórios; participação em empresa júnior; bolsa atividade; atividade comunitária; trabalhos voluntários, atividades em movimentos sociais; atividade profissional específica comprovada na área de Economia; e doação de sangue.

A especificação e normatização estão previstas no Regulamento das Atividades Complementares para o Curso de Ciências Econômicas, expostas no Anexo 1 deste PPC. Cumpre ressaltar que os discentes terão que obrigatoriamente cursar 80 horas de atividades complementares de Extensão²⁶ do total de 180 horas de atividades complementares para perfazer o percentual de 10% da carga horária total do curso em Extensão, conforme destacado anteriormente.

11.4. Integralização

De acordo com a Resolução CNE/CES n. 2/2007, os cursos de graduação que fazem parte do grupo de carga horária mínima entre 3.000h e 3.200h, o que engloba as Ciências Econômicas, teriam um limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos. A mesma resolução diz, entretanto, que “a integralização distinta das desenhadas nos cenários poderá ser praticada desde que o Projeto

²⁶ Novamente, é importante lembrar que esse volume de horas de ACs em Extensão pode ser ampliado em mais 60 horas, caso o discente decida não cursar uma unidade curricular eletiva de 60h, ofertada pelo curso, voltada à Extensão.

Pedagógico justifique sua adequação” (CNE/CES, 2007, p.1).

Este novo PPC mantém o prazo mínimo de 10 semestres (5 anos) e máximo 14 semestres (7 anos). O tempo mínimo de 5 anos se justifica pelo fato de ele ser um curso noturno e fazer parte de uma universidade que tem como um dos seu principais propósitos atender não somente a cidade de Teófilo Otoni, onde está localizado o campus do Mucuri e o curso de Ciências Econômicas, como toda uma demanda por ensino superior de seu entorno, composto por diversos pequenos municípios. De acordo com o IBGE, só a mesorregião do Vale do Mucuri, sem contar o Vale do Jequitinhonha, é composta por 23 municípios.

Dadas as características de atendimento de diversos estudantes de outros municípios; o fato de que parte dos estudantes do curso necessita realizar deslocamentos em ônibus intermunicipais para cursar suas aulas; que é sabido que tais transportes só conseguem chegar ao campus próximo ao horário das 19h, pois não atendem somente alunos da UFVJM, mas de faculdades privadas localizadas em Teófilo Otoni; que parte dos estudantes de um curso noturno trabalha no período diurno; que um curso de Ciências Econômicas deve oferecer, no mínimo, carga horária total de 3.000h, o curso de Ciências Econômicas da UFVJM não pode iniciar suas aulas antes das 19h. É fundamental salientar, portanto, que sem o prazo mínimo de 5 anos o curso não conseguiria dar conta das suas 3.000 horas. Do contrário, suas aulas teriam que começar antes das 19h, o que comprometeria boa parte dos estudantes hoje atendidos pelo curso²⁷.

No Brasil, a maioria dos cursos de Ciências Econômicas é ofertada no período diurno. Esses sim conseguem fixar um prazo de integralização de 4 anos. Mas uma oferta diurna não pode se equivaler a uma oferta noturna, sem as características acima elencadas. É importante ainda acrescentar que cursos de Ciências Econômicas de grandes centros, quando ofertados no período noturno, também possuem, em sua maioria, 5 anos de prazo mínimo para integralização. Não se trata, portanto, de uma novidade o curso de Ciências Econômicas da UFVJM também ter 5 anos, mas uma situação comum, e que ocorre em outras universidades de referência no país. Podem ser mencionados como exemplos os cursos noturnos de Economia da Faculdade de Economia e Administração FEA-USP, localizado em São Paulo, o da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), localizado em Campinas, o da Universidade Federal Fluminense (UFF), localizado em Niterói, e o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Vale ressaltar que, em situações excepcionais, decorrentes da oferta (cursos de verão, por exemplo) e de rendimentos especiais (discentes que conseguem acumular unidades curriculares

²⁷ Destaca-se ainda que o estágio supervisionado no curso de Ciências Econômicas não é obrigatório, sendo sua carga horária computada como atividades complementares, quando o discente facultativamente realizar estágio. Nesse sentido, diferentemente de outros cursos noturnos com carga horária total de 3.000h cujo estágio é obrigatório e realizado principalmente no período diurno, no caso das Ciências Econômicas da UFVJM, a maior parte das 3.000 horas da estrutura curricular do curso concentra-se na oferta de disciplinas obrigatórias e eletivas no período noturno.

voltadas à elaboração de TCC ao mesmo tempo que cursam outras unidades), o estudante poderá integralizar o Curso de Graduação de Ciências Econômicas da UFVJM em tempo inferior ao mínimo estabelecido neste PPC, com possibilidade de integralização em 9 semestres (4,5 anos).

15. TRANSIÇÃO ENTRE ESTRUTURAS CURRICULARES

A matriz curricular proposta neste PPC apresenta algumas diferenças em relação à anterior, com inserção, supressão e realocação de unidades curriculares. Essa reorganização não significa que o curso deixou de ofertar os conteúdos obrigatórios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, mas sim que estes foram reorganizados.

Dentre as unidades curriculares inseridas está a unidade Pesquisa e Extensão em Economia que tem o intuito de auxiliar previamente os discentes no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) e propor atividades de Extensão vinculadas à Pesquisa e ao Ensino. O Colegiado de Curso e o NDE identificaram o desenvolvimento do TCC como um dos motivos para o adiamento da conclusão do curso e para a evasão nos períodos finais, de modo que essa nova unidade poderá auxiliar neste processo.

Foram criadas 8 unidades curriculares eletivas a fim de dar maior flexibilidade à grade e maior autonomia ao discente. Foram suprimidas as seguintes unidades curriculares que até então eram obrigatórias: Matemática I, Ciência Política, Questão Agrária no Brasil, Economia Solidária, História do Pensamento Econômico e Social e Capitalismo Contemporâneo. Todas as unidades que foram excluídas permanecem ainda na estrutura curricular como unidades curriculares eletivas, garantindo o aproveitamento dos créditos aos discentes que já as tiverem cursado e que optarem pela migração para a nova matriz curricular. Em todos os casos, a exclusão da UC não significou a completa exclusão dos conteúdos dessa unidade curricular da grade. Algumas considerações sobre essa realocação de conteúdo seguem abaixo para uma melhor compreensão.

História do Pensamento Econômico e Social (HPES)

Neste novo PPC, o curso de Ciências Econômicas transformou a unidade curricular que era obrigatória no PPC anterior, denominada História do Pensamento Econômico Social, em uma unidade curricular eletiva. O curso entende que história do pensamento econômico é um conteúdo abordado de maneira transversal no curso, mas, sobretudo, está incluso em duas unidades curriculares obrigatórias denominadas Economia Clássica e Economia Neoclássica. A parte relativa ao pensamento da América Latina perpassa uma eletiva denominada Formação Econômica da América Latina. Desta forma, o curso não deixa de ofertar conteúdos relativos à história do pensamento econômico, como prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais, mas reorganiza a sua oferta.

Formação Econômica do Capitalismo (FEC)

Neste novo PPC, o curso de Ciências Econômicas transformou a unidade curricular denominada Formação Econômica do Capitalismo, anteriormente obrigatória, em uma unidade curricular eletiva. O conteúdo desta unidade, no entanto, continuará, em parte, sendo oferecido em História Econômica I, portanto, sendo equivalente a essa unidade curricular, e organizando o número de unidades curriculares voltadas à formação histórica dando-lhes denominação mais próxima e sequencial: História Econômica I, II e III.

Questão Agrária no Brasil

Neste novo PPC, o curso de Ciências Econômicas transformou a unidade curricular Questão Agrária no Brasil, antes obrigatória, em uma unidade curricular eletiva. Este conteúdo não faz parte da obrigatoriedade das Diretrizes Curriculares Nacionais, de modo que sua exclusão dá flexibilização e autonomia ao aluno, podendo escolher cursá-la ou não. O tema questão agrária não deixa de ser abordado no curso, não só com a eletiva mencionada acima, mas também por meio de outra unidade curricular eletiva denominada “O Brasil no Século XXI: Questão Agrária, Agronegócio e Governo Lula”.

Capitalismo Contemporâneo

Neste novo PPC, o curso de Ciências Econômicas transformou a unidade curricular Capitalismo Contemporâneo, antes obrigatória, em uma unidade curricular eletiva. Este conteúdo não faz parte da obrigatoriedade das Diretrizes Curriculares Nacionais, de modo que sua exclusão dá flexibilização e autonomia ao aluno, podendo escolher cursá-la ou não.

Matemática I

O curso entende que satisfaz as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais sobre conteúdos da matemática e seus avanços, ofertando duas unidades curriculares obrigatórias denominadas Matemática Econômica I e Matemática Econômica II. Com essa oferta, o curso substitui três unidades curriculares obrigatórias de Matemática que havia no seu PPC anterior. Essas duas UCs tornam-se mais próximas à função de economista, como a própria nomenclatura diz. A Matemática Econômica I é uma unidade curricular obrigatória que parte de conteúdos introdutórios à matemática, ao mesmo tempo que chega a conteúdos um pouco mais avançados da Matemática. Já a Matemática Econômica II trabalha conteúdos ainda mais avançados do que a anterior e tem a preocupação de atender satisfatoriamente a matemática necessária voltada à formação de economistas. É importante mencionar que o curso ofertará também uma terceira

unidade curricular eletiva, denominada Introdução à Matemática, que será voltada principalmente aos alunos que chegam do Ensino Médio à Graduação com dificuldades em conteúdos muito básicos da matemática e que deveriam ter sido tratados no Ensino Médio satisfatoriamente.

Ciência Política

A unidade curricular Ciência Política foi excluída do novo PPC. No entanto, vale mencionar que o conteúdo de Ciência Política percorre unidades curriculares obrigatórias. Entre as discussões importantes da Ciência Política estão as teorias sobre o Estado, as contrarrevoluções, as revoluções burguesas, a democracia e a constituição do Estado de Bem-Estar Social. Tais temas são parte de unidades curriculares obrigatórias neste novo PPC. Em Economia do Setor Público há uma discussão sobre concepções teóricas da natureza do Estado. Em Direito e Economia, há o tema da democracia. Além disso, o tema das contrarrevoluções e revoluções, como é o caso do golpe civil-militar de 1964, faz parte da unidade curricular obrigatória denominada Economia Brasileira I, além de perpassar unidades curriculares eletivas.

Economia Solidária

Neste novo PPC, o curso de Ciências Econômicas transformou a unidade curricular Economia Solidária, antes obrigatória, em uma unidade curricular eletiva. Este conteúdo não faz parte da obrigatoriedade das Diretrizes Curriculares Nacionais, de modo que sua exclusão dá flexibilização à grade do aluno, conferindo-lhe maior autonomia, podendo escolher cursar essa unidade curricular ou não.

É importante mencionar que, mesmo com tais alterações, o curso não deixa de cumprir o que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para graduação em Ciências Econômicas, atento sempre aos percentuais obrigatórios, distribuídos por conteúdos de 4 eixos: formação geral, formação teórico-quantitativa, formação histórica e teórico-prática.

Este PPC passa a vigorar obrigatoriamente para os discentes que ingressarem no Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFVJM no semestre denominado 2020-2 do calendário acadêmico, sendo a nova estrutura curricular implantada de maneira gradual. Os discentes que ingressaram em semestres anteriores e, portanto, vinculados ao PPC 2007/2, podem, caso desejem, optar pela permanência no mesmo ou pela migração para o novo PPC.

O Colegiado do Curso³ garante a oferta de ambas as matrizes curriculares a fim de atender

³ É importante frisar que devido à pandemia da Covid-19, o calendário acadêmico foi suspenso em 2020-1, de modo que há um atraso no calendário acadêmico em relação ano-calendário. Deste modo, o calendário acadêmico 2020-2 provavelmente não ocorrerá no ano 2020, mas somente posteriormente devido a reposições.

esses discentes, independentemente se optarem pela migração ou não para o novo PPC. Situações específicas, identificadas em decorrência dessa migração, serão analisadas pelo Colegiado do Curso, com o apoio do NDE.

A Coordenação do Curso, juntamente com o Colegiado e NDE, garante ainda a orientação dos discentes sobre a nova matriz curricular e a definição de procedimentos formais para análise dos pedidos de migração. Nesse contexto, as unidades curriculares da nova matriz curricular que sofreram alterações de código em função da alteração de nomenclatura, mas que não tiveram mudanças significativas na carga horária ou no conteúdo programático (ou seja, nas quais foi garantida semelhança de no mínimo 75%, conforme recomendado pela Resolução No. 11 – CONSEPE, de 23 de maio de 2013), serão consideradas equivalentes às constantes na matriz curricular anterior, para fins de aproveitamento de créditos. Essas unidades curriculares estão listadas no Quadro 10 a seguir.

Quadro 10 - UCs e suas respectivas equivalências entre 2007/2 e 2020/2

Unidades Curriculares 2007/2	CH Total	Unidades Curriculares Equivalentes 2020/2	CH Total
Sociologia	60	Ciências Sociais	60
Instituições de Direito	60	Direito e Economia	60
Economia Brasileira Contemporânea	60	Economia Brasileira I	60
Economia Brasileira Recente	60	Economia Brasileira II	60
Estatística	60	Estatística Econômica	60
Formação Econômica do Capitalismo	60	História Econômica I	60
História Econômica e Geral I	60	História Econômica II	60
História Econômica e Geral II	60	História Econômica III	60
Matemática II	60	Matemática Econômica I	60
Matemática III	60	Matemática Econômica II	60
Teoria Microeconômica Heterodoxa	60	Teoria Microeconômica III	60
Matemática I	60	Introdução à Matemática	60
Tópicos Especiais em Economia Política I	60	Trabalho, Tecnologia e Relações Sociais	60

Tópicos Especiais em Teoria Social I	60	Metodologia e Teoria Social	60
Tópicos Especiais em Economia Política II	60	Financeirização e Políticas Públicas	60
Economia Política Internacional	60	Teoria das Crises	60
Tópicos Especiais de História Econômica e Economia Brasileira I	60	História da Revolução Burguesa no Brasil	60
A Contrarrevolução Burguesa e os Descaminhos da República no Brasil	60	História da Contrarrevolução Burguesa no Brasil	60
Tópicos Especiais em Questões Contemporâneas I	60	Questões Contemporâneas	60
Tópicos Especiais de Desenvolvimento Econômico I	60	Desenvolvimento Econômico e Economia Regional	60
Tópicos Especiais em Teoria Microeconômica I	60	Teoria Microeconômica IV	60
Tópicos Especiais em Economia Internacional I	60	Teoria do Comércio Internacional	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	120	Trabalho de Conclusão de Curso I	120
Trabalho de Conclusão de Curso II	120	Trabalho de Conclusão de Curso II	120
Língua Brasileira de Sinais –Libras	45	Língua Brasileira de Sinais –Libras	60

Fonte: Curso de Ciências Econômicas da UFVJM. Elaboração própria a partir dos cursos de graduação da UFVJM.

Em relação à transição para a nova matriz curricular, as equivalências entre as estruturas curriculares estão sintetizadas no Anexo 3, no qual estas são apresentadas para cada período do Curso de Ciências Econômicas da UFVJM.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- _____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.
- _____. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005.
- _____. Lei nº 1.411, de 13 de agosto 1951.
- _____. Lei nº 9.394/96 LDB.
- _____. Lei nº 11.173, de 06/09/2005, publicada no DOU de 08/09/2005.
- _____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.
- _____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- _____. Parecer CNE/CES nº 146, de 3 de abril de 2002.
- _____. Parecer CNE/CES nº 95, de 29 de março de 2007.
- _____. Parecer CNE/CES nº 608, de 17 de dezembro de 2018.
- _____. Portaria MEC nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018.
- _____. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.
- _____. Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007.
- _____. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.
- _____. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004.
- _____. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.
- _____. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012.
- _____. Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010.
- CADERNOS ANGE. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Ciências Econômicas. Orientação Acadêmica. Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas, 2010.
- CASTRO, N. J. de. O economista: a história da profissão no Brasil. Rio de Janeiro: Cofecon; Corecon/RJ e Corecon/SP, 2001.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Instrução Normativa Conjunta Reitoria e Prograd, nº 04, de 12 de abril de 2019.
- _____. Instrução Normativa Prograd, nº 01, de 19 de agosto de 2020.
- _____. Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI 2017-2021). Diamantina, 2017.
- _____. Projeto Pedagógico Institucional (PPI-2017-2021). Diamantina, 2017.
- _____. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Teófilo Otoni, 2007.
- _____. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Matemática. Teófilo Otoni, 2018.
- _____. Regimento Geral da UFVJM, de 4 de setembro de 2014.
- _____. Resolução CONSEPE nº 6, de 7 de abril de 2009.
- _____. Resolução CONSEPE nº 9, de 19 de junho de 2009.
- _____. Resolução CONSEPE nº 5, de 23 de abril de 2010.
- _____. Resolução CONSEPE, nº 20, de 20 de setembro de 2013.
- _____. Resolução CONSEPE nº 21, de 25 de julho de 2014.
- _____. Resolução CONSEPE nº 04, de 10 de março de 2016.
- _____. Resolução CONSEPE nº 17, de 24 de agosto de 2016.
- _____. Resolução CONSEPE nº 22, de 16 de março de 2017.
- _____. Resolução CONSEPE nº 11, de 11 de abril de 2019.
- _____. [Resolução CONSEPE nº 33, de 14 de dezembro de 2021.](#)
- _____. Resolução CONSU nº 19, de 11 de dezembro de 2018.

ANEXOS

Anexo 1: Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Ciências Econômicas

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas e o Núcleo Docente Estruturante, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em reunião ordinária, realizada no dia 14 de outubro de 2022, no uso de suas atribuições estatutárias, aprova as alterações no Regulamento, válidas para os discentes da matriz curricular 2020-2, incluindo os anexos, das Atividades Complementares do Curso de Ciências Econômicas, em conformidade com a resolução nº 33, de 14 de dezembro de 2021, a qual altera a resolução nº 05, do Consepe, de 23 de abril de 2010.

Capítulo 1 – Das disposições preliminares

Art. 1º As Atividades Complementares (ACs) do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri estão previstas como atividades obrigatórias pelo Art. 8º das Diretrizes Nacionais do Curso (Resolução CNE/CES N° 4, de 13 de julho de 2007) e, portanto, também assim previstas pelo Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas, em sua última reformulação, aprovado pela resolução nº. 23, de 11 de dezembro de 2020, e na sua versão anterior, aprovado pela resolução nº 19, do Consepe, em 14 de dezembro de 2007.

Art. 2º – O presente instrumento tem por finalidade regulamentar as Atividades Complementares do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bem como normatizar o oferecimento, aproveitamento e a validação das atividades complementares que compõem a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 3º – As Atividades Complementares constituem-se, como previstas nas *Diretrizes Nacionais...*, como componentes curriculares enriquecedores, que abrangem a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente e contextualizada atualização, que devem possibilitar ao estudante vivências acadêmicas compatíveis com as relações do mercado de trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

Capítulo 2 – Das atividades complementares

Art. 4º – Considera-se como Atividade Complementar: a iniciação científica; a iniciação à docência/monitoria; a participação em projetos de ensino; a participação em projetos

de pesquisa e em grupos de pesquisa; a participação em ações de extensão; o estágio não obrigatório; a bolsa atividade; o Programa de Educação Tutorial (PET); o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid); e demais projetos institucionais; a participação em atividades acadêmicas e de eventos científicos; as atividades desportivas e culturais; a participação em comissões, conselhos e órgãos colegiados na UFVJM; a atividade de capacitação profissional e formação humanística; participação em atividade comunitária; a participação em entidades de representação estudantil, desde que não compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas e atividades do Curso de Ciências Econômicas.

Parágrafo único: Não serão integralizadas como Atividades Complementares as atividades com fins estritamente confessionais, uma vez que não há previsão nas *Diretrizes Nacionais do Curso*, na Resolução da UFVJM e no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 5º – As Atividades Complementares são obrigatórias para a integralização curricular do Curso de Ciências Econômicas, perfazendo um total de 180 horas, sendo, portanto, um pré-requisito para a colação de grau.

Art. 6º – Somente as atividades realizadas após o ingresso no Curso de Ciências Econômicas poderão ser objeto de reconhecimento e validação.

Parágrafo primeiro – os estudantes que estiverem regularmente matriculados nos cursos constantes do “caput” deste artigo por meio de transferência ou aproveitamento estudos ficam sujeitos ao cumprimento da carga horária de atividades complementares, podendo solicitar à coordenação o cômputo da carga horária atribuída pela instituição de origem, observadas as seguintes condições:

a) as atividades complementares realizadas na instituição/curso de origem devem ser compatíveis com as estabelecidas neste Regulamento; b) se a carga horária atribuída pela instituição de origem estiver de forma distinta das horas previstas neste Regulamento, a computação destas horas será feita de acordo com art. 14.

Parágrafo segundo – O discente que ingressar no Curso de Ciências Econômicas na condição de portador de diploma para fins de nova habilitação/modalidade poderá validar as atividades realizadas no último ano imediatamente anterior ao ingresso na nova habilitação.

Art. 7º – Para fins de registro acadêmico da carga horária, as Atividades Complementares estão divididas em:

I – Grupo 1: Atividades de ensino e publicação;

II – Grupo 2: Atividades de pesquisa e publicação;

III – Grupo 3: Atividades de extensão, cultura, esporte e publicação;

IV – Grupo 4: Atividades de representação estudantil e;

V – Grupo 5: Capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística.

Art. 8º – Admitem-se como Atividades Complementares associadas ao Ensino a frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da instituição ou em outra Instituição de Ensino Superior, na mesma área de formação ou em áreas afins, a critério da Comissão Supervisora, bem como participação em monitorias; em minicursos acadêmicos e cursos acadêmicos de curta-duração; em projetos de ensino; e realização de cursos de formação em idiomas.

Art. 9º – Consideram-se como Atividades Complementares associadas à Pesquisa a participação de estudantes em projetos de pesquisa ou investigação científica; a publicação científica e de documentos de autoria e coautoria do discente; premiação em concursos de caráter regional, nacional e/ou internacional em economia e áreas afins; participação, organização e apresentação em eventos, palestras, debates, seminários, simpósios, colóquios e congressos; presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Art.10 – Constituem Atividades Complementares associadas à Extensão a participação em ações de extensão que possuem relações com a formação do discente em economia e áreas afins; o comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, semanas acadêmicas, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros; participação em grupos artístico-culturais e em Programas Tutoriais (PET e Outros); presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Parágrafo primeiro – As atividades complementares de Extensão que serão computadas dentro das 300 horas de Extensão exigidas para integralização do curso deverão ser certificadas

Parágrafo segundo – Os estudantes que cursarem PEE, TCC I, TCC II e uma disciplina eletiva com 60 horas de Extensão, como é o caso de Epistemologias do Sul, deverão realizar 80 horas mínimas de atividades complementares de Extensão, certificadas pela IES, para a integralização das 300 horas totais de Extensão. Os alunos que cursarem apenas PEE, TCCI e TCC II, por sua vez, deverão realizar 140 horas mínimas de atividades complementares de Extensão, certificadas, para a integralização das 300 horas totais de Extensão.

Art. 11 – Consideram-se como Atividades Complementares associadas à representação estudantil a participação de discentes em órgãos colegiados, conselhos e entidades de representação estudantil.

Art.12 – Constituem Atividades Complementares associadas à Capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística: estágios não obrigatórios; participação em empresa júnior; bolsa atividade; atividade comunitária; trabalhos voluntários, atividades em movimentos sociais; atividade profissional específica comprovada na área de Economia; e doação de sangue.

Capítulo 3 – Da carga horária a ser integralizada

Art. 13 – Os discentes devem integralizar ao longo do Curso de Ciências Econômicas 180 horas de Atividades Complementares.

Art. 14 - A integralização da carga horária das Atividades Complementares se dá de acordo com os seguintes critérios:

GRUPO	ATIVIDADE COMPLEMENTAR	CARGA HORÁRIA CONSIDERADA	HORAS
– Grupo 1 - Ensino	-Disciplinas optativas, eletivas cursadas: -do próprio curso, quando estas excederem a carga horária mínima obrigatória; – de outros cursos da UFVJM ou de outra Instituição de Ensino Superior.	– Aproveitamento máximo de 90 horas. – Carga horária da disciplina.	
	-Participação em monitorias.	Carga horária constante no certificado.	
	- Participação em minicursos acadêmicos e cursos acadêmicos de curta-duração.	-Carga horária constante no certificado. – Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 04 horas por dia de evento.	

	- Participação em cursos de formação em idiomas.	-Carga horária constante no certificado.	
	-Participação em projetos de ensino.	-Carga horária constante no certificado.	
		SUBTOTAL GRUPO 1	
- Grupo 2 - Pesquisa	- Participação em projetos e grupos de pesquisa e investigação científica.	Carga horária constante no certificado.	
	- Publicação científica de autoria e coautoria do discente.	- Artigo Completo- 30 horas - Resumo Expandido- 15 horas - Resenha – 10 horas	
	- Premiação em concursos de caráter regional, nacional e/ou internacional em Economia e áreas afins.	Cada prêmio equivale a 10 horas de AC.	
	- Presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.	Carga horária constante no certificado.	
	- Participação, organização e apresentação em eventos, palestras, debates, seminários, simpósios, colóquios e congressos.	-Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 04 horas por dia de evento.	
		SUBTOTAL GRUPO 2	
- Grupo 3 - Extensão	- Participação em projetos e grupos de extensão.	Carga horária constante no certificado ou comprovante de registro.	
	- Exibição e discussão de filmes e vídeos.	- Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 03 horas por dia do evento.	
	- Participação e comparecimento em eventos, exposições e lançamentos de livros	-Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 03 horas por dia de evento.	
	-Participação em grupos artísticos culturais credenciados e/ ou regularmente constituídos.	- Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária da participação, será considerada máximo de 30 horas por ano.	

	- Disciplinas com carga horária de Extensão	Carga horária de extensão da disciplina	
	- Atividades Desportivas	Aproveitamento máximo de 30 horas.	
	- Presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.	Carga horária constante no certificado.	
	- Programas Tutoriais (PET e Outros)	- Aproveitamento máximo de 30 horas. - Carga horária constante no certificado.	
		SUBTOTAL GRUPO 3	
Grupo 4 representação estudantil	- Representação estudantil.	- Aproveitamento máximo de 60 horas. - Cada mandato equivale a 30 horas.	
	- Participação em órgãos colegiados e conselhos	- Aproveitamento máximo de 60 horas. - Cada mandato equivale a 30 horas.	
	Participação em comissões	- Cada mandato equivale a 5 horas.	
		SUBTOTAL GRUPO 4	
Grupo 5 Capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística.	- Estágios não obrigatórios.	- Aproveitamento máximo de 30 horas por ano. Carga horária constante no comprovante.	
	- Participação em empresa júnior.	- Aproveitamento máximo de 30 horas.	
	- Bolsa Atividade	- Carga horária constante no comprovante.	
	- Atividade profissional específica comprovada na área de Economia.	- Aproveitamento máximo de 40 horas por ano.	
	- Atividade comunitária; trabalhos voluntários; atividades em movimentos sociais.	- Aproveitamento máximo de 60 horas. Carga horária constante no comprovante.	
	- Doação de sangue.	4 horas por dia de doação.	
		SUBTOTAL GRUPO 5	
		TOTAL GERAL	

Parágrafo único: para as atividades nas quais o discente não tenha bolsa, a equivalência de horas e os critérios de avaliação serão os mesmos daqueles estudantes atendidos com bolsa.

Art. 15 – O discente deve obter aproveitamento em pelo menos 03 (três) grupos de Atividades Complementares, sendo que a cada grupo está designada a carga horária máxima de 160 horas, a serem computadas de acordo com os critérios constantes no Art. 14, capítulo 3.

Capítulo 4 – Do aproveitamento das atividades complementares

Art. 16 – Com vistas à integralização curricular, o discente deve requerer o aproveitamento da carga horária das atividades complementares junto à Comissão Supervisora de Atividades Complementares.

Parágrafo primeiro – Os documentos comprobatórios da carga horária, separados por grupo na mesma ordem da tabela (Anexo I), devem estar acompanhados do requerimento de aproveitamento das atividades complementares e da declaração de autenticidade dos comprovantes (Anexo II), devidamente preenchidos e assinados.

Parágrafo segundo - O discente **deve** enviar o requerimento, a declaração de autenticidade e a documentação comprobatória, em formato digital (pdf), nos primeiros 60 (sessenta) dias do semestre letivo vigente, para o e-mail da Coordenação de Curso ou outro indicado pela Comissão Supervisora de Atividades Complementares.

Art. 18 – O requerimento e a documentação comprobatória, relativos ao aproveitamento das atividades complementares, devem ser protocolados e enviados em formato digital (pdf) ao e-mail da Coordenação de Curso até os primeiros 60 (sessenta) dias do 10º (décimo) período do curso. A Coordenação apresentará à Comissão Supervisora de Atividades Complementares.

Art. 19 – A Comissão Supervisora de Atividades Complementares terá o prazo limite de 30 (trinta) dias para produzir o resultado da avaliação das atividades dos discentes.

Parágrafo Único – O discente que não atingir a carga horária total de 180 horas na avaliação da Comissão Supervisora de Atividades Complementares deverá apresentar documentações concernentes às horas restantes até o final do semestre letivo, de acordo com o calendário oficial da instituição. Caso contrário, o discente não receberá aprovação de cumprimento das Atividades Complementares.

Capítulo 5 – Da Comissão supervisora de atividades complementares

Art. 20 – Os estudos e práticas independentes que compõem as Atividades Complementares serão analisados e reconhecidos pela Comissão Supervisora de Atividades Complementares, composta pelos professores da disciplina Trabalho de

Conclusão de Curso II, para o exercício do conjunto de atividades de orientação básica ao discente e de administração dos atos relativos à política, ao planejamento e à supervisão das Atividades Complementares.

Art. 21 – É de competência da Comissão Supervisora de Atividades Complementares:

I – apreciar os requerimentos e decidir a respeito da validade dos documentos apresentados pelo discente; e

II – emitir parecer, realizar o lançamento do aproveitamento no sistema e encaminhar os processos finalizados, com o resultado da avaliação das Atividades Complementares de cada discente.

Parágrafo Único. Das decisões da Comissão Supervisora de Atividades Complementares caberá recurso, dentro de 3 (três) dias, à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas.

Capítulo 6 – Das disposições finais

Art. 22 – Os casos não previstos neste regulamento, nem em resolução institucional específica, serão apreciados pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 23 – Salvo disposições em contrário, o presente regulamento poderá ser alterado pelo voto de dois terços dos membros do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 24 – Esta resolução se aplica aos alunos matriculados na matriz curricular de 2020-2.

Teófilo Otoni, 14 de outubro de 2022.

Profa. Dr^a.Silvia Swain Canôas
Presidente do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas

ANEXO I

Requerimento de Aproveitamento das Atividades Complementares Curso de Ciências Econômicas

Nome do discente: _____

Número de matrícula: _____

E-mail: _____

Data da entrega do requerimento: ____/____/____

Quadro de Equivalência e Apuração (*)

GRUPO	ATIVIDADE COMPLEMENTAR	CARGA HORÁRIA CONSIDERADA	HORAS OBTIDAS
- Grupo 1 - Ensino	-Disciplinas optativas, eletivas cursadas: -do próprio curso, quando estas excederem a carga horária mínima obrigatória; - de outros cursos da UFVJM ou de outra Instituição de Ensino Superior.	- Aproveitamento máximo de 90 horas. - Carga horária da disciplina.	
	-Participação em monitorias.	Carga horária constante no certificado.	
	- Participação em minicursos acadêmicos e cursos acadêmicos de curta-duração.	-Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 04 horas por dia de evento.	
	- Participação em cursos de formação em idiomas.	-Carga horária constante no certificado.	
	-Participação em projetos de ensino.	-Carga horária constante no certificado.	
		SUBTOTAL GRUPO 1	
- Grupo 2 - Pesquisa	- Participação em projetos e grupos de pesquisa e investigação científica.	Carga horária constante no certificado.	
	- Publicação científica de autoria e coautoria do discente.	- Artigo Completo- 30 horas - Resumo Expandido- 15 horas - Resenha – 10 horas	

	- Premiação em concursos de caráter regional, nacional e/ou internacional em Economia e áreas afins.	Cada prêmio equivale a 10 horas de AC.	
	- Presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.	Carga horária constante no certificado.	
	- Participação, organização e apresentação em eventos, palestras, debates, seminários, simpósios, colóquios e congressos.	-Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 04 horas por dia de evento.	
		SUBTOTAL GRUPO 2	
- Grupo 3 - Extensão	- Participação em projetos e grupos de extensão.	Carga horária constante no certificado ou comprovante de registro.	
	- Exibição e discussão de filmes e vídeos.	- Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 03 horas por dia do evento.	
	- Participação e comparecimento em eventos, exposições e lançamentos de livros	-Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária do evento, será considerada 03 horas por dia de evento.	
	-Participação em grupos artísticos culturais credenciados e/ ou regularmente constituídos.	- Carga horária constante no certificado. - Caso o certificado não informe a carga horária da participação, será considerada máximo de 30 horas por ano.	
	- Disciplinas com carga horária de Extensão	Carga horária de extensão da disciplina	
	- Atividades Desportivas	Aproveitamento máximo de 30 horas.	
	- Presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.	Carga horária constante no certificado.	
	- Programas Tutoriais (PET e Outros)	- Aproveitamento máximo de 30 horas. - Carga horária constante no certificado.	
		SUBTOTAL GRUPO 3	
Grupo 4 representação estudantil	- Representação estudantil.	- Aproveitamento máximo de 60 horas. - Cada mandato equivale a 30 horas.	

	- Participação em órgãos colegiados e conselhos	- Aproveitamento máximo de 60 horas. - Cada mandato equivale a 30 horas.	
	Participação em comissões	-Cada mandato equivale a 5 horas.	
		SUBTOTAL GRUPO 4	
Grupo 5 Capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística.	-Estágios não obrigatórios.	- Aproveitamento máximo de 30 horas por ano. Carga horária constante no comprovante.	
	- Participação em empresa júnior.	- Aproveitamento máximo de 30 horas.	
	- Bolsa Atividade	- Carga horária constante no comprovante.	
	- Atividade profissional específica comprovada na área de Economia.	- Aproveitamento máximo de 40 horas por ano.	
	- Atividade comunitária; trabalhos voluntários; atividades em movimentos sociais.	- Aproveitamento máximo de 60 horas. Carga horária constante no comprovante.	
	- Doação de sangue.	4 horas por dia de doação.	
		SUBTOTAL GRUPO 5	
TOTAL GERAL			

(*) o aluno deve cumprir **180 horas** para obter conceito satisfatório.

(*) o aluno deve obter aproveitamento em pelo menos 03 (três) grupos, sendo que a cada grupo está designada a carga horária máxima de **160 horas**.

Parecer da Comissão Supervisora de Avaliação:

Satisfatório

Não-satisfatório

Observações:

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____.

Membro da Comissão Supervisora de Atividades Complementares

Membro da Comissão Supervisora de Atividades Complementares

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, _____,
Portador do CPF nº _____, estudante matriculado sob o nº
_____, no Curso de Ciências Econômicas da UFVJM, declaro, para fins de
comprovação das Atividades Complementares, que os documentos comprobatórios entregues à
Comissão Supervisora de Atividades Complementares são cópias autênticas dos originais.
Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Discente

Anexo 2: Regulamento para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Ciências Econômicas

Introdução

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mais do que um elemento chave para a integralização curricular, é um exercício que incorpora a oportunidade e o desafio de aprender e praticar os aspectos metodológicos próprios do processo de pesquisa científica no âmbito das Ciências Econômicas. Nesse sentido, objetiva ampliar a capacidade criativa do aluno de desenvolver e expor argumentos de maneira articulada e formalmente correta, além de proporcionar o exercício da competência técnica compromissada com a realidade socioeconômica, política e cultural do país.

A elaboração do trabalho final do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri é constituída de cinco etapas, conformadas nas seguintes unidades curriculares obrigatórias: Metodologia Científica, Técnicas de Pesquisa em Economia, Pesquisa e Extensão em Economia, além de Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II.

Este documento foi elaborado com a finalidade de subsidiar e normatizar a elaboração do TCC de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A seguir, procede-se ao estabelecimento e descrição das normas que envolvem a elaboração do TCC, em conformidade com resolução específica do CONSEPE.

1. Da Constituição e da finalidade

Art. 1 – O TCC é uma atividade curricular obrigatória, integrante do currículo do Curso de Ciências Econômicas e requisito essencial para a formação profissional do economista.

Art. 2 – O TCC é constituído de uma Monografia composta por:

- I. Trabalho de revisão da literatura; e, ou
- II. Trabalho de exposição de determinado tema com produção de conhecimento ou aplicação prática; e, ou
- III. Trabalho original de pesquisa.

Art. 3 – O TCC passará progressivamente pelas seguintes etapas:

- I. Formulação do projeto de pesquisa na unidade curricular Técnicas de Pesquisa em Economia;
- II. Reuniões com o orientador na unidade curricular Pesquisa e Extensão em Economia e debate do tema de pesquisa com a comunidade interna e externa à UFVJM em evento;
- III. Elaboração de um capítulo quando cursar Trabalho de Conclusão de Curso I e debate deste capítulo com a comunidade interna e externa à UFVJM em evento;

IV. Finalização e defesa pública do TCC quando cursar Trabalho de Conclusão de Curso II, com debate do trabalho final com a comunidade interna e externa à UFVJM.

§ 1º - O acompanhamento de um orientador será feito a partir da unidade curricular Técnicas de Pesquisa em Economia para o desenvolvimento do projeto e continuará em Pesquisa e Extensão em Economia, além de percorrer os componentes curriculares TCC I e TCC II, em conformidade com o disposto no Artigo 15.

§ 2º - A atribuição da nota para o projeto de pesquisa na unidade curricular Técnicas de Pesquisa em Economia será feita pelo docente responsável pela unidade curricular correspondente.

§ 3º - A atribuição de nota na unidade curricular Pesquisa e Extensão em Economia será feita pelo docente responsável pela unidade curricular correspondente.

§ 4º - A atribuição de nota de um capítulo em Trabalho de Conclusão de Curso I será feita pelo orientador e outras duas notas serão dadas pelo docente responsável pelo TCC I, levando em conta o envolvimento do discente nas demais atividades previstas. O orientador será responsável por 60% da nota de TCC I.

§ 5º - A atribuição de nota para o Trabalho de Conclusão de Curso II será feita em conformidade com o disposto no item 5 e encaminhada ao professor de TCC II, de acordo com o disposto no Artigo 22.

2. Da Coordenação

Art.4 – As atividades de coordenação e organização do processo de avaliação final dos Trabalhos de Conclusão de Curso é de responsabilidade do docente de Trabalho de Conclusão de Curso II, com suporte do técnico administrativo do curso de Ciências Econômicas.

Art. 5 – Ao docente de Trabalho de Conclusão de Curso II, com suporte do técnico administrativo do curso de Ciências Econômicas, compete:

I. Zelar pelo cumprimento das presentes normas;

II. Dar assessoria aos orientadores no que se refere ao regulamento específico de TCC;

III. Programar as atividades a serem desenvolvidas, através da elaboração e divulgação do calendário semestral de prazos e atividades de TCC, respeitando o período letivo;

IV. Instruir quanto às normas aplicáveis ao trabalho;

V. Coordenar o processo de constituição das bancas examinadoras em conjunto com os professores orientadores;

VI. Organizar o processo de apresentação do trabalho monográfico;

VII. Publicar com antecedência mínima de 7 (sete) dias a composição das bancas examinadoras, bem como o local e horário para a defesa pública do trabalho pelo aluno;

VIII. Divulgar no site do curso de Ciências Econômicas os Trabalhos de Conclusão de Curso desenvolvidos pelo Departamento de Ciências Econômicas para acesso da comunidade interna e externa à UFVJM;

3. Da Orientação

Art. 6 – Para acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo aluno matriculado nas unidades curriculares Técnicas de Pesquisa em Economia, Pesquisa e Extensão em Economia, e nos componentes curriculares denominados Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II um professor orientador deve ser designado.

Parágrafo Único: A figura do coorientador será permitida, com anuência do Colegiado de Curso, quando o mesmo estiver vinculado à área temática do trabalho do aluno.

Art. 7 – A figura do orientador é obrigatória, sendo imprescindível a sua participação na condução dos trabalhos.

Art. 8 – Poderá haver recusa da orientação por parte do professor quando não houver disponibilidade para a condução do trabalho de orientação.

Parágrafo Único: Neste caso, será garantida ao aluno a definição de outro docente para a realização da atividade de orientação.

Art. 9 – O orientador deve ser um professor vinculado à UFVJM.

Art. 10 – Compete ao professor orientador:

I. Orientar o aluno na elaboração, desenvolvimento e redação do TCC;

II. Zelar pelo cumprimento de normas e prazos estabelecidos;

III. Indicar o coorientador, quando for o caso;

IV. Instituir a Banca Examinadora do TCC, em comum acordo com o orientado;

V. Diagnosticar problemas e dificuldades que estejam interferindo no desempenho do aluno e orientá-lo na busca de soluções;

VI. Agir com discrição na orientação do aluno, respeitando-lhe a personalidade, as limitações e capacidades;

VII. Manter o docente responsável por TCC ou a Coordenação do Curso informado oficialmente sobre qualquer eventualidade nas atividades desenvolvidas pelo orientado, bem como solicitar do mesmo, providências que se fizerem necessárias ao atendimento do acadêmico;

VIII. Solicitar a intervenção do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas em caso de incompatibilidade entre orientador e orientado.

4. Do orientado

Art. 11 – Compete ao orientado:

- I. Escolher, sob consulta, o seu orientador, comunicando oficialmente à Coordenação de Curso mediante apresentação do termo de aceite de orientação assinado pelo professor orientador (Anexo A);
- II. Escolher, em comum acordo com o orientador, o tema a ser desenvolvido no TCC;
- III. Conhecer e cumprir as normas e prazos estabelecidos para o desenvolvimento do TCC;
- IV. Respeitar e tratar com urbanidade o orientador e demais pessoas envolvidas com o TCC;
- V. Demonstrar iniciativa e sugerir inovação nas atividades desenvolvidas;
- VI. Buscar a qualidade e mérito no desenvolvimento do TCC;
- VII. Expor ao orientador, em tempo hábil, problemas que dificultem ou impeçam a realização do TCC, para que sejam buscadas as soluções;
- VIII. Comunicar à Coordenação de TCC, em tempo hábil, quaisquer irregularidades ocorridas durante a realização do TCC, visando seu aperfeiçoamento, observados os princípios éticos.

5. Da avaliação

Art. 12 – A avaliação do TCC será feita por Banca Examinadora designada nos termos deste Regulamento.

Art. 13 – A Banca Examinadora será composta pelo orientador, por 2 (dois) professores e um membro suplente indicados pelo orientador, em comum acordo com o aluno.

Parágrafo Único: A critério do docente de TCC II em comum acordo com o orientador do TCC poderá integrar a banca examinadora professor de outra instituição ou profissional com notório saber na temática a ser avaliada.

Art. 14 – A nota da avaliação do TCC será a média aritmética simples dos 3 (três) membros da Banca Examinadora e deverá ser expressa na Ata de defesa do TCC.

Parágrafo Único: A nota mínima para aprovação do TCC é 60 (sessenta), em uma escala de 0 a 100.

6. Do Funcionamento

Art. 15 – Na unidade curricular Técnicas de Pesquisa em Economia, o aluno deverá definir a área de atuação e buscar o docente para orientá-lo dentre os disponíveis para essa atividade.

Parágrafo Único: A formalização do compromisso de orientação ocorrerá na unidade curricular Técnicas de Pesquisa em Economia, sendo obrigatório o orientado entregar o Termo de Aceite de Orientação de TCC (Anexo A), devidamente assinado pelo orientador, ao docente desta unidade curricular, que o arquivará na Coordenação do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 16 – Ao aluno caberá o desenvolvimento do TCC, sempre em comum acordo com o professor orientador.

Art. 17 - Na elaboração do TCC o aluno deverá respeitar as normas técnicas da ABNT-NBR e as especificidades do Regulamento de TCC do Curso de Ciências Econômicas, seguindo o Manual de

Normalização de Monografias de Especialização, Dissertações e Teses da UFVJM (<http://www.ufvjm.edu.br/biblioteca/manual-de-normalizacao.html>).

Art. 18 – Em data a ser publicada pelo docente de TCC II, o orientador deverá entregar os dados referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso do orientado, a saber: o título da monografia, dia e horário de defesa e os membros da banca examinadora designados para avaliação.

§ 1º – A versão de defesa do TCC, aprovada pelo orientador, deverá ser entregue em 3 (três) vias impressas e uma digital idênticas, nos moldes da defesa pública.

§ 2º – Um exemplar da referida versão impressa e da digital será encaminhado pelo acadêmico do curso de Ciências Econômicas a cada membro da banca examinadora, no prazo mínimo de 10 (dias) dias antecedentes à data de avaliação.

§ 3º – Cada aluno disporá de no mínimo 15 (quinze) e no máximo 20 (vinte) minutos para apresentação oral do TCC.

§ 4º – O tempo máximo para considerações e arguição por membro da banca examinadora será determinado pela banca examinadora, tendo o aluno igual tempo para réplica a todas as considerações e arguições.

Art. 20 – Após as arguições, a banca examinadora abrirá para manifestações da plateia que assiste à defesa, se houver inscritos para considerações e perguntas;

Art. 21 – Após as arguições, a banca examinadora poderá solicitar privacidade para deliberação da nota do TCC e redação da Ata de Avaliação do TCC (Anexo B).

Art. 22 – Após a avaliação e divulgação da nota, a banca examinadora poderá devolver as cópias do TCC ao aluno para que as alterações sugeridas possam ser incorporadas à versão final.

Art. 23 – Aprovado o TCC, o aluno deverá promover as correções sugeridas pela banca examinadora, com a anuência do orientador.

Art. 24 – O orientador deverá entregar ao docente de TCC II antes da finalização do semestre letivo:
i. Ata de avaliação do TCC, assinada pelos membros da Banca Examinadora na ocasião da defesa (Anexo B); ii. Versão final da monografia digitalizada em formato pdf encaminhada por e-mail ao docente da unidade curricular TCC II, atestando o orientador no corpo do e-mail sua anuência sobre as correções sugeridas pela banca examinadora, tendo essas sido feitas adequadamente pelo orientado (Anexo C).

Parágrafo Único: A entrega da versão final, nos moldes do artigo 23º, é obrigatória para a conclusão da unidade curricular Trabalho de Conclusão de Curso II e para a integralização do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 24 – Caso o TCC seja reprovado, o aluno deverá repetir o componente curricular TCC II, refazendo e submetendo o TCC à avaliação até o final do período letivo subsequente.

7. Disposições Finais

Art. 24 – Os TCCs, em sua versão final, serão disponibilizados no site do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 25 – Os casos omissos serão apresentados ao Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, que dará os encaminhamentos cabíveis.

Art. 26 – Pelo não cumprimento das normas contidas neste regulamento ficarão os discentes sujeitos às sanções disciplinares vigentes na UFVJM.

Art. 27 – Este regulamento entrará em vigor na data do início do novo PPC do curso de Ciências Econômicas, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO A - TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Eu, _____, Professor(a) desta Universidade, lotado (a) no Departamento de _____, aceito orientar o discente _____, matrícula nº. _____, na elaboração do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo Pré-Projeto intitula-se _____.

Ressalta-se que os direitos e deveres do discente e do orientador seguem o estabelecido nas Resoluções específicas do CONSEPE e do Curso de Ciências Econômicas que dispõem sobre o TCC.

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____

Professor(a)

(Orientador)

ANEXO B - ATA DE AVALIAÇÃO DO TCC

Ao(s) _____ dia(s) do mês de _____ do ano de _____ teve início, nas dependências da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado _____, do discente _____ do Curso de Ciências Econômicas, sob a orientação do(a) professor(a) _____, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

A Banca Examinadora foi constituída pelos professores:

_____ CPF _____
_____ CPF _____
_____ CPF _____

A Banca Examinadora atribuiu a média final _____, sendo o (a) discente considerado(a) _____.

Observações:

Por ser verdade, firmamos o presente.

Assinatura

Professor(a): _____ (Orientador)

Professor(a): _____ (Membro 1)

Professor(a): _____ (Membro 2)

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____

ANEXO C - OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA VERSÃO FINAL DO TCC

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____

Ao

Professor(a) _____

Coordenador(a) da unidade curricular Trabalho de Conclusão de Curso II do Curso de Ciências Econômicas.

Assunto: Resultado da avaliação do TCC.

Prezado(a) Professor(a),

Encaminho Ata de Avaliação e a versão final digitalizada do TCC intitulado

_____, em acordo com o

estabelecido em resoluções específicas do CONSEPE e do Curso de Ciências Econômicas.

Declaro que as alterações sugeridas pela Banca Examinadora foram adequadamente realizadas.

Atenciosamente,

Prof (a)

Orientador (a)

Anexo 3: Transição para a nova Estrutura Curricular (equivalências entre as Estruturas Curriculares)

1º Período			
Estrutura Curricular (EC) 2020/2	Carga Horária	Equivalência EC 2007/2	Carga Horária
Fundamentos de Economia	60	Fundamentos de Economia	60
História Econômica I	60	Formação Econômica do Capitalismo	60
Contabilidade Social	60	Contabilidade Social	60
Matemática Econômica I	60	Matemática II	60
Filosofia	60	Filosofia	60
Total	300		
2º Período			
Estrutura Curricular (EC) 2020/2	Carga Horária	Equivalência EC 2007/2	Carga Horária
Economia Clássica	60	Economia Clássica	60
História Econômica II	60	História Econômica e Geral I	60
Matemática Econômica II	60	Matemática III	60
Desenvolvimento Socioeconômico	60	Desenvolvimento Socioeconômico	60
Ciências Sociais	60	Sociologia	60
Total	300		
3º Período			
Estrutura Curricular (EC) 2020/2	Carga Horária	Equivalência EC 2007/2	Carga Horária
Economia Neoclássica	60	Economia Neoclássica	60
Economia Política I	60	Economia Política I	60
História Econômica III	60	História Econômica e Geral II	60
Estatística Econômica	60	Estatística	60
Metodologia	60	Metodologia	60

Científica		Científica	
Total	300		
4º Período			
Estrutura Curricular (EC) 2020/2	Carga Horária	Equivalência EC 2007/2	Carga Horária
Teoria Macroeconômica I	60	Teoria Macroeconômica I	60
Economia Política II	60	Economia Política II	60
Formação Econômica do Brasil	60	Formação Econômica do Brasil	60
Teoria Microeconômica I	60	Teoria Microeconômica I	60
Econometria	60	Econometria	60
Total	300		
5º Período			
Estrutura Curricular (EC) 2020/2	Carga Horária	Equivalência EC 2007/2	Carga Horária
Teoria Macroeconômica II	60	Teoria Macroeconômica II	60
Economia Internacional	60	Economia Internacional	60
Economia Brasileira I	60	Economia Brasileira Contemporânea	60
Teoria Microeconômica II	60	Teoria Microeconômica II	60
Economia do Setor Público	60	Economia do Setor Público	60
Total	300		
6º Período			
Estrutura Curricular (EC) 2020/2	Carga Horária	Equivalência EC 2007/2	Carga Horária
Teoria Macroeconômica III	60	Teoria Macroeconômica III	60
Teoria Microeconômica III	60	Teoria Microeconômica Heterodoxa	60
Economia Brasileira II	60	Economia Brasileira Recente	60
Leitura e Produção de Textos	30	Leitura e Produção de Textos	30

Contabilidade e Análise de Balanços	30	Contabilidade e Análise de Balanços	30
Eletiva I	60	Eletiva I	60
Total	300		
7º Período			
Estrutura Curricular (EC) 2020/2	Carga Horária	Equivalência EC 2007/2	Carga Horária
Técnicas de Pesquisa em Economia	60	Técnicas de Pesquisa em Economia	60
Economia Monetária	60	Economia Monetária	60
Eletiva II	60		
Eletiva III	60		
Eletiva IV	60		
Total	300		
8º Período			
Estrutura Curricular (EC) 2020/2	Carga Horária	Equivalência EC 2007/2	Carga Horária
Direito e Economia	60	Instituições de Direito	60
Administração	60	Administração	60
Pesquisa e Extensão em Economia	120		
Eletiva V	60		
Total	300		
9º Período			
Estrutura Curricular (EC) 2020/2	Carga Horária	Equivalência EC 2007/2	Carga Horária
Trabalho de Conclusão de Curso I	120	Trabalho de Conclusão de Curso I	
Eletiva VI	60		
Eletiva VII	60		
Total	240		
10º Período			
Estrutura Curricular (EC) 2020/2	Carga Horária	Equivalência EC 2007/2	Carga Horária
Trabalho de Conclusão de Curso II	120	Trabalho de Conclusão de Curso II	
Eletiva VIII	60		
Total	180		
Estrutura Curricular (EC) 2020/2	Carga Horária	Equivalência EC 2007/2	Carga Horária

Atividades Complementares	180	Atividades Complementares	180
Unidades Curriculares Eletivas			
Estrutura Curricular (EC) 2020/2	Carga Horária	Equivalência EC 2007/2	Carga Horária
A Política Econômica dos Governos do PT	60		60
Aspectos Sócio-Antropológicos	60	Aspectos Sócio-Antropológicos	60
Capitalismo Contemporâneo	60	Capitalismo Contemporâneo	60
Ciência Política	60	Ciência Política	60
Classe e raça no Brasil	60		60
Crise estrutural do capital	60		60
Desenvolvimento Econômico e Economia Regional	60	Tópicos Especiais em Desenvolvimento Econômico I	60
Direito Administrativo	60	Direito Administrativo	60
Direito Internacional Público e Privado	60	Direito Internacional	60
Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	60	Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	60
Economia do Trabalho	60	Economia do Trabalho	60
Economia e Literatura	60	Economia e Literatura	60
Economia Institucional e Desenvolvimento Socioeconômico	60	Economia Institucional e Desenvolvimento Socioeconômico	60
Economia Mineira	60	Economia Mineira	60
Economia Política da Cepal	60	Economia Política da Cepal	60
Economia Política III	60		
Economia Regional e Urbana	60		
Economia Solidária	60	Economia Solidária	60

Epistemologias do Sul	60		60
Financeirização e Políticas Públicas	60	Tópicos Especiais em Economia Política II	60
Formação Econômica da América Latina	60		60
História da Contrarrevolução Burguesa no Brasil	60	A Contrarrevolução Burguesa e os Descaminhos da República no Brasil	60
História da Revolução Burguesa no Brasil	60	Tópicos Especiais de História Econômica e Economia Brasileira I	60
História do Pensamento Econômico e Social	60	História do Pensamento Econômico e Social	60
História e Organização Industrial	60		60
História Econômica e Geral da África	60	História Econômica e Geral da África	60
História Econômica IV	60		
História recente da república brasileira e o Partido dos Trabalhadores	60		
Intérpretes do Brasil: Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado	60	Intérpretes do Brasil: Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado	60
Introdução à Matemática	60	Matemática I	60
Matemática Comercial e Financeira	60	Matemática Comercial e Financeira	60
Mercado de Capitais	60	Mercado de Capitais	60
Metodologia e Teoria Social	60	Tópicos Especiais em Teoria Social I	60
Métodos Computacionais Aplicados à Economia	60		60
Neoliberalismo no Brasil	60		60

O Brasil no início do século XXI: Questão Agrária, Agronegócio e Governo Lula	60		60
O fenômeno das fomes coletivas, segundo Josué de Castro	60		60
Política e Planejamento Econômico	60	Política e Planejamento Econômico	60
Questão agrária no Brasil	60	Questão agrária no Brasil	60
Questões Contemporâneas	60	Tópicos Especiais em Questões Contemporâneas I	60
Séries Temporais	60		60
Teoria das Crises	60	Economia Política Internacional	60
Teoria do Comércio Internacional	60	Tópicos Especiais em Economia Internacional I	60
Teoria Macroeconômica IV	60		60
Teoria Microeconômica IV	60	Tópicos Especiais em Teoria Microeconômica I	60
Tópicos Avançados em Métodos Quantitativos	60		60
Trabalho, Tecnologia e Relações Sociais	60	Tópicos Especiais em Economia Política I	60
Economia da Internet	60	Economia da Internet	60

Unidades Curriculares Optativas			
Estrutura Curricular (EC) 2020/2	Carga Horária	Equivalência EC 2007/2	Carga Horária
Língua Brasileira de Sinais – Libras	60	Língua Brasileira de Sinais – Libras	45

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO

Processo nº 23708.001067/2020-51

Interessado: Divisão de Apoio Pedagógico, Juliana Clara Pinton, Divisão de Apoio Pedagógico, Luciane do Divino Pereira Barroso, Docentes do DECE

Os docentes que compõem o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, referendam que as ementas e bibliografias estão adequadas em relação às unidades curriculares (UCs) e aos conteúdos descritos no PPC, considerando a natureza das UCs. O relatório atualizado sobre ementas e bibliografia, de autoria do NDE, está disponível no Processo SEI nº 23708.001067/2020-51, Anexo nº 0210918.

Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Follmann Jurgenfeld, Coordenador(a)**, em 06/11/2020, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Andre Moulin Dardengo, Servidor**, em 06/11/2020, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Ribeiro Ferreira, Servidor**, em 06/11/2020, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Silvia Swain Canôas, Servidor**, em 06/11/2020, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Nathalia Sbarai, Servidor**, em 06/11/2020, às 15:06, conforme

horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Servidor**, em 06/11/2020, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Fernando Leitão Rocha Junior, Servidor**, em 06/11/2020, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Michel Candido De Souza, Servidor**, em 06/11/2020, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Rangel Silvando da Silva do Nascimento, Servidor**, em 06/11/2020, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Janaína Elisa Patti de Faria, Servidor**, em 06/11/2020, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0210929** e o código CRC **A733AD5D**.

Referência: Processo nº 23708.001067/2020-51

SEI nº 0210929

Criado por vanessa.jurgenfeld, versão 2 por vanessa.jurgenfeld em 06/11/2020 14:54:27.

Anexo 5: Acordo de oferta de unidades curriculares entre os Cursos de Administração, Ciências Econômicas e Serviço Social



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
CAMPUS DO MUCURI – TEÓFILO OTONI
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
www.ufvjm.edu.br



Teófilo Otoni, 27 de maio de 2019

Ref.: Acordo de colaboração entre os Cursos de Administração, Ciências Econômicas e Serviço Social sobre a responsabilidade de oferta de disciplinas.

Este documento objetiva estabelecer os acordos entre os cursos de Administração, Ciências Econômicas e Serviço Social, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE) para a oferta de disciplinas entre os mesmos, a fim de garantir a abordagem de conteúdos necessários à formação dos discentes do Curso de Ciências Econômicas.

As parcerias aqui elencadas foram firmadas ainda em 2014 e, haja vista que não houve alterações no PPC, que gerassem alterações nas disciplinas ofertadas ao curso de Ciências Econômicas por outros cursos, as parcerias foram mantidas.

Diante do exposto, o curso de Administração ofertará a disciplina “Administração” (60 horas) e, em contrapartida, o curso de Ciências Econômicas ofertará a disciplina “Ciência Política” (60 horas).

O curso de Serviço Social deverá ofertar as disciplinas “Metodologia Científica” (60 horas), “Filosofia” (60 horas), “Ciências Sociais” – antiga “Sociologia” (60 horas) e “Leitura e Produção de Textos” (30 horas). Em contrapartida o curso de Ciências Econômicas ofertará as disciplinas “Ciência Política” (60 horas), “Economia Política e Serviço Social” (60 horas) e “Fundamentos de Estatística” (60 horas).

Este documento poderá ser revisto periodicamente pelos NDEs e colegiados de cursos.

Por estarem de acordo com a parceria apresentada, assinam em conjunto os coordenadores dos cursos relacionados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
CAMPUS DO MUCURI – TEÓFILO OTONI
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
www.ufvjm.edu.br



Coordenação do Curso de
Ciências Econômicas
UFVJM / FACSAE
Campus do Mucuri

Nathalia Sbarai

Prof. Dra. Nathalia Sbarai

Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas

Marcelo Cambraia de Alvarenga

Prof. MSc. Marcelo Cambraia de Alvarenga

Coordenador do Curso de Administração

Ricardo Silvestre da Silva

Prof. Dr. Ricardo Silvestre da Silva

Coordenador do Curso de Serviço Social

Anexo 6: Quadro Descrição da Natureza de Extensão

DESCRIÇÃO DA NATUREZA DE EXTENSÃO	
ASPECTO 1	MODALIDADE DA AÇÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Indicar qual(ais) opção(ões) - Projeto, Programa, Curso, Evento e Prestação de Serviço. (Cf. Art. 3o. da Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(x) Programa (x) Projeto (x) Cuiuurricularso/ Oficina (x) Evento () Prestação de Serviço
ASPECTO 2	VÍNCULO DA AÇÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Indicar qual é o vínculo da ação - 1- Institucional/UFVJM; 2- Governamental; 3- Não-Governamental. (Cf. Art. 3o. da Res. CONSEPE n.2/2021)
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(x) Institucional/UFVJM; (x) Governamental; (x) Não-Governamental
ASPECTO 3	TIPO DE OPERACIONALIZAÇÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Indicar o(s) Tipo(s) da operacionalização da ação: 1. Unidade Curricular; 2-Atividade Complementar; 3- Prática como componente curricular; 4- Estágio. (Cf. Art. 6o. da Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(x) Unidade Curricular; (x) Atividade Complementar; () Prática como componente curricular; () Estágio
ASPECTO 4	CÓDIGO(S) E NOME(S) DA(S) UCS DO PPC VINCULADAS À AÇÃO DE EXTENSÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar o(s) Código(s) e nome(s) da(s) UCs do PPC vinculadas à ação de extensão (Cf. §1o. Art.6o - Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	ECO084 Pesquisa e Extensão em Economia ECO085 Trabalho de Conclusão de Curso I ECO086 Trabalho de Conclusão de Curso II ECO069 Epistemologias do Sul
ASPECTO 5	COMPONENTES CURRICULARES DAS UCS COM BASE NA DCN DO CURSO VINCULADAS À AÇÃO DE EXTENSÃO.
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação. (Cf. Art.14 - Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).

<p>DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA</p>	<p>O Curso de graduação em Ciências Econômicas da UFVJM – ofertado em modalidade presencial no campus Mucuri no período noturno – contém em sua grade três unidades curriculares obrigatórias e uma unidade curricular eletiva que contemplam uma parcela ou a totalidade de suas cargas horárias vinculadas à Extensão. São elas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obrigatória – Pesquisa e Extensão em Economia (PEE), em queda sua carga-horária total de 120h, 100h são dedicadas à Extensão; • Obrigatória – Trabalho de Conclusão de Curso I (TCCI), em que dasua carga-horária total de 120h, 40h são dedicadas à Extensão; • Obrigatória – Trabalho de Conclusão de Curso II (TCCII), em queda sua carga-horária total de 120h, 20h são dedicadas à Extensão; • Eletiva – Epistemologias do Sul, cuja totalidade da sua cargahorária de 60h é dedicada à Extensão. <p>As unidades curriculares obrigatórias PEE, TCCI e TCCII pertencem ao eixo teórico-prático do Curso, que também compreende Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa em Economia (TPE). Inserem-se em um conjunto de disciplinas que visam o aprendizado gradual dos estudantes sobre a prática da pesquisa científica e a apreensão das ferramentas necessárias para a elaboração de suas monografias. A incorporação de atividades extensionistas em PEE, TCCI e TCCII busca, por sua vez, fortalecer a troca de saberes nesse ciclo formativo entre os estudantes e a comunidade externa à UFVJM, contribuindo para construção coletiva e dialógica do conhecimento através de ações de extensão, como eventos, oficinas, rodas de conversa, cursos, projetos e/ou programas. Há um amplo leque de temas tradicionalmente estudado e discutido pelo campo das Ciências Econômicas e Ciências Sociais Aplicadas que é em geral tido como estritamente técnico ou descolado do cotidiano da maior parte da população, mas que está intimamente lastreado nos principais dilemas da complexa realidade social, seja em nível global, continental, nacional, regional ou local. A título de ilustração, mencionam-se temas como: desemprego; inflação; endividamento; políticas e investimentos públicos em educação, saúde, habitação, previdência, meio ambiente e cultura; impactos políticos, econômicos e ambientais de transformações tecnológicas de produção, transporte, informação e comunicação; crises econômicas; tributação; desigualdade socioeconômica, racial e de gênero; globalização; relações internacionais e geopolítica; etc. Ao passo que a comunidade externa à universidade se beneficia ao se apropriar e se inserir ativamente em discussões qualificadas sobre temáticas de extrema relevância social, os estudantes se beneficiam pelo diálogo com a comunidade externa sobre os problemas sociais e desafios vividos pela população, o que os estimula à reflexão a partir de variados prismas e diferentes saberes durante o processo de desenvolvimento de suas pesquisas de monografia, cujos resultados parciais e finais também são discutidos com a comunidade externa. Busca-se, assim, aprimorar o alicerce do tripé Ensino-Pesquisa- Extensão.</p> <p>Adicionalmente, os estudantes podem cursar a unidade curricular eletiva Epistemologias do Sul, cuja oferta na grade está prevista para o sexto período em diante. Esta disciplina apresenta e discute com os estudantesas diferentes teorias e epistemologias da Extensão em âmbito mundial e, em seguida, proporciona o diálogo em sala de aula entre os estudantes em membros de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e populares a partir de relatos de experiência na luta contra a opressão, conforme perspectiva freiriana, entre outras. Contribui-se, assim, para a valorização das diferentes maneiras de produção do conhecimento e para a promoção da ecologia dos saberes.</p> <p>O engajamento dos discentes no desenvolvimento das diversas atividades que compõem as ações de extensão nas unidades curriculares será objeto de avaliação pelos docentes responsáveis por cada disciplina. Um detalhamento maior sobre a forma de desenvolvimento e avaliação das atividades de extensão em cada unidade curricular é apresentado a seguir no 'Aspecto 7: Metodologia'.</p> <p>Ressalta-se que, além das unidades curriculares, os estudantes também</p>
--	---

	<p>devem cumprir uma carga horária mínima de 80h em Atividades Complementares (ACs) de Extensão no decorrer do processo de integralização curricular, com apresentação da comprovação de participação em ações de extensão devidamente formalizadas (projetos, eventos, cursos, oficinas, etc.) para registro no histórico escolar. Esclarece-se que, caso o estudante opte por não cursar a unidade curricular eletiva Epistemologias do Sul, cuja totalidade de sua carga horária (60h) é dedicada à Extensão, ele deverá comprovar o cumprimento de 140h (ou seja, 80h + 60h) em ACs de Extensão.</p> <p>Perfazem-se, assim, as 300 horas dedicadas às ações de extensão universitária que constituem objeto de creditação no Curso de Ciências Econômicas-UFVJM, em cumprimento às normas legais (Lei nº 13.005/2014) e em conformidade com as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira (CNE, 17/12/2018), bem como com a Regulamentação da curricularização de atividades de extensão nos cursos de graduação da UFVJM (Resolução CONSEPE, 18/01/2021).</p>
ASPECTO 6	OBJETIVOS
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar os objetivos da ação de extensão vinculado a creditação. Regulamento da PROEXC
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	<p>O objetivo geral é viabilizar a troca de saberes entre os membros da comunidade interna e externa à UFVJM ao promover atividades de reflexão e discussão, ao lado da sociedade em geral, sobre os problemas sociais e econômicos atuais do capitalismo, do país e da comunidade local e contribuir com alternativas para sua solução, construindo coletivamente o conhecimento e democratizando-o. Como objetivos específicos, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e aprofundar as relações do Curso de Ciências Econômicas com os demais setores da sociedade civil e de movimentos sociais e populares, especialmente da região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; • Promover o desenvolvimento de habilidades dialógicas voltadas à troca de conhecimentos e experiências entre os envolvidos nas ações extensionistas (discentes/ servidores/ comunidade externa); • Contribuir para a formação cidadã dos estudantes a partir da promoção de vivências, na estrutura curricular do Curso, que os aproximem das questões sociais contemporâneas e os estimulem à ação transformadora da realidade, no sentido da melhoria das condições de vida da população; • Fortalecer a dimensão da função social da universidade pública, estimulando a abordagem interdisciplinar através de debates plurais nas interações com setores e atores sociais diversos, contribuindo para o desenvolvimento cultural, educativo, político e científico da sociedade.
ASPECTO 7	METODOLOGIA
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar a estratégia e a metodologia a ser adotada na realização da ação de extensão vinculado a creditação. Regulamento da PROEXC.

<p>DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA</p>	<p>O Curso de Ciências Econômicas-UFVJM contempla a oferta da maior parte de sua carga horária curricular em Extensão com a incorporação de ações extensionistas em unidades curriculares obrigatórias: são 160 horas distribuídas entre as disciplinas obrigatórias PEE (100h), TCCI (40h) e TCCII (20h). Essa estratégia, por um lado, articula organicamente as atividades de ensino-pesquisa-extensão, fortalecendo o tripé universitário, e, por outro, viabiliza o cumprimento da carga horária de extensão por todos os seus discentes, tendo em vista o caráter noturno e presencial do Curso. Ainda assim, confere aos estudantes uma autonomia considerável quanto ao cumprimento das demais 140 horas de extensão, que podem ser integralizadas através da unidade curricular eletiva Epistemologias do Sul (60h) e da participação em ações de extensão de seu interesse, desenvolvidas pela UFVJM ou outra instituição (participação em cursos de extensão online, por exemplo), desde que essas ações tenham reconhecimento formal comprovado de sua natureza extensionista. A metodologia pedagógica adotada nas unidades curriculares é descrita a seguir. A extensão na unidade curricular obrigatória Pesquisa e Extensão em Economia, prevista para o oitavo período da grade, tem como pré-requisito a disciplina obrigatória TPE, ofertada no sétimo período, momento em que os estudantes escolhem um tema de pesquisa, elaboram um projeto e formalizam a relação de orientação da monografia, em acordo mútuo com um docente-orientador. Isso permite que, em PEE, sob coordenação do(s) docente(s) responsável(eis) pela disciplina, os estudantes participem ativamente da concepção, organização, divulgação, desenvolvimento e balanços parciais e final de ações de extensão que discutam seus temas e questões de pesquisa e/ou temas afins de grande relevância social, articulando conhecimentos acadêmicos com saberes e experiências de atores sociais de referência em seus diversos campos de atuação. Essas ações podem incluir eventos, oficinas, projetos, cursos ou minicursos, desde que tais ações sejam exequíveis durante o semestre letivo. É fundamental, no entanto, que haja a participação de convidados acadêmicos e não-acadêmicos, preferencialmente tanto como palestrantes, oficinairos e facilitadores das atividades, quanto como público. Os estudantes serão estimulados a sugerir nomes de referência de entidades, movimentos populares e de organizações da sociedade civil e/ou propor parcerias institucionais para o desenvolvimento das ações. As atividades serão realizadas preferencialmente no(s) dia(s) e horário(s) da aula de PEE, com o intuito de viabilizar a participação efetiva dos discentes em todas as etapas de planejamento, desenvolvimento e finalização das ações. A princípio, conta-se primordialmente com a infraestrutura do campus Mucuri (salas de aula e de reuniões, miniauditórios, auditórios, projetores, computadores, internet, impressora, etc.) para a realização das ações, mas é possível que atividades sejam desenvolvidas em instalações fora do campus, a depender da natureza de cada ação, de diálogos com potenciais parceiros e suas capacidades infraestruturais. Todos os participantes, internos e externos à UFVJM, poderão ser estimulados a realizar um balanço ao final das atividades, oralmente ou através de formulários de satisfação e sugestões. Os estudantes serão também estimulados a sistematizar os conhecimentos e experiências, oralmente ou através de relatórios parciais e finais, que poderão compor a avaliação da disciplina, a critério do(s) docente(s) responsável(eis) por PEE e em acordo com a ementa, PPC e Plano de Ensino. Planeja-se uma rotatividade do(s) docente(s) responsável(eis) por PEE, de modo que todo o corpo docente possa contribuir com as atividades de Extensão do Curso e desenvolver coletivamente suas habilidades extensionistas. A disciplina de PEE é pré-requisito da unidade curricular obrigatória TCCI, prevista para o nono período do curso, quando os estudantes devem avançar em suas pesquisas e desenvolver um capítulo ou o equivalente a 1/3 de suas monografias.</p>
--	---

Espera-se que a imersão dos estudantes em discussões acadêmicas em articulação e diálogo com a comunidade externa no decorrer de PEE provoque uma reflexão sobre suas pesquisas, potencialmente influenciando em seus rumos, em acordo com seus orientadores. A maior parte da carga horária de TCCI é dedicada ao avanço na redação da monografia e a reuniões com o docente-orientador. As quarenta horas (40h) dedicadas à extensão se referem à apresentação e discussão com a comunidade externa de: (i) seus projetos de pesquisa no início da disciplina, possivelmente aprimorados desde a primeira versão apresentada ao docente de TPE no sétimo período; (ii) dos resultados do avanço da pesquisa com a finalização da redação do capítulo ou o equivalente a 1/3 de suas monografias. Esse compartilhamento com a comunidade externa dos projetos e resultados parciais da pesquisa de graduação dos estudantes poderá se dar na forma de eventos, rodas de conversa, oficinas ou cursos, permitindo, assim, a continuidade da interação dialógica iniciada em PEE. A avaliação dos estudantes no que se refere exclusivamente às atividades de extensão será feita pelo(s) docente(s) responsável(eis) por **TCCI** e poderá incluir como critério o engajamento no planejamento e organização das atividades de extensão, desenvolvimento de habilidades dialógicas na divulgação científica, sistematização dos conhecimentos e experiências decorrentes das atividades extensionistas, entre outros. Ressalta-se que cinquenta por cento da nota de TCCI deve ser atribuída pelo docente-orientador da monografia, mas que essa avaliação não se refere ao desenvolvimento das atividades de extensão, mas ao desempenho do estudante sob sua orientação no processo de elaboração do capítulo.

O componente curricular obrigatório **TCCII**, previsto para o décimo e último período do curso, requer que os estudantes se dediquem à finalização da redação e defesa de suas monografias. As vinte horas (20h) desta disciplina dedicadas à extensão se referem à participação da comunidade externa na defesa de suas monografias: os estudantes deverão organizar e divulgar, com a colaboração do docente orientador, o evento público da defesa, momento em que farão as apresentações de suas monografias e a comunidade externa constituirá parte da audiência, assistindo à defesa de monografia e sendo convidada a realizar comentários e/ou perguntas ao fim da arguição da banca de professores, que avaliarão a monografia e o desempenho dos estudantes. Espera-se que todo o processo de articulação entre ensino- pesquisa-extensão na cadeia de disciplinas PEE-TCCI-TCCII gere vínculos entre o estudante-pesquisador e membros da sociedade interessados e/ou atuantes em áreas afins ao tema da pesquisa, potencialmente acompanhando o desenvolvimento da pesquisa e dialogando sobre seu conteúdo.

A disciplina eletiva **Epistemologias do Sul**, cuja oferta está prevista para o sexto período em diante da grade curricular do curso, desenvolverá suas atividades de extensão, sob coordenação do docente responsável pela disciplina, a partir da seguinte metodologia: (i) os estudantes inicialmente terão contato com a literatura acerca das principais teorias, metodologias e epistemologias da Extensão em âmbito mundial, conforme bibliografia contida na ementa, e discutirão coletivamente as diferentes perspectivas; (ii) em seguida, membros de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e populares serão convidados a compartilhar, em sala de aula com os estudantes, suas experiências na luta contra a opressão, e os estudantes terão a oportunidade de interagir com esses atores sociais de maneira dialógica; (iii) os estudantes serão estimulados, então, a elaborar ideias para o enfrentamento dos desafios problematizados nas apresentações, a partir da perspectiva dos oprimidos, buscando abordagens que promovam a interculturalidade, a incompletude e a complementaridade dos saberes; (iv) por fim, os estudantes elaborarão uma síntese das experiências, saberes e ideias desenvolvidos, a ser compartilhada em interação dialógica com convidados. O desempenho dos estudantes nas atividades extensionistas da disciplina será avaliado pelo docente responsável.

	<p>A discriminação mais detalhada das metodologias específicas a serem utilizadas em cada ação extensionista nas unidades curriculares obrigatórias e eletiva, bem como de seus processos avaliativos específicos, será feita, em acordo com as ementas das disciplinas e com o PPC, na ocasião da elaboração dos Planos de Ensino e do registro das ações junto à PROEXC pelo(s) docente(s) responsável(eis), operacionalizado atualmente através do SIEXC. Enfatiza-se que tal registro das atividades de extensão deve ser feito em cumprimento aos Artigo 8º e Artigo 3º da Resolução Consepe nº02 de 18/01/21.</p>
ASPECTO 8	INTERAÇÃO DIALÓGICA DA COMUNIDADE ACADÊMICA COM ASOCIEDADE
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	<p>Informar sobre a proposta da ação na interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social (Cf. I, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).</p>
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	<p>As ações extensionistas do Curso de Ciências Econômicas fomentam o aprendizado de mão-dupla proveniente da interação entre o conhecimento, experiências e saberes populares da comunidade externa e o conhecimento acadêmico, impulsionando a construção coletiva do conhecimento.</p> <p>A comunidade externa à universidade se beneficia das ações de Extensão do curso ao se apropriar e se inserir ativamente em discussões qualificadas sobre temáticas de extrema relevância social, contribuindo, dessa forma, para a produção do conhecimento ao compartilhar saberes construídos em sua prática cotidiana, profissional ou vivência comunitária.</p> <p>A comunidade acadêmica (docentes/ técnicos/ discentes) contribui para a divulgação de conhecimentos científicos e se beneficia pelo diálogo com a comunidade externa sobre a complexidade das questões, desafios e anseios sociais contemporâneos, estimulando o conjunto da comunidade acadêmica à reflexão sobre as potenciais formas de colaboração em sua atuação profissional e cidadã.</p> <p>Espera-se, nesse sentido, que as ações extensionistas constituam uma contribuição relevante no desenvolvimento cultural, educativo, político e científico da sociedade, fortalecendo a cidadania.</p>
ASPECTO 9	INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	<p>Informar sobre a proposta da ação de extensão da formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular. (Cf. II, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).</p>
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	<p>A interdisciplinaridade é uma característica fundamental das Ciências Econômicas, em particular, e das Ciências Sociais Aplicadas, em geral. Tal característica reflete a própria complexidade da realidade social, que requer a mobilização de diferentes áreas do conhecimento para a sua apreensão, como a história, matemática, sociologia, política, estatística, geografia, etc. A interdisciplinaridade é um traço, portanto, da grade curricular das Ciências Econômicas, que abarca diversas e divergentes vertentes teóricas. As ações de Extensão do Curso, por serem calcadas em discussões de temáticas de grande relevância social, em sua interface com seus aspectos econômicos, requer a articulação com profissionais, acadêmicos e organizações sociais e populares atuantes em diferentes setores. Ilustra-se a natureza interdisciplinar e interprofissional de potenciais temáticas a serem abordadas nas ações extensionistas do curso: políticas e investimentos públicos em educação, saúde, habitação, previdência, meio ambiente e cultura; impactos políticos, econômicos e ambientais de transformações tecnológicas de produção, transporte, informação e comunicação; crises econômicas; tributação e orçamento público; desigualdade socioeconômica, racial e de gênero; globalização, relações internacionais e geopolítica; etc. As trocas de saberes através das interações dialógicas entre a universidade e a comunidade externa propostas pelas ações extensionistas do curso são, nesse sentido, atravessadas pela interdisciplinaridade e interprofissionalidade, contribuindo assim para a formação multidimensional dos discentes.</p>

ASPECTO 10	INDISSOCIABILIDADE ENSINO – PESQUISA – EXTENSÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação de extensão e a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. (Cf. IV, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	As ações de Extensão no Curso de Ciências Econômicas envolvem uma integração orgânica entre os três elementos do tripé universitário – Ensino-Pesquisa-Extensão. Ressalta-se que as unidades curriculares obrigatórias PEE, TCCI e TCCII, que contêm cargas horárias de Extensão, estão inseridas em uma cadeia de disciplinas que visa o aprendizado gradual dos estudantes sobre a prática da pesquisa científica e a apreensão das ferramentas necessárias para a elaboração de suas monografias. A incorporação de atividades extensionistas nestas disciplinas busca, por sua vez, fortalecer a troca de saberes nesse ciclo formativo entre os estudantes e a comunidade externa à UFVJM, contribuindo para construção coletiva e dialógica do conhecimento através de ações de extensão, como eventos, oficinas, rodas de conversa, cursos, projetos e/ou programas. Observa-se ainda que tanto o desenvolvimento das pesquisas de monografia dos estudantes, como as temáticas a serem tratadas nas ações de Extensão dialogam com os conteúdos teóricos ministrados dentro da sala de aula (ensino). Os estudantes assumem, assim, um papel protagonista na identificação da complementaridade e articulação dos diversos conhecimentos apreendidos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão em seu processo de formação.
ASPECTO 11	IMPACTO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE: CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS GRADUANDOS NA AÇÃO PARA SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Descrever a contribuição da ação de extensão para o impacto na formação do discente, conforme estabelece a legislação vigente: “Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade; a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação; VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira”. (Cf. I-VII, Art. 6o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	A interação com a sociedade permitirá ao estudante aprimorar sua pesquisa, conhecer melhor a complexidade de seu objeto de estudo, entender os anseios e preocupações da sociedade em relação ao seu papel como cientista social e economista, tendo em vista a interação da comunidade externa no processo de desenvolvimento de sua pesquisa. Além disso, o estudante terá a oportunidade de apreender melhor a pluralidade das Ciências Econômicas, de ter acesso a opiniões distintas

	e melhorar suas habilidades de relação interpessoal e de comunicação oral e escrita, uma vez que apresentará sua pesquisa para um público diverso. Vale mencionar que entre as diversas áreas de atuação dos economistas estão várias atividades que envolvem elaboração de relatórios e análises econômicas das mais diversas, que demandam uma boa expressão escrita e oral.
ASPECTO 12	IMPACTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação de extensão e produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; (Cf. III, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	A troca de saberes entre a comunidade externa à UFVJM e os membros internos da UFVJM aprofunda o conhecimento coletivo sobre temas importantes das Ciências Sociais Aplicadas, como pobreza, fome, desigualdade social, racial e de gênero, entre outros, além de difundir junto a diferentes segmentos sociais conhecimentos sobre questões econômicas mais específicas, como inflação, taxa de juros, política fiscal, política monetária, entre outros, que impactam de sobremaneira nas condições gerais de vida de toda a população. Numa era de desinformação e <i>fake news</i> , essa interação contribuirá para o processo de conscientização de classe e fomentará o acesso da comunidade externa a pesquisas de qualidade para potencialmente fundamentar as demandas políticas de movimentos sociais e populares ou as proposições da sociedade em termos de políticas institucionais, auxiliando na transformação social, sobretudo na esfera local.
ASPECTO 13	DESCRIÇÃO DO PÚBLICO-ALVO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre o perfil e participação do público-alvo na ação de extensão e, principalmente, a interação com a comunidade externa. Pois são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias. (Cf. Art. 7o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	As ações de extensão têm como público-alvo a comunidade externa e interna à UFVJM, como movimentos sociais e populares, organizações não-governamentais, instituições governamentais, grupos comunitários, órgãos sindicais, professores do ensino fundamental e médio, profissionais liberais, egressos do curso, estudantes da UFVJM e de outras universidades da região. Ou seja, serão convidados à interação todos aqueles cujas demandas estejam contempladas nas ações de extensão. Ressalta-se a participação ativa dos discentes do curso de Ciências Econômicas, de modo que as ações contribuam para sua formação e para o desenvolvimento das atividades de extensão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

MINUTA DE RESOLUÇÃO

Aprova alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas - Bacharelado, Campus do Mucuri, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o que deliberou em sua XXXX^a reunião sendo a XXX^a sessão ordinária,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Campus do Mucuri, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE), aprovado pela Resolução CONSEPE nº 23, de 11 de dezembro de 2020.

Art. 2º A Nota de Alteração do Projeto Pedagógico do Curso encontra-se anexa a esta resolução.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Clara Pinton, Servidor (a)**, em 01/11/2022, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0892439** e o código CRC **F47B9F76**.

ANEXO I À MINUTA DE RESOLUÇÃO

Projeto Pedagógico de Curso	Proposta de alteração			
Item índice , pág 09	<p>Acrescenta-se no índice:</p> <p>Anexo 6: Natureza da Extensão.</p>			
Item 1.11.1. Fundamentação legal , pág 13	<p>Onde se lê:</p> <p>Resolução CONSEPE nº 05, de 23 de abril de 2010.</p> <p>Leia-se:</p> <p>Resolução CONSEPE nº 33, de 14 de dezembro de 2021. <i>Regulamenta as Atividades Complementares no âmbito da UFVJM.</i></p>			
Item tópico 8.10 - Os desafios da Extensão e de sua curricularização , pág 49 (último Parágrafo)	<p>Acrescenta-se:</p> <p>A descrição da natureza de extensão das atividades relacionadas à creditação da extensão no contexto do curso está apresentada no Anexo 6 – Quadro Descrição da Natureza de Extensão, deste PPC.</p>			
Item Anexo 6: pág 216 a 223	<p>Acrescenta-se: Anexo 6:</p> <p>Quadro Descrição da Natureza de Extensão. Anexo (0881764)</p>			
	<p>Correção material.</p> <p>Onde se lê:</p> <table border="1" data-bbox="863 1861 1490 2123"> <tr> <td data-bbox="863 1861 991 2123">João</td> <td data-bbox="991 1861 1142 2123"></td> <td data-bbox="1142 1861 1490 2123">Graduação em Administração de Empresas e Mestre em Gestão de Instituições Educacionais.</td> </tr> </table>	João		Graduação em Administração de Empresas e Mestre em Gestão de Instituições Educacionais.
João		Graduação em Administração de Empresas e Mestre em Gestão de Instituições Educacionais.		

Item Quadro 1: pág 23 a 24

Cesar de Souza Ferreira	Mestrado	Doutorando em Administração na Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Área de concentração: gestão e regionalidade.	40 h
-------------------------	----------	--	------

Leia-se:

Atualiza-se a Titulação Corpo Técnico do Departamento de Ciências Econômicas (Página 24)

João Cesar de Souza Ferreira	Doutorado	Graduação em Administração de Empresas e Mestre em Gestão de Instituições Educacionais. Doutorado em Administração na Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Área de concentração: gestão e regionalidade.	40 h
------------------------------	-----------	---	------

Onde se lê:

Resolução CONSEPE nº 05, de 23 de abril de 2010.

Leia-se:

Seguindo a Resolução CONSEPE nº 33, de 14 de dezembro de 2021, do Consepe

Acrescenta-se: Pág 174- Terceiro Parágrafo:

Item: **8.5- Linha metodológica** Pág: 36- (Último parágrafo)

Onde se lê:

As atividades complementares para fins de registro acadêmico da carga horária dividem-se em: Grupo 1 - Ensino; Grupo 2 - Pesquisa; Grupo 3 - Extensão. O discente necessita ter no mínimo 180 horas de atividades complementares. Estas horas devem ser em pelo menos 02 (dois) desses 03 (três) grupos sendo que a cada grupo está designada a carga horária máxima de 160 horas.

Leia-se:

As atividades complementares para fins de registro acadêmico da carga horária dividem-se em: Grupo 1: Atividades de ensino e publicação; Grupo 2: Atividades de pesquisa e publicação; Grupo 3: Atividades de extensão, cultura, esporte e publicação; Grupo 4: Atividades de representação estudantil e Grupo 5: Capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística. O discente deve obter aproveitamento em pelo menos 03 (três) grupos de Atividades Complementares, sendo que a cada grupo está designada a carga horária máxima de 160 horas.

Acrescenta-se: Pág 174- Quarto Parágrafo- linha 3**Onde se lê:**

Resolução CONSEPE nº 05, de 23 de abril de 2010.

Leia-se:

Seguindo a Resolução CONSEPE nº 33, de 14 de dezembro de 2021.

Acrescenta-se: Pág 174- último Parágrafo e 175- Parágrafos 1º a 4º.**Onde se lê:**

As atividades complementares associadas ao Ensino envolvem a

participação em monitorias, a frequência e aproveitamento em disciplinas de outros cursos da IES, em áreas afins; ou em outra Instituição de Ensino Superior, na mesma área de formação, desde que não contempladas na matriz curricular do Curso, ou em outras, a critério do Colegiado do Curso.

As atividades complementares associadas à Pesquisa dizem respeito à participação de alunos em projetos de pesquisa ou investigação científica; a publicação de documentos de autoria própria do aluno e a presença colaborativa em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Constituem atividades complementares associadas à Extensão a participação em projetos de extensão reconhecidos pela IES; o comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, semanas acadêmicas, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros e a participação em monitorias, estágios supervisionados não obrigatórios e empresa júnior, bem como a participação em colegiado do curso e conselhos, representação estudantil e grupos artístico-culturais credenciados ou regularmente constituídos.

Leia-se:

As atividades complementares associadas ao Ensino correspondem: a frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da instituição ou em outra Instituição de Ensino Superior, na mesma área de formação ou em áreas afins, a critério da Comissão Supervisora, bem como participação em monitorias; em minicursos acadêmicos e cursos acadêmicos de curta-duração; em projetos de ensino; e realização de cursos de formação em idiomas.

Item: **11.3- 11.1. Atividades Complementares** Pág: 174 - 175

As atividades complementares associadas à Pesquisa dizem respeito à participação de estudantes em projetos de pesquisa ou investigação científica; a publicação científica e de documentos de autoria e coautoria do discente; premiação em concursos de caráter regional, nacional e/ou internacional em economia e áreas afins; participação, organização e apresentação em eventos, palestras, debates, seminários, simpósios, colóquios e congressos; presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Constituem atividades complementares associadas à Extensão, a participação a participação em ações de extensão que possuem relações com a formação do discente em economia e áreas afins; o comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, semanas acadêmicas, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros; participação em grupos artístico-culturais e em Programas Tutoriais (PET e Outros); presença em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado. As atividades complementares de Extensão que serão computadas dentro das 300 horas de Extensão exigidas para integralização do curso deverão ser certificadas.

Consideram-se como Atividades Complementares associadas à representação estudantil a participação de discentes em órgãos colegiados, conselhos e entidades de representação estudantil.

Constituem Atividades Complementares associadas à Capacitação profissional e atividades de inserção cidadã e formação integral/holística: estágios não

	<p>obrigatórios; participação em empresa júnior; bolsa atividade; atividade comunitária; trabalhos voluntários, atividades em movimentos sociais; atividade profissional específica comprovada na área de Economia; e doação de sangue.</p>
<p>Item: Anexo 1: Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Ciências Econômicas Pág: 185 a 196</p>	<p>Exclui-se:</p> <p>Anexo 1- Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Ciências Econômicas (0885045)</p> <p>Acrescenta-se:</p> <p>Anexo 1- Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Ciências Econômicas- Anexo (0882192)</p>

Alterações realizadas após discussão no Núcleo Docente Estruturante (NDE) e aprovado pelo Colegiado de Curso, em reunião ocorrida em 12 agosto de 2022 e subsequente reunião Ordinária do Colegiado ocorrida em 14 de outubro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO

Processo nº 23086.011418/2022-69

Interessado: Diretoria de Graduação do Mucuri

A Divisão de Apoio Pedagógico (DAP-TO), após análise dos documentos do processo 23086.011418/2022-69, em atendimento à solicitação contida no Ofício 170 (0816920), envia à Diretoria de Graduação a Nota de Retificação (0880566) do Projeto Pedagógico de Ciências Econômicas bem como a Minuta de Resolução (0892439) para apreciação e posterior encaminhamento aos conselhos competentes -CONGRAD e CONSEPE.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Clara Pinton, Servidor (a)**, em 01/11/2022, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0892536** e o código CRC **78559308**.

Referência: Processo nº 23086.011418/2022-69

SEI nº 0892536



Ministério da Educação

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Pró-Reitoria de Graduação

Diretoria de Graduação do Mucuri

OFÍCIO Nº 234/2022/DGRAD-TO/PROGRAD

Teófilo Otoni, 01 de Novembro de 2022.

À Senhora

Orlanda Miranda Santos

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Presidente do Conselho de Graduação

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000, Alto da Jacuba

CEP: 39100-000 - Diamantina/MG

Assunto: Encaminhamento de nota de retificação do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas para apreciação do CONGRAD

Senhora Presidente do Conselho de Graduação,

Encaminho, após análise dos documentos do Processo 23086.011418/2022-69, mediante solicitação contida no Ofício 170 (0816920), a Nota de Retificação (0880566) do Projeto Pedagógico de Ciências Econômicas bem como a Minuta de Resolução (0892439) para apreciação do Conselho de Graduação e posterior encaminhamento ao CONSEPE.

Sem mais para o momento, me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem presentes.

Respeitosamente,

RAFAEL ALVARENGA ALMEIDA
DIRETOR DE GRADUAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Alvarenga Almeida, Diretor (a)**, em 01/11/2022, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código



verificador **0893225** e o código CRC **5FED5B34**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
23086.011418/2022-69

SEI nº 0893225

Rua do Cruzeiro, nº 01 - Bairro Jardim São Paulo, Teófilo Otoni/MG - CEP 39803-371



Ministério da Educação

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Pró-Reitoria de Graduação

Conselho de Graduação

OFÍCIO Nº 4/2022/CONGRAD/PROGRAD

Diamantina, 07 de Dezembro de 2022.

Ao Senhor

Janir Alves Soares

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000, Alto da Jacuba

CEP: 39100-000 - Diamantina/MG

Assunto: Encaminhamento de nota de retificação do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas para apreciação do CONGRAD

Senhor Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão,

Encaminho, após análise e aprovação do Conselho de Graduação em sua 115ª reunião, sendo essa Ordinária, a Nota de Retificação (0880566) do Projeto Pedagógico de Ciências Econômicas bem como a Minuta de Resolução (0892439) para homologação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão .

Sem mais para o momento, me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem presentes.

Respeitosamente,

RAFAEL ALVARENGA ALMEIDA
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Alvarenga Almeida, Pro-Reitor(a)**, em 07/12/2022, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0928107** e o código CRC **642B25C2**.

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP
39100-000